

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

## Sumário

PARTE A INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	5
1.1 Identificação da Unidade.....	5
1.1.1 Introdução.....	5
1.2 Documentos Normativos .....	6
1.2.1 Lei de Criação e finalidade da Empresa.....	6
1.2.2 Estatuto Social .....	6
1.2.3 Estrutura Orgânica.....	6
1.2.4 Delegação de Competências.....	6
1.3 Diagrama Estrutural - Anexo 1 - Resolução OE-019/2012.....	7
1.3.1 Descrição resumida das atribuições das áreas.....	7
1.4 Principais Processos.....	8
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	11
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	11
2.2 Componentes Estratégicos .....	11
2.3 Estratégia de Atuação .....	11
2.3.1 Objetivos Estratégicos .....	12
2.3.2 Metas estratégicas .....	13
2.3.3 Divulgação do Planejamento Estratégico.....	14
2.3.4 Avaliação dos Riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício em referência.....	14
2.3.5 Impactos dos Resultados da ações nos objetivos estratégicos.....	14
2.4 Plano de Ações - Projetos Estratégicos .....	15
2.5 Identificação dos Indicadores Estratégicos.....	20
2.5.1 Análise do Desempenho dos Indicadores Estratégicos.....	20
2.6 Identificação dos Indicadores Corporativos.....	26
2.6.1 Análise do Desempenho dos Indicadores Corporativos.....	26
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	29
3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da Unidade.....	29
3.2 Pesquisa - Avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno .....	29
3.3 Política e quadros de remuneração dos Administradores, Conselho Fiscal e Diretor.....	30
3.4 Sistema de correição da Unidade .....	32
3.5 Cumprimento pela instância da Correição .....	33
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	33
4.1 Ações do Plano Plurianual – PPA .....	33
4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira.....	37
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias .....	37
4.2.2 Programação Orçamentária da Despesa .....	38
4.2.3 Execução Orçamentária da Despesa.....	39
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	40
5.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Não se aplica.....	40
5.2 Restos a pagar de exercícios anteriores - Não se aplica. ....	40
5.3 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo “B” e cartões de pagamento do governo federal - Não se aplica.....	40
5.4 Informações sobre Renúncia Tributária.....	40
5.5 Demonstrativo de transferências convênios, contratos de repasse .....	41
5.5.1 Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício.....	41
5.5.2 Quantitativo de instrumentos celebrados e valores 2010, 2011e 2012.....	41
5.5.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes....	41
5.5.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências.....	42

5.5.5 Visão geral da análise das prestações de contas.....	42
<b>6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....</b>	<b>43</b>
6.1 Composição do Quadro de servidores ativos .....	43
6.1.1 Demonstrativo da força de trabalho.....	43
6.1.2 Qualificação da força de trabalho.....	44
6.1.3 Demonstrativo dos custos de pessoal da Unidade – 2010, 2011 e 2012 .....	45
6.1.4 Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicações ao TCU .....	45
6.1.5 Indicadores RH .....	46
6.2 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade.....	48
6.2.1 Composição do quadro de estagiários .....	48
6.2.2 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	49
6.2.3 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade .....	50
6.2.4 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão... ..	52
<b>7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>56</b>
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros .....	56
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário .....	57
7.2.1 Bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	57
7.2.2 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	57
<b>8 GESTÃO DE TECNOLOGIA – PESQUISA .....</b>	<b>58</b>
<b>9 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>59</b>
9.1 Quadro resumo de consumo papel água e energia elétrica .....	59
9.2 Pesquisa – Aspectos sobre a Gestão Ambiental.....	60
<b>10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</b>	<b>61</b>
10.1 Deliberações do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno .....	61
10.1.1 Recomendações oriundas da SFC/CGU-PR.....	66
10.2 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna e o tratamento de recomendações por ela expedidas .....	85
10.3 Informações Declaração IRPF.....	93
10.4 Registro Sistema SICONV E SIASG.....	93
<b>11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>94</b>
1 Composição Acionária.....	94
2 Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis .....	94
3 Posição da Unidade como investidora – não se aplica.....	94
4 Demonstrações Contábeis – Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.....	94
<b>PARTE B CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE.....</b>	<b>126</b>
1.PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	126

## PARTE A INFORMAÇÕES GERAIS

### 1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

#### 1.1 Identificação da Unidade

<b>Poder</b>	Executivo
<b>Órgão de Vinculação</b>	Ministério da Fazenda
<b>Código do SIORG</b>	000090
<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
<b>CNPJ</b>	33.683.111/0001-07
<b>Código na LOA</b>	25207
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	Gestão: 17205 – Serviço Federal de Processamento de Dados - UG Executora
<b>Nome e código no SIAFI</b>	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>Situação operacional</b>	Em funcionamento.
<b>Natureza jurídica</b>	201-1 – Empresa Pública
<b>Principal atividade econômica</b>	126 - Tecnologia da Informação
<b>Função de governo predominante</b>	23 - Tecnologia e Serviço
<b>Nome e código no SIAFI</b>	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>Endereço completo da sede</b>	Setor de Grandes Áreas Norte Quadra 601, Módulo V, Brasília-DF, CEP 70836-900. Tel (61)2021-8000 – Fax (61)2021-8531.
<b>Endereço da página institucional na Internet</b>	<a href="http://www.serpro.gov.br">www.serpro.gov.br</a>
<b>Publicação Institucional</b>	Revista Tema

#### 1.1.1 Introdução

Ao longo de sua existência de grandes contribuições para a modernização da administração pública federal, o Serpro desenvolve soluções voltadas às finanças públicas e às ações estruturadoras e integradoras relacionadas à gestão do Estado. Para a manutenção de sua posição de destaque como provedor de soluções em tecnologia da informação, em 2012, o Serpro investiu fortemente em melhoria da sua infraestrutura, bem como em ações de inovação, sem deixar de lado seu papel social e seu papel estratégico na formulação de políticas públicas.

No que diz respeito a sua infraestrutura e atento às necessidades presentes e futuras do mercado de TI, o Serpro atuou em várias frentes e não mediu esforços para a otimização do parque instalado e na requalificação total de processos produtivos menos eficientes. A empresa ampliou os centros de dados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para atender, de forma mais adequada, aos contratos firmados com os clientes, em especial o Ministério da Fazenda, bem como propiciar a abertura de novos espaços e instalações, visando ao atendimento de novas demandas. Implantou a virtualização nos centros de dados, o que proporciona maximização do uso da capacidade ociosa e aumento da de provisionamento de recursos e serviços.

O Serpro, ainda, criou ambiente de contingência no Banco do Brasil para atendimento ao Projeto de Gestão de Continuidade do Negócio (PGCN). Não obstante, a empresa desenvolveu um avançado projeto de infraestrutura como serviço, primeira camada de computação em nuvem, o que permitirá a ampliação o seu portfólio, oferecendo aos clientes opções robustas e seguras para contratação de armazenamento e processamento virtual. Além disso, efetuou a virtualização de ambiente web e de processamento do SPED, obtendo ganhos diretos com disponibilidade para

serviços dos clientes.

Quanto às linhas de inovação, o Serpro investiu fortemente no objetivo de aumentar a sinergia entre as áreas de tecnologia e comercial, direcionando pesquisas internas aplicadas pela necessidade do negócio. Assim, a condução de protótipos rápidos e desenvolvimento de produtos apoiados nesta sinergia visam prover maior valor agregado. Com isso, a empresa definiu um processo diferenciado para inovação tecnológica e internalização de linhas de inovação, para coordenar ações corporativas até que esteja plenamente habilitado a trabalhar estas novas linhas nas suas diversas áreas.

Em 2012, o Serpro apostou com sucesso na pesquisa e desenvolvimento de mobilidade digital e georreferenciamento, usando prioritariamente software livre, o que proporcionou a obtenção de vários resultados positivos, incluindo a entrega de produtos para clientes com ampla divulgação na mídia nacional. Por meio da mobilidade, a instituição foi bem sucedida em modernizar os serviços de governo elaborados pela empresa, indicando oportunidades de novas soluções em um contexto mais confortável para os cidadãos ou para agentes de governo.

Com os estudos em Georreferenciamento, a organização implementou soluções para auxiliar a melhor percepção visual de dados e para apoiar os processos decisórios, já que mapas temáticos contribuem para identificar distribuições geográficas, perceber aglomerações ou distorções e comparar regiões. Tecnicamente, o Serpro vem associando a visualização de dados com ferramentas de *Business Intelligence - BI* (inteligência empresarial), em especial através dos seus *Data Warehouse – DW* (depósito de dados), para basear processos decisórios com sucesso. Esta associação é denominada de Inteligência Baseada em Localização (*Location Intelligence – LI*).

Além de sua função finalística, o Serpro ampliou a sua atuação no contexto de responsabilidade social, apoiou na formulação de políticas públicas e, como desdobramento, contribuiu com a política de inclusão sociodigital. Atuou, ainda, na formulação de padrões de acessibilidade (e-MAG) e de interoperabilidade (e-PING), tornou-se referência na adoção de software livre e recebeu a incumbência estratégica de coordenar o Comitê de Implementação de Software Livre (CISL), pertencente ao Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.

## **1.2 Documentos Normativos**

### **1.2.1 Lei de Criação e finalidade da Empresa.**

As competências legais e finalidades do SERPRO foram estabelecidas por meio da Lei Nº 4.516, de 1 dezembro de 1964, modificada pela Lei Nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei Nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e pela Lei Nº 12.249 de 11.06.2010, artigos 67 e 68.

### **1.2.2 Estatuto Social**

O Estatuto Social do Serpro foi estabelecido pelo Decreto Nº 6.791 de 10 de março de 2009.

### **1.2.3 Estrutura Orgânica**

Por força da deliberação do Conselho Diretor DE-004/2012 de 01 de agosto de 2012, o Serpro promoveu alterações em sua estrutura orgânica por meio da Resolução OE-019/2012 de 31/08/2012.

O principal foco desta reestruturação foi promover a especialização da atuação da Diretoria por funções.

### **1.2.4 Delegação de Competências**

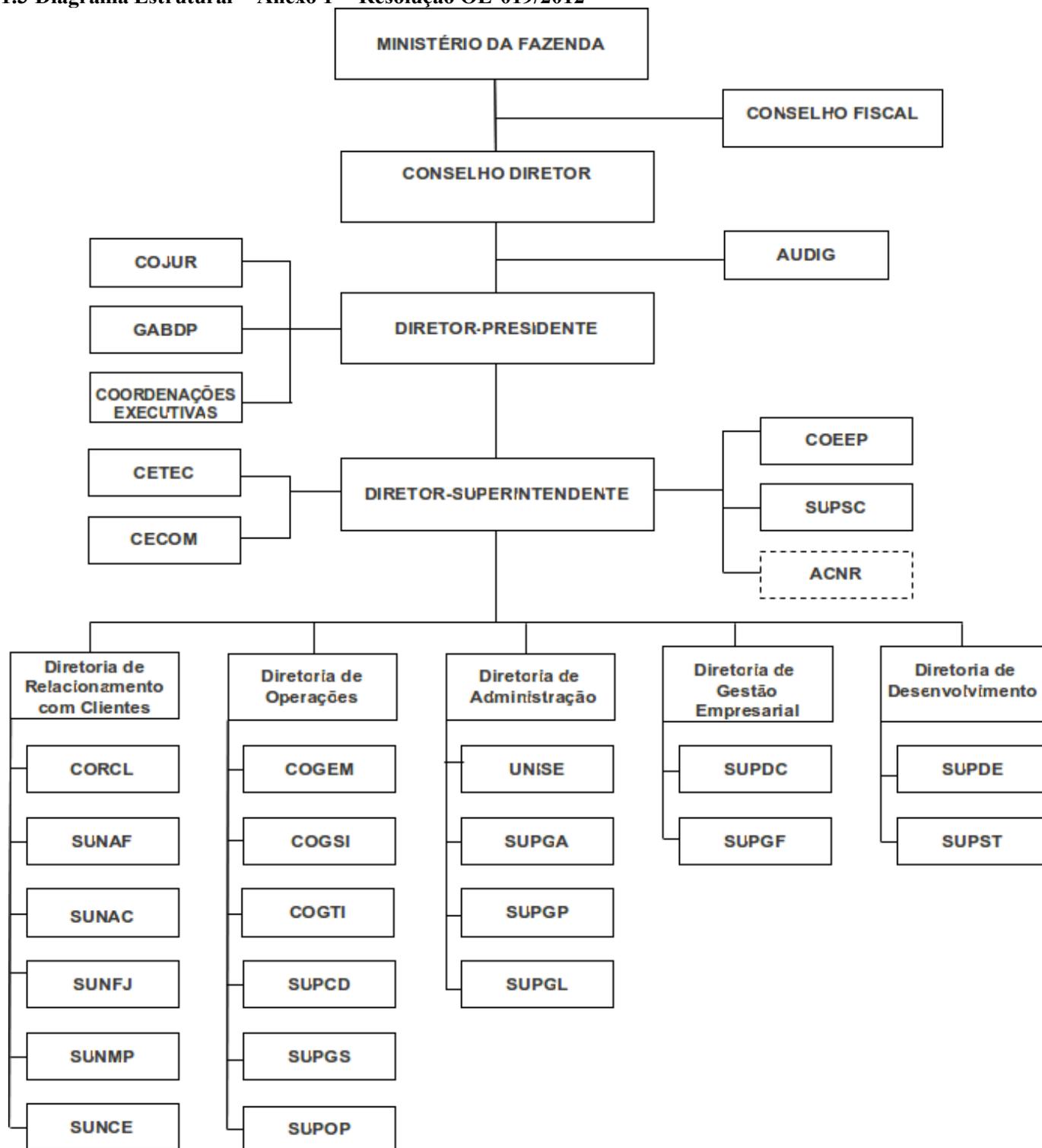
Os órgãos superiores do Serpro tem sua competência estabelecidas no Estatuto Social (decreto 6971/2009) e na Resolução DE-11/2012.

A descrição de competências das Diretorias funcionais estão documentadas na Resolução DE-006/2011.

Os demais titulares de cargos de chefia possuem a descrição de competências registradas no Documento de Atribuições e Competências – DAC.

O arquivamento eletrônico de todos os documentos consta no SINOR WEB - Sistema de Informações Normativas, podendo os mesmos serem consultados com facilidade a qualquer tempo e compartilhado com os empregados.

### 1.3 Diagrama Estrutural - Anexo 1 - Resolução OE-019/2012



#### 1.3.1 Descrição resumida das atribuições das áreas

Por intermédio da Deliberação DE-004/2012, aprovada em 01 de agosto de 2012, o Conselho Diretor, na forma prevista no inciso XII do art. 7º do Estatuto Social do Serpro, aprovou a área de atuação dos Diretores, bem como os órgãos a eles vinculados.

A composição e competências do Conselho Diretor e Fiscal, estão descritas no Estatuto do Serpro.

A Auditoria-Geral tem como missão assessorar a Alta Administração no desempenho de suas funções, fornecendo-lhe relatórios com informações resultantes de análises que subsidiam a avaliação do desempenho dos controles internos do Serpro.

A Consultoria Jurídica presta atendimento Consultivo, Judicial e Estratégico para a Direção da Empresa, garantindo segurança à tomada de decisão.

As Unidades de Relacionamento com Clientes têm como objetivo captar, tratar e tornar disponíveis informações que apoiem o Governo Federal de forma integrada, com o desenvolvimento de soluções baseadas nas mais modernas ferramentas de TIC.

As Unidades de Desenvolvimento objetivam a racionalização e melhor aproveitamento dos recursos de desenvolvimento de sistemas, focando na busca por maior produtividade das equipes e na qualidade dos produtos entregues aos clientes, além de proverem suporte, alinhar, integrar e otimizar as tecnologias e processos relacionados ao desenvolvimento.

As Unidades de Operações têm como objetivo o fornecimento da infraestrutura tecnológica, envolvendo hospedagem de aplicações, servidores, armazenamento de dados, gerenciamento e administração de aplicações e serviços, redes virtuais privadas, locais e corporativas, convergência de dados, voz e vídeo, gerenciamento e administração de serviços, dentre outros, com elevados níveis de qualidade, segurança e competitividade.

As Unidades de Gestão Empresarial têm como objetivo realizar a gestão econômico- financeira, de modo a garantir a capacidade de investimento, a transparência e a sustentabilidade, gerando informações de gestão empresarial estruturadas, necessárias ao processo decisório da Empresa.

As Unidades de Administração têm como objetivo o desenvolvimento das pessoas, propiciando condições de evolução funcional, treinamento e capacitação, valorização, bem-estar e qualidade de vida, bem como propicia a adequação e a manutenção do ambiente físico da empresa e de todos os objetos que o compõem, além do gerenciamento e da normatização do processo de contratação de bens e serviços de qualquer natureza.

Para fomentar, gerir, formular, coordenar e executar diretrizes relacionadas a assuntos corporativos estratégicos, essa gestão estabeleceu o tratamento diferenciado de alguns temas através das Coordenações Estratégicas que tem objetivo dar maior flexibilidade para o atendimento aos programas e aos projetos de governo, bem como reforçar o papel do SERPRO na prestação dos serviços com agilidade e qualidade.

#### **1.4 Principais Processos**

Para realizar sua missão de “prover e integrar soluções em TIC para êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade” o Serpro estruturou os processos definidos como finalísticos, de apoio e gerenciais constantes a seguir, sendo que:

Os processos finalísticos são os dedicados às atividades diretamente relacionadas às finalidades da organização ou que fazem interação direta com o cliente, tais como negociação, produção, entrega de produtos e serviços. Os processos de apoio são os que atuam sobre atividades que dão suporte aos processos finalísticos, tais como os processos voltado à logística, pessoas, e os processos gerenciais são os voltados às atividades de governança, tais como os processos de planejamento estratégico, gerenciamento de desempenho e a própria governança de processos.

Finalísticos			
Nome do Processo	Descrição	Principais Produtos e Serviços	Principais ações em 2012
<b>PNS - Processo de Negócio do SERPRO</b>	Processo corporativo que tem por objetivo orientar, padronizar e documentar as atividades realizadas pelas Unidades de Relacionamento com Clientes internos e externos da Empresa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registrar o atendimento ao Cliente;</li> <li>- Administrar as demandas do Cliente;</li> <li>- Promover a solução;</li> <li>- Gerir a contratação do serviço;</li> <li>- Planejar e gerir o plano de viabilização da solução;</li> <li>- Criar e manter a modelagem dos processos de negócio do Cliente;</li> <li>- Elaborar planos de negócio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização do subprocesso "Gerir Contrato" e criação do subprocesso "Gerir Faturamento" para adaptar ao funcionamento da Unidade de Cobrança;</li> <li>- Melhorias no subprocesso "Gerir Demanda" para integração com PSGIS;</li> <li>- Atualização das normas relacionadas ao processo;</li> <li>- Atualização do subprocesso "Gerir Garantia de Qualidade do Negócio";</li> <li>- Atualização do subprocesso "Atender Cliente" para retratar o acompanhamento dos níveis dos serviços prestados a identificação de novas necessidades do cliente e a identificação e tratamento das melhorias para os serviços prestados com o objetivo de atendimento ao cliente e busca de sua satisfação;</li> <li>- Atualização do subprocesso do subprocesso "Gerir Garantia de Qualidade do Negócio", com a publicação do novo formato da Lista de Verificação, atualização da OTEC - Revisões de GQN e dos artefatos ligados ao subprocesso, além de melhorias no subprocesso "Gerir Demanda" originadas no ciclo de GQN de 2012;</li> </ul>
<b>PSGIS - Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços</b>	Processo corporativo que tem por objetivo orientar, padronizar e documentar as atividades de Gerenciamento dos Serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerenciamento de incidente;</li> <li>- Gerenciamento de mudança;</li> <li>- Gerenciamento de problema;</li> <li>- Gerenciamento de requisição de serviço;</li> <li>- Gerenciamento de configuração;</li> <li>- Gerenciamento da função central de serviço;</li> <li>- Gerenciamento de demanda;</li> <li>- Gerenciamento de eventos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promovida a integração com outros processos corporativos (PNS, PAQ, PROSEG, etc.);</li> <li>- Modelado, publicado e implantado o processo de Gerenciamento de Demanda.</li> <li>- Iniciada a modelagem dos desdobramentos operacionais da Unidade de Operações relacionados a processos do PSGIS.</li> <li>- Mapeados e modelados os desdobramentos operacionais de Centro de Dados relacionados a processos do PSGIS;</li> <li>- Iniciada a elaboração dos processos Gerenciamento de eventos, Gerenciamento de capacidade e Gerenciamento de disponibilidade;</li> <li>- Iniciada a padronização e implementação do processo Gerenciamento de nível de serviço;</li> <li>- Publicadas melhorias no processo de Gerenciamento de incidente, nível de serviço e gestão de mudanças.</li> <li>- Modelado e publicado no Portfólio o processo Gerenciamento de Eventos.</li> </ul>
<b>PRADA - Processo de Gestão do Atendimento às Demandas de Desenvolvimento de Aplicações</b>	Processo corporativo que visa o atendimento, a gestão e a entrega das demandas de construção e manutenção de soluções de software.	Entrega de soluções de software.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento e modelagem das atividades relacionadas à gestão, organização, distribuição e atendimento das demandas de solução de software pelos polos de desenvolvimento;</li> <li>- Publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.</li> <li>- Iniciada a modelagem do processo "Gestão de desempenho".</li> </ul>
<b>PSDS – Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções</b>	Processo corporativo que visa padronizar e documentar as atividades do ciclo de vida de desenvolvimento de software para conceber soluções de TI com maior produtividade e melhor qualidade para os clientes do SERPRO.	- Construção (implementação, homologação e testes) de Soluções de software.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicadas novas versões do roteiro de desenvolvimento de soluções a partir de melhorias sugeridas para artefatos e atividades do processo;</li> <li>- Atualizada a ementa dos treinamentos para capacitação dos executores do processo.</li> <li>- Iniciada a modelagem do processos na notação BPMN.</li> </ul>
<b>PROINFRA – Processo de Implantação de Novos Serviços de Infraestrutura</b>	Processo corporativo que visa orientar e padronizar as atividades necessárias para construir um novo serviço com base em tecnologias de infraestrutura.	- Inclusão de novos serviços de TIC baseados em infraestrutura no catálogo de serviços do SERPRO.	- Iniciada a elaboração do processo.
<b>PROCID – Processo de Inclusão Digital</b>	Processo corporativo que visa promover a inclusão digital e social das comunidades excluídas do universo das Tecnologias da Comunicação e Informação - TIC.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Montagem de telecentros comunitários;</li> <li>- Acesso aos serviços de governo eletrônico dos três níveis: federal, estadual e municipal;</li> <li>- Acesso à informação variada por meio da rede mundial de computadores (Internet);</li> <li>- Cursos de informática e de educação à distância para atualização profissional;</li> <li>- Reforço escolar para crianças, jovens e adultos;</li> <li>- Fomento da produção cultural comunitária (áudio, vídeo, web-art);</li> <li>- Distribuição de conhecimento;</li> <li>- Estímulo à inserção social com a possibilidade de participação em redes de relacionamento, blogs e fóruns virtuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizadas oficinas e cursos de capacitação em TIC em vários estados;</li> <li>- Inauguração de Telecentros em Jardim Guaranhuns e Cidade da Barra, bairros de Vila Velha – ES;</li> <li>- Iniciada a Modelagem do Processo.</li> </ul>
<b>OUIDORIA – Processo de Ouvidoria e Informações ao Cidadão</b>	Processo Corporativo que visa realizar as atividades de ouvidoria do Serpro, prestar informações ao cidadão sobre as atividades do Serpro e disponibilizar informações sobre as atividades do processo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de informações ao cidadão;</li> <li>- Atendimento a manifestações de empregados.</li> </ul>	- Publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.
<b>PROAUDIG – Processo de Auditoria Geral</b>	Processo que visa atender aos Órgãos de Fiscalização e Controle Externos/Internos por meio de relatórios de auditoria e esclarecimentos pontuais, além de realizar auditorias nos processos corporativos, com base no plano de trabalho anual, aprovado pela Controladoria-Geral da União – SFC/CGU-PR e pelo Conselho Diretor, visando examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais, o desempenho da gestão, a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos, quanto a economicidade, a eficácia e a eficiência das citadas gestões, adotando o tipo e forma de auditoria mais adequada, recomendando as ações necessárias ao seu aprimoramento e regularização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de auditoria inerentes à gestão de pessoas, orçamentária e financeira, empresarial, logística, estratégia de desenvolvimento e capacitação e tecnologia da informação;</li> <li>- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT;</li> <li>- Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna - RAINI;</li> <li>- Sumário de Atividade de Auditoria Interna – SAAI;</li> <li>- Informe sobre as Ações dos Órgãos de Fiscalização e Controle – Externo/Interno;</li> <li>- Resumo de Atividades da Auditoria-Geral;</li> <li>- Parecer da Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anual e Controles Internos e Relatório sobre as Auditorias Planejadas e Executadas;</li> <li>- Informações pertinentes à Auditoria-Geral, destinadas a integrar o "Relatório de Gestão/Prestação de Contas do SERPRO";</li> <li>- Relatório Informe – Sumário Executivo;</li> <li>- Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis e relatório de forma longa.</li> </ul>	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO

Apoio			
Nome do Processo	Descrição	Principais Produtos e Serviços	Principais ações em 2012
PD – Processo Decisório	Processo corporativo que sistematiza e controla o encaminhamento das proposições e de informes submetidos à apreciação da Diretoria, bem como disponibiliza as decisões tomadas.	Decisões da Diretoria	- Mapeado, modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do Serpro.
PCVTIC – Processo de Ciclo de Vida de Tecnologia da Informação e Comunicações	Processo corporativo que visa orientar, padronizar, gerenciar e documentar a forma como o Serpro trata as diversas tecnologias, desde o momento da prospecção, absorção, internalização e sustentação até o declínio.	Manutenção do Catálogo de Tecnologia; Atualização e sustentação do Parque tecnológico do SERPRO.	- Publicada a 3ª versão do processo no Portfólio Corporativo de Processos do Serpro. - Iniciada a modelagem da 4ª do processo.
PRESC – Processo de Responsabilidade Social e Cidadania	Tem por objetivo “promover a realização e execução do desenvolvimento social e a cidadania, alinhado às políticas e à orientação do Governo Federal.”	Realização de ações sociais e de promoção da cidadania.	- Publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do Serpro. - Publicada a versão 2.0 do processo.
PROCERDI – Processos do serviço de Certificação Digital do Serpro	Orienta as ações inerentes ao ciclo de vida do agente de registro e dos certificados digitais emitidos pelo Serpro.	Emissão de certificados digitais	- Publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do Serpro
PROSEG – Processo de Segurança da Informação	Integra a segurança da informação aos produtos e serviços do Serpro.	Segurança da informação	- Mapeados e publicados os desdobramentos operacionais da unidade de Centro de Dados referentes ao processo "Implementar Segurança de Servidor e Endpoint".
PAO – Processo de Aquisições e Contratações do SERPRO	Processo que orienta as atividades relacionadas às aquisições e contratações do Serpro desde o registro das demandas de contratações até o encerramento contratual, incluindo todas as ações de gerenciamento contratual.	Gestão dos contratos do SERPRO	- Publicada a 2ª versão do processo no Portfólio Corporativo de Processos do Serpro. - Iniciada a implantação do Gerenciamento de Riscos do processo. - Modelado e publicado o processo Gestão da Qualidade.
PGP – Processo de Gestão de Pessoas	Realiza a gestão de pessoas no Serpro.	Gestão dos empregados do SERPRO	- Publicados os processos relacionados ao programa de teletrabalho; - Publicado o processo de tratamento das informações para recolhimento de FGTS/SEFIP. - Iniciada a revisão dos processos da Gestão de Pessoas.
PGF – Processos da Gestão Financeira do SERPRO	Realiza a gestão financeira, tributária, contábil, de riscos e de controles internos do Serpro.	Gestão financeira, tributária, contábil, de riscos e de controles internos.	- Modelados e publicados os processos da gestão tributária e da gestão contábil do Serpro. - Atualizados os processos da gestão financeira.
PGTC – Processo de Gestão de Termos de Cooperação e Instrumentos Congêneres	Estabelecer procedimentos e fluxo operacional para a celebração de Termos de Cooperação e instrumentos congêneres.	Gestão dos Termos de Cooperação e instrumentos congêneres.	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.
PRORC – Processo Orçamentário	Realiza o controle orçamentário da empresa.	Controle orçamentário.	- Publicado o processo de avaliação e controle da execução orçamentária; - Revisados os processos de planejamento, programação e execução orçamentária.
PEDUCA – Processo de Educação Corporativa	Promove o desenvolvimento de competências organizacionais e individuais, além de ações educacionais para a sociedade.	Educação corporativa e ações sociais de capacitação.	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.
PROGECON - Processo da Gestão do Conhecimento	Realiza a gestão do conhecimento organizacional.	Gestão do conhecimento	- Publicado o processo “Gerir a arquitetura organizacional”; - Iniciada a modelagem dos processos “Gerir Informação organizacional”, “Prover informação bibliográfica”, e “Gerir biblioteca”.
PROJUR – Processo Jurídico	Assessorar juridicamente a empresa e defender os interesses do SERPRO nas causas não trabalhistas.	Assessoria jurídica.	- Modelados os processos Consultivo e Contencioso Cível; - Iniciada a modelagem do processo Contencioso Trabalhista.
PROLOG – Processo de Gestão Logística	Orienta a gestão logística do SERPRO, seus subprocessos e relacionamentos com os demais processos da empresa.	Gestão logística.	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.
PSCN – Processo SERPRO de Continuidade de Negócio	Estabelece uma estrutura de subprocessos, atividades, papéis e artefatos para apoiar a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) no âmbito do SERPRO	Gestão da continuidade de negócios	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.
PROSUTE – Processo de Suporte à Tecnologia	Provê suporte, alinha, integra e otimiza as tecnologias e processos relacionados ao desenvolvimento de sistemas do SERPRO.	Suporte tecnológico ao processo de desenvolvimento de sistemas	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.
PROCOM – Processo de Comunicação Social	Realizar a produção e divulgação jornalística, assessoria de imprensa, publicidade e organização de eventos internos e externos.	Comunicação Social	- Modelado e publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.

Gerenciais			
Nome do Processo	Descrição	Principais Produtos e Serviços	Principais ações em 2012
PGOP – Processo de Governança de Processos	Realizar a governança de processos do Serpro, provendo a esses visibilidade, padronização, gerenciamento de desempenho e melhoria contínua, de maneira que os mesmos atendam os ofereçam informações para tomada de decisão e atendam aos objetivos estratégicos da organização.	- Governança dos processos corporativos; - Gerenciamento do Portfólio de Processos do SERPRO.	- Publicados 23 dos 27 processos corporativos; - Publicados os processos “Gestão da integração de processos” e de “Publicação de processos”; - Revisado o “Processo de apoio à elaboração de processos”; - Iniciada a revisão do processo “Gerenciamento do Desempenho de Processos”; - Iniciada revisão do processo de “Gerenciamento de Mudanças em Processos (Melhoria Contínua)”; - Iniciada a modelagem do processo “Gestão de riscos em processos”.
PGPS – Processo de Gestão de Estratégia e Projetos do SERPRO	Viabilizar a gestão estratégica e aumentar as chances de atingir os benefícios esperados dos projetos.	- Planejamento estratégico; - Gerenciamento do portfólio de Projetos; - Gestão de projetos.	- Modelados e publicados os processos relacionados à gestão de projetos; - Iniciada a modelagem em BPMN do processo de gerenciamento da estratégia.
PI – Processo de Gestão da Inovação	Instituir o Programa SERPRO de Inovação, a partir das diretrizes estabelecidas na Política SERPRO de Inovação.	Programa SERPRO de Inovação.	- Modelados e publicados os processos relacionados à gestão da Inovação;
PROGC – Processo de Gestão de Custos	Realizar a gestão de custos no SERPRO.	Gestão de custos.	Publicado o processo de Apuração de custos.

## 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

O Perfil Empresarial e a trajetória do Serpro relacionam-se estreitamente com a história da informática brasileira. Ao longo de seus 48 anos de existência, a empresa cumpre seu objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública Federal. De acordo com o estabelecido no Art. 3º do seu Estatuto Social, são finalidades do Serpro:

- I - atender prioritariamente, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda;
- II - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, mediante contratação;
- III - viabilizar soluções no campo da modernização e do apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- IV - atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V - incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Considerando tais finalidades, o Serpro define os seus Componentes Estratégicos, fundamentando sua atuação e visando oferecer aos clientes soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC que lhes permitam a concentração nas suas atividades principais sustentadas por sistemas de informações necessários às suas operações.

### 2.2 Componentes Estratégicos

<b>Visão</b>	<b>Missão</b>
Líder em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações para realização das Políticas Públicas do Governo Federal.	Prover e integrar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade.
<b>Negócio</b>	<b>Produtos e Serviços</b>
Tecnologia da Informação e Comunicações.	Sistemas de Informação; Serviços de Tecnologia da Informação e Integração de Soluções; Consultoria e Informações; Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações dos Sistemas Estruturadores do Governo Federal.
<b>Força Motriz</b>	<b>Fatores críticos</b>
Capacidade de inovar e realizar.	Produtividade e eficiência; Disponibilidade e utilidade; Domínio tecnológico.
<b>Premissas</b>	<b>Valores</b>
Conquistar reconhecimento de Clientes, Estado e Sociedade; Prestar serviços com pontualidade, inovação, qualidade e segurança; Empregar soluções inovadoras com tecnologia adequada; Desenvolver soluções de tecnologia da informação de forma cooperada; Orientar a gestão para resultados que assegurem a sustentabilidade; Praticar gestão integrada e participativa; Manter os empregados comprometidos e motivados; Atuar com ética e responsabilidade cidadã.	Confiança e credibilidade; Compromisso com resultados; Confidencialidade e segurança das informações; Respeito às pessoas; Responsabilidade social e cidadania; Integridade profissional e pessoal; Orgulho de trabalhar no Serpro; Gosto por desafios; Equidade de gênero e raça; Competência técnica.

### 2.3 Estratégia de Atuação

A estratégia de atuação do Serpro é definida por meio do planejamento estratégico da empresa. Nesse processo são definidos os componentes estratégicos, que orientam os trabalhos da empresa, para atender às necessidades de seus clientes, conselheiros, Estado e sociedade brasileira, no âmbito da tecnologia da informação e comunicação. O Ciclo Estratégico é organizado em duas fases: Formulação da estratégia; e Monitoramento e controle da estratégia. Cada uma possui um conjunto de atividades que geram produtos para atingir seu objetivo. O quadro a seguir apresenta essas fases com respectivas atividades e produtos.

Fase	Atividades	Produtos
Formulação da estratégia	Definir Componentes Estratégicos Identificar Objetivos Estratégicos Definir Soluções Divulgar Estratégia	Componentes estratégicos Objetivos estratégicos Projetos estratégicos Planejamento Estratégico divulgado
Monitoramento e controle da estratégia	Preparar Monitoramento e Controle da Estratégia Executar Ciclo de Monitoramento e Controle da Estratégia Controlar Estratégia Encerrar Ciclo Estratégico	Descrição dos atributos dos indicadores Relatório de monitoramento e controle da estratégia Oficina de controle

Na fase de “Formulação da estratégia” são definidos ou revisados os componentes estratégicos, como visão, missão, valores. Em seguida os objetivos estratégicos são identificados e descritos, com seus nós críticos e focos de resultados. Os nós críticos (causas fundamentais) servem como centros práticos de ação e de construção dos focos de resultados. Esses últimos representam o estado desejado, quando do atingimento do objetivo. Após escolha do nó crítico e foco de resultado são definidas as metas e indicadores que serão usados para medir desempenho. Ainda na fase de formulação da estratégia são definidos os projetos estratégicos, que realizam as metas definidas.

A fase “monitoramento e controle da estratégia” inicia-se com a especificação de indicadores, onde são detalhados os atributos de fórmula, fonte de dados, procedimento de coleta, entre outros. Em paralelo a essa atividade são realizados os planos setoriais, que desdobram os elementos estratégicos, como metas e projetos.

Após a atividade de preparação iniciam-se os períodos de monitoramento e controle da estratégia, onde participam os responsáveis pelo objetivo, metas e projetos estratégicos. Os períodos ocorrem mensalmente (março a dezembro) e são apoiados pela ferramenta informatizada Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-CAR). O propósito do período é acompanhar o andamento dos projetos, o desempenho das metas e verificar se estão na direção estabelecida pelos objetivos estratégicos. Ao final de cada monitoramento são realizadas oficinas de controle para analisar os resultados coletados e deliberar sobre mudanças no plano, ações corretivas e preventivas. No último monitoramento e controle ocorre o encerramento do ciclo estratégico do ano.

Com base nessa metodologia, o planejamento estratégico do Serpro passa a ser representado pelos seguintes elementos:

- Componentes Estratégicos
- Objetivos estratégicos
- Metas estratégicas
- Projetos estratégicos

Os Componentes estratégicos representam a visão, a missão, o negócio, os produtos e serviços, a força motriz, os fatores críticos, as premissas e valores do Serpro, conforme apresentado no item 2.2 deste documento. Eles fornecem as diretrizes que norteiam as metas, projetos e ações da empresa, levando ao cumprimento de sua missão. Nos próximos tópicos serão apresentados: os objetivos estratégicos, as metas e os projetos estratégicos gerados para o exercício de 2012.

### 2.3.1 Objetivos Estratégicos

O objetivo é um elemento fundamental no planejamento estratégico. Pode ser definido como um comportamento desejável ou resultado final a ser atingido em vista da estratégia da organização. A árvore de objetivo contém os atributos que descreve: nome, causas e consequências. A partir desses elementos são identificados os nós críticos e focos de resultados. Esses servem para relacionar com o plano de trabalho da empresa, onde os projetos buscam desatar os nós críticos que uma vez resolvidos atingem o objetivo, cujos resultados são controlados pelos focos de resultados. Assim, quando os projetos atingem o foco de resultado, isso significa que o objetivo foi atingido.

No Ciclo Estratégico 2012 os objetivos foram identificados e selecionados na fase de Formulação da estratégia, com a participação da diretoria, coordenações estratégicas, unidades organizacionais e órgãos de assessoramento. Foram selecionados seis objetivos, que estão descritos nos quadros a seguir:

<b>Objetivo 1 – Dimensão Econômica</b>	
<b>Objetivo OE01</b>	Consolidar a sustentabilidade econômica.
<b>Foco de resultado</b>	Equilíbrio do resultado empresarial.
<b>Nó crítico (principal causa)</b>	Custo elevado.
<b>Objetivo 2 - Dimensão Governo e Sociedade</b>	
<b>Objetivo OE02</b>	Expandir a receita.
<b>Foco de resultado</b>	Equilíbrio do resultado empresarial.
<b>Nó crítico (principal causa)</b>	Capacidade insuficiente para atender demandas.
<b>Objetivo 3 – Dimensão Processo</b>	
<b>Objetivo OE03</b>	Aprimorar a relação comercial.
<b>Foco de resultado</b>	Efetividade da gestão de negócios.
<b>Nó crítico (principal causa)</b>	Lacunas na gestão de contratos de receita.
<b>Objetivo 4 – Dimensão Processo</b>	
<b>Objetivo OE04</b>	Aumentar a produtividade do desenvolvimento.
<b>Foco de resultado</b>	Aumento da capacidade de atendimento de demandas.
<b>Nó crítico (principal causa)</b>	Racionalizar PSDS com foco em agilidade e integração.
<b>Objetivo 5 – Dimensão Tecnologia da informação e Logística</b>	
<b>Objetivo OE05</b>	Virtualizar o ambiente de produção.
<b>Foco de resultado</b>	Infraestrutura de tecnologia da informação rentável.
<b>Nó crítico (principal causa)</b>	Gestão de insumo não contempla virtualização.
<b>Objetivo 6 – Dimensão Pessoas</b>	
<b>Objetivo OE06</b>	Prover as condições para o desenvolvimento sustentável.
<b>Foco de resultado</b>	Apoiar o crescimento sustentável da empresa.
<b>Nós críticos (principais causas)</b>	Necessidade de mitigar o passivo trabalhista; Necessidade de qualificar o processo de contratação; Limitação da infraestrutura do centro de dados; Carência de capacitação gerencial; Necessidade de realocar perfis profissionais.

### 2.3.2 Metas estratégicas

Na definição das metas estratégicas, o Serpro vem buscando atender as seguintes premissas:

- 1) utilidade: representar o que é estratégico e útil para a tomada de decisão;
- 2) conformidade: normas empresariais e recomendações dos órgãos de controle.
- 3) mensurabilidade: capacidade de medir e monitorar o indicador.

Da mesma forma que as estratégias se modificam de um ano para outro, ou mesmo dentro de um mesmo ano – as chamadas estratégias emergentes – o conjunto de metas corporativas também se altera. Se isso não acontecesse, a empresa correria o risco de perseguir metas divergentes de sua realidade. Além disso, a empresa busca aprender com a execução de seu planejamento. Esse aprendizado pode levar a reflexão, onde a revisão de suas metas torna-se necessária.

Para o plano estratégico, foram definidos 18 (dezoito) indicadores para 2012, agrupados por objetivo e dimensão, conforme item 2.5 deste documento. Cada indicador foi especificado com um conjunto de propriedades que o caracterizam e reduzem a ambiguidade entre seus usuários. O tópico 2.5.1 apresenta de forma sucinta o resultado dos indicadores no período.

O Serpro busca garantir um conjunto mínimo e estável de indicadores, num processo contínuo de gestão e coleta sistematizada, de modo a permitir a análise histórica e evolutiva da empresa. Esses podem estar ou não incluídos no plano estratégico da empresa. Quando não, são acompanhados pelos processos organizacionais, em nível corporativo, conforme destacado no item 2.6 e 2.6.1.

### 2.3.3 Divulgação do Planejamento Estratégico

Todo o ano é elaborado pela Coordenação Estratégica de Comunicação – CECOM, um Plano de Comunicação cujo objetivo é divulgar através dos veículos jornalísticos da empresa o foco do Planejamento Estratégico 2012 destacando os objetivos estratégicos e os resultados práticos no dia a dia ao longo do ano, para os empregados do Serpro em geral, com comunicação dirigida ao corpo gerencial.

#### 2.3.3.1 – Ações de Divulgação realizadas em 2012

- 6 telas de abertura apresentando os objetivos estratégicos, suas dimensões e metas.
- Criação do selo para a série de matérias sobre os objetivos estratégicos.
- Emails marketing com links para as matérias sobre os relatórios mais importantes do ano.
- Papel de Parede na semana do lançamento da primeira série de matérias do objetivo estratégico.
- Nota no Primeira Leitura sobre a aprovação do Ciclo do Planejamento Estratégico 2012 e seus objetivos estratégicos.
- Nota no Direto sobre o Ciclo do Planejamento Estratégico 2012 .
- Série de matérias na intranet do Portal Integrado abordando cada um dos seis objetivos estratégicos.
- TV e Podcast. Utilização de recursos de áudio e/ou vídeo na série de matérias sobre cada objetivo estratégico, sobretudo a primeira matéria envolvendo o objetivo estratégico da Diretoria: Consolidar a sustentabilidade econômica.
- Matérias sobre os relatórios de monitoramento do ciclo estratégico.
- Matéria no Portal Integrado com o balanço do ano do Ciclo Estratégico 2012.

### 2.3.4 Avaliação dos Riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício em referência

Decorrente da prática anual de planejamento estratégico do SERPRO, a cada exercício são estabelecidos objetivos estratégicos que levam em consideração os dados históricos dos indicadores correlatos. Tais objetivos, ao serem traduzidos em metas e projetos específicos, alinham-se naturalmente aos componentes estratégicos de Missão, Visão e Valores. Pela metodologia aplicada institucionalmente, as atividades de discernimento da Alta Liderança consideram os riscos que podem impactar na realização, total ou parcial, de cada objetivo pretendido para o período foco do planejamento. São estabelecidos ciclos de monitoramento com previsão de que sejam adotadas ações preventivas e corretivas, para minimizar o risco de não cumprimento dos objetivos traçados. Além disto, em atenção a recomendação da CGU, foi criado em 2012 um departamento responsável por gestão de controles internos, ao qual foi atribuída a elaboração de uma proposta de Política Corporativa de Gestão de Riscos, a ser submetida à apreciação da Diretoria durante o exercício de 2013.

### 2.3.5 Impactos dos Resultados da ações nos objetivos estratégicos

O desempenho dos objetivos estratégicos é mensurado pelas metas e a execução realizada por Projetos Estratégicos. O acompanhamento da estratégia apresenta os resultados obtidos na execução da fase 2 – Monitoramento e Controle da Estratégia, detalhando a situação dos objetivos, suas respectivas metas e projetos estratégicos. Os 18 indicadores estão associados às 18 metas estabelecidas e se encontram descritos nos itens 2.5 e seu desempenho detalhado no item 2.5.1. Abaixo segue um resumo da avaliação dos resultados do atingimento dos objetivos estabelecidos para 2012.

Dos seis objetivos estratégicos, quatro foram totalmente atendidos e dois parcialmente realizados. Das 18 metas, 11 (61,11%) foram atingidas.

**Objetivo OE01 - Consolidar a sustentabilidade econômica:** Os resultados obtidos nas metas e ações realizadas no âmbito do objetivo estratégico demonstram que a sustentabilidade econômica da Empresa vem sendo obtida por meio da recuperação de sua lucratividade, da redução de seus custos indiretos e com a adequação de receitas e custos de execução de contratos de serviços.

Os resultados pretendidos para o objetivo no ano de 2012 foram atingidos, no entanto para sustentar o equilíbrio do resultado empresarial, ele será continuado em 2013 com ampliação das metas.

**Objetivo OE02 - Expandir a receita:** Os resultados obtidos nas metas de aumento de receita e realização de contratos de receita foram superadas, conseqüentemente o objetivo proposto foi atingido. Tais resultados foram obtidos pelo firmamento de novos contratos e aditivos, bem como a ocorrência de entregas de produtos e serviços dentro dos prazos estimados, o que contribuiu para o equilíbrio do resultado empresarial.

**Objetivo OE03 - Aprimorar a relação comercial:** Apresentou resultados que cooperam para a efetividade da gestão de negócios e o tratamento de lacunas na gestão de contratos de receita. Destaque para a consolidação da sistemática de cobrança, a reestruturação do processo de cobrança da empresa e concepção do processo de avaliação dos contratos deficitários. O desempenho do objetivo pretendido para o ano de 2012, é satisfatório e demonstra que, em

face da abrangência e complexidade dos processos envolvidos, seu alcance pleno só é possível a médio e longo prazos, razão pela qual terá continuidade em 2013, com novas metas que fortalecem as bases estabelecidas para a evolução e aprimoramento da relação empresarial.

**Objetivo OE04 - Aumentar a produtividade do desenvolvimento:** A busca pelo aumento da produtividade no desenvolvimento está presente no plano estratégico da empresa desde 2010, conforme registrado no desempenho dos indicadores 8, 9 e 10, temos um quadro favorável a continuidade do aumento da produtividade a cada ano.

Para chegar nesses resultados a empresa investiu, nos últimos anos, em aquisição de ferramentas, capacitação dos desenvolvedores, melhoria na gestão do desenvolvimento e no aprimoramento na aplicação da técnica análise de pontos de função. O objetivo atingiu seu propósito.

**Objetivo OE05 – Virtualizar o ambiente de produção:** Apresentou resultados que permitem o uso mais racional do Centro de Dados, com um gerenciamento centralizado; agilidade na disponibilização de servidores; arquitetura mais robusta ao agregar maior redundância no nível de servidores; facilidade na substituição de hardware; e visão administrativa única dos três centros de dados. 2012 foi o ano de implantação da tecnologia, por isso os indícios de retorno econômico ainda são pequenos, como a redução de 80 KVA no consumo de energia elétrica, de 32.850 BTU (ar condicionado) e redução na necessidade de aquisição de hardware ( última aquisição: 50 servidores, anterior 805). Espera-se maior retorno ao longo dos próximos anos. Além das economias citadas, houve virtualização dos servidores obsoletos, que proporcionou a adequação do parque instalado, padronização de ambiente e uniformização de hardware e melhor organização dos serviços hospedados. O resultado do objetivo foi aceitável, pois proporcionou benefícios que ultrapassam o ciclo de 2012, levando a ampliação da capacidade produtiva dos centros de dados, além de economia com infraestrutura e aquisições.

**Objetivo OE06 – prover as condições para o desenvolvimento sustentável:** parcialmente atendido, devido a concretização de duas das cinco metas diretamente vinculadas ao objetivo, sendo que o mesmo será mantido para 2013, com redirecionamento das metas.

Cabe destacar a meta relativa ao % de redução do passivo trabalhista em relação a 2011, cujo desempenho de 5,7%, superou a meta estabelecida de 5,0%. O projeto relacionado a meta foi executado dentro do escopo definido, tendo concluído 6 dos 8 produtos previstos: Ressarcimento de valores de condenações de empregados PSE, Manual do Gestor, Qualificação da Mesa Permanente, 2º Circuito COJUR, Política Administrativa de Acordos e Banco de Horas. Os produtos Política Judicial de Acordos e Solução FCA/FCT foram reprogramados para serem obtidos em 2013. Concluiu-se pelo acerto de estratégia adotada, dado o desempenho acima do esperado da meta.

## 2.4 Plano de Ações - Projetos Estratégicos

O Serpro integra o Programa de Dispêndios Globais – PDG e não possui programas de governo sob sua responsabilidade, sendo que os projetos estratégicos representam o plano de ação da empresa para alcançar suas metas e, por sua vez, cumprir com seu direcionamento estratégico.

**a) Projetos Estratégicos 2012:** ao todo foram selecionados 12 (doze) projetos, cuja lista é apresentada a seguir com o nome, objetivo e situação em 31/12/2012.

1. Mitigação do Passivo Trabalhista	
Objetivo	Implementar ações que contribuam para a redução do passivo trabalhista.
Situação	Em andamento.
2. Qualificação dos Processos de Contratações	
Objetivo	Implantar o novo processo de contratação instituído pela Norma GA 14 versão 2 de 29 de junho de 2012 e garantir que as contratações estejam aderentes a este processo.
Situação	Em andamento.
3. Métrica para Desenvolvimento de Software e Atividades Complementares	
Objetivo	Apresentar uma nova proposta de medição dos serviços de TI prestados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), relacionados ao desenvolvimento de software e serviços complementares, em termos de tamanho e esforço e, principalmente, do preço a ser praticado pela empresa.
Situação	Em andamento.

<b>4. Novo Modelo de Relacionamento Comercial com o Ministério da Fazenda</b>	
Objetivo	Promover a internalização do Novo Modelo de Relacionamento Comercial com o Ministério da Fazenda.
Situação	Em andamento.
<b>5. Infraestrutura como Serviço</b>	
Objetivo	Criar um novo tipo de serviço, no catálogo do Serpro, que possibilitará ao Centro de Dados oferecer servidores e armazenamento “em nuvem”, seguindo o modelo que, na literatura técnica, se convencionou chamar de Infraestrutura como Serviço.
Situação	Em andamento.
<b>6. Implantação da Virtualização no Centro de Dados</b>	
Objetivo	Implantar a tecnologia de virtualização no centro de dados, de forma a otimizar o uso dos recursos de centro de dados.
Situação	Em andamento.
<b>7. Adequação da Área Central do Centro de Dados da Regional Brasília</b>	
Objetivo	Adequar a área central do centro de dados da Regional Brasília, originalmente projetada para abrigar serviços de monitoração e pessoas, para receber equipamentos de produção, de modo a possibilitar a celebração de novos contratos de receita com clientes, com o aumento de área física e de disponibilidade de energia elétrica e de climatização.
Situação	Em andamento.
<b>8. Modernização das Ferramentas de Desenvolvimento</b>	
Objetivo	Selecionar e internalizar uma solução integrada de gestão do ciclo de vida do desenvolvimento, com objetivo de promover melhorias na execução e gestão dos projetos de software.
Situação	Em andamento.
<b>9. Capacitação Gerencial em Competências Conversacionais e Gestão de Pessoas</b>	
Objetivo	Estruturar e integrar ações educacionais visando a capacitação do Corpo Gerencial da Empresa, de forma a ampliar sua visão sobre as funções Administração Pública e fortalecer sua atuação como gestores de processos e líderes de pessoas.
Situação	Em andamento.
<b>10. Melhorias de Requisitos e Integrações no Processo de Desenvolvimento</b>	
Objetivo	Disponibilizar os recursos necessários para uma equipe de desenvolvimento fazer análise de requisitos através de prototipação e identificar os pontos de melhoria no relacionamento com as áreas de negócios.
Situação	Concluído.
<b>11. Gerenciamento Integrado de Serviços do Serpro</b>	
Objetivo	Elaborar e implantar a primeira fase do modelo de Gerenciamento Integrado de Serviços, no ambiente produtivo do Serpro.
Situação	Em andamento.
<b>12. Modernização da Gestão Comercial Corporativa</b>	
Objetivo	Propor e implementar soluções que visem o aprimoramento da gestão comercial com impactos diretos na melhoria da rentabilidade da empresa.
Situação	Em andamento.

**b) Projetos Estratégicos 2008 a 2012:** lista apresentada a seguir com o nome, objetivo e situação em 31/12/2012.

<b>1. FAROL - Monitoração Integrada de Serviços</b>	
Objetivo	Proporcionar uma arquitetura de monitoração integrada de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, baseada em soluções livres, aderentes a processos vinculados a padrões abertos, com o propósito de garantir a produção dos serviços conforme contratos e acordo de níveis de serviços estabelecidos com os Clientes.
Situação	Concluído.
<b>2. E-Gov nos Telecentros</b>	
Objetivo	Disponibilizar os serviços de governo itinerante nos telecentros, a fim, de tornar os serviços do Governo Eletrônico mais acessíveis às camadas menos favorecidas.
Situação	Em andamento.
<b>3. Projeto Sabiá</b>	
Objetivo	Viabilizar o acesso das pessoas aos direitos, bens e serviços, independente das suas capacidades físicas, motoras, perceptivas e condições culturais e sociais, eliminando as barreiras arquitetônicas e tecnológicas, atendendo à Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, conforme previsto no Programa Serpro de Responsabilidade Social e Cidadania, no eixo acessibilidade.
Situação	Em andamento.
<b>4. Escritório de Métricas em Pontos de Função da Superintendência de Desenvolvimento (Escritório de Contagem de Pontos de Função)</b>	
Objetivo	Implantar o escritório de métricas em ponto de função - PF na Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE, objetivando garantir a efetividades das estimativas de tamanho dos projetos de software a serem desenvolvidos pela SUPDE.
Situação	Em andamento.
<b>5. Gestão de Identidade e Acesso</b>	
Objetivo	Prover ao Serpro um modelo de gestão de identidade e acesso, contemplando as funções de autenticação, autorização, auditoria e federação de identidades.
Situação	Cancelado.
<b>6. Governança de Tecnologia da Informação</b>	
Objetivo	Estabelecer uma estrutura de governança de Tecnologia da Informação - TI que venha reforçar o alinhamento estratégico da TI aos direcionamentos da organização e aprimorar os processos de modo a melhorar seus desempenhos e alcance dos objetivos, além de compor informações de subsídio às decisões da Coordenação de Tecnologia e da alta direção nos assuntos afetos à tecnologia.
Situação	Suspensão.
<b>7. Implementação do Processo de Gestão da Continuidade de Negócios</b>	
Objetivo	Estabelecer a estrutura de funcionamento da Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS e demais áreas de operações para suporte ao uso do processo de gestão de continuidade de negócios.
Situação	Concluído.
<b>8. Segmentação da Rede Interna</b>	
Objetivo	Segmentar a rede interna do Serpro em redes logicamente isoladas de modo a atender aos perfis de usuários definidos por segmento. Essa estrutura oferecerá níveis de segurança de acordo com o tipo de trabalho executado por cada perfil de usuário em cada rede, garantindo segurança, auditabilidade e rastreabilidade.
Situação	Em andamento.

<b>9. Ciclo de Desenvolvimento Seguro</b>	
Objetivo	Instituir atividades e melhores práticas de segurança no desenvolvimento, em todas as fases de engenharia do(s) processo(s) corporativos relacionados ao(s) ciclo(s) de vida de desenvolvimento de um produto de software.
Situação	Concluído.
<b>10. Consolidação dos Servidores e Serviços na Produção, utilizando a Virtualização</b>	
Objetivo	Consolidar os servidores e serviços produzidos nos Centros de Dados administrados pela Superintendência de Produtos e Serviços - SUPCD e servidores e serviços administrados pela Superintendência de Produtos e Serviços - SUPOP, utilizando a solução de virtualização homologada para o Serpro.
Situação	Cancelado.
<b>11. Gestão de Continuidade de Negócios</b>	
Objetivo	Definir estratégia, arquitetura e processos visando a contratação e implementação da infraestrutura que possibilite a continuidade de negócios.
Situação	Em andamento.
<b>12. Sistema Integrado do Monitoramento e Registro Automático de Veículos – SIMRAV</b>	
Objetivo	Servir aos órgãos executivos de trânsito como instrumento para prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas. Possibilitar a obtenção dos dados de veículos e de seus proprietários, registrar em nível nacional as transações e troca de informações e garantir a integração das entidades envolvidas, criando condições para diminuir as ocorrências de roubo e furto de veículos. Fornece dados que subsidiam o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN na sua missão de regulamentar e garantir a segurança no trânsito.
Situação	Em andamento.
<b>13. Novo SIAFI - Fase I - Contas a Pagar e Receber (CPR)</b>	
Objetivo	Construir um novo Sistema Contas a Pagar e a Receber - CPR, bem como reconstruir e adaptar os módulos e submódulos de sistemas que contribuem para a composição das funcionalidades do complexo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI (referente a primeira fase do Plano Global de Projeto do Novo SIAFI - CPR), que são por ele requeridos. Nesse grupo estão os sistemas: SENHA, COMUNICA, Submissão Batch (BT), MENSAGENS, DOCUMENTOS e TABELAS. Em razão da estratégia de garantir a convivência da nova solução, em plataforma avançada, com a aplicação atualmente em produção no mainframe, faz parte desse escopo a adequação de funcionalidades e criação de novas funcionalidades no SIAFI Operacional.
Situação	Concluído
<b>14. SICGOV – Sistema de Custos do Governo Federal – Fase III</b>	
Objetivo	Fornecer ao Governo Federal, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, evolução da Solução denominada Sistema de Custos do Governo Federal - SICGOV, através da inclusão dos Documentos e dos Contas-Corrente Contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI. Adicionalmente serão incluídas as Tabelas de Credores, Plano Interno e Centro de Custos.
Situação	Concluído.
<b>15. e-Processo</b>	
Objetivo	Agilizar o andamento processual na Receita Federal do Brasil - RFB, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. O objetivo central é a transformação dos processos administrativos em processos digitais e o controle dos processos tipo papel, com o gerenciamento do seu fluxo de trabalho, no âmbito da RFB, do CARF e da PGFN, com segurança, agilidade, fidedignidade e transparência.
Situação	Em andamento.
<b>16. Programa de Unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários (PUC01 – EFD - Social e DCTF – Prev)</b>	
Objetivo	Integração do tratamento dos créditos previdenciários e créditos tributários. Será criada a Escrituração Fiscal Digital Social – EFD-Social, substituindo a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP e gerado a Declaração de Contribuições Fiscais e Tributárias – Previdenciária - DCTF-Prev. A DCTF-Prev receberá um tratamento equivalente ao da DCTF-Tributária.
Situação	Em andamento.

<b>17. Sistema de Automação da Justiça - SAJ - 2011 – Melhorias</b>	
Objetivo	Tornar disponíveis várias melhorias do SAJ 2011 em 8 entregas sucessivas. Inclui a disponibilização do ambiente para treinamento.
Situação	Cancelado.
<b>18. Evolução Convênios</b>	
Objetivo	Atender o conjunto de demandas para evolução do Portal de Convênios - Sistema de Convênio - Siconv no período de 2010-2011. Conforme anexo XII Serviços Siconv do Contrato Serpro/MPOG – 2010/2010-14.
Situação	Concluído.
<b>19. Reestruturação dos Escritórios de Controle e Acompanhamento do Desenvolvimento</b>	
Objetivo	Reestruturar os Escritórios de Acompanhamento e Controle do Desenvolvimento para que a Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE possa garantir o atingimento das metas corporativas para o desenvolvimento de soluções.
Situação	Concluído.
<b>20. SPED - Sistema Público de Escrituração Digital</b>	
Objetivo	Construir, implantar e produzir solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. (Emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, Escrituração Fiscal e Contábil).
Situação	Em andamento.
<b>21. Macro Processo do Crédito Tributário</b>	
Objetivo	Definir sistema informatizado, na plataforma aplicada ao Sistema de Informações Econômico-Fiscais – SIEF, que promova a Visão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário, com vistas a acompanhá-lo e tratá-lo em todas as etapas do seu ciclo operacional.
Situação	Em andamento.
<b>22. Expresso em nuvem - Dataprev e Serpro</b>	
Objetivo	Disponibilizar à sociedade brasileira, em especial às três esferas de governo, uma solução de comunicação eletrônica, cuja arquitetura tecnológica e o modelo de negócio sejam orientados a serviço. A solução terá por base os módulos e funcionalidades do correio Expresso atual e contemplará os seguintes conceitos de computação em nuvem: capacidade de disponibilizar módulos contratados do serviço rapidamente; acesso ao serviço a partir de diversos tipos de dispositivos móveis; pool de recursos computacionais podem estar distribuídos geograficamente; recursos computacionais elásticos (aumentam ou diminuem conforme a demanda); e remuneração do serviço prestado será proporcional ao kit mínimo e módulos adicionais contratados.
Situação	Cancelado.
<b>23. Fomento do uso do Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções (Promoção do uso do PSDS)</b>	
Objetivo	Comprometimento dos diversos níveis gerenciais com o uso do PSDS. Aproximar o processo de desenvolvimento à realidade praticada nos departamentos de desenvolvimento. Envolvimento da UNISE (Universidade Corporativa) na capacitação.
Situação	Cancelado.

## 2.5 Identificação dos Indicadores Estratégicos

Nome do indicador	Unidade	Meta	Alinhamento (Objetivo-Dimensão)
1. Lucro	Milhões	30	Objetivo 1 – Econômica
2. Redução de Custos Indiretos Corporativos	%	10	Objetivo 1 – Econômica
3. Aumento de Receitas	%	7,76	Objetivo 2 - Governo e Sociedade
4. Realização de Contratos de Receita	%	95	Objetivo 2 - Governo e Sociedade
5. Redução de Dias de Esforço não Remunerado	Dias	60	Objetivo 3 – Processo
6. Cobertura de Custos na Execução de Contratos	%	100	Objetivo 3 – Processo
7. Solicitações de Serviços de Clientes no Prazo	%	85	Objetivo 4 – Processo
8. Produtividade Demoiselle	HH-PF	12	Objetivo 4 – Processo
9. Produtividade Pentaho	HH-PF	18	Objetivo 4 – Processo
10. Produtividade Zope / Plone	HH-PF	5	Objetivo 4 – Processo
11. Redução do Custo por Servidor	%	15	Objetivo 5 – Tecnologia da informação e Logística
12. Implantação do Processo de Gestão de Insumo	%	100	Objetivo 5 – Tecnologia da informação e Logística
13. Realização das Metas do Nó Crítico	%	100	Objetivo 6 – Pessoas
14. Redução Passivo Trabalhista em Relação a 2011	%	5	Objetivo 6 – Pessoas
15. Contratações Previstas no Plano Contratações	%	50	Objetivo 6 – Pessoas
16. Ampliação do Centro de Dados de Brasília	m <sup>2</sup>	600	Objetivo 6 – Pessoas
17. Gerentes Capacitados	%	90	Objetivo 6 – Pessoas
18. Redução de Diárias e Passagens	%	70	Objetivo 6 – Pessoas

### 2.5.1 Análise do Desempenho dos Indicadores Estratégicos

Nesta seção é apresentado o desempenho dos 18 (dezoito) indicadores estratégicos do Serpro. Aborda a utilidade ou finalidade do indicador, o tipo, a fórmula de cálculo, o método de aferição, a área responsável pela medição, a meta e o respectivo resultado alcançado no exercício de 2012 e a série histórica dos indicadores.

#### 1. Lucro

a) **Utilidade / finalidade:** Alcançar 30 milhões de lucro líquido no exercício de 2012.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** [Lucro Bruto – Despesas Operacionais – (Créditos Tributários Diferidos + Participação nos Lucros ou Resultados + Provisão para IRPJ e CSLL)]

d) **Método de aferição:** Consulta ao Demonstrativo do Resultado (DRE) que é apurado mensalmente.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 30 milhões / 64,6 milhões. Superou a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior, melhor.

h) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	-174,7 milhões
2011	-175,9 milhões
2012	64,6 milhões

#### 2. Redução de Custos Indiretos Corporativos

a) **Utilidade / finalidade:** Aferir os custos dos subprocessos de suporte, medindo a sua participação em relação aos custos totais da empresa.

b) **Tipo:** Eficiência.

c) **Fórmula de cálculo:** (Acumulado do Período do Exercício / Acumulado do Período Anterior) – 1 x 100, onde:

- Acumulado do Período do Exercício = (Custos dos Subprocessos de Suporte / Custos Totais sPSE);
- Acumulado do Período Anterior = (Custos dos Subprocessos de Suporte / Custos Totais sPSE);

**d) Método de aferição:** Consulta ao Sistema de Custos Empresariais.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 10% / 6,65%. Não atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior melhor.

**h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** A meta de “Redução dos custos indiretos corporativos” não foi atingida. O desempenho dessa meta deve-se principalmente à frustração das expectativas de prazo no desenvolvimento dos projetos atrelados a mesma.

**i) Principais medidas implementadas:** Realocação das despesas dos serviços públicos (energia elétrica, água e telefonia) por metro quadrado; Redistribuição do consumo da energia elétrica das regionais Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo; e Revisão da alocação dos recursos de pessoal aos processos empresariais junto às unidades.

**j) Série histórica:** a partir de 2012

Ano	Desempenho
2012	6,65%

### 3. Aumento de Receitas

**a) Utilidade / finalidade:** Medir a diferença do faturamento entre 2012 e 2011 para saber se houve aumento em relação ao exercício anterior.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Faturamento Acumulado} \times 7,76\%) / (\text{Faturamento 2011} + 7,76\% \times (\text{Faturamento 2011}))]$ .

**d) Método de aferição:** Consulta ao sistema DW Financeiro e comparar o resultado do período atual em relação ao período anterior.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 7,76% / 8,14%. Superou a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor

**h) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	-4,90%
2011	5,64%
2012	8,14%

### 4. Realização de Contratos de Receita

**a) Utilidade / finalidade:** Acompanhar a capacidade de realização dos contratos de receita, por meio da entrega de serviços pelo Serpro.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Faturamento Realizado Acumulado} \times 95) / 95\% (\text{Faturamento Previsto no Ano})]$

**d) Método de Aferição:** Consulta e coleta de dados do sistema DW Financeiro.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 95% / 99,13%. Superou a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	86,93%
2011	92,91%
2012	99,13%

### 5. Redução de Dias de Esforço não Remunerado

**a) Utilidade/finalidade:** Reduzir o prazo anual médio de recebimento de faturas para até 60 dias.

**b) Tipo:** Eficiência.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Saldo Inicial de Contas a Receber} + \text{Saldo Final de Contas a Receber} / 2) / (\text{Total da Receita} / 360)]$ .

**d) Método de aferição:** Controle setorial, por meio do acompanhamento do relatório extrato mensal Serpro – Receita – Sistema Siareweb.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira - SUPGF.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 60 dias / 120,11 dias . Não atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Quanto menor, melhor.

**h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** No cálculo da meta é considerado valores em Avaliação de Direito e pendências relativas ao período de 1996 a 2003 (não são objeto de cobrança). A média do Indicador no período de 2004 a 2012, considerando somente os Valores em Cobrança (excluídos do cálculo os valores em Avaliação de Direito e os valores que não são objeto de cobrança), ficou em 48,91 e a média do período de 2012 ficou em 41,83, tendo um desempenho dentro da meta.

**i) Principais medidas implementadas:** Instituição da Coordenação de Cobrança de Débitos de Clientes; Levantamento de créditos em bloqueio judicial; Atualizações de valores em avaliação de direito, com vista a evitar cobranças indevidas; e Envio de Carta de Cobrança a 22 clientes inadimplentes.

**j) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	132,81 dias
2011	127,77 dias
2012	120,11 dias

## 6. Cobertura de Custos na Execução de Contratos

**a) Utilidade/finalidade:** Aferir se os custos dos contratos estão cobertos pela receita operacional líquida obtida na execução dos contratos de receita.

**b) Tipo:** Eficiência.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Somatório da receita operacional líquida} / \text{Somatório dos custos dos contratos}) * 100]$

**d) Método de aferição:** Coleta de informações dos Relatórios de Custos Rentabilidade por Cliente Contratos e URC dos Relatórios Gerenciais do Sistema de Custos Empresariais.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 100% / 100,1%. Atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Série histórica:** a partir de 2011.

Ano	Desempenho
2011	82,52%
2012	100,1%

## 7. Solicitações de Serviços de Clientes no Prazo

**a) Utilidade/finalidade:** Analisar o atendimento das Solicitações de Serviço – SS, através da medição do cumprimento de prazo, com o propósito de melhorá-lo.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Quantidade de SS entregues no Prazo}) * 100 / (\text{Quantidade de SS Entregues})]$

**d) Método de aferição:** A coleta de dados é realizada por meio de extração (Execução de APES) na ferramenta SGI. Os dados são carregados no Painel de Indicadores, ferramenta que calcula os resultados conforme fórmula do indicador.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 85% / 98,20%. Superou a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor

**h) Série histórica:** a partir de 2011.

Ano	Desempenho
2011	82,36%
2012	98,20%

## 8. Produtividade Demoiselle

**a) Utilidade / finalidade:** Analisar o uso da tecnologia Java Demoiselle no desenvolvimento de Software do SERPRO, através da medição da produtividade nesta linguagem, com o propósito de melhorá-la.

**b) Tipo:** Eficiência.

**c) Fórmula de cálculo:** Esforço total apropriado em projetos de software / Tamanho total dos projetos de software.

**d) Método de aferição:** Sistema de Gestão de Informações - SGI. A coleta de dados é realizada por meio de extração (Execução de APES) na ferramenta SGI. Os dados são carregados no Painel de Indicadores, ferramenta que calcula os resultados conforme fórmula do indicador.

- e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE.  
 f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 12 HH-PF / 12,3 HH-PF. Não atingiu a meta.  
 g) **Interpretação:** Quanto menor, melhor.  
 h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** Durante o período de monitoramento, o indicador sofreu variações no valor da produtividade nesta plataforma, ficando a média, no ano, situada em 12,3 HH/PF, que pode ser considerado um patamar razoável de atingimento desta meta, considerando-se inclusive os valores observados no ciclo de 2011. A variação na produtividade nos projetos depende da complexidade do projeto, da experiência da equipe na linguagem e no negócio, e do tempo da conclusão de atividades que dependem do cliente.

i) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	18,64 HH-PF
2011	16,9 HH-PF
2012	12,3 HH-PF

### 9. Produtividade Pentaho

- a) **Utilidade / finalidade:** Analisar o uso da tecnologia Pentaho no desenvolvimento de software do Serpro, através da medição da produtividade nesta linguagem, com o propósito de melhorá-la.  
 b) **Tipo:** Eficiência.  
 c) **Fórmula de cálculo:** Esforço total apropriado em projetos de software / Tamanho total dos projetos de software.  
 d) **Método de aferição:** Sistema de Gestão de Informações - SGI. A coleta de dados é realizada por meio de extração (Execução de APES) na ferramenta SGI. Os dados são carregados no Painel de Indicadores, ferramenta que calcula os resultados conforme fórmula do indicador.  
 e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE.  
 f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 18 HH-PF / 7 HH-PF. Superou a meta.  
 g) **Interpretação:** Quanto menor, melhor.  
 h) **Série histórica:** a partir de 2012.

Ano	Desempenho
2012	7 HH-PF

### 10. Produtividade Zope / Plone

- a) **Utilidade / finalidade:** Analisar o uso da tecnologia Zope/Plone no desenvolvimento de software do SERPRO, através da medição da produtividade nesta linguagem, com o propósito de melhorá-la.  
 b) **Tipo:** Eficiência.  
 c) **Fórmula de cálculo:** Esforço total apropriado em projetos de software / Tamanho total dos projetos de software.  
 d) **Método de aferição:** Sistema de Gestão de Informações - SGI. A coleta de dados é realizada por meio de extração (Execução de APES) na ferramenta SGI. Os dados são carregados no Painel de Indicadores, ferramenta que calcula os resultados conforme fórmula do indicador.  
 e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE.  
 f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 05 HH-PF / 3,3 HH-PF. Superou a meta.  
 g) **Interpretação:** Quanto menor, melhor.  
 h) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	6,0 HH/PF
2011	3,2 HH/PF
2012	3,3 HH/PF

### 11. Redução do Custo por Servidor

- a) **Utilidade / finalidade:** Acompanhar a evolução do custo médio por servidor componente do parque computacional de plataforma baixa (Linux e Windows), objetivando medir sua efetiva redução ao tempo em que avance a implantação do processo de virtualização.  
 b) **Tipo:** Eficiência.  
 c) **Fórmula de cálculo:**  $[(1 - ((CTS_{\text{Satu}} / QS_{\text{Satu}}) / (CTS_{\text{Sant}} / QS_{\text{Sant}}))) \times 100]$ , onde:
  - CTS<sub>Sant</sub> = custo total dos processos produtivos Linux e Windows em dez/2011.
  - QS<sub>Sant</sub> = quantidade de servidores utilizados nos processos produtivos Linux e Windows em dez/2011.

- CTSatu = custo total dos processos produtivos Linux e Windows apurados para o mês do exercício (2012).
- QSatu = quantidade de servidores utilizados nos processos produtivos Linux e Windows no mês do exercício (2012).

**d) Método de aferição:** Os custos são informados a partir das informações do sistema de custo e as quantidades de servidores a partir do controle quantitativo do Serpro

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desempenho e Controle - SUPDC.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 15% / 9,06%. Não atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** O indicador apresentou uma evolução significativa no número de servidores virtualizados durante o exercício 2012, entretanto despesas inesperadas ocorridas em setembro/2012, aquém das expectativas iniciais, impossibilitaram o atingimento da meta de 15% de redução no custo médio por servidor. Observa-se que há uma tendência de redução no custo por servidor para o ano de 2013.

**j) Série histórica:** a partir de 2012

Ano	Desempenho
2012	9,06%

## 12. Implantação do Processo de Gestão de Insumo

**a) Utilidade / finalidade:** Medir e controlar a implantação do processo de gestão de insumo para ambientes virtualizados.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:**

[(% de entrega do produto “Definição da sistemática de apropriação para ambientes virtuais”, do Projeto Virtualização + % de entrega do produto “inclusão de insumo para ambientes virtualizados”, do Projeto Política de Preços + % de entrega do produto “Processo de Gerenciamento de Demandas adequado à virtualização” + % de entrega do produto “Processo de Gerenciamento de Níveis de Serviço adequado à virtualização” + % de entrega do produto “Processo de Gerenciamento de Eventos adequado à virtualização”, do Projeto GIS) / 5].

**d) Método de Aferição:** Registros de cada um dos três projetos (virtualização, política de preços e GIS) vinculados à meta.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Diretoria de Operações - DIOPE.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 100% / 100%. Atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Série histórica:** a partir de 2012.

Ano	Desempenho
2012	100%

## 13. Realização das Metas do Nó Crítico

**a) Utilidade / finalidade:** Medir o cumprimento das metas dos nós críticos do OE6 – Prover as condições para o desenvolvimento sustentável.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[(A\_M14 + A\_M15 + A\_M16 + A\_M17 + A\_M02) / 5] \times 100$ , onde:

A\_M14 = 0, se meta não atingida; 1, se meta atingida

A\_M15 = 0, se meta não atingida; 1, se meta atingida

A\_M16 = 0, se meta não atingida; 1, se meta atingida

A\_M17 = 0, se meta não atingida; 1, se meta atingida

A\_M02 = 0, se meta não atingida; 1, se meta atingida

**d) Método de aferição:** Monitoramento, % de cumprimento das metas.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Diretoria de Administração - DIRAD.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 100% / 40%. Não atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** Não foi alcançada a meta devido a não concretização de três das cinco metas diretamente vinculadas ao objetivo. Diante disso, alcançou um percentual global de 40% das metas previstas.

**i) Principais medidas implementadas:** Além das ações registradas nos indicadores (02, 16 e 17) que não alcançaram a meta, foram realizadas oficinas de nivelamento de informações, em especial na aplicação do procedimento e aplicação de medidas.

**j) Série histórica:** a partir 2012.

Ano	Desempenho
2012	40%

#### 14. Redução Passivo Trabalhista

- a) **Utilidade / finalidade:** Medir o percentual de redução do passivo trabalhista com relação a 2011.  
b) **Tipo:** Eficiência.  
c) **Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Passivo Trabalhista 2011} - \text{Passivo Trabalhista de 2012}) / \text{Passivo Trabalhista de 2011} \times 100]$ .  
d) **Método de aferição:** Software de controle de processos da COJUR – CPC.  
e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Diretoria de Administração - DIRAD.  
f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 5% / 5,70% . Superou a meta.  
g) **Interpretação:** Quanto maior, melhor.  
h) **Série histórica:** a partir de 2012.

Ano	Desempenho
2012	5,70%

#### 15. Contratações Previstas no Plano de Contratações

- a) **Utilidade / finalidade:** Medir a aderência das contratações do Serpro com o planejado.  
b) **Tipo:** Eficácia.  
c) **Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Número de contratações concluídas do Plano de Contratações} / \text{Número total das contratações concluídas}) \times 100]$ .  
d) **Método de aferição:** A coleta das informações é efetuada junto ao Sistema HISAQ e Plano de Contratações.  
e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Aquisições - SUPGA  
f) **Meta / Resultado do indicador no exercício:** 50% / 61,06% . Superou a meta.  
g) **Interpretação:** Quanto maior, melhor.  
h) **Série histórica:** a partir de 2012.

Ano	Desempenho
2012	61,06%

#### 16. Ampliação do Centro de Dados de Brasília

- a) **Utilidade / finalidade:** Preparar o ambiente para possibilitar o aumento de 600m<sup>2</sup> do centro de dados da Regional Brasília.  
b) **Tipo:** Eficácia.  
c) **Fórmula de cálculo:** Tamanho atual - Tamanho anterior.  
d) **Método de aferição:** Os dados serão extraídos dos relatórios de acompanhamento das obras.  
e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Logística - SUPGL  
f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 600 m<sup>2</sup> / 0 m<sup>2</sup> . Não atingiu a meta.  
g) **Interpretação:** Quanto maior melhor.  
h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** A ativação da ampliação do Centro de Dados somente poderá ser iniciada após a entrega da nova subestação rebaixadora de energia elétrica da Regional Brasília, prevista para 2013.  
i) **Principais medidas implementadas / responsáveis:** Apesar da mitigação dos riscos inerentes à não finalização do projeto no prazo previsto, decorrente de um fator externo (substituição da subestação rebaixadora de energia elétrica), cabe adotar uma gerência de riscos mais efetiva.  
j) **Série histórica:** Não se aplica.

#### 17. Gerentes Capacitados

- a) **Utilidade / finalidade:** Medir o percentual de gerentes do SERPRO capacitados nas ações educacionais definidas no Plano de Desenvolvimento Gerencial para 2012.  
b) **Tipo:** Eficácia.  
c) **Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Quantidade de gerentes capacitados}) / (\text{Total de gerentes designados})] \times 100$   
d) **Método de aferição:** As informações são coletadas do Sistema de Educação – SISTED e do Sistema de Gestão de Pessoal.  
e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Universidade Serpro - UNISE  
f) **Meta / Resultado do indicador no exercício:** 90% / 45,76%. Não atingiu a meta.  
g) **Interpretação:** Quanto maior, melhor.  
h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** Identificam-se como fatores contributivos para o não atingimento da meta a dificuldade de envolver o elevado número de gerentes num prazo de execução menor que um ano, considerando que há diversas atividades que concorrem com as ações educacionais, além da atribuição de ofício.  
i) **Principais medidas implementadas:** Ações de sensibilização junto as superintendências das Unidades Organizacionais, bem como, criação de turmas extras.

j) **Série histórica:** a partir de 2012.

Ano	Desempenho
2012	45,76%

### 18. Redução de Diárias e Passagens

a) **Utilidade / finalidade:** Avaliar a realização das despesas com viagens, exceto as de treinamento, em relação ao orçamento aprovado para o exercício 2012.

b) **Tipo:** Eficiência.

c) **Fórmula de cálculo:** (Orçamento de viagens realizado / Orçamento de viagens aprovado) x 100

d) **Método de aferição:** Coleta e comparação de dados coletados junto ao orçamento aprovado e SIAFI.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 30% / 36,60% . Superou a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior, melhor.

h) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	19,58%
2011	40,84%
2012	36,60%

## 2.6 Identificação dos Indicadores Corporativos

Conforme recomendação da Controladoria Geral da União – CGU (Achados da Auditoria – 201203853), manter de forma contínua e estável um conjunto de indicadores a longo prazo, foi definido seis indicadores Corporativos. Cabe destacar que o processo de melhoria dessa atividade é contínuo e espera-se a evolução no decorrer do tempo.

Indicador	Meta / Referência	Alinhamento (Dimensão)
1. Horas de Treinamento	36%	Aprendizado e Crescimento
2. EBITDA	10,58%	Econômico
3. Liquidez Corrente	= ou > 1	Econômico
4. Imobilização do Capital Próprio	= ou > 0	Econômico
5. Endividamento Total	< 1	Econômico
6. Margem líquida	> 0	Econômico

### 2.6.1 Análise do Desempenho dos Indicadores Corporativos

Nesta seção é apresentado o detalhamento dos indicadores selecionados.

#### 1. Horas de Treinamento

a) **Utilidade / finalidade:** Medir o número de horas de treinamento por Diretoria por Funcionário.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** Somatório de horas de treinamento das Unidades por Diretoria / total de empregados das Unidades pertencentes a cada Diretoria.

d) **Método de aferição:** Coleta de dados junto ao Sistema de Gestão Acadêmica – SISGAD.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Universidade Serpro – UNISE.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 36 / 38,5 – Superou a meta global Serpro

**f.2) Decomposição da meta e do desempenho de 2012 por Diretoria:**

Diretoria	Meta (h)	Resultado (h)
Diretor Presidente (DP)	35	30:48
Diretor Superintendente (DS)	34	34:53
Diretoria de Relacionamento com Cliente (DIRCL)	49	48:09
Diretoria de Operacional (DIOPE)	29	30:10
Diretoria de Administrativa (DIRAD)	35	37:22
Diretoria de Gestão Empresarial (DIGEM)	26	23:33
Diretoria de Desenvolvimento (DIDES)	44	50:06
Serpro	36*	38,5**
* Média das metas das Diretorias; * Resultado = (somatório das cargas horárias mensais das Diretorias / total dos empregados das Diretorias).		

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Série histórica:** Este indicador foi evoluído para contemplar novas ações educacionais inclusive no cálculo dos anos anteriores.

Ano	Desempenho
2010	69,4
2011	50,9
2012	38,5

**2. EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)**

**a) Utilidade / finalidade:** Demonstrar os recursos disponíveis para financiar os investimentos em bens de capital; efetuar o pagamento de impostos; e remunerar os acionistas através de dividendos.

**b) Tipo:** Efetividade.

**c) Fórmula de cálculo:**  $[\text{Lucro} / (\text{Prejuízo Operacional} (+) \text{ Depreciações e Amortizações} (-) \text{ Receitas Financeiras} (+) \text{ Despesas Financeiras})] \times 100$ .

**d) Método de aferição:** Coleta dos dados junto ao relatório Demonstrativo do Resultado (DRE).

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 10,58% / 14,53% - Superou a meta.

**g) Interpretação:** Quanto maior, melhor.

**h) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	-12,81
2011	-0,59%
2012	14,53%

**3. Liquidez Corrente**

**a) Utilidade / finalidade:** Permite evidenciar a posição patrimonial da entidade, ou seja, avalia o disponível em relação às obrigações.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:** Disponível/ Passivo Circulante.

**d) Método de aferição:** Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial, mensalmente.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** Igual ou maior que 1 / 1,51 Attingiu a meta

**g) Interpretação:** Igual ou maior que 1

**h) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	1,68
2011	1,65
2012	1,51

**4. Imobilização do Capital Próprio**

**a) Utilidade / finalidade:** Representa quanto (%) do Patrimônio Líquido está alocado em Ativo Permanente, ou seja, em bens não líquidos como investimentos em edificações, terrenos, máquinas pesadas etc.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:** Ativo Imobilizado/Patrimônio Líquido.

**d) Método de aferição:** Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial, mensalmente.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** Igual ou maior que 0 / 0 Atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Igual ou maior que 0.

**h) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	0,51
2011	0,47
2012	0

**5. Endividamento Total**

**a) Utilidade / finalidade:** Mostra a participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais da empresa. Indicam o montante de recursos de terceiros sendo usado para gerar lucros.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:** Passivo total/Patrimônio Líquido.

**d) Método de aferição:** Mensal. Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** Menor que 1 / 1,26 não atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Menor que 1.

**h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** Os atrasos nas obrigações de curto prazo, traduzida numa expansão mais acentuada do Passivo Circulante contribuiu para o não atingimento da meta fixada.

**i) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	1,25
2011	1,42
2012	1,26

**6. Margem Líquida**

**a) Utilidade / finalidade:** Mede a fração de cada real de vendas que resultou em lucro líquido.

**b) Tipo:** Eficácia.

**c) Fórmula de cálculo:** Resultado mensal/Receita operacional líquida mensal

**d) Método de aferição:** Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial, mensalmente.

**e) Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF

**f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** Maior que 0 / 0,66 atingiu a meta.

**g) Interpretação:** Maior que 0.

**h) Série histórica:**

Ano	Desempenho
2010	-0,21
2011	0,50
2012	0,66

### 3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da Unidade

Em atenção a recomendação da Controladoria Geral da União, constante no Relatório de Auditoria de Gestão nº 170961, foi criado em abril de 2012 o Departamento de Gestão de Controle Interno – DCGCI, vinculado à Superintendência de Gestão Empresarial - Desempenho e Controle Empresarial – SUPDC.

As atribuições do referido departamento, contidas no seu respectivo documento Descrição de Atribuições e Competências – DAC, tem foco na gestão do controle interno no âmbito corporativo, sob a ótica preventiva de gestão empresarial.

Durante o exercício de 2012 foram iniciadas as ações para estruturação do departamento, para definição de metodologia de trabalho e para identificação de cursos de capacitação de pessoal adequado à aquisição do conhecimento considerado necessário para execução das atividades atribuídas ao departamento.

A partir de setembro, novos profissionais foram gradualmente agregados à equipe do departamento, todos analistas concursados especializados em gestão empresarial. Ao final de 2012 a equipe, ainda incompleta, achava-se composta por um gerente e 3 analistas, atuando com foco no estabelecimento de um plano de Ações de Controle Interno a ser executado durante o exercício de 2013 junto às demais unidades organizacionais.

#### 3.2 Pesquisa - Avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da unidade.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível as unidades internas e pessoas é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b> Tendo por foco a identificação de possibilidades de melhoria nos processos e nos procedimentos internos, a metodologia adotada buscou considerar a percepção do Departamento de Gestão do Controle Interno sobre aspectos dos processos de controle interno, a percepção da Alta Direção sobre todas as questões respondidas no exercício anterior, bem como a percepção da Alta Direção sobre os itens do Questionário para Avaliação da Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos, em consulta realizada pelo TCU em dezembro de 2012. Assim, devido ao ajuste de metodologia, alguns itens apresentam-se um nível de avaliação abaixo do que consta no relatório do exercício anterior.</p>					
<p><b>LEGENDA</b> :Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da unidade. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da unidade. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da unidade.</p>					

### 3.3 Política e quadros de remuneração dos Administradores, Conselho Fiscal e Diretor

O Estatuto do Serpro estabelece a composição da Diretoria e dos Conselhos.

#### “ DA DIRETORIA

Art. 9º O SERPRO será administrado por uma Diretoria composta por:

I - um Diretor-Presidente;

II - um Diretor-Superintendente; e

III - cinco Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, todos com prazo de gestão de quatro anos, permitida a recondução.

§ 2º Pelo menos dois membros da Diretoria serão escolhidos entre os empregados do SERPRO.”

#### “DO CONSELHO DIRETOR

Art. 6º O órgão de orientação superior do SERPRO é o Conselho Diretor, integrado por:

I - quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho e o seu substituto;

II - o Diretor-Presidente do SERPRO; e

III - um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.”

#### “DO CONSELHO FISCAL

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos e respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Fazenda, com mandato de um ano, admitida a recondução.

§ 1o Um dos membros do Conselho Fiscal será representante do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor.”

**1. Base normativa da remuneração:**

- A remuneração dos diretores do SERPRO é fixada pelo DEST ouvido o Ministério da Fazenda, sendo desvinculada daquela percebida pelos empregados ou do órgão de origem dos dirigentes.

Base normativa: Decreto-Lei 2.355/87 (art.3º), Decreto 3.735 /01 (art. 1º, inciso III), Portaria MP 250/05 (art 1º), Decreto nº 7.675/12 (Anexo I, art. 6º, inciso IV, alínea “h”), Lei 6.404/76 (art. 152) e Constituição Federal (art.37, inciso XIII).

- A remuneração dos conselheiros corresponde a 10% da remuneração média dos diretores, conforme Lei 9.292/96 e 6.404/76 (art. 162, §3º), sendo composta por honorários e 13º salário.

**2. Objetivos da política ou prática de remuneração:** remunerar pela prática laboral correspondente ao cargo efetivo, sendo que cargos iguais possuem mesma remuneração (Diretor, VP e Presidente), responsabilidades idênticas, decisões colegiadas e mesmo nível hierárquico. Decreto-Lei 2.355/87 (art.3º).

**3. Composição da remuneração, indicando:**

**a) a proporção de cada elemento na remuneração total:** a remuneração é composta pelos honorários, gratificação natalina, sendo que para os diretores consta também 1/3 de férias.

**b) a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:** o DEST através do ofício circular nº30 DEST-MP de 27.01.2012, solicitou a proposta de remuneração para o período de **abril/2012 a março/2013**, aprovada pela Nota Técnica nº 509 – CGDOR/DEST/SE-MP de 07.12.2012. O reajuste é limitado ao IPCA realizado dos últimos 12 meses.

**c) as razões que justificam a composição da remuneração:** Capítulo 5 Artigo 9 § 4o do Estatuto - a remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria serão fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

**d) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:** consta no “ Item/Quadro - a) Remuneração dos Administradores”, ex. 2012.

**4. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada.**

Conforme estabelecido no estatuto no que se refere aos quantitativos, composição e competências da Diretoria e Conselhos com a finalidade da empresa.

- As descrições solicitadas para os itens 04,05, 07 a 10 constantes na Portaria TCU 150, não se aplicam ao Serpro, bem como não há preenchimento para o quadro de remuneração variável.

a) Remuneração dos Administradores	Exercício Val R\$1,00 em reais		
	2012	2011	2010
Número de membros:	7**	7*	7
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	2.407,754,78	2.271.442,89	2.241.593,73
a) salário ou pró-labore	2.269.764,48	2.216.490,21	2.193.198,11
b) benefícios diretos e indiretos	51.783,30***	54.952,68	48.395,62
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros	86.000,00 ****		
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>		N/A	
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	2.407,754,78	2.271.442,89	2.241.593,73
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>			
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>			
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>			
Fonte: Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho – GPRET			
*No decorrer de 2011, 11 Diretores exerceram o cargo, sendo que 3 Diretores atuaram de Janeiro a Maio 2011, 1 Diretor atuou até Fevereiro 2011, 1 Diretor assumiu em			
**No decorrer de 2012, 08 Diretores exerceram o cargo, sendo que 1 Diretor atuou de Janeiro a Maio 2012 e outro assumiu no mesmo mês. Em 31/12/12, havia 7 Diretores Mandatários em atuação.			
***Os valores considerados são referentes a Auxílio Creche e Auxílio Alimentação.			
****Os valores se referem ao Auxílio Moradia pago a 4 diretores.			

<b>b) Remuneração Conselho Diretor</b>															
Nome do Conselheiro(a)	Período do Exercício		Bruto mensal												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Marcos Vinicius Ferreira Mazoni	01/01/12	31/12/12	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	31.199,04
Fernando N. Barbosa	02/05/12	31/12/12	-	-	-	-	2.516,05	2.575,94	-	-	-	-	-	-	5.091,99
Raimundo José R.da Silva	01/01/12	31/12/12	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.426,60	2.599,92	2.599,92	31.025,72
Fabiana Vieira Lima	18/07/12	31/12/12	-	-	-	-	-	-	1.174,16	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	14.173,76
Pricilla Maria Santanna	01/01/12	31/12/12	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	31.199,04
Alexandre Ribeiro Motta	01/01/12	31/12/12	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	31.199,04
Jose Henrique P.Fernandes	01/01/12	02/03/12	2.599,92	2.516,73	0,00	(1.171,94)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.944,71
Delfino Natal de Souza	01/01/12	31/12/12	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	31.199,04

<b>c) Remuneração Conselho Fiscal</b>														
Valor Bruto mensal														
Nomes	Nat. Cargo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ernesto Carneiro Preciado	T	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	-	-	-	-	-	-	-	12.077,05
Julietta Alida G. Verleun	T	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	1.733,28	-	-	-	-	-	-	14.732,88
Nina Maria Arcela	T	-	-	-	-	-	866,64	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	16.466,16
Clicio Luiz da C.Vieira	T	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	31.199,04
Priscila de S.C. de Castro	T	-	-	-	-	-	922,55	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	2.599,92	19.121,99
Maria Darc Lopes Beserra	S	Os substitutos não recebem remuneração.												
Stela Maris M. Simão	S													
Carlos Oswaldo B.Gadelha	S													

<b>d) Remuneração Conselho</b>			
<b>Órgão Conselho Fiscal</b>			
	2010	2011	2012
Número de Membros	6	6	5
I – Remuneração Fixa	-	-	-
II - Salário ou Pro labore	86.967,80	92.210,30	88.648,89
<b>III – Total da Remuneração</b>	<b>86.967,80</b>	<b>92.210,30</b>	<b>88.648,89</b>
<b>Órgão Conselho Diretor</b>			
	2010	2011	2012
Número de Membros	6	10	8
I – Remuneração Fixa:	-	-	-
II - Salário ou Pro labore	173.935,62	171.617,71	179.032,34
<b>III – Total da Remuneração</b>	<b>173.935,62</b>	<b>171.617,71</b>	<b>179.032,34</b>

### 3.4 Sistema de correção da Unidade

No período de 01/01/2012 a 31/12/2012, estabelecido na solicitação, a Empresa não dispunha de nenhuma estrutura formal, específica, para tratar do tema referente as ações correccionais.

Apesar da Empresa não contar com uma unidade correccional ou um sistema de correção, a Superintendência de Pessoas, por meio da Divisão de Conformidade da Folha de Pagamento e do Regime Disciplinar - GPCFD era a unidade que, detinha, até então, as atribuições referentes ao assunto, quais sejam:

"1.1.5 - Orientar, monitorar e conduzir o processo Regime Disciplinar - Apuração de Responsabilidade e Aplicação de Penalidades nas atividades relacionadas à aplicação dos normativos da Empresa e da legislação vigente.

1.1.6 - Dotar a Empresa de informações relativas às comissões de sindicância, processos administrativos disciplinares, aplicação de penalidades, dentre outros assuntos afetos ao tema Regime Disciplinar, por meio de sistema específico.

1.1.7 - Interagir com as demais áreas da Empresa para disseminação de conhecimento sobre o tema Regime Disciplinar e seus desdobramentos."

Na Empresa, o assunto é regulamentado por meio da Norma OE 005/2012 - Regime Disciplinar, Apuração de Responsabilidades e Aplicação de Penalidades.

O Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial - DPARD/GABDP/DP, foi instituído por meio da Decisão de Diretoria OE/005/2013, de 18/01/2013, com vigência a partir de 01/02/2013. Esse Departamento será o responsável pela gestão dos processos disciplinares instituídos na Empresa, com atribuições de monitorar, orientar, fornecer informações a Diretoria da Empresa, Conselhos Diretor e Fiscal, órgãos de controle interno e externos, além de manter o controle e guarda do acervo documental referente ao tema.

(Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET)

### 3.5 Cumprimento pela instância da Correição

Normativo legal: portaria 1.043/2007 da CGU.

A partir de dezembro 2012, o SERPRO passou a atender os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da Controladoria-Geral da União, momento que recebeu senhas de acesso e treinamento da citada CGU no que tange a operação do sistema CGU-PAD.

## 4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 Ações do Plano Plurianual – PPA

Os investimentos do SERPRO em 2012 ocorreram sob um programa de caráter geral estabelecido pelo DEST/MP denominado Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, código 0807 que se desdobrou nas seguintes ações:

**Ação 4101** - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

**Ação 4102** - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

**Ação 4103** - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Para essas atividades, em vista de sua natureza e pluralidade de elementos que as compõem, não foram estabelecidas metas físicas, apenas estabelecidas, em caráter balizador, as dotações orçamentárias, de forma idêntica às constantes dos Relatórios de Gestão anterior.

PLANO PLURIANUAL – PPA 2010 – 2013			
EXECUÇÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO 2012			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
ACÇÃO	PREVISÃO ANUAL	REALIZAÇÃO ANUAL	(%) REALIZAÇÃO
4101 – Manutenção de Bens Imóveis	50.000.000	34.704.770	69,41%
4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	10.000.000	9.440.540	94,41%
4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	165.500.000	161.957.265	97,86%
<b>Total</b>	<b>225.500.000</b>	<b>206.102.575</b>	<b>91,40%</b>

#### 4.1.1 Justificativas

Do montante total aprovado para a realização de investimentos em 2012, foram realizados pouco menos de 92% (R\$ 206,10 milhões).

Os percentuais de realização dos investimentos em informática foram próximos a 98 % de maneira global, sendo realizado 99,56% em Hardware e 95,15% em Software. Os investimentos de Infraestrutura, Obras e Bens, tiveram a realização de 69,41% e 94,41% respectivamente.

##### **Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis (Obras)**

**Justificativa:** Foi aprovado para Obras um valor de R\$ 50 milhões, desse montante foram realizados 69,41% (R\$ 34,70 milhões), não sendo possível a realização de cerca de R\$ 15,3 milhões.

A não realização de cerca de R\$ 15,3 milhões justificam-se por diversas razões, entre elas: - necessidades de adequação de projetos de obras durante a execução, - atrasos na aprovação de projetos junto a órgãos de fiscalização, - dificuldades nos processos de licitação e outras.

##### **Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)**

**Justificativa:** Em 2012 foi aprovado o montante de R\$ 10 milhões para investimentos em bens de infraestrutura, desse montante foram realizados 94,41% (R\$ 9,44 milhões).

A não realização de cerca de R\$ 600 mil se deve principalmente a problemas relativos a emissão de notas fiscais de

produtos já entregues e ao atraso na entrega de produtos.

#### **Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)**

**Justificativa:** Em 2012 foi aprovado o montante de R\$ 165,50 milhões em Informática, desse montante foram realizados 97,86% (cerca de R\$ 161,96 milhões).

A não realização de cerca de R\$ 3,54 milhões se deve principalmente aos valores que estavam previstos para aquisições de estações de trabalho, licenças e produtos não entregues pelos fornecedores e ao atraso na assinatura do contrato com Universidade Federal do Pará (UFPA).

##### **4.1.1.1 Detalhamento da Justificativa**

###### **Ação: 4101 - Obras**

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Obras) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística - SUPGL:

<b>Regional</b>	<b>Objeto</b>	<b>Justificativa</b>
Brasília	Projeto de instalações elétricas, com a finalidade de modernizar as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, no Edifício Sede do SERPRO em Brasília	Contrato em 19/12/2011. Serviço concluído em 27/03/2012. Pago 85% do valor e o restante será pago quando do término da obra de instalação do novo sistema elétrico.
Brasília	Adequação da área central do centro de dados do SERPRO na regional Brasília – ar condicionado	Dificuldades com relação à obtenção das propostas de preço por parte dos fornecedores, o que impactou no prazo de elaboração do Projeto Básico, finalizado apenas ao final de Junho. Houve atraso no processo de elaboração do edital e visto da COJUR. A licitação foi realizada no dia 02/08/2012, para a qual foi apresentado recurso. O contrato foi assinado em 28/08/2012 com prazo de execução da obra de 180 dias. Previsão de término em 28/02/2013.
Brasília	Adequação da área central do centro de dados do SERPRO na regional Brasília – no-break	O projeto básico foi concluído em 14/06/2012, a licitação realizada dia 23/08/2012 e o contrato assinado em 21/09/2012. O mesmo foi rescindido pelo SERPRO em razão da contratada não ter cumprido o prazo para entrega dos equipamentos que era de 60 dias. Foi convocada a próxima colocada no processo que apresentou proposta, foi desclassificada em virtude de não atender aos requisitos técnicos. Já foi convocada a terceira colocada para assinatura do contrato.
Brasília	Serviços de elaboração de projetos para ampliação do CPD.	Valor previsto a ser pago no decorrer da execução da obra – serviço de consultoria.
Brasília	Adequação da área central do Centro de Dados do SERPRO na regional Brasília.	O valor programado foi aquele que constava no projeto básico (R\$ 2.864.156,76), porém a licitação foi fechada com o valor muito menor (R\$1.384.425,41). O valor liberado foi o total do contrato R\$1.384.425,41 que será desembolsado em 2013, o restante não será utilizado.
Brasília	Adequação da área central do Centro de Dados do SERPRO na regional Brasília.	O valor programado foi aquele que constava no projeto básico (R\$ 100.000,00), porém a contratação foi fechada com o valor muito menor (R\$ 29.500,00). O valor liberado foi o total do contrato R\$ 29.500,00 que já foi liquidado. Não há mais desembolsos.
Brasília	Contratação de empresa para elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômica, anteprojeto, especificações técnicas e projeto executivo, objetivando a aquisição e a instalação de novo sistema de ar condicionado.	Evento não realizado em 2012. Todo o valor será desembolsado em 2013.
Porto Alegre	Serviços de Cabeamento Primário em fibra óptica e Secundário em cabeamento Categoria 6A F/UTP, destinada à adequação da rede local do SERPRO Regional Porto Alegre.	Foi concluído em 2012 40% da obra, o restante será entregue até o final de fevereiro de 2013. Este atraso se deve em parte à falta de mão de obra especializada nesta área de infraestrutura na região em função das

Regional	Objeto	Justificativa
		diversas obras para os grandes eventos de 2013, bem como demora no início dos serviços, somente em setembro 2012. A empresa está sendo multada. Previsão de conclusão da obra final março de 2013.
Rio de Janeiro	Contratação de empresa de engenharia especializada para o fornecimento com Star-up de 02 ( dois ) Sistemas Modulares de Energia Ininterrupta (UPS)	Os equipamentos foram entregues, mas não foram instalados em sua totalidade, devido às alterações nos projetos e prazos das obras das subestações onde estão previstos os espaços destinados a instalação dos nobreaks. Com a prorrogação do prazo de execução a previsão do término passou a ser em 21/03/2013.
Rio de Janeiro	Contratação de empresa para execução do serviço de modernização e manutenção de 3 elevadores, em atendimento as necessidades da Regional Rio de Janeiro.	Essa contratação já estava prevista para encerrar-se em março de 2013. O valor previsto para 2012 não foi realizado devido a dificuldade do contratado em adquirir no mercado insumos técnicos para a realização plena dos serviços, face ao aquecimento de demanda no mercado imobiliário o que tem restringido a oferta de peças para os elevadores.
Rio de Janeiro	Projeto Executivo de um Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA.	Houve atraso no processo licitatório que somente se encerrou no início de dezembro, sem tempo hábil de ser concluído no exercício de 2012. Em processo de assinatura do contrato.
Rio de Janeiro	Construção de uma Subestação de Proteção, Medição, Transformação e Distribuição de Energia Elétrica, e Retrofit da Subestação Existente	Foi concedida prorrogação de prazo de vido a alterações no projeto quanto ao local de implantação da cabine de medição da Light, devido a proximidade do rio e árvores centenárias, o que acarretou em revisão no projeto devido a alterações da disposição dos demais elementos. Houve também atraso processo de aprovação do projeto elétrico para implantação dos ramais de alimentação em média tensão ainda continua em avaliação pela Light. Houve também atraso em etapas da obra devido ao período chuvoso, além de dificuldades de programação dos eventos de parada da subestação. Com a prorrogação do prazo de execução a previsão do término passou a ser em 21/03/2013.
Rio de Janeiro	Fornecimento de grupos geradores.	Os equipamentos foram entregues, mas não foram instalados em sua totalidade, devido às alterações nos projetos e prazos das obras das subestações onde estão previstos os espaços destinados a instalação dos grupos geradores. Com a prorrogação do prazo de execução a previsão do término passou a ser em 21/03/2013.
Rio de Janeiro	Contratação de empresa de engenharia especializada, para elaboração de projetos de armazenamento de óleo combustível (diesel) em tanques, para Regional Rio de Janeiro.	Evento cancelado devido a dificuldade de obtenção de licença ambiental por se tratar de área de preservação, Horto Florestal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
São Luís	Aquisição de 2 No Break's de 15 KVA para os escritórios de Teresina e São Luís.	Houve problemas na entrega e o valor só será desembolsado em 2013.
São Paulo	Implantação do cabeamento estruturado nos prédios da regional São Paulo	Devido a dificuldades ocorridas no processo licitatório, houve atraso na assinatura do contrato, que tem previsão de conclusão em 17/04/2013
São Paulo	Contratação de projetos executivos para a execução das obras de readequação dos prédios da regional São Paulo/Luz	Devido a dificuldades ocorridas durante a elaboração do projetos básico, houve atraso na assinatura do contrato, que tem previsão de conclusão em 31/03/2013
São Paulo	Fornecimento e instalação de 2 equipamentos de ar condicionado do tipo self contained, para Regional São Paulo.	Devido a dificuldades ocorridas no processo licitatório, houve atraso na assinatura do contrato, que tem previsão de conclusão em 18/03/2013
São Paulo	Contratação de empresa para instalação de sistema de ar condicionado para a subestação rebaixadora de energia elétrica do Bloco 1D para o prédio da regional São Paulo.	Devido a dificuldades ocorridas durante a elaboração do projetos básico, houve atraso na assinatura do contrato, que tem previsão de conclusão em 03/05/2013

Regional	Objeto	Justificativa
São Paulo	Fornecimento e instalação de 2 (dois) elevadores novos, com a retirada dos antigos	Em 2012 deveria ocorrer a troca de um elevador mas o fornecedor encontrou dificuldades na elaboração de um laudo técnico para a capacidade de suporte da estrutura existente e na posterior fabricação dos elevadores que são sob medida. A previsão inicial para o término do contrato continua sendo no final de abril de 2013.
São Paulo	Sistema de alarme de Incêndio.	Serviço não concluído no prazo em função de algumas áreas ainda não terem sido liberadas pelo SERPRO.
São Paulo	Execução de serviços de reforma e revitalização da entrada e interior do Bloco 3B - Centro de Dados, situado no prédio da Regional São Paulo.	Evento não realizado em 2012 por problemas na licitação. Previsão de licitar em 2013 com valor maior R\$ 2.100.000,00.
São Paulo	Contratação de empresa para instalação de sistema de ar condicionado para a subestação rebaixadora de energia elétrica do Bloco 1D para o prédio da regional São Paulo.	Valor programado para aquisição de dois itens, porém um deles foi atendido com outra reserva de recursos. O valor restante (R\$ 275.001,00) não será utilizado.
Teresina	Aquisição de 2 No Break's de 15 KVA para os escritórios de Teresina e São Luís.	Houve problemas na entrega e o valor só será desembolsado em 2013.

#### Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Bens) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística – SUPGL

Regional	Objeto	Justificativa
Brasília	Aquisição de 5 fragmentadoras de papel.	Fornecedor não entregou material em 2012. Equipamentos entregues em Janeiro de 2013 o pagamento sera realizado até 10 de fevereiro de 2013.
Brasília	Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio e vídeo para os Auditórios do SERPRO Regional Brasília e Sede.	Fornecedor não entregou material em 2012. Pagamento ainda não realizado em razão da não aceitação do material entregue, o qual sera substituído para que o pagamento seja realizado
Brasília	Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio e vídeo para os Auditórios do SERPRO Regional Brasília e Sede.	Fornecedor não entregou material em 2012. Aguardando a entrega dos materiais.
Brasília	Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio e vídeo para os Auditórios do SERPRO Regional Brasília e Sede.	Fornecedor não entregou material em 2012. Equipamentos entregues em Janeiro de 2013. Pagamento autorizado.
Brasília	Aquisição de 15 (quinze) cadeiras para substituição das cadeiras usadas atualmente pelos Diretores do SERPRO.	Fornecedor não entregou material em 2012. O fornecedor ira entregar o material no inicio de fevereiro. O pagamento sera realizado até 20/02/2013.
Brasília	Aquisição de 35 (trinta e cinco) mesas que atenderão as necessidades do restaurante da Sede.	Evento cancelado.
Porto Alegre	Balança Industrial 4R 1000, 150 x 50.	Contrato liquidado pela ordem bancária nº 6990 de 20/12/2012.
Rio de Janeiro	Aquisição de 02 impressoras de etiquetas, para atender regional Rio de Janeiro.	O equipamento foi entregue, mas a emissão da Nota Fiscal foi em Janeiro/2013, razão pela qual a NE2012 não pode ser liquidada. Está sendo solicitada nova NE em 2013 para efetuar o pagamento.
Rio de Janeiro	Aquisição de Tela de Projeção Elétrica e Controle Remoto.	O equipamento foi entregue, mas a emissão da Nota Fiscal foi em Janeiro/2013, razão pela qual a NE2012 não pode ser liquidada. Está sendo solicitada nova NE em 2013 para efetuar o pagamento.
Rio de Janeiro	Aquisição de 01 (um) projetor de multimídia para o auditório da Regional Rio de Janeiro.	O equipamento foi entregue, mas a emissão da Nota Fiscal foi em Janeiro/2013, razão pela qual a NE2012 não pode ser liquidada. Está sendo solicitada nova NE em 2013 para efetuar o pagamento.

<b>Regional</b>	<b>Objeto</b>	<b>Justificativa</b>
Rio de Janeiro	Aquisição de equipamentos para segurança do trabalho. 2 Luxímetros, 3 Medidores de stress térmico digital, 2 Decibelímetro.	Evento cancelado!
Salvador	Aquisição de uma mesa para a sala de videoconferência da Regional Salvador.	Evento cancelado devido a futura padronização das salas de videoconferência.
São Paulo	Executar serviços de Sonorização Ambiente.	Contrato assinado em 2012 com previsão de conclusão somente em 24/01/2013.

#### **Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)**

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas relacionadas pelas áreas demandantes para os investimentos de informática são apresentadas no quadro seguinte:

<b>Software</b>			
<i>Área Demandante</i>	<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativas</i>
CETEC	Brasília	Celebração de Convênio com a Universidade Federal do Pará, para o desenvolvimento conjunto de pesquisa científico-tecnológica para ambiente de rede de comunicação para governo eletrônico, resultando na construção de ferramental de análise da rede MPLS do SERPRO.	A UFPA propôs alteração na cláusula de “propriedade intelectual”, o que ocasionou nova submissão do contrato a COJUR, o que impediu também que o instrumento fosse assinado no exercício 2012.
COGTI	Brasília	Licença Perpétua do Acunetix Web Vulnerability Scanner - WVS	Não houve tempo hábil para o fornecedor entregar o produto.
SUPCD	Brasília	Contratação de softwares para solução de sistema integrado de monitoração e gerenciamento (SIGPB).	Esse valor não realizado corresponde a desconto na nota fiscal.

<b>Hardware</b>			
<i>Área Demandante</i>	<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativas</i>
SUPOP	Brasília	Aquisição de switches metro ethernet via criação de registro de preço.	Esse valor não realizado corresponde a diferença entre o valor empenhado e liquidado.
SUPOP	Belém	Aquisição de 01(um) Iomega Network Storage P x 6 300d de 18TB para atender o sistema CFTV da Regional Belém.	Conforme SISCOR 29587/2012-45, a aquisição foi conduzida pela SUPGL/BLM, e a mesma informou que o equipamento só chegou em 2013, por isso o empenho de 2012 não pôde ser liquidado.
SUPOP	Curitiba	Aquisição de estações de trabalho, tipo Desktop.	Valor corresponde ao número de equipamentos não entregues pelo fornecedor.

## **4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira**

### **4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias**

Unidades Orçamentárias – SIAFI			
803010	SERPRO - REGIONAL BRASILIA	808020	COORDENAÇÃO DE GESTAO DE CONT.DE DESENV.
803011	SERPRO - ESCRITORIO DE GOIANIA - GO	808024	SUPERINTEND.DE NEGOCIOS SISTEMAS CORPORATIVOS
803012	SERPRO - ESCRITORIO DE CUIABA - MT	808025	SUPERINTENDENCIA DE NEGOCIOS ATEND.A CLIENTES
803013	SERPRO - ESCRITORIO DE CAMPO GRANDE - MS	808027	SUPERINT. DE RELAC.COM CLIENTES-NEGOC.STRATEG
803014	SERPRO - ESCRITORIO DE PALMAS - TO	808028	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO-SUPDE
803020	SERPRO - REGIONAL BELEM	808029	SUPERINTENDENCIA ADM.TRIB.E COMERCIO EXTERIOR
803021	SERPRO - ESCRITORIO DE MANAUS - AM	808030	SUP REL C/CLIENTES-SIS FAZENDE JUDICIAIS
803022	SERPRO - ESCRITORIO DE RIO BRANCO - AC	808031	SUPERINTENDÊNCIA DE SUPORTE À TECNOLOGIA
803023	SERPRO - ESCRITORIO DE MACAPA - AP	808032	COORDENACAO DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
803024	SERPRO - ESCRITORIO DE BOA VISTA - RR	808034	SUP. DE REL. COM CLIENTES-CLIENTES ESPECIAIS
803025	SERPRO - ESCRITORIO DE PORTO VELHO - RO	808117	GERENCIA DE SERVICOS
803030	SERPRO - REGIONAL FORTALEZA	808118	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS
803031	SERPRO - ESCRITORIO DE SAO LUIS - MA	808119	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO FINANCEIRA
803032	SERPRO - ESCRITORIO DE TERESINA - PI	808120	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO LOGISTICA
803040	SERPRO - REGIONAL RECIFE	808122	SUPER. DE GESTAO DAS AQUISICOES E CONTRATOS
803041	SERPRO - ESCRITORIO DE NATAL/RN	808127	SUPER. DE PRODUTOS E SERVICOS - CENTRO DE DADOS
803042	SERPRO - ESCRITORIO DE MACEIO - AL	808130	COORD. DE GESTAO DE CONTRATOS DE OPERACOES
803044	SERPRO - ESCRITORIO DE JOAO PESSOA - PB	808132	SUPERINTENDENCIA DE OPERAÇÕES SUPOP
803050	SERPRO - REGIONAL SALVADOR	808133	SUPER. SUPORTE E INFRA DE TIC - SUPSI
803051	SERPRO - ESCRITORIO DE ARACAJU SE	808134	COORDENACAO DE GEST.DA SEGURANCA DA INFORMACA
803060	SERPRO - REGIONAL BELO HORIZONTE	808135	COORDENACAO GERAL DE GESTAO DE SEG DA INFORMA
803070	SERPRO - REGIONAL RIO DE JANEIRO	808136	COORDENACAO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE TIC
803071	SERPRO - ESCRITORIO DE VITORIA	808137	COORDENAÇÃO DE SUPORTE À GESTÃO EMPRESARIAL
803080	SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	808210	DIRETORIA
803081	SERPRO - ESCRITORIO DE SANTOS/SP	808211	AUDITORIA
803082	SERPRO - ESCRITORIO RIBEIRAO PRETO	808212	CONSULTORIA JURIDICA
803083	SERPRO - ESCRITORIO S.J.RIO PRETO/SP	808214	GERENCIAMENTO EMPRESARIAL
803084	SERPRO - ESCRITORIO DE BAURU/SP	808215	GESTAO EMPRESARIAL - INFORM. DE NEGOCIOS
803085	SERPRO - ESCRITORIO PRES.PRUDENTE/SP	808217	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA
803086	SERPRO - ESCRITORIO DE CAMPINAS/SP	808220	COORDENACAO ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
803088	SERPRO - ESCRITORIO TAUBATE - SP	808223	COORDENACAO ESTRATÉGICA DE INCLUSAO DIGITAL
803090	SERPRO - REGIONAL CURITIBA	808225	COORDEN.ESTRAT.DE RESPON.SOCIAL E CIDADANIA
803091	SERPRO - ESCRITORIO DE FLORIANOPOLIS/SC	808229	COORDEN.ESCRITORIO ESTRATEGICO DE PROJETOS
803100	SERPRO - REGIONAL PORTO ALEGRE	808233	COORDENACAO ESTRAT.DE ACOES GOVERNAMENTAIS
803400	SERPRO - REGIONAL FLORIANOPOLIS	808234	SUP. DE GESTAO EMP.DE S E CONTROLE EMPRESARIAL
806001	SERPRO - SEDE - DEPARTAMENTO FINANCEIRO	808240	UNIVERSIDADE CORPORATIVA - UNISE
806030	SERPRO - REGIONAL BRASILIA	808248	COORDENACAO DA SOL.CORP DE COM E COLABORACAO
808011	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	808249	SUPERINTENDENCIA DE INT.DE DADOS E PROCESSOS
808016	ADMINISTRACAO FEDERAL	809007	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS - PSE
808018	SERVICOS ESPECIAIS	809901	DIVISAO DE ORCAMENTO EMPRESARIAL

#### 4.2.2 Programação Orçamentária da Despesa

##### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica, o Serpro está no Programa de Dispêndio Global - PDG

4.2.2.2 Programação Despesas de Capital Investimentos				Valores em R\$ 1,00					
Origem dos Créditos Orçamentários				4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
				Exercícios					
				2011	2012	2011	2012	2011	2012
LOA	Dotação proposta pela UO			-		Sem ocorrência		2011	2012
	PLOA			185.000.000	200.000.000				
	LOA			185.000.000	200.000.000				
CRÉDITOS	Suplementares			31.489.000	25.500.000				
	Especiais	Abertos		0	0				
		Reabertos		0	0				
	Extraordinários	Abertos		0	0				
		Reabertos		0	0				
Créditos Cancelados			31.489.000	0					
Outras Operações				0	0				
<b>Total</b>				<b>185.000.000</b>	<b>225.500.000</b>				
Fonte: SIAFI									

**4.2.2.3 Resumo Programação das Despesas e Reserva de Contingência:** O SERPRO não tem Reserva de Contingência e as informações de Despesas Correntes foram aprovadas conforme Decreto 7.375, de 29.11.2010, revisão final, pelo fato do SERPRO não integrar o Orçamento Fiscal e posteriormente revisionadas pelo Decreto 7.605, de 11.11.2011 e Ofício 876/2011 DEST.

**4.2.3 Execução Orçamentária da Despesa**

O Serpro não recebe créditos por movimentação. Os quadros a seguir demonstram a execução orçamentária dos créditos originários da Unidade.

<b>a) Despesas por Modalidade de Contratação - créditos originários da unidade</b>				
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>443.580.371,83</b>	<b>398.120.167,81</b>	<b>336.458.175,05</b>	<b>312.778.057,81</b>
a) Convite	13.950,00	80.918,10	13.950,00	80.918,10
b) Tomada de Preços	426.476,55	1.959.352,50	426.476,55	1.029.351,00
c) Concorrência	10.578.024,17	643.197,39	4.829.691,30	617.522,63
d) Pregão	432.561.921,11	395.436.699,82	331.188.057,20	311.050.266,08
e) Concurso	,00	,00	,00	,00
f) Consulta	,00	,00	,00	,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>252.181.587,17</b>	<b>212.897.734,73</b>	<b>206.304.007,90</b>	<b>184.047.270,96</b>
a) Dispensa	33.613.599,62	34.132.601,64	31.469.468,93	32.802.020,64
b) Inexigibilidade	218.567.987,55	178.765.133,09	174.834.538,97	151.245.250,32
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
a) Suprimento de Fundos	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>1.158.666.609,23</b>	<b>1.737.768.118,58</b>	<b>1.158.659.334,93</b>	<b>1.247.366.400,39</b>
a) Pagamento em Folha	1.153.361.933,69	1.733.019.919,52	1.153.360.369,41	1.242.618.201,33
b) Diárias	5.304.675,54	4.748.199,06	5.298.965,52	4.748.199,06
<b>5. Outros</b>	,00	,00		,00
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.854.428.568,23</b>	<b>2.348.786.021,12</b>	<b>1.701.421.517,88</b>	<b>1.744.191.729,16</b>

Fonte: Siafi Gerencial

<b>b) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários da unidade</b>						
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Despesa Empenhada/Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
			<b>Exercícios</b>			
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>4 - Investimentos</b>	<b>133.030.335,84</b>	<b>206.102.574,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.068.083,31</b>	<b>198.132.315,84</b>
449039 - outros servicos de terceiros- pessoa juridica	54.512.746,57	60.708.693,25	0,00	0,00	16.179.976,10	76.361.695,99
449051 - obras e instalacoes	29.099.582,08	34.704.770,25	0,00	0,00	22.036.600,16	27.803.290,58
449052 - equipamentos e material permanente	49.418.007,19	110.689.111,48	0,00	0,00	32.851.507,05	93.967.329,27
<b>5 - Inversões Financeiras - NA</b>						
<b>6 - Amortização da Dívida - NA</b>						

c) Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários da Unidade						Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
			Exercícios				
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>1.271.007.616</b>	<b>1.192.907.020</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.270.907.703</b>	<b>933.898.140</b>	
319007 - contrib. a entidades fechadas de previdencia	64.521.402	76.062.629	0	0	64.521.402	65.825.290	
319011 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	835.812.547	896.590.061	0	0	835.810.547	715.592.350	
319013 - obrigacoes patronais	275.646.561	147.645.484	0	0	275.646.561	113.374.673	
319016 - outras despesas variaveis - pessoal civil	17.374.359	31.495.815	0	0	17.374.359	0	
319091 - sentencas judiciais	28.300.792	39.545.086	0	0	28.289.502	37.498.566	
319094 - indenizacoes e restituicoes trabalhistas	47.714.224	46.410	0	0	47.714.224	0	
319096 - ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	1.637.732	1.521.536	0	0	1.551.107	1.607.261	
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
N/A	0	0	0	0	0	0	
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>519.356.338</b>	<b>530.126.492</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>466.860.416</b>	<b>91.441.941</b>	
339008 – outros beneficios assistenciais	5.746.768	6.204.026	0	0	5.746.768	0	
339014 - diarias - pessoal civil	4.748.664	5.304.676	0	0	4.748.199	7.110.245	
339030 - material de consumo	6.326.798	7.550.607	0	0	5.383.615	6.970.461	
339031 - premios cult., art., cient., desp. e outr.	63.007	72.340	0	0	63.007	340	
339032 – material de consumo	0	0	0	0	0	0	
339033 - passagens e despesas com locomocao	6.430.944	10.578.946	0	0	6.227.853	7.246.610	
339035 - servicos de consultoria	410.801	385.842	0	0	368.031	312.242	
339036 - outros servicos de terceiros - pessoa fisica	419.382	507.787	0	0	392.144	434.616	
339037 - locacao de mao-de-obra	44.587.778	52.651.903	0	0	41.184.122	28.022.639	
339039 - outros servicos de terceiros-pessoa juridica	445.534.509	441.322.448	0	0	397.715.221	39.111.573	
339047 - obrigacoes tributarias e contributivas	3.372.028	3.094.011	0	0	3.323.497	2.233.213	
339067 - depositos compulsorios	0	0	0	0	0	0	
339093 - indenizacoes e restituicoes	1.715.658	2.453.905	0	0	1.707.959	0	

## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – Não se aplica.

5.2 Restos a pagar de exercícios anteriores - Não se aplica.

5.3 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo “B” e cartões de pagamento do governo federal - Não se aplica.

### 5.4 Informações sobre Renúncia Tributária

O Serpro não é ente arrecadador de tributos, portanto não se enquadra como sujeito ativo da renúncia tributária. Dessa forma, enquadra-se como sujeito passivo da renúncia tributária, ou seja, o Serpro se beneficia de tal renúncia como por exemplo, do benefício fiscal concedido pelo Programa Alimentação do Trabalhador e Licença maternidade. Assim o Serpro como contribuinte que investir recursos nesse programa poderá abater no Imposto de Renda devido os valores aplicados.

## 5.5 Demonstrativo de transferências convênios, contratos de repasse

### 5.5.1 Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Transferências vigentes no exercício																									
Unidade Concedente ou Contratante									Valores em R\$1,00																
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)																									
CNPJ: 33.683.111/0001-07					UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)																				
Informações sobre as transferências																									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.																
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim																	
1*	RG 48542**	CNPJ 83.899.526/0001-82	700.008,00	158.008,00***	271.000,00	271.000,00	01/03/2012	01/03/2014	1																
1*	RG 45642**	CNPJ 75.095.679/0001-49	569.305,28	100.000,00***	117.326,28	156.435,04	06/05/2011	05/05/2013	1																
1*	RG 45449**	CNPJ 17.217.985/0001-40	427.500,00	85.500,00***	283.720,00	340.720,00	17/03/2011	16/03/2013	1																
<p>Observações:</p> <p>* Modalidade cuja legislação o SERPRO aderiu por analogia, na ausência de outra, especificamente dedicada às entidades que não utilizam recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União;</p> <p>** Registro interno do SERPRO;</p> <p>*** Contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis;</p> <p>**** Os repasses do SERPRO já foram totalmente concluídos e executados pela Gestão Financeira - SUPGF, por meio de GRU.</p> <p><b>LEGENDA</b></p> <table border="0"> <tr> <td><b>Modalidade:</b></td> <td><b>Situação da Transferência:</b></td> </tr> <tr> <td>1 - Convênio</td> <td>1 - Adimplente</td> </tr> <tr> <td>2 - Contrato de Repasse</td> <td>2 - Inadimplente</td> </tr> <tr> <td>3 - Termo de Parceria</td> <td>3 - Inadimplência Suspensa</td> </tr> <tr> <td>4 - Termo de Cooperação</td> <td>4 - Concluído</td> </tr> <tr> <td>5 - Termo de Compromisso</td> <td>5 - Excluído</td> </tr> <tr> <td></td> <td>6 - Rescindido</td> </tr> <tr> <td></td> <td>7 - Arquivado</td> </tr> </table>										<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>	1 - Convênio	1 - Adimplente	2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente	3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa	4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído	5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído		6 - Rescindido		7 - Arquivado
<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>																								
1 - Convênio	1 - Adimplente																								
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente																								
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa																								
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído																								
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído																								
	6 - Rescindido																								
	7 - Arquivado																								
Fonte: SUPGF, GEDIG e HISAQ																									

### 5.5.2 Quantitativo de instrumentos celebrados e valores 2010, 2011 e 2012

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)						
CNPJ: 33.683.111/0001-07				UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Convênio	1	3	3	195.000,00	96.108,76	672.046,28
<b>Totais</b>	1	3	3	195.000,00	96.108,76	672.046,28
Fonte: GEDIG, HISAQ e SUPGF						

### 5.5.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07			UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012)		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	04	1.938.262,27	963.155,04	895.902,87	51
<b>Totais</b>	04	1.938.262,27	963.155,04	895.902,87	51
Fonte: HISAQ (1- RG 48542 da UFSC, 2 - RG 45642 da UFPR 3 - RG 45449 da UFMG e 4 - UFPA que está para assinatura do Diretor-Presidente)					

### 5.5.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências

Unidade Concedente: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07			UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas *	Quantidade	05		
		Montante Repassado	672.046,28		
	Contas NÃO prestadas *	Quantidade	01		
		Montante Repassado	117.326,28		
2011	Contas prestadas *	Quantidade	3		
		Montante Repassado	96.108,76		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
2010	Contas prestadas *	Quantidade	1		
		Montante Repassado	195.000,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
Anteriores a 2010	Não houve ocorrências				

(\*)As Prestações de Contas aqui citadas referem-se ao controle parcial da execução da pesquisa – São as Prestações de Contas PARCIAIS dos Convênios. Em 2012 a Prestação de Contas Parcial do Convênio com a UFPR não se deu por conta da greve das universidades federais, que prejudicou o controle administrativo-financeiro do Convênio. Essa prestação de contas parcial acontecerá no início de 2013.

### 5.5.5 Visão geral da análise das prestações de contas

Unidade Concedente ou Contratante: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07			UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			05	
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Quantidade	Contas Analisadas	05	
			Contas Não Analisadas	0	
		Montante Repassado (R\$)	672.046,28		
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01	
Montante Repassado (R\$)			117.326,28		

## 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1 Composição do Quadro de servidores ativos

#### 6.1.1 Demonstrativo da força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2012	Egressos em 2012
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	N / A			
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>3 Provimento de Emprego Público</b>				
3.1 Celetistas	11.575 <sup>1</sup>	10.727	364	192
3.1.1 Quadro Interno	N / A	7.621	333	167
3.1.2 Quadro Externo	N / A	3.106	30	24
3.2 Mandatários	7	7	1	1
3.3 Requisitados	6	6	-	-
<b>Total</b>	<b>11.575<sup>1</sup></b>	<b>10.740</b>	<b>728</b>	<b>384</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2012

(<sup>1</sup>) Portaria nº. 23 de 20/11/2008

\* Quadro adaptado às características do SERPRO.

\*\* Dos 7 mandatários, 5 são requisitados para cumprir mandato e 2 são empregados do Serpro.

\*\*\* Por estarem cumprindo mandato, os 2 mandatários empregados do Serpro têm seus contratos de celetistas interrompidos e portanto não estão incluídos no item 3.1 – Celetistas.

#### 6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade. 31.12.2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na Situação em 31 de dezembro
<b>1 Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>3</b>
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2 Exercício de Função de Confiança	3
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	N / A
<b>2 Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	N / A
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3 Removidos</b>	<b>N / A</b>
<b>4 Licença remunerada</b>	<b>N / A</b>
<b>5 Licença não remunerada</b>	<b>31</b>
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2 Serviço Militar	N / A
5.3 Atividade Política	0
5.4 Interesses particulares	20
5.5 Mandato classista	11
<b>7 Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>182</b>
7.1 Aposentadoria por Invalidez Temporária (Regulamento da Previdência Social)	45
7.2 Licença Adoção – 120 dias (Clausula 6ª do ACT)	1
7.3 Licença Maternidade (Norma GP 054)	11
7.4 Licença para Tratamento de Saúde (Norma GP 049)	101
7.5 Licença por Acidente no Trabalho (Regulamento da Previdência Social)	11
7.6 Licença para Tratamento de Saúde CID / Reincidente (Norma GP 049)	2
7.7 Prorrogação de Licença Maternidade (Norma GP 054)	11
<b>Total de servidores afastados</b>	<b>216</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2012 e Controles Interno da Universidade Corporativa – UNISE

## 6.1.2 Qualificação da força de trabalho

### 6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal por idade. - 31.12.2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	N / A				
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
<b>3. Provimento de emprego público</b>					
3.1 Celetistas	1.000	2.101	2.171	4.696	759
3.1.1 Quadro Interno	994	2.090	1.539	2.595	403
3.1.2 Quadro Externo	6	11	632	2.101	356
3.2 Mandatários	0	1	2	4	0
3.3 Requisitados	0	1	1	2	2
<b>Total por faixa</b>	1.000	2.103	2.174	4.702	761
<b>Total geral</b>	10.740				

Fonte: InfoGP – Dez/2012

\* Quadro adaptado às características do SERPRO.

\*\* Dos 7 mandatários, 5 são requisitados para cumprir mandato e 2 são empregados do Serpro.

\*\*\* Por estarem cumprindo mandato, os 2 mandatários empregados do Serpro têm seus contratos de celetistas interrompidos e portanto não estão incluídos no item 3.1 – Celetistas.

### 6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal por escolaridade – 31.12.2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	N / A									
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>										
<b>3 Provimento de emprego público</b>										
3.1 Celetistas	0	0	74	337	4.145	5.236	768	156	11	
3.1.1 Quadro Interno	0	0	27	174	2.411	4.114	741	144	10	
3.1.2 Quadro Externo	0	0	47	163	1.734	1.122	27	12	1	
3.2 Mandatário	0	0	0	0	1	4	1	1	0	
3.3 Requisitados	0	0	0	0	0	4	2	0	0	
<b>Total por faixa</b>	0	0	74	337	4.146	5.244	771	157	11	
<b>Total geral</b>	10.740									

Fonte: InfoGP – Dez/2012

\* Quadro adaptado às características do SERPRO.

\*\* Dos 7 mandatários, 5 são requisitados para cumprir mandato e 2 são empregados do Serpro.

\*\*\* Por estarem cumprindo mandato, os 2 mandatários empregados do Serpro têm seus contratos de celetistas interrompidos e portanto não estão incluídos no item 3.1 – Celetistas.

LEGENDA: Nível de escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

- **Composição do quadro de servidores Inativos e Pensionistas** - Não se aplica bem como seus subitens.

- **Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos** - Não ocorreu acumulação indevida de cargos.

### 6.1.3 Demonstrativo dos custos de pessoal da Unidade – 2010, 2011 e 2012

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis (valores em R\$ 1,00)							Total	
		Retri- buições	Gratificações	Adicionais	Indeni- zações	Benefícios Assisten- ciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios anteriores		
<b>Membros de poder e agentes políticos</b> N / A *										
<b>Celestistas – Quadro Interno</b> <sup>1</sup>										
Exercícios	2012	493.897.950,89	-	129.837.282,69	1.819.247,35	-	-	-	-	625.554.480,93
	2011	450.517.174,65	-	118.469.452,93	1.677.520,08	-	-	-	-	570.664.147,66
	2010	411.970.739,65	-	109.185.233,43	1.489.928,15	-	-	-	-	522.645.901,23
<b>Servidores com Contratos Temporários</b> N / A *										
<b>Cedidos – Quadro Externo</b> <sup>1</sup>										
Exercícios	2012	105.075.579,31	-	10.578.170,19	1.864.378,30	-	-	-	-	117.518.127,80
	2011	96.679.249,79	-	10.060.866,74	1.683.438,10	-	-	-	-	108.423.554,63
	2010	93.299.250,48	-	9.823.372,51	1.552.960,93	-	-	-	-	104.675.583,92
<b>Requisitados</b> <sup>1</sup>										
Exercícios	2012	821.792,36	-	-	-	-	-	-	-	821.792,36
	2011	708.788,36	-	-	-	-	-	-	-	708.788,36
	2010	900.127,47	-	-	-	-	-	-	-	900.127,47
<b>Diretores</b> <sup>1</sup>										
Exercícios	2012	2.269.764,48	-	-	-	-	-	-	-	2.269.764,48
	2011	2.216.490,21	-	-	-	-	-	-	-	2.216.490,21
	2010	2.193.198,11	-	-	-	-	-	-	-	2.193.198,11
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b> N / A *										

Fonte: InfoGP – Dez/2012 e Controles Internos – Departamento das Relações do Trabalho GPRET

\* Quadro adaptado às características do SERPRO.

<sup>1</sup> Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão: foram considerados todos os empregados do SERPRO, à exceção do Quadro Externo; Servidores cedidos com ônus ou em Licença: foram considerados todos os empregados do Quadro Externo do SERPRO; Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior: foi considerado o quadro de Diretores do SERPRO (Diretor-Presidente; Diretor-Superintendente e Diretores); Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial: foram considerados os empregados Requisitados do Serpro.

**Observações:**

Vencimentos e vantagens fixas: Referência Salarial, Incorporações, ATS e EQA; Gratificações = FCT/FCA/GFE e GFC; Adicionais: Demais Rubricas.

Em 2011, 3 Diretores atuaram de Janeiro a Maio 2011; 1 Diretor atuou até Fevereiro 2011. Da mesma forma, 1 Diretor assumiu em Fevereiro de 2011 e 3 Diretores assumiram a partir de Maio de 2011. Em 31/12/11, havia 7 Diretores Mandatários em atuação. No que diz respeito aos empregados Requisitados, em 2011 havia 10 empregados na condição de Janeiro a Fevereiro, 8 em Março e em Maio, 7 em Abril, 5 em Junho e 6 empregados requisitados de Julho a Dezembro.

Em 2012, 08 Diretores exerceram o cargo, sendo que 1 Diretor atuou de Janeiro a Maio 2012 e outro assumiu no mesmo mês. Em 2012, havia 07 Diretores Mandatários em atuação e 07 empregados requisitados de Janeiro a Dezembro.

Decisões Judiciais		
Exercícios	2012	37.498.566,07
	2011	24.822.147,34
	2010	23.061.643,46

Fonte: Fluxo de caixa / Demais Despesas e Custos / Sentenças Judiciais – Superintendência de Gestão Financeira - SUPGF

### 6.1.4 Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicações ao TCU

#### a) Quadro registro SISAC - Admissão – 2011 e 2012

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Admissão</b>			294	482
<b>Totais</b>			<b>294</b>	<b>482</b>

Fonte: Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho – GPRET

\* Foram retirados os campos que não se aplicam ao SERPRO.

#### b) Quadro registro SISAC - Desligamentos – 2011 e 2012

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Desligamento</b>			356	638
<b>Cancelamento de desligamento</b>	5		19	0
<b>Totais</b>	<b>5</b>		<b>375</b>	<b>638</b>

Fonte: Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho – GPRET

\* Foram retirados os campos que não se aplicam ao SERPRO.

**c) Quadro regularidade do cadastro dos atos no SISAC**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	40	122	10	122
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>122</b>	<b>10</b>	<b>122</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento		356		
Cancelamento de desligamento			19	
<b>Total</b>		<b>356</b>	<b>19</b>	

Fonte: Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho – GPRET

**6.1.4.1 Quadro atos sujeitos a remissão física ao TCU – Não se aplica ao Serpro.**

**6.1.4.2 Informações da atuação do órgão de controle interno OCI sobre os atos – Não se aplica**

**6.1.5 Indicadores RH**

Os indicadores estratégicos e corporativos de Recursos Humanos são os constantes nos itens 2.5 e 2.6. A seguir informamos demais indicadores.

**a) Rotatividade – TURNOVER**

ATOS	QUANTIDADE POR ANO	
	2011	2012
Ingressos	343	728
Desligamentos	755	384
Diferença entre Ingressos e Desligamentos no período	-412	344

Fonte: InfoGP – Dez/2012

**b) Indicadores de Absenteísmo**

Mês / Causa	% Absenteísmo Sobre Horas Úteis				
	Causa Médica	Legal	Voluntário	Abono Chefia	Compulsório
<b>Média 2012</b>	<b>1,99</b>	<b>2,30</b>	<b>0,06</b>	<b>0,89</b>	<b>0,00</b>
<b>Média Geral 2012</b>	<b>1,05</b>				

Fonte: InfoGP – Jan a Dez 2012

**c) Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais**

Informações do consolidado nacional do Serviço de Saúde Ocupacional – 2012		Quantitativo
Atestados	Total de atestados emitidos / homologados	13.758
	Total de dias	47.445
	Empregados encaminhados para Auxílio Doença	221
Acidentes de Trabalho	Acidente de Trabalho Típico	24
	Nº de dias de afastamento	83
	Acidente de Trajeto	40
	Nº de dias de afastamento	273
	Total de ocorrências	64
	Total de dias	358
Doença Ocupacional	Novas ocorrências	9
	Nº de dias de afastamento	83
Exames Ocupacionais	Periódicos	6.005
	Admissional	344
	Demissional	140
	Retorno ao trabalho	183
Proc.Médico/Enfermagem	Médico	5.348
	Enfermagem	17.136

Fonte: Controles Internos – Departamento das Relações Sociais do Trabalho - GPREL

#### d) Educação Continuada

- **Programa de Capacitação e Desenvolvimento Corporativo:** contempla cinco planos de capacitação : Plancap - Plano de Capacitação Tecnológica, Plancad - Plano de Capacitação Desenvolvimento Institucional, PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Integração do Serpro e Plano de Eventos Corporativos.

ANO	PLANO	N° Ações Educacionais	Participações	Carga Horária Total
2012	PLANCAP	468	7.841	137.576
	PLANCAD	355	12.888	113.779
	EVENTOS	228	739	12.126
	INTEGRAÇÃO (*)	253	(**) 311	1.568
	PDG	15	7.573	56.007
2011	PLANCAP	2.225	10.956	193.026
	PLANCAD	215	7.248	77.638
	EVENTOS	151	537	11.482
	INTEGRAÇÃO	19	3.918	17.873
	PDG	30	2.909	43.194
2010	PLANCAP	316	7.203	118.298
	PLANCAD	105	2.656	162.131
	EVENTOS	166	616	16.330
	INTEGRAÇÃO	37	598	103.310
	PDG	31	2.551	67.790

Fonte: SISGAD e Controles Internos – UNISERPRO

(\*) Dados de abril a dezembro/2012 nas modalidades presencial e a distância – planilha UNIGD

(\*\*) n° de participantes de janeiro a dezembro/2012

#### - Programa de Incentivo à Educação Superior

Em 2012, 34 empregados participaram do Programa de Incentivo a Educação Superior, em áreas de conhecimento da empresa, sendo 16 em área de tecnologia e 18 em área de gestão. No ano citado, 8 empregados concluíram a participação no Programa.

#### - Programa de Educação Pós-Graduada

Em 2012, 120 empregados participaram do Programa, sendo 2 em doutorado, 1 em mestrado e 117 em cursos de especialização. A maior concentração, 116 empregados, foi em área de gestão, no entanto, os cursos estão relacionados com atividades estratégicas da empresa e tendo parte deles foco em tecnologia. Em relação aos cursos iniciados nos anos anteriores, 119 profissionais terminaram a pós-graduação em 2012, sendo 16 em mestrado e 106 em cursos de especialização.

#### - Valor Total Executado com os Programas em 2012

Programa	Valor Executado em 2012 (R\$)
Educação Superior	137.219,92
Educação Pós-Graduada	1.854.507,52
<b>Total</b>	<b>1.991.727,44</b>

Fonte: Controles Internos - UNISERPRO

#### e) Distribuição do Quadro de Pessoal por Plano de Cargos e Salários.

A partir de novembro de 2008, os empregados são contratados pela empresa sob a égide do PGCS, sendo facultado aos empregados integrantes de outros planos, o ingresso neste a qualquer tempo, mediante opção formal.

Migração para o PGCS	
Ano	Quantidade Empregados
2010	159
2011 <sup>1</sup>	46
2012	85
<b>Total</b>	<b>290</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2012 e Controles Internos do Departamento da Gestão das Carreiras, das Avaliações e do Comportamento Organizacional.

<sup>1</sup> Em 2011, 2 empregados optaram por migrar para o PGCS, mas desligaram-se no mesmo ano.

Quadro de Pessoal por Plano em 31.12.2012			
Plano de Cargos e Salários	Cargo	Quantidade de Empregados	Total
PGCS	Analista	3.561	4.791
	Técnico	917	
	Auxiliar	313	
RARH 2	Analista	605	5.921
	Técnico	1.436	
	Auxiliar	3.880	
PACCS	Analista	3	15
	Auxiliar	12	
<b>Total</b>			<b>10.727</b>

Fonte: InfoGP – Dez/2012

\* Não inclui os mandatários e os requisitados pois estes não fazem parte de nenhum dos planos.

\*\* Os mandatários empregados do Serpro também não estão incluídos, pois, enquanto exercem o cargo, sua participação nos Planos fica interrompida.

#### f) Promoções por mérito e por tempo de serviço.

Em 2012, foram promovidos 3.526 empregados por tempo de serviço e 2.234 por mérito, o que corresponde a 53,69 % do total de empregados.

Empregados promovidos em 2012				
Plano	Quadro	Por tempo de serviço	Por mérito	Total
RARH 2	Quadro Interno	1.183	0*	1.183
	Quadro Externo	1.594	0*	1.594
PGCS	Quadro Interno	692	2.120	2.812
	Quadro Externo	57	114	171
<b>Total</b>		<b>3.526</b>	<b>2.234</b>	<b>5.760</b>

Fonte: Controles Internos do Departamento da Gestão das Carreiras, das Avaliações e do Comportamento Organizacional GPCOM

\* Em observância à Resolução nº 9, de 08 de outubro de 1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE (atual DEST), que limita a 1% (um por cento) da folha salarial o impacto anual com as promoções por antiguidade e por merecimento, a promoção por mérito do RARH-2 não foi realizada, uma vez que a promoção por tempo de serviço do RARH-2 já consumiu a verba destinada para as promoções desse plano de cargos e salários, em 2012.

## 6.2 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade

As informações referentes aos itens sobre substituição individual de terceirizados, não se aplicam ao Serpro, uma vez que a terceirização ocorre por contrato de prestação de serviços, não havendo controle individual dos profissionais alocados para execução do contrato.

### 6.2.1 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior (1)	N/A*			19	19.472,83
Área Meio	N/A*			19	19.472,83
Total	N/A*			19	19.472,83

Fonte: Controles internos da Universidade Corporativa do Serpro - UNIGR/UNISE

\* Foram contratados Estagiários somente a partir do 4º trimestre de 2012 e da área meio.

### 6.2.2 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos do Órgão

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício*	Egressos no exercício*
	2010	2011	2012		
Analista – Medicina do Trabalho	23	19	23	-	-
Técnico – Enfermagem do Trabalho	9	5	0	-	-
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					
Em algumas localidades, a terceirização ocorre em razão de a lista de espera de candidatos já ter se esgotado ou de não haver candidatos aprovados no concurso público, situação considerada pelo grupo de trabalho responsável por propor ações sobre o Termo de Conciliação Judicial nº1213/1998 com o Ministério Público do Trabalho.					
* Não há esse tipo de controle, uma vez que os serviços contratados da empresa terceirizada podem ser prestados por qualquer profissional que a empresa disponibilize no momento.					

Fonte: Controles Internos – Departamento das Relações Sociais do Trabalho - GPREL

#### - Terceirização das atividades de advocacia:

Conforme solicitação contida no Ofício Circular nº 2/2012/AECI/GMF/MF-DF, de 20/09/2012 - Incluir no Relatório de Gestão 2012, informações sobre o resultado final do processo de substituição de terceirizados de advocacia.

O processo de terceirização do contencioso trabalhista do SERPRO, teve início no ano de 1996, por orientação governamental, tendo sido contratados, por meio de processo de licitação, 11 (onze) escritórios de advocacia, para conduzir, em nível nacional, as ações judiciais trabalhista da Empresa.

A partir de 2004, o SERPRO voltou a contratar advogados por meio dos concursos públicos, realizados no anos de 2004, 2005, 2008, 2010, dando início à reabsorção dos serviços de advocacia a partir de 2007, restando na presente data, em razão da dificuldade da contratação e retenção de advogados em Brasília, somente o escritório de advocacia contratado em Brasília para conduzir as ações judiciais trabalhistas que tramitam nos Estados que integram a Região Centro Oeste e no Estado do Tocantins, em 1a.e 2o. Graus, e as ações que tramitam nos tribunais superiores, originárias de todas unidades federativas do Brasil.

Com vistas a concluir o processo de reabsorção da condução do contencioso trabalhista terceirizado, em 1º de abril de 2012, foi criado o Departamento do Contencioso Judicial Trabalhista (CJJDF), com a missão de coordenar, dentre outras atividades, o desenvolvimento das atividades de assistência e assessoramento jurídico para condução das 453 ações judiciais que tramitam na justiça do trabalho (1o. e 2o. Graus) da região Centro Oeste e do Estado de Tocantins, atualmente conduzidas pelo escritório contratado em Brasília para esse fim.

Para o desenvolvimento desse trabalho, inicialmente, foi autorizada a transferência de duas advogadas do Rio de Janeiro para Brasília, sendo a primeira a partir de 01/05/12 e a segunda a partir de 01/09/2012.

Em 21/08/2012, para que a CJJDF pudesse dar andamento ao exercício das suas atividades, com a maior brevidade possível, desenvolvendo plenamente suas atribuições com a segurança que o processo requer, assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos, com a qualidade necessária, a Diretoria autorizou a contratação de mais cinco advogados, por meio do Concurso Público de 2008, vigente até 14/01/2013.

Para o preenchimento das cinco vagas aprovadas, fez-se necessária a convocação de 24 candidatos. Por fim, somente quatro advogados foram contratados, restando uma vaga, em razão de o último candidato não acudir o chamado do SERPRO e de o concurso público ter alcançado o seu termo final em 14/01/2013. Assim, a vaga restante somente poderá ser preenchida por candidatos aprovados no próximo concurso público-2013, que ainda está em curso.

Outra providência que está sendo tomada é a criação da área que irá assumir a condução de todas as ações judiciais, que alçarem os tribunais superiores, originárias de todas unidades federativas do Brasil, que totalizam, aproximadamente, 530 processos. Os advogados que irão atuar nessa área serão contratados por meio do concurso público-2013, cujas contratações deverão ocorrer a partir de julho de 2013.

Informamos que atualmente a empresa mantém contrato com o escritório de advocacia Nilton Correia Advogados Associados, registrado sob o número RG 49446/2012.

### 6.2.3 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade

A Regional Florianópolis não possui contratos nessas modalidades.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM													
UG/Gestão: SUPGL/GLBLM					CNPJ:33.683.111/0003-60								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	44.927	09.211.205.0001-90	01/10/10	30/09/13	-	1	-	13	-	2	P
2011	L	O	45.454	07.243.477.0001-47	16/03/11	15/03/12	14	5	-	9	-	-	E
2011	V	O	46.919	63.724.470.0001-18	16/08/11	15/08/13	-	1	-	3	-	-	P
2011	L	O	47.133	10.828.575.0001-50	01/09/11	31/08/13	-	1	-	1	-	-	P
2012	L	O	48.212	13.268.416.0001-37	16/01/16	15/01/17	-	5	-	10	-	-	A

Legenda: Área: (L) Limpeza e higiene.; (V) Vigilância ostensiva

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Médio; (S) Ensino Superior

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de Trabalhadores:(P) prevista no Contrato,(C) Efetivamente Contratada.

Fonte: Sistema PLACONT

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELO HORIZONTE													
UG/Gestão: SUPGL/GLBHE					CNPJ:33.683.111/0007-94								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	44.402	04.437.161.0001-06	03/05/10	02/05/13	29	29	-	-	-	-	P
2011	V	O	45.318	03.108.004.0001-86	09/02/11	08/02/13	16	17	5	4	-	-	P

Obs: Contrato 44.402 – Limpeza e Conservação – Estão alocadas 03 (três) copeiras

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BRASÍLIA E SEDE													
UG/Gestão: SUPGL/GLBSA					CNPJ:33.683.111/0002-80 E 33.683.111/0001-07								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	40.580	03.677.044.0002-20	01/06/07	31/05/12	-	22	121	100	-	9	E
2010	L	O	44.023	00.636.712.00001-00	04/01/10	30/09/12	72	54	-	20	-	-	E
2010	L	O	44.808	08.531.933.0001-17	25/08/10	24/08/13	2	1	-	1	-	-	P
2011	L	O	47.774	08.531.933.0001-17	16/11/11	15/11/13	3	2	-	1	-	-	P
2011	L	O	48.078	10.446.523.0001-10	27/12/11	26/12/13	1	-	-	1	-	-	P
2011	V	O	47.943	08.837.257.0001-04	20/12/11	19/12/13	4	3	-	1	-	-	P
2012	V	O	49.043	03.677.044.0002-20	01/06/12	31/05/13	116	22	9	100	-	9	A
2012	L	O	49.688	01.708.458.0001-62	01/10/12	03/01/14	72	54	-	20	-	-	P

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA													
UG/Gestão: SUPGL/GLCTA					CNPJ:33.683.111/0010-90								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	44.574	05.948.378.0001-35	01/07/10	30/06/13	12	3	5	14	-	-	P
2011	L	O	46.301	11.945.317.0001-17	25/07/11	24/07/13	18	18	1	1	-	-	P

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE													
UG/Gestão: SUPGL/GLRCE							CNPJ:33.683.111/0005-22						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	43.573	04.896.282.0001-08	10/09/09	09/09/13	-	-	21	21	-	-	P
2011	L	O	47.907	09.540.692.0001-35	12/12/11	11/12/16	6	6	14	14	-	-	P

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: SUPGL/GLRJO							CNPJ:33.683.111/00008-75						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	41.036	36.529.998/0001-63	09/09/07	30/11/13	66	66	1	1	-	-	E
2009	V	O	43.168	06.037.043/0001-28	01/05/09	30/04/14	-	-	64	64	-	-	P
2011	V	O	46.201	06.141.118/0001-16	08/07/11	07/07/16	-	-	50	50	-	-	A
2012	L	O	49.941	12.135.947.0001-99	01/12/12	30/11/17	70	70	1	1	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL PORTO ALEGRE													
UG/Gestão: SUPGL/GLPAE							CNPJ:33.683.111/00011-70						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	46.179	11.301.568.0001-69	18/07/11	17/07/13	12	12	1	1	-	-	P
2011	V	O	46.922	91.099.796.0001-37	19/08/11	18/08/12	13	13	6	6	-	-	E
2012	V	O	49.386	04.281.402.0001-62	19/08/12	18/08/13	13	7	6	12	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SÃO PAULO													
UG/Gestão: SUPGL/GLSPO							CNPJ:33.683.111/0009-56						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	44.551	08.439.717.0001-46	07/06/10	06/06/13	1	1	-	-	-	-	P
2010	V	O	44.849	10.478.353.0001-55	05/09/10	04/09/15	65	25	12	52	-	-	A
2011	L	O	45.937	10.565.981.0001-78	01/07/11	30/06/13	62	56	1	7	1	1	P

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR													
UG/Gestão: SUPGL/GLSDR							CNPJ:33.683.111/0006-03						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	40.448	02.081.574.0001-67	16/04/07	15/04/12	-	-	4	4	-	-	E
2008	V	O	42.154	03.394.369.0001-14	01/08/08	31/07/13	-	-	19	19	-	-	P
2011	L	O	45.203	03.595.040.0001-11	03/01/11	02/01/14	22	22	-	-	-	-	P
2011	V	O	45805	02.081.574.0001-67	01/06/11	31/05/13	-	-	4	4	-	-	P

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL FORTALEZA													
UG/Gestão: SUPGL/GLFLA							CNPJ:33.683.111/0004-41						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	43.674	04.894.089.0001-38	01/10/09	30/09/13	16	19	8	5	-	-	P
2010	V	O	44.211	05.594.403.0001-20	01/03/10	28/02/13	-	-	29	29	-	-	P

#### 6.2.4 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM													
UG/Gestão: SUPGL/GLBLM							CNPJ:33.683.111/0003-60						
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	42.512	06.088.979.0001-88	21/10/08	20/10/13	-	-	-	-	1	1	P
2008	11	O	41.383	07.611.485.0001-07	02/01/08	01/01/13	14	10	-	4	-	-	E
2011	8	O	45.246	03.534.028.0001-05	16/01/11	15/01/14	3	2	-	1	-	-	P
2011	2	O	45.457	08.823.749.0001-40	01/03/11	29/02/16	-	-	-	1	-	-	A
2011	2	O	45.553	09.245.682.0001-77	12/04/11	11/04/13	-	-	-	3	-	-	P
2011	5	O	46.189	04.436.855.0001-10	08/07/11	15/05/12	-	-	-	4	-	-	E
2011	8	O	46.519	01.427.148.0001-70	01/08/11	31/07/13	3	6	1	3	-	1	P
2011	4	O	46.920	07.243.477.0001-47	22/08/11	15/01/12	1	-	-	1	-	-	E
2011	11	O	47.099	13.014.900.0001-27	12/09/11	30/11/12	-	1	-	1	-	-	E
2012	12	O	47.778	10.587.618.0001-53	01/12/11	30/11/16	-	1	-	1	-	-	A
2012	5	O	48.939	13.258.895.0001-07	16/05/12	15/05/17	-	-	-	4	-	-	A
2012	11	O	49.938	13.523.446.0001-42	03/12/12	02/12/17	-	1	-	1	-	-	A

LEGENDA Área: 1 – Segurança; 2 – Transportes; 3 – Informática; 4 – Copeiragem; 5 – Recepção; 6 – Repografia; 7 – Telecomunicações; 8 – Manutenção de Bens Móveis; 9 – Manutenção de Bens Imóveis; 10 – Brigadista; 11 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12 – Outras.

Natureza: (O) ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELO HORIZONTE														
UG/Gestão: SUPGL/GLBHE					CNPJ:33.683.111/0007-94									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	7	O	44.404	10.688.049.0001-70	03/05/10	02/05/13	2	2	-	-	-	-	-	P
2008	9	O	41.948	33.158.874.0001-20	05/06/08	31/07/12	5	5	9	9	-	-	-	E
2010	5	O	44.403	06.090.065.0001-51	03/05/10	02/05/13	10	10	-	-	-	-	-	P
2010	11	O	44.383	19.201.128.0001-41	26/04/10	25/04/14	14	14	-	-	-	-	-	P
2010	2	O	44.117	02.477.032.0001-65	03/02/10	02/02/12	3	3	-	-	-	-	-	E
2012	9	O	49.360	33.158.874.0001-20	01/08/12	31/07/13	5	5	9	9	-	-	-	A
2012	2	O	48.398	02.447.032.0001-65	03/02/08	02/02/13	4	4	-	-	-	-	-	A
2008	12	O	42.837	06.227.199.0001-71	23/12/08	22/12/13	-	-	-	-	2	2	-	P
2008	12	O	42.536	09.065.084.0001-16	21/10/08	20/10/13	-	-	-	-	1	1	-	P
2012	8	O	48.419	90.347.840.0007-03	13/02/12	12/02/13	-	-	1	1	-	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL FLORIANOPOLIS														
UG/Gestão: SUPGL/GLFNS					CNPJ: 33.683.111/0019-28									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4,5,12	O	45.010	09.310.539.0001-11	06/11/10	05/11/15	3	3	6	6	-	-	-	P

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL FORTALEZA														
UG/Gestão: SUPGL/GLFLA					CNPJ:33.683.111/0004-41									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	8	O	44.795	09.517.329.0001-07	24/08/10	16/07/12	3	3	-	-	-	-	-	E
2010	2	O	44.093	02.441.569.0001-18	01/02/10	31/01/13	-	-	4	4	-	-	-	P
2011	5	O	47.906	12.452.610.0001-05	01/12/11	30/11/13	-	-	2	2	-	-	-	P
2012	9	O	49.019	12.067.103.0001-58	28/05/12	27/05/13	3	3	8	8	-	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL PORTO ALEGRE														
UG/Gestão: SUPGL/GLPAE					CNPJ:33.683.111/0011-70									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	12	O	42.313	07.161.152.0001-15	02/09/08	01/09/13	-	-	-	-	1	1	-	P
2008	8	O	42.211	10.688.049.0001-70	18/08/08	17/08/12	4	4	6	6	-	-	-	E
2009	8	O	43.957	86.937.992.0001-01	01/01/10	18/08/12	-	-	2	2	-	-	-	E
2011	5,11	O	47.505	94.851.250.0001-89	01/11/11	31/10/13	-	-	9	9	-	-	-	P
2011	2	O	46.934	05.292.532.0001-63	23/08/11	22/08/12	-	-	3	3	-	-	-	E
2011	4	O	46.178	09.279.420.0001-23	18/07/11	17/07/13	3	3	-	-	-	-	-	P
2012	8	O	49.397	86.937.992.0001-01	18/08/12	17/08/13	2	2	10	10	-	-	-	A
2012	2	O	49.523	00.695.097.0001-02	23/08/12	22/08/13	-	-	3	3	-	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR														
UG/Gestão: SUPGL/GLSDR					CNPJ:33.683.111/0006-03									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	2	O	40.925	06.948.355.0001-93	03/09/07	02/09/12	-	-	5	5	-	-	-	E
2008	12	O	42.597	01.650.008.0001-66	03/11/08	02/11/13	-	-	-	-	2	-	-	P
2009	11	O	43.428	61.600.839.0001-55	15/07/09	14/07/13	-	-	13	13	-	-	-	P
2009	12	O	43.126	04.404.025.0001-01	15/04/09	14/04/13	16	16	-	-	-	-	1	P
2010	9	O	45.019	13.491.709.0001-89	15/10/10	14/10/13	-	-	1	1	-	-	-	P
2010	9	O	45.056	15.243.835.0001-40	01/11/10	31/10/15	-	-	8	8	1	-	-	P
2012	12	O	48.646	09.504.335.0001-11	12/03/12	11/03/13	-	-	2	2	-	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BRASÍLIA E SEDE														
UG/Gestão: SUPGL/GLBSA					CNPJ:33.683.111/0002-80 E 33.683.111/0001-07									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	6	O	41.109	02.093.942.0001-97	18/10/07	17/10/12	4	4	-	-	-	-	-	E
2007	12	O	41.193	00.706.148.0001-46	09/11/07	08/11/12	-	-	4	4	4	4	4	E
2007	10	O	40.966	37.077.716.0001-05	12/09/07	11/09/12	-	-	8	8	-	-	-	E
2007	8	E	40.608	03.591.509.0001-44	11/06/07	10/06/13	4	4	10	10	1	1	1	P
2007	2	O	40.696	07.076.118.0001-42	02/07/07	01/07/12	-	1	-	-	-	-	-	E
2007	2	O	40.618	07.076.118.0001-42	14/06/07	13/06/12	-	1	-	-	-	-	-	E
2009	2	O	43.436	00.691.905.0001-52	29/07/09	28/07/13	-	7	-	16	-	1	1	P
2010	2	O	44.757	08.865.102.0001-81	09/08/10	08/08/13	-	1	-	-	-	-	-	P
2010	2	O	44.758	08.338.786.0001-63	09/08/10	08/08/13	-	1	-	-	-	-	-	P
2010	12	O	44.823	09.074.738.0001-78	25/08/10	24/08/13	-	-	-	-	6	6	6	A
2010	4,5	O	44.808	08.531.933.00001-17	25/08/10	24/08/13	2	1	-	1	-	-	-	P
2010	2	O	44.542	34.253.146.0001-60	01/06/10	23/07/12	-	-	-	2	-	-	-	E
2010	11	O	44.281	33.583.592.0001-01	01/04/10	31/03/14	41	41	-	-	-	-	-	P
2010	9	O	44.119	32.928.418.0001-50	03/02/10	02/02/13	18	12	2	8	1	-	-	P
2010	4	O	44.206	01.708.458.0001-62	05/03/10	04/03/12	32	23	-	9	-	-	-	P
2011	4,5	O	47.774	08.531.933.0001-17	16/11/11	15/11/13	3	2	-	1	-	-	-	P
2011	4,5	O	48.078	10.466.523.0001-10	27/12/11	26/12/13	1	-	-	1	-	-	-	P
2011	8	O	45.821	08.220.952.0001-22	02/06/11	31/05/13	4	8	44	39	1	5	5	P
2011	7	O	47.964	07.951.388.0001-55	22/12/11	21/12/13	-	-	-	6	-	-	-	P
2011	9	O	45.319	72.620.735.0001-29	26/01/11	25/01/13	6	5	1	2	-	-	-	P
2012	10	O	49.739	07.675.984.0001-50	15/10/12	14/10/13	-	-	8	8	-	-	-	A
2012	6	O	49.984	02.093.942.0001-97	29/11/12	28/11/13	3	3	-	-	-	-	-	A
2012	2	O	49.346	11.745.674.0001-31	24/07/12	23/07/13	-	-	-	2	-	-	-	A
2012	5	O	48.097	38.042.487.0001-48	02/01/12	01/01/14	-	6	-	61	-	13	13	A
2012	2	O	49.667	08.338.786.0001-63	17/09/12	16/09/13	-	1	-	-	-	-	-	A
2012	2	O	49.668	14.487.384.0001-23	10/09/12	09/10/13	-	1	-	-	-	-	-	A
2012	11	O	49.799	61.600.839.0001-55	19/10/12	18/10/13	1	1	-	-	-	-	-	A
2012	12	O	49.889	00.706.148.0001-46	09/11/12	08/11/13	-	-	2	2	4	4	4	A

UNIDADE CONTRATANTE														
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RIO DE JANEIRO														
UG/Gestão: SUPGL/GLPAE					CNPJ:33.683.111/00008-75									
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2006	2	O	38.732	72.141.252/0001-41	16/01/06	31/01/13	16	16	-	-	-	-	-	E
2008	12	O	41.592	00.674.347.0001-10	14/02/08	13/02/13	-	-	5	5	9	9	9	P
2008	2	O	41.690	08.974.048/0001-02	19/03/08	18/03/13	2	2	-	-	-	-	-	P
2010	11	O	44.743	06.263.083/0001-98	03/08/10	31/08/12	20	20	-	-	-	-	-	E
2010	9	O	44.921	73.678.005/0001-41	20/09/10	30/11/12	17	17	-	-	1	1	1	E
2010	7	O	44.742	68.582.709/0001-86	03/08/10	02/08/15	4	4	-	-	-	-	-	P
2010	8	O	45.106	32.330.003/0001-80	05/11/10	04/11/15	22	22	-	-	2	2	2	P
2012	2	O	48.282	02.228.225/0001-25	01/02/12	31/07/17	16	16	2	2	-	-	-	A
2012	9	O	49.363	03.160.875.0001-49	01/08/12	30/07/17	5	5	-	-	-	-	-	A
2012	11	O	49.598	07.544.068.0001-80	01/09/12	31/08/17	24	24	2	2	-	-	-	A
2012	4	O	49.963	68.565.530.0001-10	01/12/12	30/11/17	21	21	2	2	-	-	-	A
2012	9	O	49.995	76.678.005.0001-41	01/09/12	31/08/17	17	17	-	-	1	1	1	A

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SÃO PAULO													
UG/Gestão: SUPGL/GLSPO					CNPJ:33.683.111/0009-56								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	12	O	40.654	04.440.542.0001-36	01/07/07	30/06/12	7	7	-	-	-	-	E
2007	2	O	40.986	47.900.949.0001-01	24/09/07	23/09/12	2	1	-	1	-	-	E
2007	2	O	41.340	06.946.308.0001-00	17/12/07	16/12/12	9	3	-	6	-	-	E
2008	8,9	O	41.379	01.756.239.0001-59	01/01/08	31/03/12	14	14	26	24	-	2	E
2008	2	O	42.578	07.605.506.0001-73	01/12/08	30/11/13	4	2	-	2	-	-	A
2008	2	O	42.584	59.126.045.0001-50	01/12/08	30/11/13	4	4	-	-	-	-	A
2008	2	O	42.605	05.449.253.0001-60	01/12/08	01/12/13	3	-	-	2	-	1	A
2008	12	O	42.798	08.662.712.0001-88	24/12/08	23/12/13	2	2	4	4	2	2	A
2009	2	O	43.513	47.900.949.0001-01	24/09/09	23/09/14	3	-	-	3	-	-	A
2009	12	O	42.722	05.877.704.0001-60	02/02/09	01/02/14	-	-	-	-	-	5	A
2010	11	O	44.719	51.549.301.0001-00	02/08/10	01/08/15	-	-	22	22	-	-	A
2010	7	O	44.163	67.071.001.0003-60	10/02/10	09/02/13	1	1	-	-	-	-	P
2010	10	O	44.849	10.478.853.0001-55	05/09/10	04/09/15	4	-	-	4	-	-	A
2010	7	O	44.849	10.478.853.0001-55	05/09/10	04/09/15	2	1	-	1	-	-	A
2011	12	O	47.391	00.706.148.0001-46	01/11/11	31/10/13	-	-	1	1	4	4	P
2011	6	O	45.754	03.373.051.0001-82	04/07/11	03/08/12	2	-	-	2	-	-	E
2011	11	O	45.937	10.565.981.0001-78	01/07/11	30/06/13	25	10	-	14	-	1	P
2011	4	O	45.937	10.565.981.0001-78	01/07/11	30/06/13	13	11	-	2	-	-	P
2011	8	O	46.468	01.978.473.0001-20	22/07/11	21/07/13	1	-	3	4	-	-	P
2012	8,9	O	48.726	05.208.211.0001-38	01/04/12	31/12/12	26	15	13	23	-	1	E
2012	12	O	49.217	04.440.542.0001-38	02/01/12	01/07/13	7	7	-	-	-	-	A
2012	6	O	49.357	01.546.939.0001-19	06/08/12	05/08/17	1	1	-	-	-	-	A
2012	2	O	49.661	53.499.240.0001-49	24/09/12	23/09/17	2	2	-	-	-	-	A
2012	2	O	50.188	05.553.237.0001-13	17/12/12	16/12/17	4	4	-	-	-	-	A
2012	2	O	50.189	10.944.071.0001-04	17/12/12	16/12/17	5	5	-	-	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA													
UG/Gestão: SUPGL/GLCTA					CNPJ:33.683.111/0010-90								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	4	O	42.649	80.033.004.0001-05	01/12/08	30/11/13	2	1	-	1	-	-	P
2009	7	O	43.388	84.965.706.0001-88	15/07/09	14/07/12	2	2	-	-	-	-	E
2010	8	O	44.801	098.097.681.0001-60	15/09/10	06/06/12	-	-	1	1	-	-	E
2010	11	O	44.694	51.549.301.0007-03	15/07/10	14/07/13	13	13	-	-	-	-	P
2011	9	O	45.855	68.267.143.0001-60	07/01/11	06/06/12	5	5	1	1	-	-	E
2011	12	O	45.488	03.502.533.0001-60	01/04/11	31/03/13	-	-	-	-	2	2	P
2011	11	O	45.638	09.576.274.0001-06	02/05/11	01/05/13	-	-	4	4	-	-	P
2011	12	O	45.682	09.459.649.0001-40	01/06/11	31/05/13	-	-	-	-	1	1	P
2012	9	O	49.070	12.229.984.0001-66	07/06/12	06/06/13	3	3	8	8	-	-	A
2012	11	O	49.700	05.912.569.0001-47	03/10/13	02/10/13	2	2	-	-	-	-	A

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE													
UG/Gestão: SUPGL/GLRCE					CNPJ:33.683.111/0005-22								
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	41.688	02.726.118.0001-27	19/03/08	18/03/13	-	-	2	2	-	-	P
2008	12	O	42.510	05.877.704.0001-60	15/10/08	14/10/13	-	-	-	-	2	2	P
2008	11	O	41.605	10.998.292.0001-57	11/03/08	10/03/13	19	19	-	-	-	-	A
2011	4	O	47.909	10.339.944.0001-41	11/12/11	10/12/13	-	-	3	3	-	-	P
2011	12	O	47.910	07.135.180.0001-68	12/12/11	11/12/13	1	1	1	1	-	-	P
2011	8	O	48.051	01.880.463.0001-58	23/12/11	28/12/13	-	-	11	11	-	-	P
2012	2	O	48.081	08.466.488.0001-59	02/01/12	01/01/14	-	-	6	6	-	-	P
2012	4	O	50.170	02.726.118.0001-27	12/12/12	11/12/17	-	-	3	3	-	-	A

## 7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

#### 1. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

O SERPRO terceiriza frota de veículos para transporte de pessoas e pequenas cargas contratando o serviço através de Licitação, obedecendo o disposto na Lei 8666/93. A regulamentação da prestação do serviço consta da Norma GL046 e do Processo de Transportes, que estabelecem diretrizes e critérios para o planejamento e execução das atividades de transporte de pessoas e pequenas cargas no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas e Estados onde se localizam as Regionais e Escritórios. Utiliza-se também de 08 veículos de sua propriedade.

#### 2. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade

A utilização do serviço de transporte é de fundamental importância para propiciar a movimentação / deslocamento de empregados do SERPRO e pequenas cargas nas Unidades Regionais, Sede e Escritórios, visando ao atendimento das necessidades de seus clientes e de suas próprias no âmbito do Distrito Federal, Região Metropolitana das Regionais e Estado de sua localização e Escritórios.

#### 3. Quantitativo no quadro abaixo relação de veículos contratados (terceirização) por Unidade do SERPRO no País

- 50 veículos com capacidade para até 5 passageiros.
- 13 veículos com capacidade para até 7 passageiros
- 6 veículos utilitários com capacidade para até 8 passageiros
- 7 veículos utilitários (tipo van) com capacidade para até 14 passageiros.
- 3 caminhonetes/furgões
- 2 caminhões com capacidade de carga até 4 toneladas.
- 6 motocicletas.

O SERPRO dispõe de 8 veículos de sua propriedade, 6 na Sede da empresa em Brasília, sendo três deles de representação utilizados pela Diretoria, e 2 na Regional Porto Alegre, conforme abaixo:

Sede em Brasília : 1 Fiat Linea 2010 / 2 Fiat Palio Weekend 2010/ 1 Chevrolet Astra 2004 / 1 Volkswagen Kombi 1988 / 1 Fiat Palio Weekend 2003. Regional Porto Alegre: 1 Volkswagen Kombi 1995 / 1 Volkswagen Gol 1995.

DEMONSTRATIVO DAS CONTRATAÇÕES DE TRANSPORTE					
REGIONAL	Nº CONTRATO	DATA ASSINATURA	MODALIDADE	CUSTO MENSAL	TIPO DE VEÍCULOS
SEDE / BRASILIA	43.436	29/07/2009	FRANQUIA	73.134,84	16 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 3 UTILITÁRIOS 7 PASSAGEIROS 1 PICK-UP 2 MOTOCICLETAS
BELÉM	45.553	20/04/2011	FRANQUIA	13.849,38	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
MANAUS	45.457	01/03/2011	FRANQUIA	4.166,58	1 VEÍCULO 5 PASSAGEIROS
BELO HORIZONTE	48.398	03/02/2012	KM RODADO	21.470,54	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
CURITIBA	45.638	29/04/2011	FRANQUIA	21.315,00	2 VEÍCULOS 7 PASSAGEIROS 1 VEÍCULO 15 PASSAGEIROS 1 VEÍCULO 7 PASSAGEIROS
FLORIANÓPOLIS	44.093	01/02/2010	FRANQUIA	17.576,07	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 1 VEÍCULO 5 PASSAGEIROS 1 MOTOCICLETA
PORTO ALEGRE	49.523	23/08/2012	KM RODADO	20.276,47	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
RECIFE	48.081	29/12/2011	KM RODADO	17.873,88	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 1 VEÍCULO 7 PASSAGEIROS 1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS 1 MOTOCICLETA
RIO DE JANEIRO	48.282	31/01/2012	KM RODADO	108.810,00	6 VEÍCULOS 7 PASSAGEIROS 5 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 1 CAMINHÃO BAÚ 1.7 TONEL. 2 MOTOCICLETAS
SALVADOR	48.540	27/02/2012	KM RODADO	20.909,09	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
SÃO PAULO	42.578	06/11/2008	HR.TRABALHADA	26.082,32	2 UTILITÁRIOS TIPO FURGÃO
	42.584	06/11/2008	HR.TRABALHADA	32.403,27	2 UTILITÁRIOS 8 PASSAGEIROS 4 UTILITÁRIOS 14 PASSAGEIROS 1 CAMINHÃO P/6 TONELADAS
	42.605	11/11/2008	HR.TRABALHADA	15.246,00	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	43.513	19/08/2009	HR.TRABALHADA	21.957,98	3 VEÍCULOS 14 PASSAGEIROS
	49.661	24/09/2012	KM RODADO	14.224,32	2 VEÍCULOS 15 PASSAGEIROS
	50.188	17/12/2012	KM RODADO	18.824,92	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	50.189	17/12/2012	KM RODADO	23.110,48	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS 5 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS

#### 4. Quantidade de quilômetros rodados, por grupo de veículos contratados e de propriedade da Unidade

Os veículos dos contratos de terceirização em todo o País, rodaram 1.884.928 quilômetros no período de janeiro a dezembro/2012.

Os veículos de propriedade da empresa na Sede em Brasília e Regional Porto Alegre rodaram 38.622 quilômetros no período de janeiro a dezembro/2012.

#### 5. Idade média da frota, por grupo de veículos

A idade média da frota de veículos locados através de contratos de terceirização, que prevê também o fornecimento de mão de obra, é de no máximo 3 anos. Quanto aos veículos de propriedade do SERPRO, cuja relação consta do item 3, a idade média é de 9 anos, considerando que estão em operação veículos fabricados entre 1995 e 2010.

#### 6. Custos associados à manutenção da frota

O custo da frota para os contratos de terceirização do serviço, que inclui fornecimento dos veículos, insumos, impostos, taxas e mão de obra, é de aproximadamente R\$471.224,00 mês, totalizando R\$5.654.688,00 ano, para o período janeiro a dezembro/2012. O valor é aproximado, com pequena margem de variação, considerando demanda / utilização.

O custo anual da frota própria no período de Jan a Dez de 2012, foi de R\$ 334.300,55 distribuídos:

Sede: Combustível, manutenções e impostos R\$17.406,07, Custo motoristas R\$310.493,34

Regional Porto Alegre: combustível, manutenções e impostos R\$6.401,14.

#### 7. Plano de substituição da frota

O plano de substituição é de 3 anos na medida em que consta dos contratos de terceirização do serviço que os veículos devem ser substituídos a cada 3 anos. Quanto aos veículos de propriedade do SERPRO, sua vida útil é determinada pelo uso e estado de conservação, sendo alienados quando a relação de custo benefício entre manutenção e tempo de uso se tornam inviáveis.

#### 8. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Os veículos, um Fiat Linea 2010/2010 e dois Fiat Palio Weekend 2010/2010, foram recentemente adquiridos para atendimento do Diretor Presidente e Diretoria da Empresa, mostrando-se economicamente viável sua aquisição na medida em que não se pode prescindir, por problemas ou rescisões de contratos de prestação deste serviço, do transporte para a alta direção do SERPRO, visando ao atendimento das necessidades de deslocamento do Presidente e Diretores no Distrito Federal para participação de eventos e atendimento às necessidades dos clientes.

#### 9. Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Constam da Norma GL046 que rege o assunto no âmbito do SERPRO em nível Nacional, e do PROLOG – Processo de Transportes, que também determina regras de utilização em todas as Unidades do SERPRO no País, instruções e regulamentações de utilização do serviço, sejam eles terceirizados ou prestados com veículos próprios.

### 7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

#### 7.2.1 Bens imóveis de uso especial de propriedade da União

O SERPRO, não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.

#### 7.2.2 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

O SERPRO, não possui imóveis locados de terceiros no exterior, somente 8 no Brasil, distribuídos conforme quadro a seguir:

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros		
Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis locados de Terceiros pela Unidade	
	2012	2011
<b>Total Regional Brasília:</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Goiânia	1	1
Campo Grande	1	1
Cuiabá	0	1
Palmas	1	1
<b>Total Regional Belém</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Belém	1	1
Manaus	1	1
<b>Total Regional Fortaleza</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fortaleza	1	1
Total Regional Rio de Janeiro	0	1
Rio de Janeiro	0	1
<b>Total Regional São Paulo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Ribeirão Preto	1	1
<b>Total Regional Curitiba</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Florianópolis	1	1
<b>Total Brasil</b>	<b>8</b>	<b>10</b>

## 8 GESTÃO DE TECNOLOGIA – PESQUISA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliar-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Fonte: Respostas ao Questionário de Perfil de GovTI 2012- TCU/SEFTI	

## 9 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1 Quadro resumo de consumo papel água e energia elétrica						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	11.720.592	12.933.892	11.945.816	2.376.408,76	2.539.835,64	4.340.146,04
Água	130.262	136.455	133.392	1.746.217,16	1.959.312,76	1.913.319,88
Energia Elétrica	47.078.824	46.704.348	44.275.278	14.524.737,55	15.128.807,05	13.516.030,03

<b>9.2 Pesquisa – Aspectos sobre a Gestão Ambiental</b>						
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>		<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Dentro das limitações legais, fomentamos critérios de sustentabilidade, adquirindo materiais recicláveis e utilizamos práticas ambientais de descarte.</p>			X			
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>		X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>						X
		<b>Considerações Gerais</b>				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <b>Papel A4</b></p>						X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>		X				
		<b>Sim ( )</b>		<b>Não ( X )</b>		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>		X				
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>						X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X	
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>						X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>						X
		<b>Considerações Gerais</b>				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>						X
		<b>Considerações Gerais</b>				
<b>Considerações Gerais:</b>						
<p>As respostas foram elaboradas pelas áreas responsáveis por aquisições – Gestão Logística ( SUPGL) e Gestão de Contratos (SUPGA) O Serpro busca, de forma permanente, a racionalização do uso dos recursos água e energia.</p> <p>- Relativo à energia, foram já executadas em algumas Regionais e deverão ser estendidas a todas as demais, as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• retrofit ou substituição das luminárias e lâmpadas por outras de melhor rendimento energético;</li> <li>• substituição de geladeiras antigas e de alto consumo de energia elétrica; e</li> <li>• substituição de aquecedores elétricos das cozinhas por aquecedores a gás.</li> </ul> <p>- Quanto à utilização da água:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• foram instalados sistemas de esgotamento sanitário a vácuo;</li> <li>• foram substituídas todas as torneiras tradicionais por outras automáticas que permitem a redução de consumo; e</li> <li>• foram construídos reservatórios para captação de águas pluviais para utilização em limpeza e jardinagem.</li> </ul> <p>- A Supgl tem divulgado através dos meios de comunicação institucional, informações e orientações no sentido de conscientizar os empregados para a necessidade de redução do consumo de água, energia elétrica e a preservação ambiental.</p>						
<b>LEGENDA: Níveis de Avaliação:</b>						
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

## 10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 Deliberações do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 1.780

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2011

**Colegiado:** Plenário

**Assunto:** Supostas irregularidades no convênio de reciprocidade celebrado entre o Serviço Federal de Processamento de Dados e a CASSI.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.3

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada com fulcro no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, a respeito de possíveis irregularidades no Convênio de Reciprocidade firmado entre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Revisor, em:

9.1. com fundamento no inciso VII e no parágrafo único do artigo 237, c/c o artigo 235, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. fixar, com base no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/92, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação deste acórdão, para que o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) rescinda o convênio de reciprocidade celebrado com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), em 2009, com vigência até 2014, tendo por objeto a utilização mútua das redes credenciadas para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, por afronta ao art. 2º da Lei nº 8.666/93;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do voto revisor e das demais peças deliberativas apresentadas, à Unimed Confederação das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), à Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) e à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao TCU, em 28/07/2011.

Mediante **Acórdão nº 513/2012 – TCU – Plenário**, o Tribunal conheceu dos embargos de declaração e no mérito rejeitou-os.

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso de reconsideração junto ao TCU, em 16/04/2012.

Em 22/10/2012, a Consultoria Jurídica – COJUR ingressou, junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, com uma peça contendo esclarecimentos que entende serem pertinentes no intuito de conferir maior transparência e instruir o Processo TC nº 030.583/2007-9 com informações atualizadas sobre os fatos que o envolvem e solicitou que os mesmos sejam considerados no julgamento do Recurso de Reconsideração apresentado pelo Serpro em 16/04/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Aguardando julgamento pelo TCU.

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando julgamento pelo TCU.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 2760

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2012

**Colegiado:** 1ª Câmara

**Assunto:** Representação para tratar de possíveis irregularidades relacionadas ao jurídico do Serpro e à investidura de seus cargos.

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.4

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que:

9.2.1. anule os atos de investidura, em funções de confiança, de servidores e/ou empregados públicos não pertencentes aos seus quadros, em desacordo com o art. 7º, § 2º, da Lei nº 5.615/70, e abstenha-se de realizar novas aquisições que desrespeitem esse dispositivo legal, mesmo para funções de confiança de titulares das unidades de assessoramento das Diretorias e das subordinadas diretamente ao Diretor-Presidente;

9.2.2. abstenha-se de firmar novos contratos para terceirizar serviços coincidentes com as atribuições de empregos públicos constantes de seu plano, em consonância com as orientações dos subitens 9.1.1.2 e 9.1.1.3 do Acórdão 2.132/2010-TCU-Plenário;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Serpro, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, ao Sr. Antônio João Nocchi Parera e à Sra. Kátli Magáli Kussler;

9.4. determinar o arquivamento destes autos, com fundamento no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Em 01/06/2012, a Consultoria Jurídica – COJUR ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao TCU.

Mediante Acórdão 4671/2012 – 1ª Câmara, o Tribunal conheceu dos embargos de declaração, no mérito acolhe-os parcialmente e reformou o subitem 9.2.1 do Acórdão nº 2.760/2012-1ª Câmara para os seguintes termos:

"9.2. determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que:

9.2.1. desconstitua os atos de investidura, em funções de confiança, de servidores e/ou empregados públicos não pertencentes aos seus quadros, em desacordo com o art. 7º, §2º, da Lei nº 5.615/70, e abstenha-se de realizar novas requisições que desrespeitem esse dispositivo legal, mesmo para funções de confiança de titulares das unidades de assessoramento das Diretorias e das subordinadas diretamente ao Diretor-Presidente;"

Em 06/09/2012, a Consultoria Jurídica – COJUR ingressou com o Recurso de Reconsideração junto ao TCU.

Mediante Ofício de Notificação de Efeito Suspensivo/Recurso nº 689/2012-TCU/SECEX-2, de 13/09/2012, o Tribunal informou que o pedido de reexame interposto pelo Serpro contra o referido Acórdão foi conhecido pela Relatora Ministra Ana Arraes com efeito suspensivo em relação ao item 9.2.1 do referido Acórdão e informou que o recurso encontra-se pendente de apreciação de mérito pelo colegiado daquele Tribunal.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Aguardando apreciação de mérito pelo TCU.

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando apreciação de mérito pelo TCU.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 6050

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2009

**Colegiado:** 2ª Câmara

**Assunto:** Prestação de Contas Serpro 2006

**Item do Acórdão / Decisão:** 1.5.1 a 1.5.6

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

1.5. Determinar com base no inciso II do art. 43 da Lei Orgânica/TCU e art. 250 do Regimento Interno/TCU, ao Serpro que:

1.5.1. Faça constar de seus documentos de cobrança (notas fiscais e faturas) a descrição completa do serviço prestado, a fim de bem mensurar os itens quantitativamente e qualitativamente, a bem do controle do cumprimento de suas obrigações frente a seus clientes;

1.5.2. Implemente sistema de controle interno capaz de prestar-se ao registro tempestivo dos fatos contábeis ocorridos no âmbito da organização, em obediência ao Princípio da Competência, consagrado por meio da Resolução CFC 750/93, art. 9º, e da Lei nº 6.404/76, art. 177, caput, e em respeito às boas práticas de gestão;

1.5.3. Por força do Princípio da eficiência, constante do art. 37 da Constituição Federal da República, e em nome da transparência, modernize, no prazo de 180 dias contados da ciência deste Acórdão, as rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita, e que o sistema também permita realizar pesquisas mediante filtragem parametrizada;

1.5.4. Não preste serviços sem cobertura contratual, em conformidade com os artigos 60 c/c 62 da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 222/2005-Plenário;

1.5.5. Atue seletivamente quanto a suas obrigações, de forma a pagar em dia as obrigações com fornecedores que mais geram encargos em caso de atraso no pagamento, com objetivo de minimizar as perdas decorrentes de contingenciamentos do Governo Federal;

1.5.6. No prazo de 60 dias a contar da ciência deste Acórdão, apresente plano de ação voltado à implantação de um sistema de custos que evidencie os custos diretos, indiretos e custo por serviço prestado, em obediência aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade esculpidos na Constituição Federal, arts. 37, caput, 70 caput, e 74, inciso II; como também em cumprimento ao Decreto-Lei nº 200/67, art. 79; Lei nº 6.404/76, art.187, caput e § 1º, alínea "b".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Em 09/12/2009, foi aberto pelo TCU o Processo 028.823/2009-6 para monitoramento do Acórdão 6050/2009-2ª Câmara, de 17/11/2009.

Mediante Ofício DP – 002362/2010, de 02/02/2010, o Diretor-Presidente encaminhou ao TCU posicionamento quanto ao cumprimento das determinações exaradas no Acórdão 6050/2009-TCU-2ª Câmara.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

No exercício 2012, mediante designação GF-DC/0001/2012 foi feito novo monitoramento.

Conforme consta no referido relatório:

“a situação atual é a seguinte:

**Com relação à determinação 1.5.1** - “Faça constar de seus documentos de cobrança (notas fiscais e faturas) a descrição completa do serviço prestado, a fim de bem mensurar os itens quantitativa e qualitativamente, a bem do controle do cumprimento de suas obrigações frente aos seus clientes;”

**Situação atual:** Para aperfeiçoar a criação ou alteração dos itens faturáveis foram implantados, no Sistema de Gestão Comercial - SIGECOM, os seguintes procedimentos:

- Garantia de aplicação da regra de atribuição de nomes dos Itens Faturáveis - IFA's que sistematiza de forma homogênea a criação/alteração de todos os IFA's criados pelas Unidades de Relacionamento com Clientes - URC;
- Garantia de validação do processo de enquadramento tributário do IFA, pela SUPGF, através de um workflow que impõe a

todo IFA criado pela URC uma avaliação de natureza tributária pela área financeira; e

- Garantia de padronização dos IFA's utilizados no faturamento de serviços específicos como por exemplo: certificado digital, correio eletrônico, ponto de função, etc.

Além desses procedimentos foi realizada a depuração do cadastro de IFA, excluindo os IFA's ativos (fora do padrão) e não utilizados em nenhum contrato vigente.

Vale ressaltar que, na renovação dos contratos de receita, a criação, bem como a alteração de IFA, seguirá os procedimentos acima descritos, de tal forma, que seja garantida a aplicação das regras estabelecidas.

Além disso, fomos informados que o novo sistema de faturamento da empresa, SIARE Web (Sistema Integrado de Administração da Receita do Serpro), entrou em produção no mês de junho de 2010, e desde então vem passando por importantes otimizações, dentre elas a possibilidade de ser lançado o número de contrato nos registros originais de produção (prestação de serviços). A partir daí será possível enviar a informação contratual para o “corpo” da respectiva nota fiscal, onde tal ação precisará do aval das Unidades de Relacionamento com Clientes (URC) para que sejam definidos quais dados contratuais irão para o campo específico da nota fiscal. Após validação e acordo das URC, a SUPGF abrirá uma demanda para que a área responsável pelo desenvolvimento do sistema realize a programação da ação supracitada para o SIARE Web.

**Com relação à determinação 1.5.3** - “Por força do Princípio da eficiência, constante do art. 37 da Constituição Federal da República, e em nome da transparência, modernize, no prazo de 180 dias contados da data de ciência deste Acórdão, as rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita, e que o sistema também permita realizar pesquisas mediante filtragem parametrizada”.

**Situação atual:** O SIARE Web está preparado para atender à exigência do Acórdão, no que tange à emissão de boletos bancários (GRU COBRANÇA) quando geradas notas fiscais individuais. Objetivando atender integralmente o Acórdão, no que se refere às “rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita”, informamos que há previsão de abertura de demanda específica que evidenciará os requisitos básicos para a elaboração das regras de negócios da futura sistemática de “apropriação de receitas”, a qual visará converter lotes eletrônicos com vários dados de faturamento entre os sistemas SIAFI e SIARE Web, relacionados por meio de arquivos em formato xml ou txt que deverão ser tramitados via web service. Tais arquivos deverão atender a um lay-out pré-definido e padronizado para envio e recebimento, objetivando a apropriação automática da receita do Serpro no sistema SIARE Web. Para que isso ocorra é importante ratificar que, primeiramente será necessário realizar uma alteração no SIAFI junto à STN (integração dos sistemas relacionados) o que requererá considerável esforço dos envolvidos, além da necessidade dos tomadores de serviços (por exemplo RFB, MPOG, DNIT, STN) atualizarem e adaptarem suas rotinas de contas a pagar.

Sugere-se para a nova sistemática que se trabalhe com um Cliente Piloto. A decisão para desenvolver a nova sistemática em questão não é unilateral, ou seja, não depende de iniciativa única do Serpro, mas sim dependendo de envolvimento da STN, que é a gestora do sistema SIAFI.”

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 6928

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2009

**Colegiado:** 1ª Câmara

**Assunto:** Prestação de Contas Serpro 2005

**Item do Acórdão / Decisão:** 9.1 a 9.4

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

9.1 determinar, com fundamento no art. 18, in fine, da Lei nº 8.443/1992, ao Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro que:

9.1.1 observe o disposto no art. 202, §3º, da Constituição Federal, suspendendo, imediatamente, as contribuições do Serpro que estejam acima das contribuições dos segurados do Instituto Serpro de Seguridade Social (Serpros);

9.1.2 suspenda, imediatamente, as contribuições ao Serpros, realizadas por meio das parcelas a seguir discriminadas, pelos motivos indicados:

9.1.3 defina e implemente, no prazo de 120 dias, com o auxílio do Serpros, SPC, Ministério da Fazenda e DEST, de acordo com os normativos vigentes, plano de ação para reduzir o déficit do Plano PS1 do Serpros.

9.1.4 apure, no prazo de 120 dias, os valores indevidamente pagos pelo Serpro a título de contribuição da patrocinadora, mencionados nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima, desde o exercício de 1997, dando ciência a este Tribunal da forma como esses valores serão restituídos aos cofres do Serpro, levando-se em consideração as providências a serem adotadas com vistas ao equacionamento do déficit tratado no subitem anterior;

9.1.5 apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade de todos que deram causa ou agravaram o déficit do Plano PS1 e de todos os responsáveis pelas contribuições irregulares mencionadas no subitem anterior;

9.1.6 procure cumprir prazos definidos nos contratos firmados com os clientes (RFB, STN, PGFN e outros), comunicando-os dos eventuais motivos que o impedem de fazê-lo;

9.2 Recomendar ao Serpro, que:

9.2.1 dê continuidade à apuração da meta relacionada à imagem corporativa, identificando as falhas no atendimento de seus clientes e implementando as melhorias que se fizerem necessárias;

9.2.2 mantenha as metas ou indicadores definidos, até o seu alcance ou até que não sejam mais condizentes com a realidade do mercado ou do negócio, evidenciando claramente, nos processos de contas, qualquer modificação ocorrida nesses indicadores;

9.2.3 informar na prestação de contas anual, a situação dos projetos considerados prioritários nas contas anteriores, até que sejam concluídos;

9.2.4 de acordo com o item 11.2.6.7 da NBCT 11, submeta o processo de inventário e controle patrimonial a uma auditoria independente; e, todas as vezes em que for solicitado, apresente documentos comprobatórios da realização dos testes que evidenciem a efetividade do controle patrimonial da entidade (item 2.11, fl. 688).

9.3 Determinar, com fundamento no art. 18, in fine, da Lei nº 8.443/1992, à Secretaria de Previdência Complementar que:

9.3.1 acompanhe a adoção de todas as providências adotadas pelo Serpros visando o equacionamento do atual déficit do instituto;

9.3.2 imponha as penalidades administrativas pertinentes ao aludido déficit, manifestando-se quanto a necessidade de intervenção e/ou liquidação extrajudicial, conforme determina o art. 42 da Lei Complementar nº 109/01;

9.3.3 remeta a esta Corte de Contas o resultado da ação fiscal prevista no Ofício nº 168/SPC/DEFIS/CGFD/ESRJ, de 15/07/2008;

9.4 determinar o sobrestamento destes autos até que se apure os valores indevidamente repassados ao Instituto Serpro de Seguridade Social (Serpros), e os responsáveis pelos repasses.

9.5 determinar à 2ª Secex que monitore, *pari passu*, o cumprimento das determinações exaradas neste acórdão, buscando identificar eventuais condutas, omissivas ou comissivas, dos gestores do Serpro, que possam interferir no mérito destas ou de outras contas da entidade.

#### **Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao Ministro Walton Alencar Rodrigues - 1ª Câmara do TCU, em 17/12/2009.

Mediante **Acórdão nº 925/2010 – TCU – 1ª Câmara** – O TCU negou provimento ao Embargo impetrado pelo Serpro, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 6928/2009 - 1ª Câmara;

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso de Reconsideração junto ao Ministro Walton Alencar Rodrigues - 1ª Câmara do TCU, em 18/03/2010.

Mediante **Acórdão nº 2754/2012 – TCU – 1ª Câmara**, os Ministros do Tribunal de Contas da União – TCU acordaram em:

“9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8443/1992, c/c art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de excluir os subitens 9.1.2 e 9.1.4 do Acórdão 6928/2009 – 1ª Câmara;

9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, deu a seguinte redação ao item 9.1.5 do Acórdão 6928/2009:

“9.1.5 apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade de todos que deram causa ou agravaram o déficit do Plano PS1 e de todos os responsáveis pelas contribuições irregulares mencionadas no subitem 9.1.1”.

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, ao Instituto Serpro de Seguridade Social – Serpros e à Secretaria de Previdência Complementar, encaminhando-lhes cópia integral da decisão, acompanhada dos respectivos relatório e voto que o fundamentam.”

Em 05/06/2012, a Consultoria Jurídica – COJUR ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao TCU.

Mediante **Acórdão nº 3823/2012 – TCU - 1ª Câmara**, os Ministros do Tribunal de Contas da União – TCU acordaram em:

“9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los com efeitos infringentes;

9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, dar a seguinte redação ao subitem 9.2 do Acórdão nº 2.754/2012, da 1ª Câmara:

"9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, dar a seguinte redação ao item 9.1.5 do Acórdão 6.928/2009 – 1ª Câmara:

'9.1.5 apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade de todos que deram causa ou agravaram o déficit do Plano PS1'."

9.3. dar ciência desta deliberação ao Serpro, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam.”

Mediante Ofício DP – 033734/2012, de 22/10/2012, o Diretor-Presidente, solicitou ao TCU prorrogação de prazo por mais 30 dias para apurar a responsabilidade de todos que deram ou agravaram o déficit do Plano PS1. O referido prazo finda em 05/12/2012.

Mediante Ofício COJUR – 038924/2012, de 05/12/2012, a Consultora Jurídica do Serpro encaminhou informações ao TCU, em atendimento ao Ofício de Notificação de Decisão/Recurso 528/2012.

Em 15/01/2013, a Consultoria Jurídica do Serpro – COJUR protocolou junto ao TCU documentação para dar ciência àquela Corte de Contas das medidas adotadas para o equacionamento do déficit do Plano PSI e aprimoramento do Plano PSII.

#### **Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Parcial**

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando posição a ser informada pelo Diretor-Superintendente quanto ao Memorando AUDIG/ CD/ 000500/2013-66, de 07/01/2013 sobre o cumprimento do item 9.2.1 do Acórdão nº 6928/2009 – 1ª Câmara que trata da apuração da meta relacionada à imagem corporativa.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 377

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2010

**Colegiado:** Plenário

**Assunto:** Monitoramento do Acórdão 1505/2007 – TCU - Plenário

**Item do Acórdão / Decisão:** 1.5.3

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I e II, 143, inciso III e 250 do Regimento Interno, determinar o arquivamento do seguinte processo na Sefti, sem prejuízo das recomendações e determinações propostas, devendo ser encaminhada cópia deste acórdão e da instrução da Unidade Técnica de fls. 48/62, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria de Recursos Humanos/MP, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) à Controladoria Geral da União, bem como à 5ª Secex e à Secex/RJ, para conhecimento:

“1.5.3. reiterar determinação ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250 do Regimento Interno do TCU, para que estabeleça regras de formação de senhas do sistema Senha-Rede de acordo com as boas práticas de segurança da informação, conforme prevê o item 11.3.1 combinado com o item 11.5.3 da NBR ISO/IEC 27002:2007, informando a este Tribunal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas;”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Despacho de Protocolo – 007163/2010-03, de 14/04/2010, o Auditor-Geral, encaminhou o Ofício de Comunicação de Decisão nº 60/2010-TCU/SEFTI, de 12/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 377/2010 à Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC para providências.

Mediante Ofício DS – 024910/2010, de 08/09/2010, o Diretor-Superintendente informou ao TCU quanto ao atendimento às determinações constantes do Acórdão 377/2010.

As determinações indicadas pelo Tribunal de Contas da União no que se refere à política de senhas do sistema Senha Rede já foram implementadas e devidamente homologadas pelas equipes responsáveis por essa demanda.

As novas regras foram aplicadas a partir do dia 10 de setembro de 2010, tornando-se válidas a partir do momento em que a senha atual expirou e foi solicitada uma nova senha, conforme noticiado pela área de comunicação social mediante “Informe Serpro” nº 120, de 01 de setembro de 2010.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Este Acórdão foi monitorado mediante designação TI-AC/0006/2011 em 2011 e, de acordo com a Justificativa/Providência Adotada pela área auditada, a equipe de auditoria do Serpro considerou necessário criar instrumento de Acompanhamento a fim de verificar, no prazo informado, a correção das divergências constatadas.

Em 16/03/2012, a referida recomendação teve seu acompanhamento finalizado no Sistema Integrado Serpro de Auditoria - SISAUD, pois foi constatada a implementação da regra de número 10, a respeito de senhas que contenham datas em sua formação.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 4856

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2012

**Colegiado:** 1ª Câmara

**Assunto:** Ofício PR/DF nº 2816/2012-GAB-MB - REPRE – Procuradoria da República do DF – Possíveis Irregularidades em viagens do Diretor-Presidente do Serpro à Curitiba-PR.

**Item do Acórdão / Decisão:** 1.7

**Descrição da Determinação/Recomendação:**

“1.7.dar ciência de impropriedade ao Serpro, nos termos previstos no art. 4º da Portaria-Segecex 13/2011, quanto às falhas formais observadas nos procedimentos de prestação de contas das viagens realizadas pelo Diretor-Presidente do Serpro, no que se refere à comprovação quanto à sua efetiva participação nos eventos correspondentes às viagens realizadas nos exercícios de 2007 a 2010”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Memorando AUDIG/CD – 028498/2012, de 03/09/2012, o Auditor-Geral encaminhou o Ofício de Comunicação de Deliberação 654/2012 ao Gabinete do Diretor-Presidente para conhecimento e providências.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** A ser monitorado nas auditorias de Gestão Logística no exercício 2013.

**Tipo de Jurisprudência:** 01 - Acórdão

**Número do Acórdão / Decisão:** 1954

**Ano do Acórdão / Decisão:** 2012

**Colegiado:** Plenário

**Assunto:** Representação contra Pregão Eletrônico nº 1688/2012, cujo objeto é a contratação de solução de impressão corporativa.

### **Item do Acórdão / Decisão: 1.7**

#### **Descrição da Determinação/Recomendação:**

1.7. à Secex/SP para:

1.7.1. dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados - Regional São Paulo quanto a irregularidade constatada na aplicação da Lei 8.666/1993, relativa ao Pregão Eletrônico 1.688/2012:

1.7.1.1. ausência, no termo de referência integrante de editais de licitação, na modalidade pregão, tipo eletrônico, de item relativo a custo estimado da contratação e valor máximo mensal e anual da contratação estimados por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço e por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares, conforme disposições contidas no art. 15, inc. XII, letras "a" e "b", da IN-SLTI 2/2008;

#### **Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

A Consultoria Jurídica do Serpro ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao TCU, em 23/08/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Aguardando julgamento pelo TCU.

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando julgamento pelo TCU.

### **10.1.1 Recomendações oriundas da SFC/CGU-PR**

**Documento:** Ofício nº 23167/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 19/07/2007.

**Item do Documento:** 3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033)

Necessidade de reestruturação do quadro de pessoal responsável pelo contencioso trabalhista do Serpro, identificada pela Consultoria Jurídica da Empresa.

**Assunto:**Auditoria de Avaliação da Gestão do Serpro, relativa ao exercício de 2006.

#### **Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - “Que a Administração do Serpro trate com a devida prioridade a questão da reestruturação da área jurídica, realizando os estudos necessários, o mais rápido possível, a fim de identificar as necessidades de recursos humanos e tecnológicos e tome as providências necessárias para que seja dada solução conclusiva ao caso.”

#### **Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 021869/2007, de 03/08/2007, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC, o Plano de Providências, relativo à Recomendação registrada no item 3.1.1.2 (constatação), inerente à reestruturação da Consultoria Jurídica do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

#### **Monitoramento pela Auditoria Interna:**

**1) Sistemas de Cálculos Judiciais:**Situação informada em 15/10/2012, mediante despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data: “O sistema está implantado e em produção, mas ainda estão sendo feitos os últimos ajustes. Acredita-se que no início de dezembro de 2012 o mesmo estará funcionando totalmente”.

**2) Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais:**Situação informada em 25/10/2012, mediante despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data: “Estamos em fase de elaboração do Projeto Básico para confecção do 1º Termo Aditivo ao Contrato 45.218/2010, afim de viabilizar a retomada do projeto de implantação do sistema objeto do contrato em epígrafe, considerando o novo cronograma ajustado de comum acordo entre as partes que prevê o início das atividades para dia 12/11/2012”.

**Documento:** Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

**Item do Documento:** 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

**Assunto:**Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do Serpro, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

#### **Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO: 004 - “Que seja dada a devida priorização ao desenvolvimento do Sistema Hisaq, com o foco de atender ao maior número de fases dos processos de aquisição de bens e serviços em um mesmo sistema; caso reste a necessidade de outros sistemas de apoio, que eles sejam integrados à nova versão do Sistema Hisaq, evitando o preenchimento manual de informações.”

#### **Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

“O Sistema Hisaq é modular. Encontram-se em produção os módulos 'Projeto Básico', 'Compras' e 'Registro e Publicação'. O sistema prevê o desenvolvimento de outros módulos, absorvendo sistemas e ferramentas desenvolvidos em outras plataformas, integrando todo o processo de Aquisições e Contratos, o que irá evitar que uma mesma informação seja digitada em sistemas diferentes, propiciando uniformidade e padronização na entrada das informações.”

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Posição constante no relatório: TI-AC/0004/2012:

a) O desenvolvimento do sistema HisAq continua sendo realizado, após o desenvolvimento do módulo de gestão de contratos, integramos a aplicação o módulo Orçamentário e o Cronograma de valores projetados. Estamos desenvolvendo o módulo de monitoramento do contrato, ainda serão iniciados os módulos de Liberação de pagamento e o Planejamento de aquisição de Contratos. Como os requisitos destes módulos ainda não foram definidos e o esforço ainda não foi levantando não podemos

precisar o prazo para execução destes módulos. Como previsão inicial, sem definição do escopo, por experiência dos módulos anteriores já desenvolvidos, acreditamos que nos próximos 03 anos todo o sistema deverá estar desenvolvido”.

**Documento:** Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatatóes

**Item do Documento:** Auditoria de Gestão – Exercício 2007

**Assunto:** 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do Serpro, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO: 005 - Que, tão logo os sistemas em desenvolvimento estejam operacionais, seja preparada uma apresentação a esta equipe de auditoria, demonstrando como as dificuldades encontradas foram superadas.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:** Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

Tão logo o Sistema Hisaq esteja com todos os seus módulos implantados, será feita uma apresentação do mesmo para a equipe de auditoria.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Posição constante no relatório: TI-AC/0004/2012:

b) "como ainda não foram desenvolvidas todas as evoluções definidas no plano de ação, apresentações parciais estão sendo realizadas pela SUPGA a esta AUDIG. Caso esta Audig julgue conveniente apresentar o que já foi realizado a CGU, estamos a disposição para realizar a apresentação em conjunto com a SUPGA.”

**Documento:** Relatório n.º 222250 – Anexo I ao Relatório – Demonstrativo das Constatatóes

**Item do Documento:**

3.3.1 – Assunto – Resultados de Auditorias no SISAC e Folha de Pagamento

3.3.1.1 Constatatóe:

**Assunto:** Desconformidade entre a prática da entidade para aprovação de propostas de alteração na tabela de remuneração e os dispositivos legais em vigor.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 002

Que o dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP – 015188/2009), inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de proceder a reconstituição das Sistemáticas de Funções Comissionadas praticadas pelo Serpro desde 1997, conforme Decisão de Diretoria GP 080/2009, com início em 10/08/2009, para proceder o levantamento.

A vigência de atuação do Grupo de Trabalho foi prorrogada pela Decisão de Diretoria OE – 066/2010 com início em 01/07/2010 e término em 30/09/2010. A atuação do referido Grupo de Trabalho sofreu nova prorrogação, desta vez, através da Decisão de Diretoria – OE – 112/2010 com início em 01/10/2010 e término em 31/12/2010.

Os trabalhos, do citado grupo, foram prorrogados novamente, através da Decisão de Diretoria OE - 154/2010, com início em 01/01/2011 a 30/04/2011.

A fim de iniciar as tratativas sobre a convalidação dos atos, apontados no Relatório do Grupo de Trabalho GP-080/2009, foi marcada reunião com a Dra. Nina Maria Acela, Assessora da Subsecretaria de Gestão da Estratégia da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, em 29 de novembro de 2011, com a presença da Dra. Katlei Magali Kussler, Consultora Jurídica do Serpro, Dr. Ângelo José Bezerra, Auditor-Geral do Serpro e Ana Beatriz de Carvalho Capparelli, Gerente do Departamento da Gestão das Carreiras, das Avaliações e do Comportamento Organizacional da Superintendência de Pessoas do Serpro.

Após discussão sobre os atos administrativos praticados que carecem de convalidação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, houve a decisão de que, na reunião a ser agendada pela Dra. Nina com representantes do DEST e do Serpro, deveriam ser apresentadas, além do relatório e material produzidos pelo Grupo de Trabalho, as tabelas anteriores e vigentes de cada ato administrativo, bem como uma apresentação clara e sucinta, para entendimento encadeados dos fatos e avaliação técnica do indicativo de trâmite para convalidação definitiva dos referidos atos administrativos.

Para a conclusão dessas providências, a Consultoria Jurídica emitiu parecer jurídico acerca dos questionamentos levantados pelo Grupo de Trabalho, no dia 20 de dezembro de 2011, recomendando também a convalidação de alguns atos que estavam sob análise da necessidade da convalidação.

A partir desse parecer, deu-se início às providências cabíveis e, tão logo o material esteja disponível, entraremos em contato com a Dra. Nina Maria Acela para agendamento da reunião.

Diante do exposto, a nossa previsão de saneamento do assunto é para 30 de março de 2012, oportunidade em que apresentaremos à Controladoria-Geral da União as convalidações das Sistemáticas de Funções Comissionadas”.

Em 30/04/2012, foi encaminhado para Dra. Nina Maria Arcela, Assessora da Secretaria-Executiva do MF, o ofício nº 012575/2012, enviado à Secretaria -Executiva do MF, referente à Sistemática de Funções Comissionadas do Serpro - GT GP/080/2009, para dar ciência dos atos administrativos pretéritos e, se for o entendimento daquela Secretaria-Executiva,

convalidar esses atos.

Posição em 13/10/2012: em 06 de agosto de 2012, a Secretária-Executiva do Ministério da Fazenda solicitou, por meio do Ofício nº 905/2012-SE-MF, o encaminhamento de documentos para que possa dar continuidade à análise do pleito, contido no Ofício DP-012757/2012. A Supgp e a Cojur estão diligenciando para proceder os esclarecimentos e as remessas dos documentos solicitados, de forma a possibilitar a tomada de decisão acerca do relatório final do Grupo de Trabalho GP-080/2009.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando o resultado das tratativas junto ao Ministério da Fazenda.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

**Item do Documento:** 1.1.2.1 Informação: (003) - Nota de Auditoria nº 03

**Assunto:** Avaliação dos Resultados

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 001 - Crie parâmetros de avaliação de eficiência e de eficácia na aplicação dos recursos auferidos por meio dos seus contratos de prestação de serviços, assim como aproprie os valores orçados e gastos, por natureza de despesa, com pessoal, custeio e investimentos, em cada projeto estratégico e prioritário da referida empresa.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010. Informamos que os assuntos tratados nesta recomendação estão distribuídos entre os processos de custos e gestão de projetos da organização.

Providências a serem Implementadas: Será criado um projeto específico entre as unidades de Projetos (COEEP) e Orçamentação (SUPCO) para realizar a integração entre os referidos processos e seus sistemas de apoio (e-Car, Custos e Siafi).

Prazo de Atendimento: dezembro de 2011 (estimativa inicial)

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante despacho de protocolo 004637/2011-09 de 19/10/2012, a Coordenação Escritório Estratégico de Projetos do Serpro – COEEP informou:

“Ao decorrer da etapa de análise e diagnóstico do projeto identificou-se mudanças de grande complexidade tanto no ambiente de gestão empresarial quanto na gestão de projetos: necessidade de mudança em vários sistemas, impacto em diversos procedimentos de apropriação de recursos e integração entre processos de gerenciamento de projetos, contabilidade e custos.

O Escritório de Projetos, por sua vez, suspendeu este projeto e criou duas novas iniciativas para solucionar as principais pendências que impediam a implantação de uma gestão contábil integrada a gestão de projetos.

O primeiro projeto, denominado Bálsamo, está relacionado a dificuldade encontrada em utilizar como objeto de controle os projetos estratégicos (indicados na recomendação). Este conjunto não se apresentou como ideal, pois na sua carteira contempla projetos com custos e duração pequenos mas de alinhamento estratégico, ao mesmo tempo que exclui projetos representativos na geração de receita mas de caráter tático.

O projeto Bálsamo conduziu estudo de como adaptar os conceitos de gestão de projetos da organização. Em 16/7/12 lançou a versão 5.0 do Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos do Serpro (PGPS) contemplando a adição de uma nova dimensão de classificação de projetos denominada Nível de Gestão do Projeto, podendo ter os valores Corporativo ou Setorial. A introdução do conceito demandou a adaptação de todo o processo de gestão de projetos equilibrando as atividades exigidas entre projetos setoriais ou corporativos (por exemplo, gestão de custos ou de riscos). A nova versão do processo, por sua vez, demandou adaptação dos sistemas utilizados para a gestão e treinamento de gestores e escritórios de projetos, atividades desenvolvidas entre julho e setembro de 2012.

O segundo projeto, denominado Flamboyant, está originado na constatação que o parque ferramentas ofertados para a gestão de projetos na organização possui lacunas que diminuem o potencial de eficiência da gestão de projetos e de portfólio, em particular, impeditivas para a implantação de uma gestão de custos de projetos padronizada, com qualidade e integrada aos processos financeiros da organização.

Para superar este desafio, o projeto Flamboyant realizou diálogo interno com gestores e escritórios de projetos, duas consultas públicas com participação dos principais fornecedores do mercado e pesquisa sobre as soluções livres disponíveis, além de participação em eventos relacionados ao tema.

Atualmente, está finalizando o termo de referência para realização do pregão de aquisição da nova solução. No documento constam mais de 400 requisitos entre funcionais e não funcionais. A expectativa é realizar o pregão até o final de 2012 e implantar a ferramenta vencedora do certamente em 2013.

A partir destas alterações estarão criadas as condições no ambiente de projetos para início da integração dos processos de custos e projetos.

Complementarmente, em 16/10/2012 o Serpro estabeleceu no plano tático da diretoria de gestão empresarial, para o período 2013/16, o objetivo "Normatizar e estabelecer mecanismos para registro do ativo intangível oriundos de projetos". Este evento registra a prioridade do tema na organização e define um novo formato de condução que coloca a área financeira a frente das ações para viabilizar a mudança”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2009.

**Item do Documento:**

1.1.2.1 Informação: (003) - Nota de Auditoria nº 03

**Assunto:** Avaliação dos Resultados

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação: 002 - Mapeie as causas dos atrasos e do mau desempenho dos projetos, de forma a adotar medidas concretas que solucionem esses problemas, indicando, para cada projeto, os processos, atos administrativos e recursos humanos, logísticos e financeiros necessários para resolver os referidos problemas.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010.

Situação em: 12/12/2010 - implementado

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Monitoramento realizado mediante trabalho de auditoria: GE-AC/0001/2012. Conforme descrito no relatório do referido trabalho:

“A Coordenação de Escritório Estratégico de Projetos - COEEP empreendeu as diversas medidas, com vistas a mapear e tratar causas identificadas contributivas para geração de deficiências na gestão de projetos, com destaque para as listadas a seguir:

- Revisão da Norma OE/003, de 2002 (Versão 08, em 01/11/2011), para estabelecer critérios objetivos e procedimentos para instituição e funcionamento de um Órgão Temporário (relativo a um projeto determinado), com o objetivo de verificação da conformidade do Processo de Gerenciamento e Estratégia do SERPRO – PGPS na instituição, alteração e/ou prorrogação de um Órgão Temporário.

- Implementação da Versão 5.1 do PGPS, com melhorias no processo e roteiros de gestão de acordo com o grau de complexidade do projeto, incluindo a customização do Portfólio de Projetos (e-CAR).

- Implantação do ciclo mensal de análise de aderência dos projetos, classificados como Órgãos Temporários ou Estratégicos, ao PGPS.

- Capacitação, em 2012, de 60 representantes de Escritórios de Projetos Setoriais e gestores de projetos (foco nos gestores de projetos de Órgãos Temporários e Estratégicos) na Versão 5.1 do PGPS.

- Definição final dos requisitos funcionais e não funcionais e elaboração do projeto básico para aquisição de uma nova ferramenta de gestão corporativa de projetos e portfólios. O processo encontra-se (dez/2012) em fase de aprovação nas instâncias competentes da Empresa”.

**Documento:** Ofício nº 2154/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CG-PR, de 27/01/2011 e Ofício nº 30017/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 07/10/2011.

**Item do Documento:** -

**Assunto:** Apuração de possíveis acumulações irregulares de cargos por empregados do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

- Verificação do efetivo cumprimento da carga horária dos servidores relacionados nos Anexos I, III e IV, adotando-se as medidas necessárias em cada caso e;

- Legalidade da acumulação dos servidores relacionados nos Anexos II e V, bem como, determinar que sejam realizadas as apurações necessárias em cada caso, adotando-se as medidas previstas na legislação e nos normativos internos dessa entidade.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 009365/2011, de 29/03/2011, o Diretor-Presidente encaminhou ao Secretário Federal de Controle Interno da SFC/CGU-PR, resposta para o Ofício nº 2154/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CG-PR, de 27/01/2011.

Em 06/05/2011, mediante Decisão de Diretoria OE-053/2011, o Diretor-Presidente instituiu Grupo de Trabalho para operacionalização das ações administrativas afetas a recursos humanos, em atendimento à auditoria promovida pela CGU – Nota Técnica nº 309 e Ofício nº 2154/2011/DEFAZI/DE/SFC/CGU-PR.

O Grupo de Trabalho tinha vigência inicialmente prevista para início: 06/05/2011 e término: 30/09/2011 e foi prorrogado através da Decisão de Diretoria OE-140/2011 com início em 01/10/2011 e término em 30/04/2012.

Em 21 de novembro de 2011, mediante Ofício - DIRAD 037060/2011, o Diretor de Administração informou ao Secretário de Controle Interno da Controladoria da União as providências adotadas pelo Serpro para dar cumprimento as recomendações exaradas no Ofício nº 2154/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CG-PR, de 27/01/2011. Nesta data estavam pendentes quatro situações de empregados.

O Diretor informou ainda à SFC/CGU-PR que, o Serpro com o objetivo de obter um melhor controle e constatação de possíveis acumulações de cargo, emprego ou função pública, firmou em 26/07/2011, Termo de Compromisso com o Ministério do Trabalho e Emprego visando realizar batimentos entre os cadastros do Serpro e da Rais.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante despacho de protocolo nº 009365/2011-80, de 10/10/2012, o Coordenador do Grupo de trabalho informou que das 4 pendências anteriormente enviadas, 3 já estão solucionadas, ficando pendente a situação de uma empregada, matrícula nº 0203616-9, Lotada no PSE RR/DRF/BOA VISTA -RR, que passou da esfera administrativa para judicial onde o processo ainda está em curso.

**Documento:** Ofício nº 3753/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/02/2011, o qual encaminha Nota Técnica nº 309/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR.

**Item do Documento:**

**Assunto:** Resultado de trabalho realizado pela CGU, com base em dados constantes do SIAPE, com o objetivo de avaliar a legalidade de despesas relativas à folha de pagamento do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Solicita manifestação do Serpro quanto ao disposto nos parágrafos 17, 20, 26 e 29 da Nota Técnica, bem como informações sobre as medidas adotadas ou que serão adotadas sobre o assunto.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

**1. Quanto ao ANEXO I:** Empregados ocupantes de função de gerência com recebimento de hora extra.

Informamos que o ocupante da função de supervisor, no Serpro, não está equiparado às demais funções de chefias. A Superintendência de Gestão de Pessoas – SUPGP, promoverá revisão da Norma GP 001.

**2. Quanto ao ANEXO II:** Empregados com recebimento de hora extra por um período maior.

Resposta: A SUPGP expedirá orientação às Unidades, a fim de que não seja permitida realização de horas extras habitualmente e por longo período.

**3. Com relação ao ANEXO III:** Empregados com hora extra incorporada ao salário e recebimento de hora extra.

Resposta: A SUPGP expedirá orientação às Unidades, a fim de que os empregados que possuem incorporação de hora extras, não realizem mais horas extras de forma habitual como identificado.

**4. Quanto ao ANEXO IV:** Empregados que receberam hora extra em percentual entre 19% até 146% do salário.

Resposta: A SUPGP promoverá alteração no sistema de controle de frequência, garantido o cumprimento da norma de prorrogação de jornada.

**5. Com relação ao ANEXO V:** Acumulação de FCT com Gratificação por Cargo de Gerência.

Resposta: Para as duas empregadas identificadas, esclarecemos que não ocorreu acumulação de FCT com Gratificação por Cargo de Gerência, conforme demonstra-se abaixo:

A empregada Joselita de Oliveira Almeida recebeu indevidamente nos meses de janeiro, fevereiro e março a GFC. Detectado o ocorrido, a Empresa notificou a empregada para devolução dos valores, que estão sendo descontados em folha de pagamento desde julho de 2010.

Quanto à empregada Katia Cristina Pinto de Miranda, não ocorreu acumulação, pois a mesma foi designada com FCT até 10.01.2010. A partir do dia 11.01.2010, a mesma passou a receber a Gratificação de Qualificação Adicional - GQA. Assim, não houve acumulação. O valor pago a maior de Gratificação por Cargo de Gerência foi descontado no mês de maio de 2010, que totalizou o valor de R\$ 626, 55 (seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

**6. Quanto ao ANEXO VI:** Empregados com função de gerência com recebimento de sobreaviso.

Resposta: Para os dois empregados apontados como recebimento indevido de sobreaviso, esclarecemos:

Em relação ao empregado Leonardo Batista Porto - em dezembro de 2009, era supervisor, passando em 01.01.2010 a ocupar a função do grupo IV (chefe de Divisão). Assim, o sobreaviso pago na folha de janeiro é referente aos dias de sobreaviso de dezembro 2009.

Quanto ao empregado Eduardo Carlos Segundo - em dezembro de 2009 não exercia função de confiança, passando a exercer função de confiança a partir de 01.01.2010. Assim, o sobreaviso pago na folha de janeiro, é referente aos dias de sobreaviso de dezembro de 2009.

Informamos, ainda, que a SUPGP promoverá a revisão da Norma interna que trata do assunto.

**7. Com relação ao ANEXO VII:** Pagamento de periculosidade acima do valor estabelecido.

Resposta: Esclarecemos que a diferença apontada refere-se ao pagamento da diferença do mês de dezembro de 2009. As outras diferenças, como exemplo a do empregado Lauri Ferreira Dourado Filho, CPF nº 76765580859, deve-se ao fato que o mesmo possui incorporação de adicional noturno, rubrica que compõem a base para o pagamento do adicional de periculosidade.

**8. Quanto ao ANEXO VIII:** Pagamento de periculosidade abaixo do valor estabelecido.

Resposta: As diferenças apontadas para os empregados José Demontier Aragão Pontes, Alexandre de Alcântara Mendes, Jean Clebeson de Jesus Almeida, Carlos Alberto Ferreira de Oliveira e Luíza Gonçalves Fontoura, serão pagas na folha de março de 2011.

Quanto ao empregado Eduardo Ribeiro Pinheiro, o mesmo fez jus somente a 20 (vinte) dias do valor pago. Há uma diferença que será paga na folha de março 2011.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Conforme consta no Relatório GP-AC/0002/2012:

**SITUAÇÃO ATUAL:**

Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 22, de 10/09/2012, encaminhada pela Auditoria do Serpro, o gestor informou as ações realizadas para cada um dos itens da referida Nota Técnica, conforme segue:

“1) Considerando que houve mudança na titularidade da Diretoria de Administração e da Superintendência de Gestão Pessoas, e ainda a abrangência relacionada ao tema, informamos que no prazo de até 60 dias será publicada nova versão da Norma funcional onde será abordada a função de supervisão.

2) Partindo do princípio de que apenas a orientação não será capaz de minimizar a ocorrência de horas extras por um período maior, em Julho de 2012, foi instituída na estrutura da Superintendência de Gestão de Pessoas uma nova Divisão com

atribuição de estabelecer mecanismos de controle para as ocorrências de Folha de Pagamento, dentre elas a rubrica horas extras sendo realizado mensalmente rotinas de verificação quanto ao volume e pagamento de horas extras, com notificação as áreas envolvidas.

3) Dentre as rotinas de verificação e pagamento de hora extra citadas no item 02 está incluso o levantamento de passivos trabalhistas e um dos itens específicos diz respeito ao número de empregados que estão realizando e recebendo horas extras com habitualidade e o quantum referente a possíveis indenizações.

4) A partir do acompanhamento mensal dos valores autorizados e pagos de horas extras aos empregados do Serpro, as Unidades com valores expressivos serão notificadas sobre o excesso ocorrido, para que justifiquem de forma fundamentada convocadas a justificar o excesso de serviço que gerou as horas extras e apresentar Plano de Ação para redução da frequência de horas extras

5) Para os casos identificados no Anexo V, a empresa já adotou as providências quanto à devolução do valor recebido a maior pela empregada Joselita de Oliveira, conforme já registrado no Ofício DP -0079/2011. Hoje, a única hipótese prevista para recebimento de FCT com Gratificação de Função de Confiança é para o empregado que no mesmo mês foi designado de uma e destituído imediatamente de outra;

6) Para os empregados apontados no ANEXO VI no momento da ocorrência do sobreaviso, os mesmos não estavam designados para Função Gerencial, conforme já registrado no Ofício DP -0079/2011.

7) Para os valores devidos de Adicional de Periculosidade é considerado além do SALARIO BASE rubricas de INCORPORAÇÃO e DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO JUDICIAL quando explícito o reflexo no SALARIO BASE, conforme já registrado no Ofício DP -0079/2011.

8) Conforme estabelecido as diferenças já foram quitadas e os valores corrigidos.”

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte. Nota de Auditoria no 201108703/002, de 26/04/2011

**Item do Documento:** 1.1.2.1 – Informação

**Assunto:** Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2010.

**Recomendação Efetuada:** Ausência de detalhamento em Notas Explicativas de valores pagos a participação nos lucros e resultados apurados em exercício anterior.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Recomendação 002: Adotar como prática, para os casos de ocorrências de descasamento competência/caixa, a inclusão de nota às Notas Explicativas apontando o exercício da competência e as razões para a postergação do efeito caixa.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Conforme consta do Relatório GF-AC/0002/2012, a SUPGF informou que não houve descasamento entre competência e caixa no exercício de 2011, e que caso ocorra, será tratado em nota explicativa.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte

**Item do Documento:** 1.1.2.2 - Constatação

**Assunto:** Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

"Que o Serpro implemente ação integrada entre a área contábil e o escritório de projetos com os seguintes propósitos:

a) atualizar os conceitos e os procedimentos atinentes aos projetos e atividades registrados no PGPS com os conhecimentos contábeis pertinentes;

b) atualizar a base da carteira de projeto, tomando por base o novo PGPS; e

c) realizar estudo dos gastos no âmbito de projetos para verificar a sua ativação, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 04, do Comitê de Pronunciamento Técnico e das normas fiscais".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

A empresa realizará os estudos necessários para verificar a viabilidade da ativação dos gastos dos projetos. Sendo viável, realizará a implementação.

As ações para estudo da viabilidade e forma de ativação dos gastos dos projetos, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 04, do Comitê de Pronunciamento Técnico e das normas fiscais, serão incluídas no escopo do projeto Modernização do gerenciamento de custos no PGPS. Sendo viável, também será definido o conjunto de informações necessárias para integrar os processos de gerenciamento de projetos e contabilidade.

Prazo de Atendimento: 12/2012. Para atender esta recomendação é necessário, além da solução técnica, sua implantação na organização. Esta previsão contempla a implantação.

Situação em 11/10/2011: O tema está sendo incorporado a iniciativa que amplia a integração entre os processos financeiros e de gerenciamento de projetos. Sua execução é complexa dado que qualquer solução debatida afeta outras atividades críticas como, por exemplo, os processos de apropriação e faturamento.

O Projeto de Modernização do Gerenciamento de Custos no PGPS está dividido em 4 fases, a saber: concepção, piloto, implementação e implantação. No momento, o projeto encontra-se em concepção, onde foi realizado o diagnóstico das ferramentas internas e dos processos relacionados aos assuntos orçamento, custos, projetos e aquisições. Está em andamento a construção da solução técnica que será aplicada em projeto piloto na segunda fase.

A solução está sendo desenhada com a participação das unidades de Gestão Empresarial (SUPGE), Gestão Financeira (SUPGF) e Controle Empresarial (SUPCO). Conta, também, com a participação dos escritórios de projetos das áreas de Desenvolvimento (SUPDE), de Negócios (SUNNE), de Operações (SUPOP) e de Gestão de Contratos (SUPGA). Até o momento ocorreram 18 (dezoito) reuniões com a equipe do projeto.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00, de 19/10/2012 a Coordenação Escritório Estratégico de Projetos – COEEP informou:

“Ao decorrer da etapa de análise e diagnóstico do projeto identificou-se mudanças de grande complexidade tanto no ambiente de gestão empresarial quanto na gestão de projetos: necessidade de mudança em vários sistemas, impacto em diversos procedimentos de apropriação de recursos e integração entre processos de gerenciamento de projetos, contabilidade e custos.

O Escritório de Projetos, por sua vez, suspendeu este projeto e criou duas novas iniciativas para solucionar as principais pendências que impediam a implantação de uma gestão contábil integrada a gestão de projetos.

O primeiro projeto, denominado Bálsamo, está relacionado a dificuldade encontrada em utilizar como objeto de controle os projetos estratégicos (indicados na recomendação). Este conjunto não se apresentou como ideal, pois na sua carteira contempla projetos com custos e duração pequenos mas de alinhamento estratégico, ao mesmo tempo que exclui projetos representativos na geração de receita mas de caráter tático.

O projeto Bálsamo conduziu estudo de como adaptar os conceitos de gestão de projetos da organização. Em 16/7/12 lançou a versão 5.0 do Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos do Serpro (PGPS) contemplando a adição de uma nova dimensão de classificação de projetos denominada Nível de Gestão do Projeto, podendo ter os valores Corporativo ou Setorial. A introdução do conceito demandou a adaptação de todo o processo de gestão de projetos equilibrando as atividades exigidas entre projetos setoriais ou corporativos (por exemplo, gestão de custos ou de riscos). A nova versão do processo, por sua vez, demandou adaptação dos sistemas utilizados para a gestão e treinamento de gestores e escritórios de projetos, atividades desenvolvidas entre julho e setembro de 2012.

O segundo projeto, denominado Flamboyant, está originado na constatação que o parque ferramentas ofertados para a gestão de projetos na organização possui lacunas que diminuem o potencial de eficiência da gestão de projetos e de portfólio, em particular, impeditivas para a implantação de uma gestão de custos de projetos padronizada, com qualidade e integrada aos processos financeiros da organização.

Para superar este desafio, o projeto Flamboyant realizou diálogo interno com gestores e escritórios de projetos, duas consultas públicas com participação dos principais fornecedores do mercado e pesquisa sobre as soluções livres disponíveis, além de participação em eventos relacionados ao tema.

Atualmente, está finalizando o termo de referência para realização do pregão de aquisição da nova solução. No documento constam mais de 400 requisitos entre funcionais e não funcionais. A expectativa é realizar o pregão até o final de 2012 e implantar a ferramenta vencedora do certamente em 2013.

A partir destas alterações estarão criadas as condições no ambiente de projetos para início da integração dos processos de custos e projetos.

Complementarmente, em 16/10/2012 o Serpro estabeleceu no plano tático da diretoria de gestão empresarial, para o período 2013/16, o objetivo "Normatizar e estabelecer mecanismos para registro do ativo intangível oriundos de projetos". Este evento registra a prioridade do tema na organização e define um novo formato de condução que coloca a área financeira a frente das ações para viabilizar a mudança”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte

**Item do Documento:** 1.1.2.2 - Constatação

**Assunto:** Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 002:

“Instituir cronograma para a realização dos trabalhos do novo plano de investimento.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

É de conhecimento da Empresa a necessidade de realização de novo planejamento para realização dos Planos de Investimento, em especial os Projetos Estruturadores que tinham como fonte inicial de financiamento, a Reserva de Retenção de Lucros. Esse novo planejamento tornou-se necessário devido ao Prejuízo apurado ao final do exercício 2010.

No entanto, já nos primeiros meses de 2011, a situação econômica se mostrou negativa, apresentando, até 30 de setembro, prejuízo no montante de R\$171.712.758,32, projetando-se para dezembro, o Resultado negativo de R\$ 199.075.347,81.

Diante de tal realidade, entendemos ser prudente que a Empresa se empenhe na realização de um novo planejamento a partir do exercício 2011 encerrado, pois, o saldo remanescente da Reserva de Retenção de Lucros, bem como de outras Reservas, serão absorvidos pelo Prejuízo do Exercício.

No entanto, podemos inferir que os planos de investimento da empresa terão como fonte as operações normais da Empresa, ou seja, o Caixa gerado pelo Recebimento pela Prestação de Serviços aos Clientes.

O novo cronograma de planejamento de investimentos será elaborado a partir do exercício 2011 encerrado.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00 de 18/10/2012, a

Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira – SUPGF informou:

“O objetivo do projeto "Evoluir as atividades de gerenciamento de custos no PGPS para que o gestor de projetos se aproprie das informações de custos do projeto, tanto no planejamento como no monitoramento e controle, existentes nos diversos sistemas de controle financeiro da empresa (INFOSerpro, INOVAR, SIAFI, SGI, etc)." permite criar uma solução de controle das despesas do projeto de forma a possibilitar a implementação da CPC 04 na contabilidade da empresa. O projeto contou com a participação de grupo interárea para propor a solução. Participaram: COEEP, SUPCO, SUPGE, SUPGF, SUPDE, SUNNE, SUPGA e SUPOP.

Ao longo da criação da solução foram encontradas algumas dificuldades como: mudança em vários sistemas, impacto em diversos procedimentos de apropriação de recursos, integração entre processos de gerenciamento de projetos, contabilidade e custos.

Uma das dificuldades encontradas era que o conceito de controlar as despesas de projetos estratégicos não se confirmou como válida. O atributo de estratégico é uma dimensão de alinhamento. A carteira destes projetos contém muitas vezes pequenos projetos com custos e duração mínimos onde tal controle não se faz válido, ao mesmo tempo vários projetos não estratégicos são representativos na questão de despesas.

Neste sentido foi criado o projeto Bálsamo que conduziu vários estudos de como adaptar os conceitos de gestão de projetos da organização. Em 16/7/12 foi lançada a versão 5.0 do PGPS contemplando uma nova dimensão de classificação de projetos entre Corporativo ou Setorial. A introdução do conceito demandou a adaptação de todo o processo de gestão de projetos equilibrando atividades que um projeto Setorial ou Corporativo devem seguir (por exemplo, gestão de custos ou de riscos), por sua vez a adaptação do processo demandou alteração nos sistemas utilizados até então e treinamento de gestores e escritórios de projetos o que aconteceu entre julho e setembro de 2012.

A partir destas alterações foram criadas as condições no ambiente de projetos para início da integração dos processos de custos e projetos.

Complementarmente em 16/10/2012 o Serpro estabeleceu no plano tático da diretoria de gestão empresarial, para o período 2013/16, o objetivo "Normatizar e estabelecer mecanismos para registro do ativo intangível oriundos de projetos", possibilitando a priorização adequada do trabalho”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.2.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Necessidade de melhorias no desenho dos indicadores do Planejamento Estratégico do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Que o Serpro, quando da utilização de sigla em indicadores, seja na descrição ou na fórmula, apresente o seu significado.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será implementada por meio de orientação aos envolvidos com indicadores.

Mediante Ofício: DP – 038854/2011, de 06/12/2011 o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que a resposta desta Nota de Auditoria consta do Plano de Providências – Exercício 2010.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Monitoramento realizado mediante trabalho de auditoria: GE-AC/0001/2012. Conforme descrito no relatório do referido trabalho:

“A COEEP instituiu o Formulário (FormDAI) com orientações para a utilização de informações padronizadas para especificação de indicadores, contemplando, entre outros, nome/sigla do indicador, fórmula de cálculo, propósito, fonte dos dados e procedimento de coleta, meta, existência de série histórica, tendência”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.2.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Necessidade de melhorias no desenho dos indicadores do Planejamento Estratégico do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 002: “Que o Serpro avalie a criação de um indicador que calcule o nº de horas de treinamento por servidor separado por áreas, com vistas a efetivar a isonomia entre elas na competição por recursos para treinamento.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a UniSerpro está elaborando alguns indicadores Estratégicos (não corporativos), Táticos e Operacionais internos, visando a estratificação dos dados que coleta com relação às horas de treinamento por empregado realizadas mensalmente. Trata-se de um trabalho que envolve todas as unidades internas do

Serpro, respeitadas as peculiaridades de cada uma e suas atividades precípuas.

A proposta levada às áreas, das quais extrairemos os dados é a seguinte:

Critério: A UniSerpro, dentro do portal corporativo Infoger, possui o Indicador Estratégico intitulado “Horas de treinamento por empregado”, que reúne todo o corpo funcional interno do Serpro e expressa a média de horas treinadas por empregado mensalmente.

Este mesmo Indicador terá seus dados estratificados, cujas camadas serão as unidades ou órgãos internos do Serpro.

Exemplo:

Em 2011, a Meta estabelecida para o Indicador Estratégico (corporativo) é de 100 horas de treinamento por empregado. Como a Meta é para o corpo funcional (que envolve o corpo gerencial), podemos mantê-la para cada Unidade ou Órgão do Serpro, resultando em:

Indicador: Horas de treinamento por empregado da Área.

Meta: 100 horas de treinamento por empregado da Área (Superintendência ou Coordenação) – ano 2012.

Medição: Mensal.

Fórmula: Soma das horas de treinamento em todos os cursos, seminários e eventos de capacitação naquela área do Serpro dividido pelo nº de seus empregados.

Mediante Ofício: DP – 038854/2011, de 06/12/2011 o Diretor-Presidente informou à SFC/CGU-PR que a resposta desta Nota de Auditoria consta do Plano de Providências – Exercício 2010.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Monitoramento realizado mediante trabalho de auditoria: GE-AC/0001/2012. Conforme descrito no relatório do referido trabalho:

“Ações implementadas pela Empresa:

Os dados do ano de 2012 relativos a este indicador, distribuídos por Diretoria e por número de empregados, são:

Diretor-Presidente – Média de horas de treinamento por empregado: 30 horas

Diretor-Superintendente – Média de horas de treinamento por empregado: 34 horas

Diretoria de Administração – Média de horas de treinamento por empregado: 37 horas

Diretoria de Desenvolvimento – Média de horas de treinamento por empregado: 50 horas

Diretoria de Gestão Empresarial – Média de horas de treinamento por empregado: 23 horas

Diretoria de Operações – Média de horas de treinamento por empregado: 30 horas

Diretoria de Relacionamento com Clientes – Média de horas de treinamento por empregado: 48 horas.

- Foi criado o indicador, com o objetivo de que todas as diretorias, e, conseqüentemente seus empregados, tivessem um número similar de horas de treinamento no ano;

- Pelos resultados constantes no quadro acima verificamos que a recomendação foi colocada em prática, ou seja:

. todas as diretorias e seus empregados foram contemplados de forma próxima, em termos de horas de treinamento (não há grande discrepância);

. há um maior quantitativo de horas para as diretorias cujas atribuições são voltadas à área fim do Serpro, quais sejam, a Diretoria de Desenvolvimento e a Diretoria de Relacionamento com Clientes, com 50 horas e 48 horas, respectivamente, sendo que as demais em média, encontram-se em torno de 30 horas. Esses valores maiores justificam para estas áreas, pois além de deterem um maior número de empregados, tratam diretamente com o negócio do Serpro;

. uma das Diretorias, a de Gestão Empresarial, ficou com um menor quantitativo (23 horas). No entanto, além de ser próximo a média das demais Diretorias, é aquela que possui o menor número de empregados e maior concentração em um único local-Brasília;

. há pequena diferença do número de horas (recursos para treinamento) entre as diretorias existentes.

Em suma, é possível constatar que houve isonomia na oferta de treinamentos entre as diretorias e uso adequado e bem distribuído dos recursos financeiros entre as diretorias, inclusive justificando os pequenos extremos existentes, conforme relatado nos itens acima”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.2.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Necessidade de melhorias no desenho dos indicadores do Planejamento Estratégico do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Que o grupo de trabalho instituído para elaborar metodologia para criação, medição e avaliação de indicadores corporativos implemente as melhorias citadas neste item, bem como inclua em seu escopo as seguintes recomendações da CGU/Auditoria Interna, quais sejam:

Recomendação 003:

“- os indicadores e suas respectivas metas devem ser definidos com a antecedência necessária, a fim de permitir a adequada execução/monitoramento daquilo que foi planejado;

- no momento da definição dos indicadores, devem ser consideradas as dificuldades de sua medição, bem como a indicação tempestiva dos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas; e

- a Diretoria deve evitar promover mudanças em indicadores e/ou metas após estes já terem sido definidos no momento da

elaboração do Planejamento Estratégico".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, o grupo de trabalho já foi criado e a metodologia está em construção. O prazo previsto para conclusão dos trabalhos é 29/02/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Aguardando posição a ser informada pelo Diretor-Superintendente, para o despacho de protocolo AUDIG/CD nº 032552/2011-58, de 07/01/2013, mediante o qual foi solicitado posição atualizada para o disposto abaixo:

Em 07/03/2012, o Diretor-Superintendente informou:

“Havíamos informado anteriormente que o projeto para atender a referida Recomendação estava em andamento, com previsão para 29/02/2012.

Entretanto, o projeto continua em andamento, evoluindo no desenvolvimento do processo que atenderá os itens recomendados, denominado Roteiro de Medição e Análise Corporativo do SERPRO (RMACS). A previsão de conclusão foi alterada, para 30/04/2012, devido à indisponibilidade de membros da equipe por motivo de férias. A seguir a descrição da proposta e sua comparação com os itens destacados na citada Recomendação, para demonstrar o estágio em que se encontra o trabalho de implementação.

O RMACS prevê atender, também, os itens destacados pela auditoria interna e toma como entrada o resultado do planejamento estratégico. Serão criadas atividades para criação, definição, acompanhamento, melhoria e comunicação. As responsabilidades serão estabelecidas nos papéis especificados no processo e a padronização se dará por meio dos artefatos, que serão modelo para a organização. O quadro a seguir relaciona cada item da recomendação com a proposta.

Item da recomendação Proposta de como será tratado

Processo de criação Prevista no RMACS, na geração do Plano de Medição e Análise

Definição do indicador como corporativo ou setorial

Padronização Será alcançada com a geração do Catálogo de Medidas

Responsabilidades serão estabelecidas nos papéis definidos no RMACS

Coleta Atividades para coleta, análise e difusão estão sendo desenhadas no fluxo de trabalho do RMACS

Acompanhamento e melhoria: O RMACS tratará com atividades de melhoria contínua

Comunicação e publicidade: O RMACS está desenvolvendo atividades para comunicação e publicidade

Destinatário: O RMACS, por meio do Plano de Medição e Análise prevê distribuição às partes interessadas (destinatário)

Conformidade e certificação: O RMACS deve permitir avaliação do indicador”

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.5.1 - Constatação

**Assunto:** Fragilidade nos controles relativos ao Sistema de Planejamento Estratégico, à Folha de Pagamentos e às aquisições e suprimentos, comprometendo suas integridades.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001: “Que o Serpro avalie a conveniência e oportunidade de se instituir área específica para gestão do controle interno, de forma a centralizar as ações inerentes a esse assunto no âmbito da empresa.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, de 07/03/2012, o Diretor Superintendente informou que: “A Alta Direção decidiu pela criação de uma área específica para atuar na gestão do controle interno. Essa decisão está lastreada no remapeamento de processos no âmbito corporativo e pela recente reestruturação orgânica da empresa. Definida a conveniência e oportunidade de criação da aludida área, o Diretor Superintendente assinou a Decisão de Diretoria OE 016/2012, de 01 de março de 2012, instituindo Grupo de Trabalho para estruturação da Área de Gestão do Controle Interno, que será vinculada à Diretoria de Gestão Empresarial. A previsão de término dos trabalhos ficou estabelecido para o dia 05 de abril de 2012.”

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:**

Mediante Decisão de Diretoria – OE-040/2012, de 29/03/2012, foi instituído o Departamento de Gestão do Controle Interno – DCGCI, vinculado a Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial – SUPDC.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.5.1 - Constatação

**Assunto:** Fragilidade nos controles relativos ao Sistema de Planejamento Estratégico, à Folha de Pagamentos e às aquisições e suprimentos, comprometendo suas integridades.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 002:

“Que o Serpro avalie a conveniência e oportunidade de se instituir política corporativa de gestão de risco com as atribuições de

análise/avaliação, tratamento, aceitação e comunicação de riscos, de forma a:

- a) minimizar incertezas e ameaças, atuando como instrumento de suporte ao planejamento estratégico;
- b) aumentar a efetividade no gerenciamento da alocação de capital; e
- c) subsidiar as atividades da auditoria interna para os processos que apresentam o ambiente mais crítico de riscos".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:** Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências. Conforme providência informada no respectivo plano, a Diretoria designará Grupo de Trabalho específico visando avaliar a recomendação e elaborar e publicar a Política Corporativa de Gestão de Riscos, conforme recomendação.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando posição a ser informada pelo Diretor-Superintendente, para o despacho de protocolo AUDIG/CD nº 032552/2011-58, de 07/01/2013, mediante o qual foi solicitado posição atualizada para o disposto abaixo:

Em 07/03/2012, o Diretor-Superintendente informou:

“A alta direção, após reavaliação da Recomendação, optou pela manutenção da documentação normativa, já existente na empresa, revendo sua decisão anterior pela criação de grupo de trabalho específico para elaboração da Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Essa decisão encontra sustentação nas nossas características funcionais e atividades finalísticas, pois somos uma empresa de prestação de serviços de tecnologia da informação, para a Administração Pública Federal, e devemos empenhar todos os nossos esforços na manutenção das informações governamentais, que é nosso maior patrimônio. Considerando o exposto, instituímos o Projeto para Implementação do Processo de Gestão de Continuidade de Negócios, com o objetivo de estabelecer a estrutura de funcionamento das unidades corporativas para suporte ao uso do processo de gestão de continuidade de negócios, com término do trabalho previsto para o dia 30 de junho de 2012. Publicamos também a Política Corporativa de Continuidade de Negócios (PCCN) e criamos o Comitê Corporativo de Continuidade de Negócios, visando identificar, analisar e comunicar os riscos inerentes à continuidade dos negócios da empresa.

Ainda no escopo da manutenção da integridade e disponibilidade das informações governamentais, destacamos a Decisão de Diretoria SG-135/2007 que estabeleceu a Gestão de Riscos de Segurança, cujo objetivo foi assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações, serviços, sistemas de informação e demais recursos sob nossa guarda, conforme determina a Programa de Segurança Corporativa. Quanto a alocação de capitais, elaboramos o Plano de Contratações, atrelado aos Projetos Corporativos Estratégicos, que deverá ser aprovado pela Alta Direção, e contribuirá para melhorar a gestão dos recursos financeiros. Finalizando, informamos que a primeira atividade da nova área de controle interno será a reavaliação de todos os normativos atinentes ao assunto, visando propor aditamentos que busquem complementá-los, tornando-os aderentes aos padrões mundialmente consagrados (Ex. Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway – COSO)”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.2 - CONSTATAÇÃO

**Assunto:** Utilização Pregão Eletrônico para contratação de Obra no valor total de R\$ 3.616.230,00, sem a devida avaliação de risco.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

"Que o Serpro consigne em norma interna que:

1. quando da tomada de decisão pela utilização de Pregão para seleção de empresa para execução de contrato que tenha por objeto obra de engenharia, seja feita uma avaliação dos riscos da escolha dessa modalidade, ponderando, entre outros, os seguintes critérios:

- a) O valor envolvido;
  - b) A Publicidade;
  - c) As Condições de exequibilidade, em razão de a classificação das propostas anteceder a habilitação da autora da melhor oferta; e
  - d) O Risco econômico para a administração em caso de inadimplência da contratada.
2. sempre que for possível, o edital especifique todas as atribuições do contratado, definindo os materiais a serem utilizados e em que medida, cuidando para não restringir a competitividade".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização da Norma GA-002, que após a revisão, passará a tratar de todo o subprocesso Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação: “Nº de Constatação 1.1.9.2 - Recomendação 001”, dispõe o subitem 4.2.4.6 da Norma GA/002/versão 4, de 09/02/2012, com vigência em mesma data”;

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.3 - Constatação

**Assunto:** Adesão a ata de registro de preço sem comprovação da vantajosidade, com pesquisa de preço intempestiva e restringindo a uma única marca.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001

"Que o Serpro estabeleça em seus normativos internos a determinação de que a pesquisa de preço seja feita antes da consulta à adesão à Ata de Registros de preço".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização da Norma GA-005, que após a revisão, passará a tratar de todo o subprocesso Planejamento Definitivo da Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação: “- sobre "5. Nº de Constatação 1.1.9.3 - Recomendação 001", dispõem o item 5.3, da Norma GA/005/versão 4, de 20/12/2011, com vigência a partir de 01/01/2012, combinado com os subitens 4.1.2.11.1 e 4.1.2.11.2, da Norma GA/002/versão 4, já referida;”

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.3 - Constatação

**Assunto:** Adesão a ata de registro de preço sem comprovação da vantajosidade, com pesquisa de preço intempestiva e restringindo a uma única marca.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 002

"Que o Serpro fortaleça o seu sistema de controle interno de modo a não permitir pesquisas de preço que restrinjam a competitividade".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização da Norma GA-005, que após a revisão, passará a tratar de todo o subprocesso Planejamento Definitivo da Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação: “- sobre "5. Nº de Constatação 1.1.9.3 - Recomendação 002”, dispõem os subitens 4.5.7.1 a 4.5.7.10, da Norma GA/005/versão 4, também já referida;”

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

Nota de Auditoria no 201108703/005, 19/08/2011.

**Item do Documento:** 1.1.9.4 – INFORMAÇÃO

**Assunto:** Contratação direta por dispensa de licitação sem a inclusão, no processo respectivo, de todas as informações exigidas pela Lei nº 8.666/1993.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001:

"Adequar a Norma Interna GA-005, item 4.2.4, letra “a”, de modo a estabelecer a necessidade de elaboração de documento, que deve ser incluído em todos os processos de aquisição de bens e serviço por dispensa de licitação, que contenha os elementos mínimos para fundamentar a contratação, com nível de detalhamento que demonstre, entre outras coisas:

I – a caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – as razões da escolha dos fornecedores ou executantes; e

III – as justificativas do preço dos itens do objeto contratado".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a recomendação será observada com a atualização das Normas GA-005 e GA-002, que após a revisão, passarão a tratar do subprocesso Planejamento Definitivo da Contratação e Contratação, respectivamente, do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante Despacho de Protocolo nº 032531/2011-88, de 14/02/2012 a Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA informou posição atualizada quanto ao cumprimento da recomendação: “- sobre "6. Nº de Constatação 1.1.9.4 - Recomendação 001", dispõem o subitem 4.2.4.1, da Norma GA/005/versão 4, combinado com os subitens 4.1.2.9.1, 4.1.2.9.2 e alínea (g), do subitem 4.1.2.9.4, da Norma GA/002/versão 4”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.9.5 - Constatação

**Assunto:** Ausência de respaldo legal do convênio de reciprocidade em vigor entre o Serpro e a CASSI, cujo objetivo é o uso recíproco das respectivas redes credenciadas de assistência à saúde.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

"Recomendamos que o Serpro elabore previsão de prazo, com cronograma definido e indicação dos responsáveis por cada etapa, para implementação do plano de ação para a substituição da Cassi na oferta de assistência à saúde aos beneficiários do seu plano de saúde, por uma rede credenciada própria ou a pela contratação de entidade congênere em regiões ou localidades com dificuldade ou carência de contratação, adequando-se ao disposto na Resolução Normativa nº 137 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de 14/11/2006, sem prejuízo da comunicação dessas medidas à ANS e da busca de manifestação respectiva daquela agência".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, para cumprimento da recomendação supracitada, o cronograma foi elaborado contemplando as ações, os responsáveis, os prazos e seu *status*, para implantação da rede credenciada em 01 de fevereiro de 2012.

Providências a serem Implementadas:

- . Finalização da rede credenciada;
- . Implementação do plano de comunicação aos beneficiários do Plano;
- . Confeção e distribuições dos cartões de identificação do Plano; e
- . Conclusão do site para acesso dos beneficiários do plano de prestadores de serviço.

Em 22/10/2012, a Consultoria Jurídica – COJUR ingressou, junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, com o recurso contendo esclarecimentos que entende serem pertinentes no intuito de conferir maior transparência e instruir o Processo TC nº 030.583/2007-9 com informações atualizadas sobre os fatos que o envolvem e solicita que os mesmos sejam considerados no julgamento do Recurso de Reconsideração apresentado pelo Serpro em 16/04/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Aguardando posição do Tribunal de Contas da União.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.3 - CONSTATAÇÃO

**Assunto:** Ausência de transferência de dados para o SICONV.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

“Providencie a alimentação dos dados referentes a convênios ou instrumentos congêneres no Siconv, em atendimento ao no § 1º do art. 19, da Lei 12.017, de 12/08/2009.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, após o esclarecimento emitido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, formalizado no Ofício 3158/DGEI/SLTI, de 26/10/2011, ficou confirmada a possibilidade de utilização do SICONV pelo Serpro.

Providências a serem Implementadas: Capacitação dos responsáveis pela gestão no SICONV e implementação da obrigatoriedade de utilização.

Prazo de Atendimento: 30/06/2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Mediante despacho de protocolo nº 004119/2012-77 de 23/10/2012, o Superintendente da Superintendência de Aquisições e Contratos - SUPGA informou:

a) O treinamento sobre Convênios Públicos e Portal de Convênios do Governo o Federal, foi realizado, no período de 21 a 24 de maio de 2012, no Auditório do Serpro, Regional Brasília, com capacitação de empregados do Serpro, inclusive com 03 empregados lotados nessa AUDIG, conforme SISCOR Nº 007659/2012-20, de 09/03/2012.

b) Durante a realização do treinamento foram obtidos os esclarecimentos técnicos junto ao Instrutor, chegando-se ao entendimento de não ser pertinente ao Serpro firmar Convênios e, em consequência, registrá-los no SICONV.

c) Diferentemente do que se fez, até então, o instrumento que o Serpro vinha firmando, especialmente com as Universidades, é próprio e pertinente a TERMO DE COOPERAÇÃO, sendo previsto que o SICONV futuramente o inclua para registro e

acompanhamento, entre as modalidades hoje abrigadas pelo SICONV, que são o convênio, o termo de parceria e o contrato de repasse.

d) A legislação está adiantada à real capacidade do SICONV, sendo seu uso, independentemente da existência de data-limite formal, vinculado a sua atualização, sujeita ao investimento adicional do MPOG, desenvolvimento do produto pelo Serpro, homologação do cliente e disponibilização aos usuários, condições essas que fogem à vontade do Serpro.

e) A atualização da Norma GA/013 está sendo ultimada, tendo como motivação justamente tratar de Termos de Cooperação em vez de Convênios, de forma a regularizar a celebração dos instrumentos firmados pelo Serpro. Entretanto, a nova Norma não exigirá o registro no SICONV, enquanto inexistente a funcionalidade necessária. Diante da indisponibilidade do módulo de registro de Termos de Cooperação, no SICONV, não há como alinhar a Norma à legislação adiantada e assim atender aos órgãos de controle.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.4 - Constatação

**Assunto:** Inconformidades nos registros dos atos de execução dos convênios nos sistemas internos.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 001:

"Que o Serpro institucionalize o planejamento e a execução de fiscalização nos convênios e instrumentos congêneres firmados".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a edição da Norma GA-013, em 11/04/2011, que trata da Gestão de Convênio, Acordo de Cooperação e Instrumentos Congêneres, atendeu a recomendação. A respectiva norma está vigente desde 11/04/2011.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Será avaliado em 2013 quando da realização de auditoria para avaliação do Gerenciamento da execução dos Termos de Cooperação e Instrumentos Congêneres.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 201108703 - 2ª Parte.

**Item do Documento:** 1.1.10.4 - Constatação

**Assunto:** Inconformidades nos registros dos atos de execução dos convênios nos sistemas internos.

**Recomendação Efetuada:**

RECOMENDAÇÃO 002:

"Que o Serpro institua rotinas de controle para a verificação de que os estagiários do Serpro são estudantes e reveja os seus normativos com vistas a adequá-los à Lei 11.788/2008".

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DS – 036709/2011, de 17/11/2011, o Diretor-Superintendente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências.

Conforme providência informada no respectivo plano, a Norma que regulamenta hoje o Programa de Estágio curricular do Serpro foi elaborada para atender os critérios e procedimentos estabelecidos na lei 11.788 de 2008.

Tal norma encontra-se em revisão e está sendo prevista a contratação de um agente de integração para realizar a pré-seleção de estagiários. Além disso, serão providenciados os documentos necessários para comprovar que o estagiário é estudante.

Prazo de Atendimento: Abril de 2012

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** o cumprimento desta recomendação foi verificado no trabalho de auditoria GP-AC/0001/2012.

O Gestor publicou, em 17.02.2012, norma referente ao Programa de Estágio Curricular, contemplando as determinações existentes na Lei 11.788/2008, bem como a definição de obrigatoriedade de vínculo com as entidades de ensino.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria

Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** Nº da Constatação: 1.1.1.1. Constatação (25)

**Assunto:** Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001:

"que o Serpro mantenha, no longo prazo, um núcleo razoável de indicadores estratégicos e táticos no relatório de gestão para uma melhor análise histórica da evolução do resultado da empresa na busca pelos seus objetivos."

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro. Conforme informado no respectivo plano, o Serpro já tem definido o rol dos indicadores Táticos e Estratégicos, os quais compõem o Catálogo

Corporativo de Indicadores, e estão disponíveis nos sistemas E-Car (Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados) e no INFOGER (Painel Gerencial), onde nos será permitido manter os indicadores estratégicos e táticos por longo período, mantendo assim a série histórica dos mesmos.

Providências a serem Implementadas: Definir o sub conjunto de indicadores representativos para a gestão empresarial a que correspondam aos critérios de recomendação.

Prazo de Atendimento: Dezembro/2013.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** Nº da Constatação: 1.1.1.1. Constatação (25)

**Assunto:** Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 002:

“que o Serpro, ao criar um novo indicador, seja tático ou estratégico, avalie a possibilidade de cálculo dos valores retroativos há pelo menos três exercícios, de forma a obter uma evolução temporal dos dados para análise e comparação, evidenciando os cálculos ou os motivos que impediram a apuração retroativa no relatório de gestão, quando couber.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, a recomendação ora apresentada já é objeto de prática por parte desta empresa.

Fora implantado a prática de elaboração do formulário - FormDAI (Formulário de Especificação de Atributos de Indicadores), onde, dentre as exigências para o preenchimento, contempla a exigência do cálculo dos valores de forma retroativa há, no mínimo, três anos. Caso isso não seja possível, o documento orienta o responsável pelo indicador que manifeste a justificativa para tal.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Total

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Monitoramento realizado mediante trabalho de auditoria: GE-AC/0001/2012.

Conforme descrito no relatório do referido trabalho:

“Fora implantada a prática de elaboração do formulário - FormDAI (Formulário de Especificação de Atributos de Indicadores), onde, dentre as exigências para o preenchimento, contempla a exigência do cálculo dos valores de forma retroativa a, no mínimo, três anos. Caso isso não seja possível, o documento orienta o responsável pelo indicador que manifeste a justificativa para tal”.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 2.1.1.1. Informação (1) 1.1.1.3 do relatório de auditoria CGU 201118389

**Assunto:** Assunto – Avaliação dos Controles Internos

2.1.1.1. Informação: Inexistência de quantificação e cobrança, pelo Serpro, dos valores passíveis de ressarcimento em ações judiciais relacionadas a desvio de função de empregados cedidos.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: que o Serpro passe a manter, nos seus controles internos, todas as informações sobre os empregados que litigam contra a empresa que possam viabilizar a completa identificação dos processos passíveis de ressarcimento, bem como realize o levantamento de valores já pagos em processos encerrados, para posterior cobrança.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, a Consultoria Jurídica está identificando os processos passíveis de ressarcimento, tendo, inclusive, já implementado rotina de trabalho que aponta, no momento de desembolso de qualquer valor, a lotação atual e pretérita do empregado reclamante e, uma vez identificado que o objeto da ação foi gerado quando o empregado já estava na condição de PSE, a cobrança é automaticamente gerada.

Providências a serem Implementadas: É necessário que se identifique, em toda a base de dados da COJUR, inclusive com relação a processos já arquivados, os valores que foram despendidos com empregados lotados em outros órgãos para que, posteriormente, sejam atualizados os valores e possam ser os mesmos cobrados dos órgãos.

Prazo de Atendimento: No mínimo um ano para identificar todos os processos e compilar cálculos e documentação buscando ressarcimento, ou seja, outubro de 2013.

Situação em 05/10/2012: Rotina criada e implantada para processos ativos e em vias de implementação para processos já arquivados.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 2.1.1.1. Informação (1) 1.1.1.3 do relatório de auditoria CGU 201118389

**Assunto:** Assunto – Avaliação dos Controles Internos

2.1.1.1. Informação: Inexistência de quantificação e cobrança, pelo Serpro, dos valores passíveis de ressarcimento em ações judiciais relacionadas a desvio de função de empregados cedidos.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 002:

“Que o Serpro estabeleça e aplique procedimentos para cobrar os valores, devidamente atualizados, passíveis de ressarcimento em processos trabalhistas, cujo demandante seja empregado cedido e o pedido se refira a desvio de função no órgão cessionário.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, a rotina já criada e implementada.

Providências a serem Implementadas: Aperfeiçoar rotina de checagem de documentação a ser encaminhada ao órgão cessionário.

Prazo de Atendimento: Março de 2013. Situação em 05/10/2012: Já encaminhados desembolsos realizados até o mês de julho de 2012, considerando apenas o exercício de 2012.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 2.1.1.2. Informação (2) 1.1.1.4 do relatório de auditoria CGU 201118389

**Assunto:** Exposição ao risco de contencioso judicial relacionado à Função Comissionada Técnica (FCT) e à Função Comissionada Administrativa (FCA)

**Recomendação Efetuada:** Recomendação 001

“Recomendamos que o Serpro, com vistas a se resguardar de futuras ações judiciais, implemente uma das seguintes ações:

a) revisão do disposto nas normas GP-030/2007 e GP-053/2007 optando por passar a cumprir e fiscalizar o que for disposto nos normativos revisados para as designações de FCA e FCT, principalmente no que se refere a:

- extraordinariedade da atividade desempenhada evitando a concessão das gratificações tanto para o desempenho de atividades ordinárias para a qual os empregados já foram contratados quanto para o desempenho de atividades de outro cargo, buscando-se a fundamentação em critérios objetivos;

- temporariedade da concessão, não sendo razoável que empregados recebam, sem interrupção, indefinidas renovações das designações; e

- necessidade de comprovação posterior da atividade extraordinária realizada;

b) definição da maneira mais adequada de extinguir a FCA e FCT, reestruturando a tabela de remuneração dos empregados; ou

c) outras ações consideradas mais adequadas pela empresa, capazes de resguardá-la de futuras ações judiciais sobre FCA e FCT”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, permanece o grupo de trabalho instituído para tratar o assunto por meio da Decisão Setorial – OE – 001/2012, com data de vigência até 30/12/2012.

Providências a serem Implementadas: Entendemos não existir necessidade de revisão das Normas relativas a FCA/FCT, uma vez que a Empresa cumpre, por ocasião das designações, o disposto nas mesmas. Essa afirmativa é demonstrada pelos resultados que tem sido alcançados pela Empresa, no decorrer do ano de 2012, no Estado do Rio de Janeiro, em muitas ações, que tem modificado o quadro crítico de condenações em desfavor da empresa que se apresentava em 2011. Com esse novo cenário, faz-se necessário um redirecionamento das atividades do Grupo de Trabalho.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Será monitorado após a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 2.1.1.3. Informação (3)

1.1.1.7 do relatório de auditoria CGU 201118389

**Assunto:** Ausência de informações sobre os valores dos alvarás judiciais relativos às ações antigas da empresa

**Recomendação Efetuada:** Recomendação 001:

“Recomendamos que o Serpro realize estudo acerca dos alvarás judiciais, abordando, no mínimo, os seguintes itens:

- listagem dos processos que envolvem alvarás judiciais;

- identificação da situação e dos valores passíveis de levantamento;
- estabelecimento e implementação de um modelo de processo para a gestão e controle dos depósitos e levantamentos; e
- cronograma de execução dos trabalhos para acompanhamento pela auditoria interna da empresa”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, a consultoria jurídica implementou as seguintes rotinas: em relação aos processos ativos: houve a concentração dos levantamentos de alvarás em Brasília, de forma que os advogados das Regionais, de posse dos mesmos, os enviam para a COJUR/CJINF, e essa os encaminha para as instituições bancárias (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) e esses, por fim, depositam os valores devidos, por meio do Convênio mantido com essas instituições financeiras. Em relação aos processos arquivados, foram levantados todos os processos de Brasília com saldos remanescentes no Banco do Brasil, ato contínuo houve o desarquivamento desses processos junto com o pedido de devolução desses saldos aos respectivos juízos.

Providências a serem Implementadas: É necessário o levantamento dos processos arquivados com saldos remanescentes nas demais Regionais do Serpro, ou seja, a mesma rotina implementada em Brasília precisa ser implementada ainda nas Regionais.

Prazo de Atendimento: No mínimo um ano para implementar essa rotina nas Regionais.

Situação em 05/10/2012: Rotina criada e implementada para processos ativos e em vias de implementação para processos já arquivados.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria  
Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 2.1.1.5.

**Assunto:** Baixo desempenho em indicadores relacionados com a atividade de desenvolvimento de sistemas do Serpro, com oportunidade de melhoria.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Que o Serpro, além das ações que já estão em andamento, apresente um conjunto de medidas complementares com objetivo de melhorar a uniformização da produtividade entre os departamentos de desenvolvimento visando o atingimento de suas metas de produtividade, como, por exemplo, a intensificação dos treinamentos formais internos das equipes, a alocação temporária de membros das equipes menos produtivas em projetos nas equipes mais produtivas, tomando as cautelas necessárias para não elevar demasiadamente despesas com diárias e passagens, sem prejuízo das demais medidas que julgar necessárias”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, na tabela constante do relatório final exercício 2011, onde são apresentados os valores de produtividade em Java Demoiselle, Java Web não distribuída e Natural, estão invertidas as metas. As metas de menor valor devem constar na coluna destinada a Sumário, resumido e expresso. Exemplo: java demoiselle, a meta para sumário, resumido e expresso (meta 7,2), ágil e completo (meta 12).

O desenvolvimento está focado em tecnologia Java (Demoiselle, Java e Java Web não distribuído) para novos sistemas mantendo a tecnologia Natural para os sistemas legado que necessitam de manutenção.

Atualmente mais de 60% dos novos projetos em desenvolvimento representa tecnologia Java.

A meta de 12 HH/PF para projetos de escopos ágeis e completos é uma meta desafiadora que estamos buscando através de intensivos treinamentos para capacitação dos desenvolvedores.

A meta de 7,2 HH/PF para projetos de escopo expresso e sumário, na tecnologia Java (Demoiselle, Java e Java Web não distribuído), observamos que apenas 3 departamentos ainda não atingiram esta meta na média mas estão muito próximos, uma vez que 85% dos projetos atenderam a meta.

Para atingir as metas, o plano de capacitação e mentoria está em processo de elaboração e será finalizado em Janeiro/2013.

Quanto à recomendação de alocação temporária de membros das equipes de menor produtividade em projetos nas equipes mais produtivas, será executado dentro do conhecimento dos funcionários nos Sistemas envolvidos.

Providências a serem Implementadas: Elaborar plano de reciclagem e mentoria para as equipes de desenvolvimento.

Prazo de Atendimento: O Plano está em elaboração com início previsto para fevereiro/2013 com aplicação durante todo exercício de 2013.

Situação em 05/10/2012: Em 2012, foram realizadas várias turmas de treinamento em Java Demoiselle, Natural, Java, Processo Ágil de Desenvolvimento, entre outros treinamentos técnicos, que visam o aprimoramento do processo de desenvolvimento e da produtividade em todos os departamentos regionais de desenvolvimento.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria  
Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 3.1.1.1.

**Assunto:** Utilização de imóveis pelo Serpro sem o devido alvará de utilização (habite-se), ou com a falta de regularidade desta documentação.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Recomendamos que o Serpro providencie a regularização da situação dos alvarás de utilização (habite-se) dos imóveis que ocupa e passe a prever em suas rotinas a necessidade da regularidade desta documentação como condição para ocupação de cada novo imóvel”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, com relação aos imóveis atuais, próprios ou alugados, estamos envidando esforços no sentido de buscar a regularização de eventuais irregularidades. Rotineiramente, a cada 06 (seis) meses, solicitamos novo posicionamento da Municipalidade, da qual, com raras exceções, dependemos de especial boa vontade.

Providências a serem Implementadas: Determinação de novas regras a serem seguidas por meio de Norma Interna.

Prazo de Atendimento: Até 30/04/2013. Novo prazo informado pela SUPGL mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47, de 10/01/2013.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria  
Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 3.1.1.3.

**Assunto:** Assinatura de contrato de locação de imóveis de terceiros com cláusula que fere o princípio da indisponibilidade do interesse público.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Que o Serpro adeque seus contratos de locação de imóveis de terceiros ao interesse público, de acordo com os ditames art. 35 da Lei 8.245/91, estabelecendo que as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, sejam indenizáveis.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, o Serpro está efetuando levantamento de todos os contratos de locação para posterior alteração mediante Termo Aditivo, se for o caso. Até o momento, foi identificado apenas o contrato de locação do prédio de Belém, firmado com o Instituto Serpros, como passível de alteração.

Providências a serem Implementadas: Alteração contratual mediante Termo Aditivo.

Prazo de Atendimento: Até 30/04/2013. Novo prazo informado pela SUPGL mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47, de 10/01/2013.

Situação em 05/10/2012: Procedendo ao levantamento e identificação dos contratos de locação no sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos Digitais - GEDIG.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria  
Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 3.1.1.3.

**Assunto:** Assinatura de contrato de locação de imóveis de terceiros com cláusula que fere o princípio da indisponibilidade do interesse público.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 002: “revise seus normativos internos relacionados ao processo de contratação, orientando ao gestor sobre os seguintes aspectos, sempre que for realizar benfeitorias em imóveis de terceiros:

- realize análise prévia da economicidade da contratação da reforma, da capacidade dos benefícios futuros decorrentes da contratação de forma a compensar os seus custos e a demonstração de ser a alternativa escolhida a que traz o melhor resultado de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e patrimoniais em um dado cenário (custo/benefício); e
- providencie a formalização, por meio de documento próprio, do consentimento prévio do locador quanto às benfeitorias úteis realizadas no imóvel, com vistas a cumprir o disposto no art. 23, inc. VI, da Lei 8.245/91 e assegurar o direito a indenização ou retenção previstos no art. 35 da referida Lei.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, o Serpro está efetuando revisão dos Normativos internos. A respeito da compensação de custos, desde já, alertamos que o Serpro demanda instalações diferenciadas, com necessidade de investimentos significativos em ambientes de nó de redes e energia elétrica que, independentemente do local avaliado, são necessários ao funcionamento do Serpro.

Providências a serem Implementadas: Alterar as Normas, em especial com base na Lei 8245/91.

Prazo de Atendimento: Até 15/03/2013. Novo prazo informado pela SUPGL, mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47, de 10/01/2013.

Situação em 05/10/2012: Realizando nova edição das Normas.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 4.1.1.1. Informação (8) 1.1.1.2 do relatório de auditoria CGU 201118388.

**Assunto:** Inconsistência nos registros existentes no SIAPE, referentes aos empregados cedidos do Serpro.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Que o Serpro atualize as informações no SIAPE, referentes aos empregados cedidos, criando procedimento que permita a constante atualização, de forma que as informações contidas no SIAPE sejam fidedignas e equivalentes às do SGP”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, foi constatada a necessidade de permanente atualização dos dados cadastrais no SGP e no SIAPE. Providências a serem Implementadas: A Superintendência de Gestão de Pessoas – SUPGP está realizando trabalho de acompanhamento das atualizações cadastrais.

Prazo de Atendimento: 30/06/2013

Situação em 05/10/2012: Continuidade das ações de atualização de dados cadastrais.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 4.1.1.2. Informação (9) 1.1.1.5 do relatório de auditoria CGU 201118388

**Assunto:** Necessidades de melhorias nos controles referentes ao desvio de função de empregados cedidos.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Recomendamos que o Serpro revise seus normativos internos, com vistas a estabelecer a obrigatoriedade de que:

- a) no momento da cessão do empregado, seja assinado um termo de compromisso, pela chefia imediata do órgão cessionário e pelo empregado, estabelecendo que o empregado exercerá apenas as funções referentes ao cargo que ocupa;
- b) para a aprovação da prorrogação das cessões, seja apresentado um relatório resumido das atividades exercidas pelo empregado cedido, contendo manifestação da chefia imediata e do empregado de que não houve desvio de função naquele período;
- c) para as cessões em que não é necessária a prorrogação anual da cessão, seja encaminhado ao Serpro relatório anual resumido das atividades exercidas pelo empregado cedido, contendo manifestação da chefia imediata e do empregado de que não houve desvio de função naquele período, que será avaliado pela SUPGP;
- d) quando do retorno do empregado à empresa, seja encaminhado um relatório resumido das atividades exercidas pelo empregado cedido a partir do último relatório anual, contendo manifestação da chefia imediata e do empregado de que não houve desvio de função.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, o Serpro informou que reconhece a necessidade de implementar ações que contemplem a recomendação.

Providências a serem Implementadas: Estamos providenciando revisão do normativo interno contendo a obrigatoriedade do termo de compromisso com a revisão da Norma GP/035 – Cessão de Empregados e oficiamos aos órgãos cessionários enviando termo de compromisso.

Prazo de Atendimento: 30/06/2013

Situação em 05/10/2012: Revisão da norma de cessão, minuta em elaboração e cientificados por ofício os órgãos cessionários com envio de termo de compromisso.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 4.1.1.3. Informação (23)

**Assunto:** Necessidades de melhorias nos controles referentes à verificação do cometimento de irregularidade por empregado cedido.

**Recomendação Efetuada:**

Recomendação 001: “Recomendamos que o Serpro revise seus normativos internos, com vistas a estabelecer a obrigatoriedade de que:

- no momento da cessão do empregado, seja assinado um termo de compromisso, pela chefia imediata do órgão cessionário, estabelecendo que o órgão cessionário se responsabiliza pela apuração dos fatos, caso ocorra algum indicio de infração no período da cessão, e encaminhe os resultados dessa apuração ao Serpro para aplicação das eventuais penalidades;
- para a aprovação da prorrogação das cessões, seja apresentada manifestação da chefia imediata de que não houve nenhum indicio de cometimento de infração pelo empregado naquele período;
- para as cessões em que não é necessária a prorrogação anual da cessão, seja apresentada à SUPGP manifestação anual da chefia imediata de que não houve nenhum indicio de cometimento de infração pelo empregado naquele período;
- quando do retorno do empregado à empresa, seja apresentada à SUPGP manifestação da chefia imediata de que não houve nenhum indicio de cometimento de infração pelo empregado a partir da última manifestação, ou seja, apresentado o processo apuratório realizado, para o caso de indícios de cometimento de infração”.

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, o Serpro informou que reconhece a necessidade de revisão dos normativos internos.

Providências a serem Implementadas: Estamos providenciando a alteração da Norma GP/035 – Cessão de empregados, contemplando a recomendação.

Prazo de Atendimento: 30/06/2013

Situação em 05/10/2012: Em elaboração a minuta de alteração da Norma GP/035 – Cessão de Empregados.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** O monitoramento será realizado quando as providências forem concluídas.

**Documento:** Relatório de Auditoria Anual de Contas - nº 201203853 – Achados de Auditoria Auditoria de gestão feita pela CGU no Serpro, exercício 2011.

**Item do Documento:** 4.2.1.1.

**Assunto:** Falta de efetividade nos controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas no momento da destituição de função exigida pela Lei 8.730/93.

**Recomendação Efetuada:** Recomendação 001

“Que o Serpro revise os normativos internos buscando dotá-los de mecanismos mais eficazes de informação, conscientização e cobrança dos empregados da empresa na obrigatoriedade da entrega da declaração de bens e rendas no momento da destituição de função ou desligamento do Serpro.”

**Providência(s) Informada(s) pela Unidade:**

Mediante Ofício DP – 036192/2012, de 09/11/2012, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC/CGU-PR, em atendimento ao Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, o Plano de Providências elaborado pelo Serpro.

Conforme informado no respectivo plano, constatada essa situação o Serpro providenciou a alteração do normativo interno que regulamenta o assunto.

A Norma GP/003 – versão 9, foi alterada em 10/09/2012 contemplando a recomendação.

**Avaliação quanto ao cumprimento:** Parcial

**Monitoramento pela Auditoria Interna:** Monitoramento será realizado no exercício 2013.

## 10.2 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna e o tratamento de recomendações por ela expedidas

### a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da Unidade

A Auditoria-Geral situa-se, no organograma do SERPRO, como órgão de assessoramento ao Conselho Diretor, ficando vinculada a esse Conselho com encargos e atribuições fixados na legislação pertinente, cujo titular é escolhido dentre empregados do SERPRO, por indicação do Diretor Presidente, com aprovação do Conselho Diretor e Controladoria-Geral da União.

1. Denominação: Auditoria-Geral - Sigla: AUDIG/CD

2. Criação do Órgão: Deliberação nº 05, de 30/03/1971, do Conselho Diretor.

3. Vinculação Interna: Conselho Diretor – Art. 16 do Decreto 6.791/2009, de 10/03/2009, e Resolução OE – 019/2012, de 01/09/2012, do Diretor-Presidente.

4. Vinculação Externa: Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal – Art. 15 do Decreto 3.591/2000, de 06/09/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16/07/2002 e acrescentado pelo Decreto nº 4.440 de 25/10/2002. Para administrar as atividades, face à missão institucional e atividades complementares fixadas em legislação pertinentes, a Auditoria-Geral está estruturada conforme diagrama a seguir.



Área/força de trabalho	Auditor Geral	Coordenador	Analista	Auxiliar	Total
Auditor-Geral	1	-	-	-	1
COAAF	-	1	2	-	3
COAPE	-	1	4	-	5
COALF	-	1	6	-	7
COATI	-	1	6	-	7
COARJ	-	1	5	1	7
COASP	-	1	7	1	9
Total	1	6	30	2	39

## b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

### Auditoria de Demonstrações Contábeis:

#### 1) Designação GF-DC/0001/2012

Objetivo: Realizar auditoria nas Demonstrações Contábeis, na área de Gestão Financeira, relativas ao encerramento do exercício de 2011.

#### Principais constatações:

- Recomendação nº 001 – Diretoria de Relacionamento com Clientes - DIRCL

Achado: Concessão de descontos incondicionais (aqueles não previstos em contrato) sem o cumprimento dos procedimentos previstos na Norma GF 023, versão 01.

- Recomendação nº 002 – Diretoria de Administração - DIRAD

Achado: Fragilidades referentes ao Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, pela falta de relatórios estruturados e tempestivos que pudessem suportar os registros efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

- Recomendação nº 003 – Diretoria de Administração DIRAD

Achado: Fragilidades no Sistema Integrado de Patrimônio e Estoque – SIPES, especificamente quanto à ausência de informações fidedignas e tempestivas, que assegurassem a confiabilidade dos registros contábeis, permitindo o confronto dos saldos registrados no SIAFI nas contas de Bens Móveis e Depreciação do Ativo Imobilizado.

- Recomendação nº 004 – Diretoria de Gestão Empresarial - DIGEM

Achado: Fragilidades no Sistema de Administração da Receita do Serpro - SIARE, bem como dos controles internos afetos ao processo de faturas a receber, de forma a se obter informações com razoável segurança para tomada de decisão por parte dos gestores.

## **Auditoria de Acompanhamento em Gestão de Pessoas:**

### **1) Designação GP-AC/0001/2012**

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Pessoas com enfoque no subprocesso Operacionalizar Condições de Trabalho e Benefícios, com ênfase nas atividades de Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT, Programa de Vale-Transporte, Planos de Saúde e Odontológico, Auxílio-Creche/Escolar e Auxílio a Filho Deficiente.

#### **Principais constatações:**

- Recomendação nº 001

Achado: Ausência de padronização e formalização dos procedimentos de controle em Órgãos Locais de Gestão de Pessoas;

- Recomendação nº 002

Achado: deficiência nos controles internos relativos aos empregados participantes do Plano de Saúde - PAS SERPRO que encontram-se afastados para tratamento de saúde;

Achados sem Recomendação

- Carência de capacitação adequada para a execução de algumas atividades nos processos examinados que refletem na qualidade dos resultados (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza);

- Ausência de uma sistemática de avaliação de risco, apenas ações isoladas que visam a melhoria dos controles;

- Ausência de definição formal sobre a necessidade de monitoramento sistemático dos controles existentes em cada unidade.

### **2) Designação GP-AC/0002/2012**

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Pessoas com enfoque no subprocesso Operacionalizar Relações do Trabalho, relativo a "Folha de Pagamento", excetuando-se as rotinas sobre encargos trabalhistas, rescisões contratuais e emissão de relatórios (SIAFI, CAGED, SERPROS, SEFIP e CASSI).

#### **Principais constatações:**

- Recomendação nº 01

Achado: Ausência de registro/mapeamento dos procedimentos relativos as etapas da folha de pagamento, por meio da ferramenta de modelagem de processos - ORYX, para todos os Órgãos envolvidos com o processamento da Folha de Pagamento;

Achados sem recomendação:

- Cálculos incorretos relativos a pagamentos sobre o assunto "Transferência de Empregados" e "Remuneração de Substituto";

- Necessidade de revisão dos procedimentos relativos ao cálculo do terço constitucional das férias (art. 7 CF) nas situações em há conversão de dias de férias em pecúnia, considerando novo Acórdão do TST;

- Necessidade de publicação das normas que disciplinam os procedimentos sobre "Jornada de Trabalho" e "Prorrogação da Jornada de Trabalho";

- Ausência de uma sistemática de avaliação de risco para o subprocesso "Folha de Pagamento";

- Ausência de definição formal sobre a necessidade de monitoramento sistemático dos controles da "Folha de Pagamento", existentes na SEDE e Unidades;

- Necessidade de avaliar os procedimentos relativos a indenização de horas extras e implantar rotina para pagamento de indenização de sobreaviso, considerando a nova redação da Súmula TST 291.

### **3) Designação GP-AC/0003/2012**

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Pessoas com enfoque no subprocesso Operacionalizar Gestão de Carreiras, considerando as seguintes atividades:

- Gerenciar quadro de pessoal, realizando concurso público e recrutamento interno.

- Gerenciar o encareiramento profissional, realizando os eventos de promoção por mérito, promoção por tempo de serviço, reclassificação e recomposição previstos nos planos RARH2 (Regulamento de Gestão de Recursos Humanos) e PGCS (Plano de Gestão de Cargos e Salários).

- Gerenciar o processo de avaliação, realizando avaliação de acompanhamento e gerenciamento de desempenho dos empregados do SERPRO, por meio do Sistema de Avaliação de Acompanhamento - AcompanhaWeb e do Sistema de Gerenciamento de Desempenho - SGDES, respectivamente.

#### **Principais constatações:**

- Ocorrência nº 01

Achado: Item do edital de julho/2012 - RARH2 que trata do Processo de Promoção por Tempo de Serviço está em desacordo com o item do RARH2, que especifica que a modalidade Promoção Por Tempo de Serviço se dá em função

do resultado da avaliação funcional.

- Ocorrência nº 02

Achado: Procedimentos sobre a composição da Folha de Pagamento, para definição das verbas a serem utilizadas em promoções por mérito e por tempo de serviço, relativos as rubricas "FGTS" e "Contribuição Patronal" realizados em desacordo ao estabelecido pela legislação vigente;

- Nota de Auditoria nº 053

Achado: Ausência dos Documentos de Atribuições e Competências - DACs relativos aos Órgãos Locais de Gestão de Pessoas - OLGP (Regionais), desde 01/07/2012, data de vigência da Decisão de Diretoria OE - 120/2012, que altera a estrutura orgânica da Superintendência de Pessoas - SUPGP.

- Na Avaliação de Desempenho (Sistema GDES) e de Acompanhamento dos empregados recém admitidos (Sistema AcompanhaWeb), 26 empregados deixaram de ser avaliados por resultado e 05 por competência e 196 empregados, admitidos entre janeiro e agosto de 2012, 70 deixaram de ser avaliados em pelo menos uma etapa do processo.

### **Auditoria de Acompanhamento em Gestão Logística:**

#### **1) Designação GL-AC/0003/2012**

Objetivo: Realizar auditoria nos Processos Organizacionais com enfoque nos subprocessos Executar Serviços Gerais e Operacionalizar Obras e Instalações Prediais, objetivando verificar os controles internos e a operacionalização das atividades, relativas à Infraestrutura de Instalações, com enfoque no subprocesso Projetos e Obras de Engenharia; e Facilidades, com enfoque no subprocesso Transporte de Correspondências, considerando os princípios da eficiência, eficácia e efetividade.

#### **Principais constatações:**

- Recomendação nº 001/Ocorrência nº 002 – Superintendência de Logística/São Paulo - SUPGL/GLSPO

Achado: Incompatibilidade entre o atestado e o faturado; ausência de previsão contratual de cronograma físico-financeiro, com número de parcelas suficientes para compatibilizar as etapas de execução dos serviços com os valores para pagamento.

### **Auditoria de Acompanhamento em Gestão de Tecnologia da Informação:**

#### **1) Designação TI-AC/0001/2012**

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Redes com enfoque no subprocesso Gerenciar Rede LAN.

#### **Principais constatações:**

- Recomendação nº 001/Ocorrência nº 001 – Superintendência de Relacionamento com Clientes – Administração Tributária e Comércio Exterior - SUNAC/ACISE

Achado: Não conformidade acerca dos acordos de nível operacional (ANO) firmados entre a SUNAC e as unidades organizacionais do SERPRO no que tange dois aspectos - renovação dos contratos existentes; inexistência de ANO e/ou cláusulas específicas que caberiam ao atendimento do Acordo de Nível de Serviços (ANS) firmado com a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

- Recomendação nº 001 - Superintendência de Relacionamento com Clientes – Administração Tributária e Comércio Exterior - SUNAC

Achado: Presença de equipamentos no ambiente de Rede Local do Órgão Central do cliente RFB, cuja natureza, porte, complexidade e quantidade podem exigir níveis de serviços incompatíveis com aqueles constantes nas cláusulas contratuais vigentes.

Achados sem recomendação:

- Os documentos que abordam o mapeamento do conjunto de atividades que compõem o subprocesso de Monitoração de Rede LAN não se encontram modelados de acordo com a notação formal adotada pelo SERPRO;

- Não foram apresentadas evidências da realização do plano de capacitação e desenvolvimento do corpo técnico e sua efetiva realização na Superintendência de Produtos e Serviços – Operações – SUPOP/OPGPS.

#### **2) Designação TI-AC/0002/2012**

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Operações com enfoque no subprocesso Gerenciar Configuração e Gerenciar Liberação,

#### **Principais constatações:**

- Recomendação nº 001

Achado: Inexistência de controles que assegurem a adequada gestão dos dispositivos de armazenamento (tokens) nos certificados emitidos pelas Autoridades de Registro aos empregados do SERPRO. Tal situação implica em riscos à segurança da informação, haja vista que um empregado pode desligar-se da empresa e continuar de posse de

certificado digital emitido pelo SERPRO voltado ao uso exclusivo às atividades laborais da empresa.

- Recomendação nº 001/Ocorrência nº 003

Achado: Inexistência da disciplina de gestão corporativa de configuração, de acordo com o proposto no Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS). A falta de controles associados à disciplina em questão aumenta o risco de indisponibilidade dos ativos de Tecnologia da Informação sob a responsabilidade do SERPRO e, como consequência última, pode culminar com a indisponibilidade dos serviços prestados pelo SERPRO a seus clientes.

- Recomendação nº 001/Ocorrência nº 007

Achado: Lacunas no processo organizacional que trata do controle de liberação de licenças de softwares para as estações de trabalho do SERPRO. A situação ora apontada pode implicar no descumprimento do Art. 9º da Lei nº 9.609/98, a qual dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no território Brasileiro e, por conseguinte, pode sujeitar os infratores às sanções penais previstas no Art. 12º do referido dispositivo legal.

### 3) Designação TI-AC/0003/2012

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Suporte ao Desenvolvimento com enfoque nos subprocessos Internalizar e Promover Soluções e Manter e Suportar Soluções.

#### Principais constatações:

Achados sem recomendação:

- Em relação ao controle interno da unidade, ausência do diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos da Superintendência de Suporte à Tecnologia - SUPST e da sistemática para avaliação do controle interno, com o intuito de que este contribua para a melhoria contínua do seu desempenho;
- No Processo de Suporte Tecnológico (PROSUTE), ausência de atividades de valor agregado e quaisquer interações com outros processos da Empresa, afetos ao provimento de sistemas e/ou soluções de tecnologia;
- No Processo de Suporte Tecnológico (PROSUTE), ausência de normatização, tal qual ocorre com o Processo de Ciclo de Vida Tecnológico (PCVTIC), por meio da Norma TC 001, com primeira versão assinada em 20/12/2010.

### 4) Designação TI-AC/0004/2012

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Redes com enfoque no subprocesso “Gerenciar Rede Corporativa”.

#### Principais constatações:

Achados sem recomendação:

- Durante as análises realizadas sob esta Designação, constatou-se que o processo "Gerenciar Rede Corporativa" da Superintendência de Produtos e Serviços - Operações (SUPOP), bem como os subprocessos que o compõe, não se encontra publicado na ferramenta de modelagem de processos (Oryx). Tal fato prejudica o andamento das análises realizadas pela equipe de auditoria, uma vez que os pontos de controle não se encontram claramente estabelecidos;
- Constatou-se a inexistência de processo sistematizado para controle de inventário de hardware e software dos servidores físicos sob responsabilidade da Superintendência de Operações no âmbito do SERPRO. Uma vez que a Instrução Normativa Complementar nº 10, publicada pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), órgão ligado à Presidência da República, estabelece diretrizes para este processo que devem ser seguidas por todos os órgãos e entidades da APF.

Recomendação nº 001:

- Foram constatadas divergências quanto à situação das contas de acesso de empregados do SERPRO à Rede Corporativa, acarretando vulnerabilidade no controle de acesso aos sistemas corporativos. Foi recomendada à Superintendência de Pessoas - SUPGP que reavalie as rotinas automatizadas que alimentam a ferramenta de Gestão de Identidade e Controle de Acesso Lógico e que proceda à completa revisão da Norma GP-013, alinhando as atividades comuns entre ela e a versão 01 da Norma SG-018, que trata da Gestão de Identidade e Controle de Acesso lógico.

### 5) Designação TI-AC/0005/2012

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão de Certificado Digital com enfoque nos subprocessos “Gerenciar Certificação Digital” e “Gerenciar Autoridade de Registro”, sob responsabilidade do Centro de Certificação Digital – CCD.

#### Principais constatações:

- Recomendação nº 001 – Superintendência de Logística/Rio de Janeiro - SUPGL/GLRJO

Achado: De 37 Carteiras de Trabalho dos vigilantes que prestavam serviços na Regional Rio de Janeiro, 10

demonstraram que, por um período de 6 (seis) meses, esses vigilantes deixaram de ter vínculo empregatício com a Contratada, apesar da Contratada os designar no período em referência para a prestação dos serviços na Regional em questão.

- Recomendação nº 001/Ocorrência nº 003 – Superintendência de Produtos e Serviços – Operações - SUPOP/OPRJO/OPOCD

Achado: Ponto cego no ambiente de nível 4 do Centro de Certificação Digital, impedindo sua completa visualização.

- Recomendação nº 001/Ocorrência nº 006 – Superintendência de Produtos e Serviços – Operações - SUPOP/OPRJO/OPOCD

Achado: Compartilhamento de usuários distintos, com perfis, papéis e responsabilidades específicas, utilizando o mesmo par de senhas.

## Auditoria de Acompanhamento em Gestão Empresarial

### 1) Designação GE-AC/0001/2012

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Planejamento Estratégico com enfoque no subprocesso Elaborar e Monitorar o Planejamento Estratégico, abrangendo as atividades de Planejar e Desdobrar a Estratégia, Monitorar e Controlar a Estratégia e Encerrar o Ciclo Estratégico; cumprimento das 18 metas definidas no Planejamento Estratégico 2012; análise dos resultados alcançados e indicadores de desempenho utilizados.

#### Principais constatações:

- Recomendação 6.1 – Trata da avaliação por parte dos responsáveis pela definição de indicadores no sentido de estabelecer metas para todos os indicadores, objetivando determinar um resultado a ser alcançado e não somente o acompanhamento destes por meio de métricas;

- Recomendação 6.2 - Trata da necessidade do registro do mapeamento dos processos relativos ao Planejamento Estratégico na ferramenta ORYX, adotada pela Empresa, nos termos da Decisão de Diretoria - DD GE 073/2010, que trata do Modelo de Governança do SERPRO;

- Recomendação 6.5 - Trata sobre orientação no sentido de, quando da definição dos indicadores, observar os princípios estabelecidos pela IN – CGU/SFC Nº 01, de 03/01/2007, quais sejam, qualidade, confiabilidade, representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade e estabilidade.

- Recomendação 6.6 - Trata sobre a avaliação, por parte da Diretoria, dos fatos que contribuíram para o não atingimento de algumas metas estratégicas e de sustentabilidade da Empresa, bem como utilização dessas informações para melhorias nos próximos ciclos de planejamento, caso estes indicadores sejam novamente contemplados.

### c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

As ocorrências e recomendações, frutos de impropriedades ou irregularidades, foram enviadas às áreas auditadas, com o objetivo dos gestores justificarem e regularizarem os atos e fatos apontados, adotarem melhorias nos seus processos internos e/ou adequarem-se às normas e legislações pertinentes.

Os quadros abaixo demonstram a quantidade de ocorrências e recomendações direcionadas aos gestores responsáveis, todas registradas no SISAUD (Sistema Integrado Serpro de Auditoria) em 2012.

Ocorrências emitidas em 2012				
Área	Ocorrências	Aceitas	Aceitas c/ restrição	Não Aceitas
Gestão de Pessoas	27	16	10	1
Gestão Orçamentária e Financeira	11	9	2	0
Gestão Logística	19	10	9	0
Gestão Empresarial	0	0	0	0
Gestão de Tecnologia da Informação	32	20	6	6
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>55</b>	<b>27</b>	<b>7</b>

Fonte: SISAUD - Sistema Integrado Serpro de Auditoria.

O percentual de ocorrências aceitas foi 62%. Somando-se este número ao percentual das ocorrências aceitas com restrição, tendo em vista que a maioria das restrições foi somente para acompanhamento e apresentação da documentação ou dados solicitados, obtém-se percentual de 92% sob o total de ocorrências, o que demonstra alto grau

de efetividade dos trabalhos de auditoria.

Recomendações emitidas em 2012				
Área	Recomendações	Aceitas	Aceitas c/ restrição	Não Aceitas
Gestão de Pessoas	5	1	4	0
Gestão Orçamentária e Financeira	4	1	3	0
Gestão Logística	1	1	0	0
Gestão Empresarial	6	6	0	0
Gestão de Tecnologia da Informação	10	1	7	2
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>2</b>
Fonte: SISAUD - Sistema Integrado Serpro de Auditoria.				

O percentual de recomendações aceitas foi de aproximadamente 38%. Somando-se este número ao percentual das recomendações aceitas com restrição, tendo em vista que a maioria das restrições foi somente para acompanhamento e apresentação da documentação ou dados solicitados, obtém-se percentual de 92% sob o total de recomendações, o que demonstra alto grau de efetividade dos trabalhos de auditoria.

A Auditoria orienta as áreas auditadas no sentido de utilizarem o SISAUD, com toda a sua memória e base histórica de ocorrências e recomendações anteriores, como instrumento de gestão empresarial, consubstanciando-se esta prática em indicadores de melhorias internas.

#### **d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna**

As ocorrências e recomendações, quando respondidas pelos gestores, são analisadas pelos auditores que, ao avaliá-las, formam sua opinião, optando pelas seguintes alternativas:

**Aceitar** - quando a justificativa/resposta da ocorrência/recomendação atende plenamente a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados, não restando nenhuma dúvida quanto às medidas tomadas para regularização.

**Aceitar com restrição** - quando a justificativa da ocorrência/recomendação atende, em parte, a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados ou cuja justificativa apresenta prazos a serem tomados para regularização. Sempre que a providência informada pelo gestor para atender uma ocorrência/recomendação apresentar fatos que não podem ser checados dentro do período de auditoria, tal ocorrência/recomendação deve ser Aceita com Restrição e colocada em acompanhamento no sistema SISAUD, com o estabelecimento obrigatório de prazos para a adoção das providências e só podem ser retiradas desse estado quando o assunto for devidamente sanado e certificado pela Auditoria. Quando a certificação ocorrer ainda dentro do período de auditoria, isso deve ficar claro no relatório, a partir da utilização do campo “motivo”, a ser preenchido quando da análise da justificativa do gestor.

**Não aceitar** - quando a justificativa da ocorrência/recomendação não atende de forma alguma a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados na ocorrência/recomendação.

Quando a ocorrência não é aceita, tal fato enseja a elaboração de recomendação que deve ser direcionada ao órgão imediatamente superior àquele cuja ocorrência foi anteriormente enviada para apresentar a providência adotada para regularização do ato ou fato objeto da recomendação.

Quando a recomendação não é aceita, a Auditoria Interna solicita ao superior da área auditada que o mesmo adote providências cabíveis ao fato apontado e registra o ocorrido no relatório final.

Ao final de cada trabalho de auditoria, o respectivo relatório é disponibilizado para a área auditada, via Sistema Integrado Serpro de Auditoria – SISAUD, e é realizada uma reunião de encerramento dos trabalhos com o Diretor e Superintendente da Unidade Auditada para apresentação do Relatório Final de Auditoria.

Ao final de cada quadrimestre, a Auditoria Interna emite um relatório das ocorrências e recomendações, a ser encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, que se encontram em acompanhamento no follow up do SISAUD e, caso haja necessidade, há uma interação com os gestores para atendimento/atualização do que fora informado.

Independentemente da existência de recomendações, todos os relatórios da Auditoria-Geral são enviados ao Conselho Fiscal, quando da conclusão dos trabalhos de auditoria.

Quadrimestralmente também são apresentados os principais achados de auditoria para o Conselho Diretor.

**e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna**

A Auditoria-Geral utiliza-se do SISAUD - Sistema Integrado SERPRO de Auditoria para realizar monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna. A Sistemática de acompanhamento encontra-se descrita nos seguintes documentos:

**1) Manual de Auditoria** – Diretrizes e Normas: elaborado com o objetivo de servir de instrumento orientador e normatizador, quanto ao cumprimento da missão institucional da Auditoria-Geral, consoante às diretrizes, aos princípios, aos conceitos, às normas e às técnicas que norteiam as ações de controle do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as melhores práticas do Tribunal de Contas da União (TCU), facilitando ao mesmo tempo o conhecimento da unidade pelos empregados que nela ingressarem.

**2) Mapeamento de Processo ORYX:** com o intuito de alinhar-se as práticas de governança por processos e ao disposto na Decisão de Diretoria – GE – 073/2010, que estabeleceu o modelo de Governança de Processos do Serpro, esta Audig realizou, em 2012, o mapeamento de seus processos: Atender aos Órgãos de Fiscalização e Controle – Externo/Interno e Realizar Auditoria. Esse mapeamento encontra-se disponível a todos os empregados através da publicação no Portfólio e Ferramenta de Modelagem de Processos (Oryx) e permite uma visão ampla do fluxo de trabalho adotado e o entendimento da relação da Audig com as demais áreas da Empresa e com os Órgãos de Fiscalização e Controle.

O SISAUD - Sistema Integrado SERPRO de Auditoria é um sistema informatizado, que contempla as atividades dos trabalhos de auditoria, desde a abertura da designação, emissão de SA's, Ocorrências, Recomendações, respectivas respostas dos gestores, encerramento do trabalho, até monitoramento das ocorrências e recomendações pendentes de providências a serem adotadas, bem como certificadas.

Quando as ocorrências e recomendações são “aceitas com restrição” e, conseqüentemente, colocadas em acompanhamento no *follow up* do SISAUD, há o monitoramento da adoção das providências e cumprimento dos prazos informados pelos gestores para o pleno atendimento das respectivas ocorrências/recomendações e só são retiradas do acompanhamento quando o assunto é devidamente sanado pela área auditada e certificado pela Auditoria. Conforme disposto no Manual de Auditoria – Diretrizes e Normas, os Coordenadores da Auditoria Interna devem fazer gestão junto à área auditada para que as pendências de ocorrências e recomendações não ultrapassem 2 (dois) anos de prazo para solucionar o fato detectado. Caso isso ocorra, ao final desses 2 (dois) anos, o Auditor-Geral comunicará o fato à Diretoria responsável pelo assunto tratado, solicitando providências.

E, quando a recomendação não é aceita, a Auditoria Interna solicita ao superior da área auditada que o mesmo adote providências cabíveis ao fato apontado e registra o ocorrido no relatório final.

**f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações**

Conforme fluxo estabelecido no Manual de Auditoria – Diretrizes e Normas, após o encerramento de cada trabalho de auditoria, o Relatório Final de Auditoria é disponibilizado para a área auditada, via Sistema Integrado Serpro de Auditoria – SISAUD, e é realizada uma reunião de encerramento dos trabalhos com o Diretor e Superintendente da Unidade Auditada.

**g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho Diretor e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna**

Conforme explicitado anteriormente, após o encerramento de cada trabalho de auditoria, o Relatório Final de Auditoria é disponibilizado para a área auditada, via Sistema Integrado Serpro de Auditoria – SISAUD, e é realizada uma reunião de encerramento dos trabalhos com o Diretor e Superintendente da Unidade Auditada.

Independentemente da existência de recomendações, todos os relatórios da Auditoria-Geral são enviados ao Conselho Fiscal, quando da conclusão dos trabalhos de auditoria.

Quadrimestralmente, também, são apresentados os principais achados de auditoria ao Conselho Diretor.

### 10.3 Informações Declaração IRPF

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
1. Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR		N / A	
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
2. Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR		N / A	
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
3. Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	1.107
	Entregaram a DBR	-	-	1.107
	Não cumpriram a obrigação	-	-	0

Fonte: InfoGP – Dez/2012

#### 10.3.1 Informações complementares ao acompanhamento da entrega das declarações

O assunto é regulamentado pela Norma GP/003 - Declaração de Bens e Rendas, Autorização de Acesso, Imposto de Renda, que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a entrega da DBR ou da Autorização de Acesso pelos empregados, bem como os procedimentos de arquivamento.

Adicionalmente existem controles internos, que permitem o monitoramento dos empregados que autorizaram o acesso à DBR por meio de assinatura de Termo de Autorização e dos que entregaram a Declaração de Bens e Renda.

### 10.4 Registro Sistema SICONV E SIASG

#### DECLARAÇÃO

Eu, LUIZ CLÁUDIO REIS TURBAY, CPF nº 225.957.591-91, Superintendente, exercido na Superintendência de Aquisições e Contratos (SUPGA), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema HISAQ - Histórico de Aquisições, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.645, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Destaque-se o teor do Ofício de Comunicação nº 67/2012 – TCU/SECEX-8, de 11/01/2012, relativo ao Item 9.4 do Acórdão TCU nº 3.304/2011-Plenário, que determina que a partir de 1º de janeiro de 2012, o SERPRO registre e operacionalize obrigatoriamente os atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres diretamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme determinado pelo Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, que dispõe em seu art. 94 que as funcionalidades do Siconv deverão estar implementadas no sistema até o dia 01 de julho de 2012.

Ressalte, por oportuno, que durante a realização de treinamento sobre Convênios Públicos e Portal de Convênios do Governo Federal, no mês de maio de 2012, foram obtidos esclarecimentos técnicos junto ao Instrutor, chegando-se ao entendimento de não ser pertinente ao SERPRO firmar Convênios e, em consequência, registrá-los no SICONV, em razão de que o instrumento próprio e pertinente a ser firmado é o TERMO DE COOPERAÇÃO, sendo previsto que o Siconv futuramente o inclua para registro e acompanhamento, entre as modalidades hoje abrigadas pelo Sistema, que são o convênio, o termo de parceria e o contrato de repasse.

Assim, a legislação está adiantada à real capacidade do Siconv, sendo seu uso, independentemente da existência de data-limite formal, vinculada a sua atualização, sujeita a investimento adicional do MPOG, desenvolvimento do produto pelo SERPRO, homologação do cliente e disponibilização aos usuários, condições essas que fogem à vontade do SERPRO.

Desta forma, a partir de então, o SERPRO passou a firmar TERMO DE COOPERAÇÃO, que não pode ser registrado no Siconv, pois inexistente a funcionalidade necessária. Diante da indisponibilidade do módulo de registro de Termos de Cooperação, no SICONV, não há como alinhar a Norma à legislação adiantada e assim atender aos órgãos de controle, conforme comunicado à Auditoria do SERPRO (AUDIG) em atendimento ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108703.

Brasília, 28 de dezembro de 2012.

## 11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 1 Composição Acionária

2010	2011	2012
R\$617.354.829,23	R\$ 801.354.829,23	R\$ 867.354.829,23

### 2 Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis

O Serpro é uma empresa pública unipessoal, constituída com capital exclusivo da União, nos termos do inciso II do art. 5º do Decreto-Lei nº 200/67, ficando, portanto, desobrigado de apresentar, em suas contas anuais, o Parecer de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis, considerando que não há expressa previsão legal ou estatutária, nos termos do Acórdão nº 419/2010 – Plenário, exarado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 26/11/2012, (cf. Ata da 11ª Reunião Ordinária), o Conselho Diretor do Serpro deliberou pela contratação de empresa de auditoria independente para auditar as demonstrações contábeis, “destacando-se complexidade e dimensão do Serpro, a prudência do ato de contratar uma auditoria externa, a segurança do processo, a tradição de se ter essa avaliação externa, o benefício e o custo envolvido, boa prática do mercado e outros”, e determinou, na mesma reunião, a inclusão no Estatuto do Serpro de dispositivo prevendo de forma expressa esse tipo de auditoria, conforme dispõe o item 9.2.2 do Acórdão 419/2010, em virtude do estatuto ser omissivo quanto ao tema.

Em 17/12/2012, (cf. Ata da 12ª Reunião Ordinária), o Conselho Diretor deliberou também pela consulta à SFC/CGU-PR e ao Ministro supervisor “solicitando-lhes manifestação acerca de contratação de auditoria independente por parte do Serpro, nos termos do art. 16, parágrafo único, do Decreto nº 3.591/2000”.

Em 27/12/2012, por meio do Ofício DP – 041526/2012, o Diretor-Presidente do Serpro solicitou à Secretaria Federal de Controle Externo – SFC/CGU-PR manifestação acerca de contratação de empresa de auditoria independente para auditar as demonstrações contábeis do Serpro, até que esta empresa tenha o Estatuto devidamente aprovado, com dispositivo prevendo esse tipo de auditoria.

Em 17/1/2013, por meio do Ofício nº 1248/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, em resposta à consulta formulada pelo Serpro, a SFC/CGU-PR informou da impossibilidade da execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

Em 23/1/2013, por meio do Ofício DS – 002398/2013, o Diretor-Superintendente do Serpro solicitou manifestação do Ministro de Estado da Fazenda acerca de contratação de empresa de auditoria independente, para auditar as demonstrações contábeis do Serpro, até que esta empresa tenha o Estatuto devidamente aprovado com dispositivo prevendo esse tipo de auditoria.

Em 29/1/2013, por meio do Ofício nº 9/2013/GMF/MF-DF, em resposta à consulta formulada pelo Serpro, o Ministro de Estado da Fazenda manifestou-se favorável à contratação de empresa de auditoria independente, sem prejuízo de adoção de providências para adequação do Estatuto Social à legislação em vigor.

Deste modo, em cumprimento à deliberação do Conselho Diretor, atualmente o Serpro prepara processo de licitação para contratar empresa de auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis, e providencia também a adequação do Estatuto Social prevendo este tipo de auditoria.

### 3 Posição da Unidade como investidora – não se aplica.

### 4 Demonstrações Contábeis – Lei 6.404/76 e Notas Explicativas.

Nas páginas a seguir constam demonstrações contábeis na seguinte ordem:

- BP - Balanço Patrimonial Comparativo ex. 2011 e 2012
- DRE - Demonstrativo Resultado do Exercício
- DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa
- DMPL - Demonstração das Mutações Patrimônio Líquido
- DRA - Demonstração do Resultado Abrangente
- DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado
- NE - Notas Explicativas

<b>BALANÇO PATRIMONIAL - COMPARATIVO</b>		<b>Em R\$</b>	
<b>ATIVO</b>		<b>DEZEMBRO/2012</b>	<b>DEZEMBRO/2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>840.595.763,91</b>	<b>772.524.309,31</b>
<b>. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<i>Nota 4</i>	<b>58.046.683,90</b>	<b>26.615.143,45</b>
Bancos c/Movimento	<i>Nota 4.2</i>	93.157,70	163.011,71
Fundo Aplicação Financeira	<i>Nota 4.1</i>	41.986,89	37.737,42
Limite de Saque c/ Vinc. Pgto.		57.911.539,31	26.414.394,32
<b>. Ativos Financeiros</b>	<i>Nota 5</i>	<b>284.044,79</b>	<b>487.748,81</b>
<b>. Créditos em Circulação</b>		<b>780.457.488,03</b>	<b>744.003.383,82</b>
<b>Créditos a Receber</b>		<b>780.116.965,45</b>	<b>743.598.298,46</b>
Faturas a Receber Líquida	<i>Nota 6</i>	548.050.795,50	526.612.816,99
Créditos Tributários	<i>Nota 8</i>	149.877.168,59	139.191.242,09
Ressarcimento de Pessoal	<i>Nota 9</i>	80.799.022,51	76.260.276,64
Créditos Diversos a Receber		1.389.978,85	1.533.962,74
<b>Outros Créditos</b>		<b>5.928,60</b>	<b>70.491,38</b>
<b>Diversos Responsáveis</b>		<b>130.355,84</b>	<b>130.355,84</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<i>Nota 10</i>	<b>204.238,14</b>	<b>204.238,14</b>
<b>. Bens e Valores em Circulação</b>	<i>Nota 11</i>	<b>1.097.702,99</b>	<b>1.032.015,35</b>
Estoques - Almoxarifado		1.097.702,99	1.032.015,35
<b>. Valores Pendentes a Curto Prazo</b>		<b>709.844,20</b>	<b>386.017,88</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.252.492.045,84</b>	<b>1.143.254.098,25</b>
<b>. Realizável a Longo Prazo</b>		<b>635.316.824,12</b>	<b>625.928.190,71</b>
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	<i>Nota 12</i>	266.493.283,13	238.700.582,22
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	<i>Nota 13</i>	368.505.460,68	387.039.685,11
Bens a Alienar	<i>Nota 14</i>	146.112,80	15.706,84
Ativos Financeiros	<i>Nota 15</i>	26.268,72	26.268,72
Outros Ativos		145.698,79	145.947,82
<b>Imobilizado</b>	<i>Nota 16</i>	<b>495.101.156,49</b>	<b>410.740.518,75</b>
Bens Imóveis		273.453.229,82	241.128.655,50
Bens Móveis		221.647.926,67	169.611.863,25
<b>Intangível</b>	<i>Nota 17</i>	<b>122.074.065,23</b>	<b>106.585.388,79</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.093.087.809,75</b>	<b>1.915.778.407,56</b>
<b>As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas</b>			

<b>BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO</b>			<b>Em R\$</b>	
<b>PASSIVO</b>		<b>DEZEMBRO/2012</b>	<b>DEZEMBRO/2011</b>	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>553.804.164,87</b>	<b>469.202.294,17</b>	
. <b>Depósitos</b>	<i>Nota 18</i>	<b>139.313.471,24</b>	<b>118.931.822,33</b>	
<b>Consignações</b>	<i>Nota 18.1</i>	<b>23.053.323,72</b>	<b>16.555.535,76</b>	
Pensão Alimentícia		10.798,97	67.534,16	
ISS		76.135,15	64.239,43	
Plano de Previdência e Assist. Médica		22.964.085,60	14.600.831,35	
Entidades Rep. Classes		2.304,00	1.815.966,62	
Outros Consignatários		-	6.964,20	
<b>Tributos e Encargos Sociais</b>	<i>Nota 19</i>	<b>115.951.127,23</b>	<b>102.298.695,23</b>	
<b>Depósitos Diversas Origens</b>		<b>309.020,29</b>	<b>77.591,34</b>	
. <b>Obrigações em Circulação</b>		<b>414.473.469,43</b>	<b>350.270.471,84</b>	
<b>Obrigações a Pagar</b>		<b>414.391.225,66</b>	<b>350.257.924,16</b>	
Fornecedores		148.355.254,00	107.108.281,22	
Pessoal a Pagar		5.212.945,88	18.200.988,12	
Provisão para IRPJ	<i>Nota 7</i>	15.388.730,33	-	
Provisão para CSLL	<i>Nota 7</i>	4.867.019,48	-	
Férias	<i>Nota 20</i>	106.028.155,14	99.034.828,92	
Licença-Prêmio	<i>Nota 20</i>	81.009.814,81	70.771.149,76	
Plano de Previdência Complementar	<i>Nota 21</i>	11.473.956,71	16.379.635,44	
Participação nos Lucros ou Resultados		47.696,64	48.976,58	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	<i>Nota 22</i>	42.007.652,67	38.714.064,12	
<b>Outras Obrigações</b>		<b>82.243,77</b>	<b>12.547,68</b>	
. <b>Valores Pendentes a Curto Prazo</b>		<b>17.224,20</b>	<b>-</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>525.789.985,03</b>	<b>580.671.879,41</b>	
Obrigações Tributárias	<i>Nota 23</i>	68.660.852,20	91.516.073,50	
Provisões Trabalhistas e Cíveis	<i>Nota 24</i>	237.315.159,48	315.163.841,67	
Plano de Previdência Complementar	<i>Nota 21</i>	219.372.685,68	173.528.307,89	
Outras Obrigações		441.287,67	463.656,35	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<i>Nota 25</i>	<b>1.013.493.659,85</b>	<b>865.904.233,98</b>	
. <b>Capital</b>	<i>Nota 25.1</i>	<b>867.354.829,23</b>	<b>801.354.829,23</b>	
Capital Social Subscrito		867.354.829,23	801.354.829,23	
. <b>Reservas</b>		<b>146.138.830,62</b>	<b>117.209.540,24</b>	
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<i>Nota 25.2</i>	<b>138.214.228,61</b>	<b>118.604.297,62</b>	
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>		<b>(1.598.461,40)</b>	<b>(1.394.757,38)</b>	
<b>Reservas de Lucros</b>	<i>Nota 25.3</i>	<b>9.523.063,41</b>	<b>-</b>	
Reserva Legal	<i>Nota 25.3.1</i>	476.153,17	-	
Reservas Estatutárias	<i>Nota 25.3.2</i>	202.605,38	-	
Reserva Especial de Dividendos	<i>Nota 25.3.3</i>	4.994.802,68	-	
Reserva de Retenção do Lucro	<i>Nota 25.3.4</i>	3.849.502,18	-	
. <b>Resultados Acumulados</b>		<b>-</b>	<b>(52.660.135,49)</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.093.087.809,75</b>	<b>1.915.778.407,56</b>	
<b>As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas</b>				

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - COMPARATIVO</b>		<b>Em R\$</b>	
		<b>DEZEMBRO/2012</b>	<b>DEZEMBRO/2011</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>1.583.862.010,34</b>	<b>1.439.229.719,04</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.479.961.489,87)</b>	<b>(1.608.228.483,21)</b>
<b>Despesas com Pessoal e Benefícios</b>	<i>Nota 9</i>	<b>(1.076.219.090,89)</b>	<b>(1.218.310.527,88)</b>
<b>Locação</b>		<b>(55.359.407,95)</b>	<b>(50.625.723,45)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>		<b>(108.829.013,34)</b>	<b>(133.610.495,26)</b>
<b>Despesas Tributárias</b>		<b>(3.150.988,05)</b>	<b>(3.205.781,99)</b>
<b>Serviços de Comunicação</b>		<b>(95.066.487,52)</b>	<b>(114.620.518,66)</b>
<b>Manutenção</b>		<b>(98.809.339,13)</b>	<b>(85.624.733,50)</b>
<b>Serviços Públicos</b>		<b>(20.022.652,81)</b>	<b>(19.135.774,42)</b>
<b>Serviços Profissionais e Contratados</b>		<b>(64.110.015,45)</b>	<b>(55.647.244,77)</b>
<b>Materiais</b>		<b>(7.487.119,33)</b>	<b>(6.510.776,66)</b>
<b>Outras Despesas/Receitas</b>	<i>Nota 6.1 e 8.3</i>	<b>3.813.827,05</b>	<b>22.257.393,86</b>
<b>Resultado com Ações Judiciais</b>	<i>Nota 12 e 24</i>	<b>70.894.634,96</b>	<b>87.733.822,15</b>
<b>Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas</b>	<i>Nota 16.2.2</i>	<b>13.633.513,25</b>	<b>(3.968.834,79)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<i>Nota 27</i>	<b>(39.249.350,66)</b>	<b>(26.959.287,84)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>103.900.520,47</b>	<b>(168.998.764,17)</b>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS</b>	<i>Nota 8.1 e 8.2</i>	<b>(20.667.762,20)</b>	<b>(6.950.092,09)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>83.232.758,27</b>	<b>(175.948.856,26)</b>
<b>PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL</b>	<i>Nota 7</i>	<b>(17.332.577,21)</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<i>Nota 26</i>	<b>65.900.181,06</b>	<b>(175.948.856,26)</b>
<b>As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas</b>			

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>		<b>Em R\$</b>
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>DEZEMBRO/2012</b>	<b>DEZEMBRO/2011</b>
<b><u>Atividades Operacionais</u></b>		
Recebimentos de Clientes	1.582.807.585,05	1.396.556.831,83
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	244.999.123,46	328.725.827,93
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	239.121.649,23	212.777.586,44
Outros recebimentos	23.146.915,95	19.636.500,35
Receita de Compensação Tributária	100.220.030,57	94.949.498,37
Rendimentos de Aplicações	4.249,47	198.300,87
Tributos vinculados à Receita	-264.078.511,82	-251.806.981,20
Pagamentos a empregados – Pessoal e Encargos	-1.106.649.719,68	-1.143.063.579,35
Participação nos Lucros ou Resultados	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	-37.498.566,07	-24.822.147,34
Pagamentos a Fornecedores	-518.320.258,98	-583.383.797,97
Compensação Tributária	-100.220.030,57	-94.949.498,37
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	0,00	0,00
Crédito Rotativo	31.389,68	59.219,67
<b>Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>163.563.856,29</b>	<b>-45.122.238,77</b>
<b><u>Atividades de Investimento</u></b>		
Imobilizado/ Intangível	-198.132.315,84	-115.251.695,76
<b>Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>-198.132.315,84</b>	<b>-115.251.695,76</b>
<b><u>Atividades de Financiamento</u></b>		
Dividendos pagos	0,00	-40.107.517,48
Aporte de Capital	66.000.000,00	184.000.000,00
<b>Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>66.000.000,00</b>	<b>143.892.482,52</b>
<b>Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>31.431.540,45</b>	<b>-16.481.452,01</b>
<b>Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>26.615.143,45</b>	<b>43.096.595,46</b>
<b>Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>58.046.683,90</b>	<b>26.615.143,45</b>
<b>As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas</b>		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPARATIVO											
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011											
Em R\$											
HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
		DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS		LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS				
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>617.354.829,23</b>	<b>230.890,87</b>	<b>9.947.448,40</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>35.504.783,20</b>	<b>30.338.291,91</b>	<b>47.267.306,39</b>	<b>0,00</b>	-	<b>(1.377.974,65)</b>	<b>857.869.872,97</b>
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital Realizado	184.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	184.000.000,00
Realização da Res. de Doações e Sub. p/ Investimentos	-	(13.010,76)	-	-	-	-	-	-	13.010,76	-	(175.948.856,26)
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>184.000.000,00</b>	<b>(13.010,76)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>13.010,76</b>	-	<b>184.000.000,00</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(175.948.856,26)	-	(175.948.856,26)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(175.935.845,50)</b>	-	<b>(175.935.845,50)</b>
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.782,73)	(16.782,73)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(16.782,73)</b>	<b>(16.782,73)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(175.935.845,50)</b>	<b>(16.782,73)</b>	<b>(175.952.628,23)</b>
Compensação do prejuízo	-	(217.880,11)	(9.947.448,40)	-	(35.504.783,20)	(30.338.291,91)	(47.267.306,39)	-	123.275.710,01	-	-
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	-	<b>(217.880,11)</b>	<b>(9.947.448,40)</b>	-	<b>(35.504.783,20)</b>	<b>(30.338.291,91)</b>	<b>(47.267.306,39)</b>	-	<b>123.275.710,01</b>	-	-
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>801.354.829,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(52.660.135,49)</b>	<b>(1.394.757,38)</b>	<b>865.904.233,98</b>
Aumento de Capital	66.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66.000.000,00
Capital Realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Res. de Doações e Sub. p/ Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	4.994.802,68	(4.994.802,68)	-	-
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	<b>66.000.000,00</b>	-	-	-	-	-	-	<b>4.994.802,68</b>	<b>(4.994.802,68)</b>	-	<b>66.000.000,00</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	65.900.181,06	-	65.900.181,06
<b>Resultado Líquido do Período</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>65.900.181,06</b>	-	<b>65.900.181,06</b>
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(203.704,02)	(203.704,02)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(203.704,02)</b>	<b>(203.704,02)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>60.905.378,38</b>	<b>(203.704,02)</b>	<b>60.701.674,36</b>
Compensação do prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.660.135,49)	-	(52.660.135,49)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	476.153,17	202.605,38	3.849.502,18	-	(4.528.260,73)	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis	-	-	-	(10.932.300,47)	-	-	-	-	-	-	(10.932.300,47)
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	30.542.231,46	-	-	-	-	(3.716.982,16)	-	26.825.249,30
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>	-	-	-	<b>19.609.930,99</b>	<b>476.153,17</b>	<b>202.605,38</b>	<b>3.849.502,18</b>	-	<b>(60.905.378,38)</b>	-	<b>(36.767.186,66)</b>
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>867.354.829,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>138.214.228,61</b>	<b>476.153,17</b>	<b>202.605,38</b>	<b>3.849.502,18</b>	<b>4.994.802,68</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.598.461,40)</b>	<b>1.013.493.659,85</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em R\$

HISTÓRICO	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AJUSTES DE CONVERSÕES ACUMULADAS	CONTAS DO GRUPO
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>(1.377.974,65)</b>	-	<b>117.226.322,97</b>
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	(16.782,73)	-	(16.782,73)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>118.604.297,62</b>	<b>(1.394.757,38)</b>	-	<b>117.209.540,24</b>
Ajustes Instrumentos Financeiros	-	(203.704,02)	-	(203.704,02)
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis	(10.932.300,47)	-	-	(10.932.300,47)
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	30.542.231,46	-	-	30.542.231,46
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>138.214.228,61</b>	<b>(1.598.461,40)</b>	-	<b>136.615.767,21</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011</b>					
Em R\$					
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>EVOLUÇÃO %</b>
<b>1 - RECEITAS</b>					
1.1 - Vendas de Serviços	1.869.378.860,73	123,53	1.656.727.276,37	127,20	12,84
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.661.799,23)	(0,90)	(2.081.009,41)	(0,16)	556,50
1.3 - Descontos Concedidos	(1.747.716,33)	(0,12)	(1.931.082,31)	(0,15)	(9,50)
1.4 - Vendas Canceladas	(64.725,10)	(0,00)	(3.138.358,18)	(0,24)	(97,94)
	<b>1.853.904.620,07</b>	<b>122,50</b>	<b>1.649.576.826,47</b>	<b>126,67</b>	<b>12,39</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(235.634.991,90)	(15,57)	(219.108.547,74)	(16,81)	7,54
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>1.618.269.628,17</b>	<b>106,93</b>	<b>1.430.468.278,73</b>	<b>109,84</b>	<b>13,13</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>					
4.1 - Depreciações e Amortizações	(108.829.013,34)	(7,19)	(133.610.495,26)	(10,26)	(18,55)
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>1.509.440.614,83</b>	<b>99,74</b>	<b>1.296.857.783,47</b>	<b>99,58</b>	<b>16,39</b>
<b>6 - RECEBIDO DE TERCEIROS</b>					
6.1 - Receitas Financeiras	3.907.431,73	0,26	5.555.896,29	0,42	(29,67)
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>1.513.348.046,56</b>	<b>100,00</b>	<b>1.302.413.679,76</b>	<b>100,00</b>	<b>16,20</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>EVOLUÇÃO %</b>
<b>7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)</b>	<b>1.076.219.090,89</b>	<b>71,21</b>	<b>997.495.946,96</b>	<b>76,60</b>	<b>8,02</b>
<b>7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)</b>	<b>324.855.736,42</b>	<b>21,47</b>	<b>443.398.571,84</b>	<b>34,04</b>	<b>(26,74)</b>
<b>7.3 - Capitais de Terceiros</b>	<b>46.373.038,19</b>	<b>3,06</b>	<b>37.468.017,22</b>	<b>2,87</b>	<b>23,77</b>
Locações	3.216.255,80	0,21	4.952.833,09	0,38	771,36
Despesas Financeiras	43.156.782,39	2,85	32.515.184,13	2,50	(90,11)
<b>7.4 - Capital Próprio</b>	<b>65.900.181,06</b>	<b>4,26</b>	<b>(175.948.856,26)</b>	<b>(13,51)</b>	<b>(136,74)</b>
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros/Prejuízos Retidos	65.900.181,06	4,26	(175.948.856,26)	(13,51)	(136,74)
<b>T O T A L</b>	<b>1.513.348.046,56</b>	<b>100,00</b>	<b>1.302.413.679,76</b>	<b>100,00</b>	<b>16,20</b>
<p>A Demonstração do Valor Adicionado - DVA registra a riqueza criada pela entidade para a sociedade e sua forma de distribuição entre os diversos beneficiários (acionistas, empregados, governo, sociedade etc). No exercício social de 2012 apurou-se o valor de R\$ 1,51 bilhão, 16,2% superior ao exercício social de 2011. Encontra-se distribuído da seguinte forma: 71,21% para os Empregados; 21,47% para o Governo; 3,06% para Terceiros e a empresa aumentou sua riqueza em 4,26 %, parcela que se refere ao lucro obtido no período.</p>					
<b>As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas</b>					

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.**

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública, constituída pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, está sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. A sede da empresa está localizada à SGAN, Quadra 601, módulo V. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais e sua gestão se insere no conjunto de decisões do Governo Federal. O capital do SERPRO pertence integralmente à União.

#### **a) Área de atuação**

A empresa está envolvida primariamente na prestação de serviços em Tecnologia da Informação – TI para o setor público, sendo considerada uma das maiores organizações públicas de TI do mundo.

O SERPRO desenvolve programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções em produção e desenvolvidas com essas características destacam-se a Declaração do Imposto de Renda via Internet (Receitanet), a nova Carteira Nacional de Habilitação, o novo Passaporte Brasileiro, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (SISCOMEX).

O principal mercado de atuação da empresa é o de finanças públicas, composto pelo Ministério da Fazenda, que corresponde a 66,5% do volume de negócios da entidade. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo dos seus 48 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em *Software Livre*, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

### **NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC**

As presentes demonstrações financeiras contábeis incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi autorizada pelos Conselhos Diretor e Fiscal em reunião conjunta realizada dia 30 de abril de 2013.

#### **b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no Balanço Patrimonial:

- os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido;
- o passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 20.

#### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material, dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes;
- Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;
- Nota 15 – Ativo Imobilizado;
- Nota 20 – Benefícios a Empregados; e
- Nota 24 – Provisões Passivas.

### **NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As contas ativas e passivas que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2012, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

#### **3.1 – Instrumentos Financeiros**

##### **a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles cuja intenção e capacidade da entidade seja de manter o título até o vencimento. Estes investimentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### **b) Ativos financeiros disponíveis para venda**

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros.

São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

#### **3.2 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **3.3 – Capital Social**

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

De acordo com o previsto no artigo 19, inciso II do Estatuto do SERPRO, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

### 3.4 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades.

#### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo, incluindo:

- o custo de material e mão-de-obra de ativos construídos;
- quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por não remensurar, no exercício de 2010, seu ativo imobilizado pelo valor justo, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações descontinuadas.

#### b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos para a entidade. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes são reconhecidos como despesa, no resultado do exercício, quando incorridos.

#### c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- edifícios	indeterminada
- instalações	10 anos
- equipamentos de processamento de dados	2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos	2 - 5 anos
- móveis e utensílios	3 - 10 anos

De acordo com a resolução CFC nº 1.263/09 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos tratados nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para as edificações, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

#### d) Obras em Andamento

O montante registrado na conta Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida a que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

### 3.5 – Ativos Intangíveis

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software são adquiridos pela empresa e estão contabilizadas no

Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Tratam-se de gastos incorridos pela empresa, que atendem os critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

#### **a) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de softwares, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **b) Amortização**

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

- Cessão de Direito de Uso de Software 3 – 5 anos
- Licença de Uso de Software 1 a 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

### **3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A análise da entidade envolveu a avaliação de todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis, individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente.

A análise indicou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

O SERPRO revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

### **3.7 – Benefícios a empregados**

#### **a) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós emprego, é efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pela resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos ou perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

Dessa forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

### **3.8 – Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### **3.9 – Receita Operacional**

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a resolução CFC nº 1.187/09 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A empresa está envolvida primariamente na prestação de serviços em Tecnologia da Informação – TI para o setor público, sendo considerada uma das maiores organizações públicas de TI do mundo. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

### **3.10 – Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos e juros sobre créditos tributários.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a Entidade Fechada de Previdência Complementar SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

### **3.11 – Tributos**

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

**3.11.1** – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

**3.11.2** – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

**3.11.3** – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

**3.11.4** – O registro da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis.

#### **a) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.12 – Ativos não circulantes a alienar e operações descontinuadas**

#### **a) Bens a alienar**

Os ativos ou grupos de ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada da entidade.

As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

#### **b) Operações descontinuadas**

Uma operação descontinuada é um ato ou negociação que compreende operações que podem ser claramente distinguidos das operações da empresa.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando esta atende os critérios para classificação como mantido para venda e são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Em dezembro de 2012, a empresa efetuou o registro de permuta de imóveis com a Caixa Econômica Federal (veja nota explicativa 15.1); os imóveis não estavam classificados como mantido para venda em 31 de dezembro de 2011.

### **3.13 – Demonstração do valor adicionado**

A empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

### **3.14 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber.

O cálculo considerou todas as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 6.1.

### **3.15 – Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da empresa requerem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e divulgação conforme métodos e premissas divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

### **3.16– Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a entidade estão a seguir. A empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### **CPC 46 – Mensuração do Valor Justo**

O CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outros pronunciamentos. Este CPC se aplica, essencialmente, quando a mensuração ou divulgação de valor justo são requeridas ou permitidas por outros CPCs e é efetivo para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. O SERPRO reavaliará sua metodologia de determinação do valor justo em 2013.

#### **CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados**

O CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuarias deve ter impacto no SERPRO. Entretanto, esse impacto será melhor avaliado em nova análise atuarial a se realizar em 2013. O CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.

#### **NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

As disponibilidades estão assim discriminadas:

**Em R\$**

<b>Discriminação</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Bancos c/ Movimento	58.004.697,01	26.577.406,03
Fundo de Aplicação Financeira *	41.986,89	37.737,42
<b>TOTAL</b>	<b>58.046.683,90</b>	<b>26.615.143,45</b>
* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias		

#### **4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:**

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

#### **4.1.1 - Receitas com aplicações financeiras de liquidez:**

**Em R\$**

<b>Discriminação</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Banco do Brasil – DTVM	21.732,49	489.461,82
<b>TOTAL</b>	<b>21.732,49</b>	<b>489.461,82</b>

#### **4.2 – Bancos Conta Movimento:**

São, basicamente, recursos financeiros depositados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, ficando à disposição da empresa.

#### **NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA**

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Devido o SERPRO se tratar de empresa pública, faz-se necessário o atendimento a outras premissas legais, porém, os esforços por parte da administração para a venda desses ativos já se iniciou e espera-se que em 2013 seja concluído.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a constituir provisão para perdas prováveis, devido a considerável queda de valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta provisão é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

**Em R\$**

<b>Discriminação</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.609.721,50)	(9.406.017,48)
<b>TOTAL</b>	<b>284.044,79</b>	<b>487.748,81</b>

**NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES**

Em R\$

Unidade de Relacionamento	A Vencer	Vencidas	TOTAL
Administração Tributária e Comércio Exterior	104.573.625,58	270.707.458,74	375.281.084,32
Administração Financeira	28.426.328,39	516,61	28.426.845,00
Sistemas Fazendários e Judiciais	9.982.317,09	37.232.718,98	47.215.036,07
Planejamento, Orçamento e Gestão	38.800.661,75	12.648.830,44	51.449.492,19
Clientes Especiais	24.893.964,14	57.017.647,39	81.911.611,53
<b>TOTAL SERPRO</b>	<b>206.676.896,95</b>	<b>377.607.172,16</b>	<b>584.284.069,11</b>

Os créditos de clientes estão agrupados nas contas Faturas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

**6.1 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

A PCLD é constituída com base no processo organizacional Cobrança de Débitos de Clientes, que tem por objetivo definir as atividades a serem adotadas, visando realizar a cobrança decorrente de débitos de serviços prestados pelo SERPRO, que se encontrem na condição de atraso, e as providências administrativas e legais para o seu ressarcimento.

Tomando-se por base a cobrança das faturas pendentes de recebimento, por cliente, as operações são classificadas observando a avaliação feita pela Administração, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento.

A contabilização consiste na escrituração das faturas com maior risco de não recebimento, a título de PCLD, sendo estas registradas pelo valor faturado.

Até dezembro de 2011, a provisão era constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal, buscando a adoção de um indicador baseado nos dados de cada cliente, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis.

As operações eram classificadas observando a avaliação das faturas pendentes de recebimento, considerando, principalmente, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação aos ativos e aos devedores.

Resumidamente, a avaliação da PCLD consistia na classificação dos créditos percentualmente por sua representatividade em cada operação, sendo o último percentual utilizado para o cálculo da provisão, ajustando de 4,94% (em 2010) para 4,11% (em 2011).

No entanto, este indicador mostrou-se ineficaz para representar os riscos de recebimento de faturas, visto as características da carteira de clientes do SERPRO, formada, essencialmente, por órgãos do Governo Federal, seu controlador.

A PCLD representa fidedignamente o valor justo, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão registrado no exercício está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

**6.2 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa**

Em R\$

Discriminação	2012	2011
Saldo Inicial	22.571.474,38	30.784.844,13
(+) Constituição	13.661.799,23	0,00
(-) Reversão	0,00	8.213.369,75
<b>TOTAL</b>	<b>36.233.273,61</b>	<b>22.571.474,38</b>

**NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)**

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente.

Em R\$

Discriminação	2012	2011
<b>Base de cálculo da Contribuição Social:</b>		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social	81.980.143,19	(175.948.856,26)
(+) Adições	152.551.151,33	256.203.388,90
(-) Exclusões	(60.294.437,30)	(279.630.485,05)
<b>Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa</b>	<b>74.236.857,22</b>	<b>(199.375.952,41)</b>
(-) Compensação BC Negativa de CSLL	(22.271.057,17)	0,00
Base de Cálculo da Contribuição Social	51.965.800,05	(199.375.952,41)
Contribuição Social – Alíquota 9%	4.676.922,00	0,00
CSLL s/ realização da reserva de reavaliação	983.907,04	0,00
(-) Antecipações	(18.660.675,47)	(16.837.153,24)
<b>Saldo a Compensar</b>	<b>12.999.846,43</b>	<b>16.837.153,24</b>
<b>Base de Cálculo do Imposto de Renda:</b>		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL	77.303.221,19	(175.948.856,26)
(+) Adições	157.228.073,33	256.180.360,93
(-) Exclusões	(160.294.437,30)	(279.630.485,05)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	74.236.857,22	(199.398.980,38)
(-) Compensação BC Negativa de PF	(22.271.057,17)	0,00
<b>Base de Cálculo do IRPJ</b>	<b>51.965.800,05</b>	<b>(199.398.980,38)</b>
Imposto de Renda – Alíquota 15%	7.794.870,01	0,00
Adicional do IR – Alíquota 10%	5.172.580,01	0,00
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	(311.794,80)	0,00
Imposto Devido	12.655.655,21	0,00
IRPJ s/ Realização da reserva de reavaliação	2.733.075,12	0,00
(-) Antecipações	(85.840.968,29)	(80.511.243,37)
<b>Saldo a Compensar</b>	<b>70.452.237,97</b>	<b>80.511.243,37</b>

## **NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 149.877.168,59 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

### **8.1 - Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar**

O saldo de R\$ 103.970.724,33 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

### **8.2 – Créditos Fiscais Diferidos**

Estes créditos se encontram assim discriminados:

Descrição	2012	2011
Licença – Prêmio	27.543.337,04	24.062.190,92
Plano de Previdência Complementar	1.751.192,67	5.569.076,05
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.319.316,09	7.674.301,28
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
<b>TOTAL</b>	<b>44.340.303,94</b>	<b>40.032.029,40</b>

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro.

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15 foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

### **8.3 – Créditos Fiscais Diversos**

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 1.566.140,32 (R\$ 1.566.140,32 em 2011).

## **NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL**

O SERPRO possui 3.106 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente no Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Em 2012, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 243.660.395,10 (R\$ 207.602.204,36 em 2011), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 80.799.022,51 (R\$ 76.260.276,64 em 2011).

As provisões de férias, 13º salário e Licença-Prêmio do pessoal cedido, são contabilizadas como valores a receber na respectiva competência, devendo ser ressarcido quando da sua realização, pelo efetivo pagamento aos empregados.

## **NOTA 10 – RECURSOS VINCULADOS**

Representa a garantia contratual, conforme exigência de contrato firmado entre o SERPRO e a Coordenação de Tecnologia da Informação da Polícia Federal, no exercício de 2009. O montante contabilizado, até o final do exercício 2012, permaneceu no valor de R\$ 204.238,14 e representa 3% do valor total do contrato.

## **NOTA 11 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO**

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoarifado, no valor de R\$ 1.097.702,99 (R\$ 1.032.015,35 em 2011). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

## **NOTA 12 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a

empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, conforme discriminação abaixo:

Em R\$

Descrição	2012	2011
Depósitos Judiciais	232.622.734,69	209.939.319,80
Depósitos Recursais	33.870.548,44	28.761.262,42
<b>TOTAL</b>	<b>266.493.283,13</b>	<b>238.700.582,22</b>

### **NOTA 13 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir:

#### **13.1 – Créditos Fiscais Diferidos**

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Descrição	2012	2011
Contingências Trabalhistas	147.636.477,41	167.251.649,83
Plano de Previdência Complementar	20.980.044,64	19.775.256,66
Benefícios a Empregados – CPC 33	53.206.447,67	38.868.592,96
Depreciação Empresarial – CPC 27	6.855.548,58	10.904.528,09
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28	22.874.416,09
Base Negativa CSLL	5.796.734,74	8.223.431,31
<b>TOTAL</b>	<b>250.608.845,37</b>	<b>267.897.874,95</b>

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 187 delas realizadas até o encerramento de 2012.

No exercício 2012, foram efetuados os registros nos valores de R\$ 29.197.604,35 e R\$ 68.660.852,20, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, do Ativo Fiscal Diferido e Passivo Fiscal Diferido, respectivamente, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente, em consonância com o pronunciamento contábil CPC 32- Tributos sobre o Lucro.

#### **13.2 – Processo Trabalhista nº 2047/89**

No exercício 2005, registrou-se no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece a resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor registrado no Ativo foi baixado em R\$ 125.969.781,34, devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Considerando as novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a

receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do Ativo, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, que, em seu item 29 expõe “Pois bem, tendo em vista as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da União, não me parece que seja correto a União efetuar eventual ressarcimento ao SERPRO, enquanto não resolvidas, no âmbito judicial, todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989.”

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como “praticamente certo”, não devendo estar registrado no Balanço.

**Em R\$**

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	<b>(125.969.781,34)</b>	-
Penhora de Crédito em 2012	<b>1.513.935,98</b>	-
Valor a receber até Dezembro de 2012	<b>117.427.581,18</b>	-

### **13.3 – Títulos de Crédito**

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 16/03/2013 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes valores montam R\$ 101,88 em 2012 (R\$ 3.150.551,69 em 2011).

Em julho de 2012 foi resgatado o valor de R\$ 3 milhões, referente a NTN-P de ações alienadas da TELEBRÁS, cujo vencimento ocorreu dia 09 daquele mês.

### **NOTA 14 – BENS A ALIENAR**

Registra-se, neste grupo, o valor de R\$ 146.112,80 (R\$ 15.706,84 em 2011), referente aos bens destinados à alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, por meio leilões e de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

### **NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS**

O valor de R\$ 26.268,72 (R\$ 26.268,72 em 2011), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431 em 24 de junho de 2011, que trata, em seu artigo 23, da extinção do FND.

Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. Os bens, direitos e obrigações do extinto FND serão inventariados em processo sob a coordenação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC e aos cotistas minoritários fica assegurado o ressarcimento de sua participação, calculado com base no valor patrimonial de cada cota, segundo o montante do Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

### **NOTA 16 – IMOBILIZADO**

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R\$

Descrição	Saldo em 2012	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2012	2011
Edifícios	140.304.833,19	(27.924.473,70)	112.380.359,49	94.589.512,71
Terrenos	80.962.787,20	0,00	80.962.787,20	74.188.750,00
Estudos e Projetos	943.187,20	0,00	943.187,20	709.676,92
Obras em Andamento	21.252.717,55	0,00	21.252.717,55	32.220.572,41
Instalações	85.287.235,45	(27.624.830,49)	57.662.404,96	39.213.085,62
Benfeit. em Prop. Terceiros	493.036,89	(241.263,47)	251.773,42	207057,84
Bens Móveis	742.680.569,37	(521.032.642,70)	221.647.926,67	169.611.863,25
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.924.366,85</b>	<b>(576.823.210,36)</b>	<b>495.101.156,49</b>	<b>410.740.518,75</b>

### 16.1 Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
410.740.518,75	159.097.672,43	(58.622.789,81)	(16.114.244,88)	<b>495.101.156,49</b>

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

### 16.2 – Permuta de bens imóveis

O SERPRO firmou com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL um contrato de permuta de imóveis, conforme instrumento público regido pelo Art. 533 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, Art. 17, I, c, da Lei nº 8.666/93 e Art. 30 c/c Art. 39 da Lei 9.636/98.

Por parte do SERPRO, os imóveis objeto da permuta consistem em uma área com metragem total de 30.000 m<sup>2</sup>, situado à Avenida Martin Luther King nº 762 – Município de Osasco/SP, sendo: a) 22.500 m<sup>2</sup> conforme 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo sob matrícula de nº 293.291 e b) 7.500 m<sup>2</sup> de área contígua, conforme 2º Cartório de Notas de Osasco, livro nº 788, fl. 203. A área possui nove blocos com um total de 9.257 m<sup>2</sup> de área construída, onde atualmente encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA.

A CAIXA promete em permuta os imóveis: a) terreno localizado à Rua Barão de Mesquita, Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, composto por 4 lados, o primeiro medindo 117 m; o segundo 60 m; o terceiro 231,5 m e o quarto com 231,5 m; b) prédio e terreno, localizados à Rua Duquesa de Bragança, nº 100, Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, com 7 lados, sendo 153 m pela Rua Duquesa de Bragança, 9 m na junção com a Rua Visconde de São Vicente, 52,2 m que se confrontam com os outros terrenos medindo 53,8 m, 36,8 m, 151,75 m e 41 m, respectivamente. No imóvel de que trata a alínea 'b' existe edificação de 3 pavimentos, totalizando 6.125 m<sup>2</sup> de área construída.

A edificação em que a CAIXA é legítima proprietária, objeto dessa permuta, permanece pendente de averbação de matrícula no cartório competente, bem como junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ. Essa pendência de averbação tornou-se motivo de não efetivação absoluta da permuta de ativos entre as duas empresas, estando o contrato blindado quando estabelece, em sua cláusula quinta:

Cláusula Quinta – Estipulam-se as seguintes obrigações, como condição, para que ocorra a efetiva consolidação da presente permuta de imóveis entre o SERPRO e a CAIXA:

I – Em face da divergência quanto à metragem do imóvel de sua propriedade a CAIXA se compromete a retificar a escritura do imóvel prometido em permuta, sem qualquer ônus para o SERPRO, incluindo a averbação no registro perante cartório competente.

II – Averbação, por parte da CAIXA, das áreas construídas no imóvel de sua propriedade, atuando junto aos órgãos competentes, sem qualquer ônus para o SERPRO.

III - O presente instrumento somente se aperfeiçoará com a averbação no registro de imóveis da carta definitiva de habite-se.

Não obstante a consolidação da permuta estar vinculada a averbação do imóvel da CAIXA, conforme exposto, a permuta dos ativos ocorreu de fato, estando o SERPRO ocupando o imóvel de propriedade da CAIXA e vice-versa. Essa constatação é comprovada tanto pelo Instrumento de Permuta, quando afirma que no imóvel do SERPRO, atualmente, encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA, como também, no imóvel de propriedade da CAIXA, estar em pleno funcionamento a área de desenvolvimento do SERPRO, localizada na Regional Rio de Janeiro.

Não obstante a consolidação da permuta estar vinculada a averbação do imóvel da CAIXA, conforme exposto, a permuta dos ativos ocorreu de fato, estando o SERPRO ocupando o imóvel de propriedade da CAIXA e vice-versa. Essa constatação é comprovada tanto pelo Instrumento de Permuta, quando afirma que no imóvel do SERPRO, atualmente, encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA, como também, no imóvel de propriedade da CAIXA, estar em pleno funcionamento a área de desenvolvimento do SERPRO, localizada na Regional Rio de Janeiro.

Em 2012, a Superintendência de Gestão Logística, responsável pelo patrimônio da empresa, emitiu o documento Memorando SUPGL/GLRJO/GLENG ? 04218/2012, no qual informa a finalização das obras de adequação das instalações do imóvel permutado, como também evidencia a necessidade de contabilização tanto da baixa o imóvel de Osasco como da incorporação do imóvel de Andaraí. Os fatos ocorreram da seguinte forma:

- 2009: assinatura do instrumento de permuta de imóveis;
- 2010: início das contratações para reforma e adequação das instalações. Essas melhorias foram contabilizadas, à medida que ocorreram, na conta Obras em Andamento;
- 2011: continuação das obras de adequação das instalações - Obras em Andamento;
- 2012: finalização das obras de adequação. Em dezembro foi transferido da conta Obras em Andamento e agregado ao valor das edificações da Regional Rio de Janeiro, o valor de R\$ 6.829.693,28; e
- 2012: alocação dos empregados (desenvolvimento), transferidos do Horto para o Andaraí.

Diante do exposto, a caracterização do imóvel como ativo, de acordo com o que preconiza o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, ocorreu apenas em 2012, quando fora transferida a área de desenvolvimento da Regional Rio de Janeiro para aquele imóvel e os riscos e benefícios do ativo foram transferidos para o SERPRO.

Assim, por considerar que, pela essência, os riscos e benefícios dos ativos foram transferidos aos promitentes permutantes, a administração deliberou por registrar contabilmente tal ato, a fim de refletir nos relatórios financeiros os efeitos da contratação entre a CAIXA e o SERPRO.

Os imóveis, conforme Cláusula Quarta do Instrumento Público de Promessa de Permuta de Imóveis e Outras Avenças, para efeito da permuta e na forma das negociações entabuladas pelos permutantes, possuem valor venal equivalente a R\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil reais), o qual as partes dão a mais plena e irrevogável quitação ao que foi contratado.

Contabilmente, este evento foi desmembrado em dois fatos:

#### **16.2.1 - Baixa dos ativos cedidos:**

Os ativos objeto da permuta foram baixados em conformidade com o disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que define ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

#### **Ainda, o CPC 27 – Imobilizado estabelece:**

- valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas;
- o valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado por ocasião de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação;
- ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período;

- ganhos ou perdas da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser reconhecidos no resultado quando o item é baixado.

Para o SERPRO, o reconhecimento da baixa do ativo teve como contrapartida a Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido, visto que no exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos e com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes.

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa poderá ser mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

Os ativos permutados, localizados em Osasco/SP, possuem valores contábeis reavaliados, não podendo gerar reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado do exercício.

Os valores contabilizados no exercício, a título de baixa de bens Osasco, pela permuta de imóveis, realizada entre o SERPRO e a CAIXA, são no montante de R\$ 5.636.500,00 de Edifício e R\$ 6.925.962,80 de Terreno, reduzindo o valor nominal das Edificações da Regional São Paulo em R\$ 12.562.462,80, sendo R\$ 10.932.300,47 líquido, deduzindo-se a a depreciação acumulada de R\$ 1.630.162,33. A contrapartida dessa baixa ocorreu no Patrimônio Líquido, na conta Reserva de Reavaliação.

Os valores acima foram assim compostos:

#### Edifício Osasco

Em R\$

Descrição	Valor	Depreciação acumulada	Valor Contábil
Valor anterior a Reavaliação de 2005	515.805,07	-515.805,07	0,00
Reavaliação 2005	5.636.500,00	0,00	5.636.500,00
Valor até 2012	5.636.500,00	-1.630.162,33	4.006.337,67
Baixa do Edifício pela permuta 2012	-5.636.500,00	1.630.162,33	0,00

Fonte: ADPAT e SIAFI

#### Terreno Osasco

Em R\$

Descrição	Valor	Valor acrescido	Valor Contábil
Valor reavaliação anterior a 94 até 2005	770.287,30	0,00	770.287,30
Valor anterior a Reavaliação de 2005	770.287,30	0,00	770.287,30
Reavaliação 2005	6.925.962,80	6.155.675,50	6.925.962,80
Valor até novembro 2010	6.925.962,80	0,00	6.925.962,80
Baixa do Terreno pela permuta	-6.925.962,80	0,00	0,00

Fonte: ADPAT e SIAFI

#### 16.2.2 - Incorporação dos ativos recebidos:

Os ativos objeto da permuta foram incorporados ao Imobilizado em conformidade com o disposto no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que define ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

#### O CPC 27 estabelece que:

- um ativo imobilizado pode se adquirido por meio de permuta por ativo não monetário. O custo de tal item do ativo imobilizado é mensurado pelo valor justo a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou o valor justo dos ativos não possam ser mensurados com segurança;

- valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória;

**- o custo de um item do ativo imobilizado compreende:**

- a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida pela administração;
- c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Em se tratando da permuta de bens imóveis negociada entre a CAIXA e o SERPRO, é explícito em sua cláusula Quarta que o valor definido está em acordo com a definição de valor justo, estabelecido pelo CPC 27, visto que os promitentes permutantes definiram entre si o valor venal equivalente a R\$ 13.700.000,00 e, ainda, as partes dão a mais plena e irrevogável quitação, nada tendo a reclamar com base no presente contrato em questão do valor atribuído a cada imóvel.

Além do valor justo atribuído instrumento público de promessa de permuta de imóveis, o SERPRO efetuou benfeitorias nos imóveis recebidos, a fim de adequá-los ao *layout* padrão da empresa, bem como oferecer condições adequadas aos empregados alocados nos imóveis.

Essas melhorias foram contabilizadas, à medida que ocorreram, na conta Obras em Andamento. Em dezembro de 2012, foi transferido desta conta e agregado ao valor das edificações da Regional Rio de Janeiro, o valor de R\$ 6.829.693,28.

Essa operação aumentou o valor contábil das Edificações e Terrenos da Regional Rio de Janeiro em R\$ 20.529.693,28, impactando positivamente o resultado do exercício no montante de R\$ 13.700.000,00.

**16.3 – Obras em andamento**

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, o SERPRO contratou empresa especializada para efetuar instalação de nova subestação rebaixadora de energia para as Regionais Brasília e Rio de Janeiro, a fim de garantir os serviços prestados aos clientes. O valor contabilizado no exercício monta R\$ 18 milhões, e R\$ 21.252.717,55 é o saldo registrado no grupo do Imobilizado em 2012 (2011: R\$ 32.220.572,41).

**NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL**

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

**Em R\$**

Unidade Gestora	Saldo em 2012	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2012	2011
Brasília	159.677.549,83	(86.753.789,89)	72.923.759,94	54.213.135,00
Belém	40.656,95	(14.109,75)	26.547,20	1.949,56
Fortaleza	154.755,02	(27.623,89)	127.131,13	12.069,49
Recife	31.075,58	(13.311,30)	17.764,28	1.949,56
Salvador	198.082,49	(27.228,55)	170.853,94	1.949,56
Belo-Horizonte	232.964,32	(62.415,32)	170.549,00	16.948,88
Rio de Janeiro	2.979.807,92	(672.605,40)	2.307.202,52	721.632,87
São Paulo	90.084.640,74	(50.265.614,35)	39.819.026,39	44.261.230,08
Curitiba	168.187,23	(50.903,46)	117.283,77	4925,06
Porto Alegre	92.996,86	(18.471,45)	74.525,41	1.949,56
Sede	24.311.023,42	(17.991.601,77)	6.319.421,65	7.347.649,17
<b>TOTAL</b>	<b>277.971.740,36</b>	<b>(155.897.675,13)</b>	<b>122.074.065,23</b>	<b>106.585.388,79</b>

### 17.1 Movimentação do Intangível

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
106.585.388,79	60.725.014,94	(45.236.338,50)	<b>122.074.065,23</b>

Compõe também o grupo do Ativo Intangível, o Modelo Global de Dados – MGD, por se tratar de um projeto de desembolsos presentes, porém com previsão de benefícios econômicos em exercícios futuros e que atendem os critérios de mensuração e reconhecimento do Ativo. O valor apurado até 31 de dezembro é de R\$ 3.954.580,38.

O MGD é um modelo de dados do tipo entidades-relacionamentos elaborado a partir de um conjunto de metodologia e padrões de notação extremamente simples, com objetivo de obter uma visão integrada e detalhada dos diversos dados que suportam os macroprocessos de Governo e foi incorporado aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – Arquitetura e-PING como arquitetura de informação para interoperabilidade, permitindo uma visão de integração entre os dados e processos da Administração Pública Federal.

O início e o prazo da amortização se dará a partir das definições da Administração, como conclusão das evoluções e estimativa de geração de benefício futuro.

#### **NOTA 18 – DEPÓSITOS**

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

#### **18.1 – Consignações**

O montante de R\$ 23.053.323,72 (R\$ 16.555.535,76 em 2011) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

#### **NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS**

O valor de R\$ 115.951.127,23 (R\$ 102.298.695,23 em 2011) refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa, conforme legislação.

#### **NOTA 20 – PROVISÕES DE PESSOAL**

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	99.800.900,69	22.176.738,54	(15.949.484,09)	106.028.155,14
Licença – Prêmio	64.739.653,65	16.270.161,16	0,00	81.009.814,81
<b>TOTAL</b>	<b>164.540.554,34</b>	<b>38.446.899,70</b>	<b>(15.949.484,09)</b>	<b>187.037.969,95</b>

#### **21 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O SERPRO, como empresa Patrocinadora e Instituidora, oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar fechada, por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado. Essa Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, e de personalidade jurídica de direito privado. A EFPC tem por finalidade básica instituir, administrar e executar Planos de Benefício de caráter previdenciário.

Desde 2010, a empresa adota a metodologia contida no pronunciamento contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 – Benefícios a Empregados.

Atualmente, os planos existentes são o Plano Serpro I – PSI e Plano Serpro II – PSII. Em 31 de dezembro de 2012 os recursos garantidores dos planos totalizavam R\$ 3,79 bilhões no patrimônio da EFPC. Vale ressaltar que somente o

PS-II aceita novas adesões e que desse fato decorre uma mitigação de riscos para a Patrocinadora por conta das características dos planos, como explicado a seguir:

### 21.1 - Plano SERPRO I – PS I

Plano de Benefício Definido – BD, em 31/12/2012, contava com total de 3.031 participantes ativos e 3.269 assistidos, onde tanto os participantes, quanto as patrocinadoras, contribuem, paritariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender o participante ativo, mediante um benefício pré-determinado, quando o mesmo se aposenta. Deriva dessa característica, o risco, da patrocinadora ter de fazer aportes adicionais para cobrir eventual déficit futuro no plano. Desde outubro de 1996, o PS-I, esta fechado para novas adesões.

Os benefícios previdenciais assegurados por este plano abrangem:

- quanto aos participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação da aposentadoria por velhice, suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial, suplementação da aposentadoria aos ex-combatentes, suplementação do auxílio-doença, suplementação do abono anual, e benefício proporcional diferido; e

- quanto aos beneficiários: suplementação da pensão, suplementação do auxílio-reclusão, pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

No exercício findo em 2012, o Plano PS-I (BD), contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 1.645,48 milhões. Embora encontrava-se em situação deficitária acumulada (equilíbrio técnico) em R\$ 103,6 milhões.

### 21.2 - Plano SERPRO II – PS II

O Plano PS-II, em 31.12.2012, contava com um total de 5.446 participantes ativos e 350 assistidos. É estruturado na modalidade de contribuição variável, em que os benefícios programados são de contribuição definida na fase de acumulação e os benefícios de risco são de benefício definido. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, recursos para usufruir futuramente em suas aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes do plano, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- aos Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;

- aos Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e

- aos Designados: pecúlio por morte.

No exercício findo em 2012, o PS-II, contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 2.152,15 milhões. O plano PS-II, modalidade Benefício Definido (BD), encontrava-se em situação superavitária acumulada (equilíbrio técnico) em R\$ 310,49 milhões.

### 21.3 - Estudo Atuarial (2012)

As premissas atuariais adotadas foram as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC N° 33 (R1) e recomendadas pela EFPC. Como exigido pelas regras do pronunciamento, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais.

#### *Econômicas e Financeiras*

Taxa de desconto atuarial – taxa real	4,00% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal	9,20% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real	4,00% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal	9,20% ao ano
Taxa de crescimento salarial futuro – taxa real	3,00% ao ano
Taxa de crescimento salarial futuro – taxa nominal	8,15% ao ano
Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal	5,00% ao ano
Expectativa de Inflação	5,00% ao ano
Fator de capacidade dos Salários	97,80%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	97,80%

### Demográficas

Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	1% até 47 anos e 0% a partir de 48 anos de idade
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade
Composição Familiar	Família Média: 90% dos participantes casados Mulheres 3 anos mais jovens que os homens Filho temporário até 24 anos.

Os resultados das avaliações atuariais apuraram os seguintes compromissos dos planos com seus participantes, onde para se verificar o nível de cobertura do plano (déficit ou superávit), deve-se abater das obrigações atuariais o valor justo dos ativos, conforme demonstrado a seguir.

#### 21.3.1 - Resultado da Avaliação Atuarial – Plano PS-I

Em milhões de R\$

<b>Conciliação dos (Ativos) e Passivos reconhecidos em milhões de Reais.</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Valor presente das Obrigações Atuariais	1.950,1	1.639,2
Valor justo dos Ativos do plano	(1.687,9)	(1.248,3)
<b>Nível de cobertura, se déficit ou (superávit)</b>	<b>262,2</b>	<b>390,9</b>
Total da despesa adicional a reconhecer	0	58,8
(-) 10% do valor presente das obrigações atuariais	0	(163,9)
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
<b>Resultado do Plano PS-I deficitário para o Patrocinador</b>	<b>262,2</b>	<b>285,82</b>

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa no total de R\$ 262,2 milhões.

Tendo em vista que o CPC 33 (R1) possui efeitos a partir de 01/01/2013, e que já existia um valor provisionado contabilmente para o PS-I de R\$ 157.333.780,83, equivalente ao diferimento 3/5 (três quintos) de R\$ 262,2 milhões, pertinentes ao resultado deficitário no encerramento do exercício de 2012. Entendemos que o ajuste adicional de R\$ 104.889.187,17 possa ser efetuado dentro dos conceitos do CPC 33, neste momento de transição das normas, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), no próximo exercício de 2013.

#### 21.3.2 - Resultado da Avaliação Atuarial – Plano PS-II

Em milhões de R\$

<b>Conciliação dos (Ativos) e Passivos reconhecidos em milhões de Reais.</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Obrigações Atuariais	519,1	280,1
Valor justo dos Ativos do plano	(676,9)	(280,2)
<b>Nível de cobertura, se déficit ou (superávit)</b>	<b>(157,8)</b>	<b>(0,1)</b>
Total da (receita) adicional a reconhecer	0	(98,4)
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
<b>Resultado do Plano PS-II Superavitário para o Patrocinador</b>	<b>(157,8)</b>	<b>(98,5)</b>

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados em quantia suficiente para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando um resultado superavitário de R\$ 157.813.835,00.

Tendo em vista que não é certo que o superávit apurado nesta demonstração possa trazer benefícios econômicos

futuros à empresa, em função de diversas discussões que ocorrem no Fundo Multipatrocinado sobre a estrutura atual do plano, dentre as quais podemos citar a mudança da Tábua de mortalidade geral nos cálculos atuariais, de AT-83 para AT-2000, deliberou-se, em decorrência das alterações a serem implantadas pelo Fundo em 2013, não efetuar o registro de um Ativo Actuarial na Patrocinadora, no valor do *superavit*, para o exercício encerrado em 2012.

#### 21.4 - Obrigações e Provisões na Patrocinadora

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 5.150.566,68, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012, as obrigações de longo prazo, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

Em R\$

Descrição	2012	2011
Contrato SERPRO x SERPROS	62.038.904,85	59.208.916,83
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios (CPC nº 33)	157.333.780,83	114.319.391,06
<b>TOTAL</b>	<b>219.372.685,68</b>	<b>173.528.307,89</b>

#### 21.5 - Instrumentos Contratuais - Dotação Inicial e Lei 8020/1990

O valor de R\$ 62.038.904,85 refere-se às parcelas restantes da obrigação, originalmente pactuada em 240 parcelas mensais, sendo que, até 31 de dezembro de 2012, foram amortizadas 187 parcelas. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC + juros de 0,5% ao mês.

#### 21.6 - Perspectivas no exercício de 2013 - Saldamento PS-I e Aprimoramentos PS-II

##### 21.6.1 – Saldamento PS-I e Aprimoramento PS-II

Durante os exercícios de 2011 e 2012 foram submetidos aos Patrocinadores e órgãos competentes as alterações estatutárias e regulamentares dos planos administrados pela EFPC. O novo Estatuto do Fundo e novos regulamentos dos planos (PS-I e PS-II) foram aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) em agosto de 2012 e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em dezembro de 2012.

Os novos regulamentos dos planos estão previstos, conforme cronograma do Fundo, para vigorar a partir de 01 de abril de 2013, incluindo o Saldamento do PS-I.

**Taxa Atuarial:** segundo a Resolução Nº 09 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), de 29/11/2012, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios, é de 5,75% a.a. para 2013, reduzida em um 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para cada um dos próximos respectivos exercícios e atingindo 4,50% a.a. nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes. Já a Resolução Nº 10 do CNPC, de 19.12.2012, determina a aplicação, pelos Fundos, da tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 (*Actuarial Table*) suavizada em 10% (dez por cento).

##### 21.6.1 – Perspectivas econômicas para o exercício de 2013

**Inflação:** segundo o relatório e pesquisa Focus do Banco Central, a meta de inflação do governo para o ano de 2013 é de 4,5% pelo IPCA, com margem de mais ou menos dois pontos percentuais. Segundo o Focus, de 22.02.2013, a projeção de inflação medida pelo IPCA para 2013 caiu para 5,69% a.a., e para 2014 esta prevista em 5,50%.

**Juros:** Ainda segundo os economistas consultados na pesquisa Focus, mantiveram a previsão de que a taxa básica de juros (SELIC) permanecerá nos 7,25% a.a. até o final de 2013, com perspectiva de elevar-se à 8,25% a.a. para fim de período em 2014.

**Câmbio:** A mediana das projeções para o câmbio dos analistas do “Top 5”, instituições que mais acertam as projeções, para o fechamento de 2013 segue em R\$ 2,00. Enquanto, para 2014, segue em 2,05.

#### 21.7 – Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano. Para o período de maio de 2012 a abril de 2013 o valor do auxílio alimentação/refeição é de R\$ 632,64 (R\$ 601,92 em 2011) para aquisição de refeições e similares,

gêneros alimentícios em supermercado ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

### 21.8 – Plano de Saúde

O SERPRO oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, programa administrado pelo SERPRO, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os titulares optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. O total dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício no período monta R\$ 55.108.781,24 (R\$ 47.484.401,94 em 2011).

### 21.9 – Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado, com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios no período montam R\$ 454.793,33 (R\$ 441.866,34 em 2011).

### 21.10 – Ações de Preparação para Aposentadoria – APA

Desde o exercício 2009, o SERPRO implantou o APA – Ações de Preparação para Aposentadoria. Trata-se de ações permanentes, desenvolvidas pelo Programa SERPRO de Responsabilidade Social e Cidadania – Eixo Qualidade de Vida, onde, em suas condições e procedimentos, são previstos três módulos: Módulo de Orientação – MO, Módulo de Sucessão – MS e Módulo de Incentivo – MI.

Em 2012, excepcionalmente, não ocorreu o Módulo Incentivo. Em 2011 foram realizadas duas etapas do módulo incentivo, os quais, atendendo às estratégias empresariais e considerando o perfil do público-alvo, foi desembolsado o montante de R\$ 32.346.696,90 no primeiro módulo e R\$ 14.572.564,20 no segundo módulo, totalizando R\$ 46.919.261,10. Vale ressaltar que este último ocorreu no mês de dezembro, sendo os desembolsos realizados em janeiro de 2012.

### **NOTA 22 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme disposições estatutárias, de 25%. No acumulado até dezembro de 2012, existem valores provisionados relativos a dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R\$ 42.007.652,67.

Os valores provisionados são referentes dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios 2008 e 2009, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP), conforme previsto na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social nos exercícios em que foram registrados.

Em R\$

Descrição	2009	2008	TOTAL
Dividendos do Exercício	0,00	602.448,73	602.448,73
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	0,00	10.905.128,19
Dividendos Complementares	0,00	18.217.131,39	18.217.131,39
Atualização	3.592.983,64	8.689.960,72	12.282.944,36
<b>TOTAL</b>	<b>14.498.111,83</b>	<b>27.509.540,84</b>	<b>42.007.652,67</b>

O valor de R\$ 18.217.131,39 constante do quadro acima refere-se aos dividendos complementares do exercício 2008, oriundo dos créditos fiscais diferidos realizados naquele período.

### **NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação e apropriação do IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias constituídas no exercício de 2011, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2011, os impostos totalizaram R\$ 91.516.073,50.

Em 2012, os valores destacados a título de IRPJ e CSLL a pagar referente reavaliação das edificações, ocorrida em 2005, foram revertidos. Dessa forma, os tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação foram baixados, restando um saldo de R\$ 68.660.852,20 correspondente ao IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido sobre exclusões temporárias constituídas no exercício de 2012.

### **NOTA 24 – PROVISÕES PASSIVAS**

O SERPRO é parte em processos administrativos e judiciais, de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos. A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 436.567.487,51 (R\$ 494.498.671,17 em 2011), de processos classificados como “prováveis de perda”.

A empresa possui demandas administrativas/judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 50.130.365,14 (R\$ 63.253.961,01 em 2011), classificadas pelos seus assessores jurídicos como “possíveis de perda” e, por este motivo, nenhuma provisão para contingências foi constituída sobre os mesmos.

A análise jurídica dos processos está em acordo com as premissas da resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

A movimentação da provisão no exercício de 2012, está demonstrada a seguir:

**Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	494.498.671,17
Reversão da Provisão	-57.931.183,66
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>436.567.487,51</b>

#### **24.1 - Ações Trabalhistas e Cíveis**

A empresa é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Instâncias Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com suas operações e serviços, principalmente contratos com fornecedores, dentre outros. De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais.

No que tange aos valores, sobressaem as demandas que contestam questões trabalhistas envolvendo indenizações, principalmente em decorrência de alterações nos planos de cargos e salários.

#### **24.2 - Ações Fiscais**

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

O SERPRO, em maio de 2010, foi autuado pela Receita Federal do Brasil através dos Autos de Infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativamente a: auxílio a filhos deficientes, curso de graduação e pós-graduação, seguro de vida em grupo, apresentar a GFIP com omissões, conforme Autos de Infrações nºs: 37.283.642-9, 37.283.643-7, 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando R\$ 1.008.778,09.

Além dos Autos de Infrações supracitados, destaca-se o de nº 37.283.645-3, correspondente a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP nº 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6.166.378,09.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo

junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

## **NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **25.1 - Capital Social**

Conforme o Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 613.618.808,15, exclusivamente integralizado pela União. Com base na Medida Provisória nº 515, publicada em 28 de dezembro de 2010, o SERPRO efetuou o registro contábil de aumento do Capital Social no valor de R\$ 250.000.000,00. Até dezembro de 2011 foram integralizados R\$ 184 milhões, restando R\$ 66 milhões, integralizados em janeiro de 2012.

O capital social está assim constituído:

**Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Saldo</b>
Capital Social Subscrito Decreto nº 6.791/2009	613.618.808,15	613.618.808,15
Incorporação Reserva de Riscos Eventuais	3.736.021,08	617.354.829,23
Aumento de Capital	250.000.000,00	867.354.829,23
<b>Capital Social em 31/12/2012</b>		<b>867.354.829,23</b>

### **25.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis**

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo é de R\$ 138.214.228,61.

A reserva de reavaliação é realizada pela baixa dos bens reavaliados. Desde dezembro de 2010, a vida útil econômica dos imóveis foi alterada de 25 anos para indeterminada e o saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei nº 11.638/2007. Em função dos imóveis possuírem vida útil empresarial indeterminada, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do Ativo.

Diante do exposto, a entidade optou por reverter a provisão para pagamento de tributos sobre a reserva de reavaliação, entendendo que não há expectativa de realização do passivo fiscal diferido constituído.

**Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Reserva de Reavaliação	138.214.228,61	149.146.529,08
( - ) Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	0,00	30.542.231,46
<b>TOTAL</b>	<b>138.214.228,61</b>	<b>118.604.297,62</b>

### **25.3 - Reservas de Lucros**

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, a empresa constituiu as Reservas de Lucros, utilizadas em 2011 para absorver o prejuízo contábil do exercício, em atendimento aos preceitos do artigo 189, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/1976, como se segue:

**Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Reserva Legal	476.153,17	0,00
Reserva Estatutária	202.605,38	0,00
Reserva Especial de Dividendos	4.994.802,68	0,00
Reserva de Retenção de Lucros	3.849.502,18	0,00
<b>Total de Reservas de Lucros</b>	<b>9.523.063,41</b>	<b>0,00</b>

### 25.3.1 - Reserva Legal

A reserva legal está constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Descrição	VALOR
Lucro Líquido do Exercício	65.900.181,06
(-) Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	3.716.982,16
(-) Compensação do Prejuízo	52.660.135,49
= Base de Cálculo da Reserva Legal	9.523.063,41
<b>Reserva Legal 5%</b>	<b>476.153,17</b>

### 25.3.2 - Reserva Estatutária

A reserva estatutária é formada pela reserva de investimentos, onde 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, são destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, cujo saldo na data das demonstrações contábeis é de R\$ 202.605,38.

### 25.3.3 - Reservas Especial de Dividendos

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia (art. 202, § 4o). É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade. A parcela dos lucros não distribuída destinada à constituição desta reserva especial, neste exercício, se deu no montante de R\$ 4.994.802,68 e corresponde aos Dividendos Obrigatórios.

### 25.3.4 - Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das Sociedades Anônimas permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Em 31 de dezembro de 2012, a empresa manteve em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 3.849.502,18.

### NOTA 26 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Em R\$

<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>65.900.181,06</b>
( - ) Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	3.716.982,16
( - ) Compensação do Prejuízo Acumulado	52.660.135,49
<b>= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL</b>	<b>9.523.063,41</b>
( - ) Reserva Legal (5%)	476.153,17
( + ) Realização da Reserva de Reavaliação	10.932.300,47
<b>= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO AÇIONISTA</b>	<b>19.979.201,71</b>
( - ) Remuneração do AÇionista (25%) Reserva Especial de Dividendos	4.994.802,68
( - ) Realização da Reserva de Reavaliação	10.932.300,47
<b>= BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS</b>	<b>4.052.107,56</b>
( - ) Reserva Estatutária – Investimentos 5%	202.605,38
<b>= SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>3.849.502,18</b>
<b>( - ) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS</b>	<b>3.849.502,18</b>
<b>SALDO DE LUCROS ACUMULADOS EM 31/12/2012</b>	<b>0,00</b>

### **NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO**

As receitas financeiras abrangem, principalmente, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras, receita de dividendos e variações a valor justo de ativos financeiros e créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros incidentes sobre os dividendos a pagar e os encargos financeiros das obrigações junto ao Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

Em R\$

Descrição	2012	2011
Despesas Financeiras	-43.156.782,39	-37.798.042,07
Receitas Financeiras	3.907.431,73	11.578.091,16
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-39.249.350,66</b>	<b>-26.219.950,91</b>

### **NOTA 28 – SEGUROS**

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de Dezembro de 2011 podem ser assim demonstradas:

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos e Desmoração	641.944.632,87
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

### **NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS**

#### **29.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes**

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2012, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 979,45 e R\$ 28.422,58. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 30.209,96.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

### **NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA**

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 3.726.570,84, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 267.448,31, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

### **NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC**

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a resolução CFC nº 1.296/10, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

## PARTE B CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE

### 1. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

a) Identificação da Entidade : SERPROS Fundo Multipatrocinado - CNPJ = 297.389.520/0001-99

b) Demonstrativo anual

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

PLANO	VALOR
SERPRO PSI	137.989.680,06
SERPRO PSII	451.169.340,42
<b>Total</b>	<b>589.159.020,48</b>

Fonte: InfoGP – Jan a Dez 2012

- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes ativos:

PLANO	VALOR
SERPRO PSI - Contribuições Normais Empregados	12.777.147,72
SERPRO PSII - Contribuições Normais Empregados	46.978.647,25
<b>Subtotal Empregados</b>	<b>59.755.794,97</b>

- Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora para participantes ativos e inativos

Descrição	Valor (Regime de Competência)
1- Contribuições Paritárias Patrocinadora (PS-I)	R\$ 12.777.147,72
2- Contribuições Paritárias Patrocinadora (PS-II)	R\$ 46.978.647,25
<b>Subtotal contribuições normais paritárias</b>	<b>R\$ 59.755.794,97</b>
3- Contribuições Paritárias dos Assistidos (PS-I)	R\$ 8.721.063,82
4- Contribuições Afastados por Doença (PS-II)	R\$ 42.154,88
<b>Subtotal Contribuições Patrocinadora</b>	<b>R\$ 68.519.013,67</b>
<b>Legenda:</b>	
1- PS-I – Plano Serpro I. Plano de benefícios previdenciários, constituído sob a forma de Benefício Definido.	
2- PS-II – Plano Serpro II. Plano de benefícios previdenciários, constituído sob a forma de Contribuição Definida.	
3- Contribuições Paritárias dos Assistidos. São as contribuições calculadas com base nos benefícios pagos aos ex-empregados da patrocinadora pertencentes ao PS-I, plano de Benefício Definido.	
4- Contribuições Paritárias dos empregados da patrocinadora afastados por motivo de doença.	

- Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:

Descrição	Valor (Regime de Competência)
5- Instrumentos Contratuais – Dotação Inicial	R\$ 11.576.207,59
6- Instrumentos Contratuais – Lei 8.020/1990	R\$ 5.297.325,61
7- Instrumentos Contratuais – Aporte Migração	R\$ 8.079,76
8- Encargos Moratórios	R\$ 1.306.029,43
9- Empréstimos Consignados aos Empregados	R\$ 10.709.672,19
10- Aluguéis da Regional do Serpro Belém	R\$ 487.096,51
11- Contribuições Espontânea	R\$ 381.960,78
<b>Total Outros</b>	<b>R\$ 29.766.371,87</b>

● **Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:**

**(item 5) Dotação Inicial** – instrumento contratual de 23.06.1997, com amortização pelo sistema francês em 20 anos, conforme reavaliação atuarial em 1980, oriundo na constituição do fundo, destinado a riscos iminentes. Restando 53 parcelas vincendas a partir de jan/13;

**(item 6) Lei nº 8.020/90** - instrumento contratual de 23.06.1997, com amortização pelo sistema francês em 20 anos das diferenças de taxas, para a manutenção do plano de custeio da Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, relativas ao enquadramento perante a citada lei, restando 53 parcelas vincendas a partir de jan/13;

**(item 7) Aporte Migração** – migração do PS-I para o PS-II, com amortização pelo sistema francês em 30 anos, decorrente do incentivo aos participantes para migração do Plano SERPRO I para o Plano SERPRO II, restando 227 parcelas vincendas a partir de jan/13;

**(item 8) Encargos moratórios** – são os valores cobrados pela EFPC em função de pagamentos realizados com atrasos, devido insuficiência de caixa, durante os exercícios de 2011 e 2012;

**(item 9) Empréstimos Consignados aos empregados** – valores referentes a empréstimos realizados por participantes do SERPROS, com desconto em folha (em consignação) e repassados pela patrocinadora mensalmente;

**(item 10) Aluguéis** – contrato de locação comercial. Valores de aluguéis mensais do edifício do SERPRO na Regional Belém, pertencente à EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado; e

**(item 11) Contribuição Espontânea** – repasses das contribuições espontâneas dos empregados do Plano PS-II, não incidindo paridade contributiva pela patrocinadora.

As informações a seguir: manifestação da Secretaria de Previdência Complementar, valor por tipo de aplicação, política de investimentos, parecer da auditoria independente, e conclusões do último estudo atuarial têm como fonte o SERPROS, através do Ofício OF DP 050/2013 de 01.04.2013.

● Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar SERPROS

A Previdência Complementar não mais se manifesta formalmente sobre o balanço das entidades.

● Política de investimentos

Direcionamento aprovado pelo CDE - Política de Investimentos 2012

Segmentos	PSI				PSII BD				PSII CD				PGA				Consolidado	
	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	Atual	Limite Legal
Renda Fixa	65,00%	97,52%	85,39%	<b>87,98%</b>	82,00%	100,00%	91,49%	<b>92,34%</b>	50,00%	87,65%	73,09%	<b>79,30%</b>	100,00%	100,00%	100,00%	<b>100,00%</b>	<b>86,32%</b>	<b>100,00%</b>
Renda Variável	2,48%	17,01%	10,12%	<b>4,52%</b>	0,00%	3,00%	0,87%	<b>2,43%</b>	12,35%	35,00%	19,22%	<b>10,64%</b>	0,00%	0,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	<b>6,01%</b>	<b>70,00%</b>
Investimentos Estruturados	0,00%	5,00%	0,97%	<b>3,37%</b>	0,00%	9,00%	7,00%	<b>4,52%</b>	0,00%	10,00%	4,48%	<b>7,20%</b>	0,00%	0,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	<b>4,81%</b>	<b>20,00%</b>
Investimentos no Exterior	0,00%	2,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	0,00%	1,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	0,00%	2,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	0,00%	0,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>
Imóveis	0,00%	4,00%	1,98%	<b>2,72%</b>	0,00%	3,00%	0,57%	<b>0,63%</b>	0,00%	4,00%	1,10%	<b>1,59%</b>	0,00%	0,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	<b>1,82%</b>	<b>8,00%</b>
Operações com Participante	0,00%	10,00%	1,54%	<b>1,40%</b>	0,00%	7,00%	0,07%	<b>0,08%</b>	0,00%	10,00%	2,11%	<b>1,27%</b>	0,00%	0,00%	0,00%	<b>0,00%</b>	<b>1,04%</b>	<b>15,00%</b>

- Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

**POSIÇÃO SERPROS EM 31/12/2012**

<b>Programa de Investimentos</b>	<b>R\$ Mil</b>	<b>%</b>	<b>CMN nº 3.792</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>3.186.974</b>	<b>86,4%</b>	<b>100%</b>
Carteira Própria	3.142.327	85,2%	-
Carteira Terceirizada	44.647	1,2%	-
<b>Renda Variável</b>	<b>222.000</b>	<b>6,0%</b>	<b>70%</b>
Carteira de Médio Prazo	192.529	5,2%	-
Carteira Terceirizada	28.110	0,8%	-
Outros <sup>(1)</sup>	1.361	0,0%	-
<b>Estruturados</b>	<b>177.697</b>	<b>4,8%</b>	<b>20%</b>
Fundos de Participações	136.406	3,7%	20%
Fundos Imobiliários	41.291	1,1%	-
<b>Derivativos</b>	<b>943</b>	<b>0,0%</b>	<b>5%</b>
Swap	943	0,0%	-
<b>Operações com Participantes</b>	<b>38.394</b>	<b>1,0%</b>	<b>15%</b>
Empréstimos	36.538	1,0%	15%
Financiamentos Imobiliários	1.856	0,1%	10%
<b>Imóveis</b>	<b>67.170</b>	<b>1,8%</b>	<b>8%</b>
Imóveis em carteira	67.170	1,8%	-
<b>Disponível</b>	<b>539</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>13</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
<b>Outros Realizáveis <sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
<b>Exigíveis de Investimentos <sup>(3)</sup></b>	<b>(4.019)</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-</b>
<b>Recursos Garantidores</b>	<b>3.689.711</b>	<b>100,0%</b>	

(1) Outros - Dividendos a receber + Mercado a Vista + Juros sobre Capital Próprio

(2) Lançamento em conformidade com a Instrução PREVIC nº 05/2011.

A seguir são apresentados os documentos do SERPROS na seguinte ordem:

- Conclusões do último estudo atuarial – Planos PSI e PSII.
- Parecer da Auditoria independente.



## PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO

### 1. Introdução

O Plano de Benefícios SERPRO - PSI é um Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas são avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização. Destaca-se que este plano está fechado a novas adesões (em extinção).

### 2. Provisões Matemáticas

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2012, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO - PSI foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	dez/11	dez/12
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 816.726.576,86	R\$891.561.569,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 816.726.576,86	R\$891.561.569,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	R\$ 648.523.974,58	R\$ 712.600.078,58
	R\$ 168.202.602,28	R\$178.961.490,83
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	R\$ 742.453.286,00	R\$787.207.953,82
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$ 705.322.487,44	R\$753.056.914,16
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$ 983.901.839,00	R\$1.041.906.360,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 139.289.675,78)	(R\$ 144.424.722,92)
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Não Programado	(R\$ 139.289.675,78)	(R\$ 144.424.722,92)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	R\$ 37.130.798,56	R\$ 34.151.039,66
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$ 51.741.609,00	R\$ 47.193.678,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 7.305.405,22)	(R\$ 6.521.319,17)
	(R\$ 7.305.405,22)	(R\$ 6.521.319,17)

Em relação aos valores de dezembro de 2011 a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, no exercício de 2012, aumento de 9,16%, decorrente principalmente da movimentação ocorrida com a concessão de novos benefícios (totalizando 63 benefícios a mais do que havia em dez/2011), que sofreu um incremento devido ao Programa de Ações de Preparação para a Aposentadoria (APA), realizado pela patrocinadora SERPRO, no final de 2011 com reflexos em jan/2012.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder aumentou 6,03%, resultante da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros observados no período de análise.



### 3. Resultado do Exercício

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$1.580.481.536,73. É, portanto, inferior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.678.769.523,23, conduzindo ao déficit técnico de R\$98.287.986,50.

A cobertura das Provisões Matemáticas face ao Ativo Líquido Patrimonial aumentou de 90,02 % em 2011 para 94,15% em 2012.

A rentabilidade das cotas do plano, no exercício, foi de 16,01%, superior à exigência atuarial de 12,31%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a.

O principal motivo para a redução do déficit em R\$57.273.886,54 (comparativamente ao resultado de 12/2011) foi a performance financeira, já que a rentabilidade alcançada foi bem superior à meta atuarial.

A situação deficitária do PSI, desde o exercício de 2001, resulta da conjugação de diversos fatores que majoraram os encargos do plano, tanto estruturais quanto conjunturais, tais como: tributação dos Fundos de Pensão, o que obrigou o SERPROS a pagar imposto não previsto; instituição do fator previdenciário pela previdência oficial, transferindo para o PS-I encargos adicionais; diminuição drástica da inflação, o que importou na redução do desconto aplicado aos encargos previstos com o pagamento de benefícios; aumento da expectativa de vida, o que leva ao pagamento de rendas vitalícias em prazo superior ao inicialmente estimado, elevando o custo do plano; perdas patrimoniais decorrentes de investimentos realizados; redução no *turnover* de empregados do SERPRO, também reduzindo o desconto aplicado aos encargos com o pagamento de benefícios; dentre outros.

Considerando o déficit observado no exercício de 2012, o plano de custeio praticado mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do plano.

Nesses termos, segundo art. 21 da Lei Complementar 109/2001, mantendo-se a mesma linha da proposta de equilíbrio aprovada em 2003 pelo Conselho Deliberativo do Serpros e pela Patrocinadora Serpro, e implementada parcialmente em 01/10/2008 com o aumento de 35% do plano de custeio, sua revisão ainda indica a necessidade de ajuste das contribuições de participantes ativos, assistidos e patrocinadores em 19,71%.

### 4. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.





## 5. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método agregado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação.

Como o plano se encontra em extinção, o método agregado é o mais indicado para a mensuração do passivo atuarial, já que esse método implica no reconhecimento mais acelerado dos compromissos previstos pelo plano.

Nesse método, os custos são definidos como a relação entre a parcela do valor presente dos benefícios não coberto pelo patrimônio existente, e o valor presente da folha de salários. Ressalte-se que nesse método não deve existir nem déficit e nem superávit e, conseqüentemente, o plano de custeio deve ser revisto a cada ano.

Porém, no caso do SERPROS, ajustes no plano de custeio não podem ser aplicados imediatamente, pois dependem de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador, já que é uma Entidade patrocinada por empresa da administração pública.

## 6. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa o principal risco na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo técnico visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas para o exercício de 2013, comparativamente ao exercício anterior:

Premissa	2011/2012	2012/2013
Taxa de Inflação	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Juros	6%a.a.	6%a.a.
Crescimento Salarial	3%a.a.	3%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-83 segregada por sexo	<b>AT-2000 segregada por sexo</b>
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Light Fraca	<b>Álvaro Vindas</b>
Morbidez	Experiência Stea	<b>Experiência Stea suavizada</b>
Herdeiros	Experiência SERPRO	Experiência SERPRO
Tábua do INSS	IBGE 2010	<b>IBGE 2011</b>



Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, as premissas concernentes à mortalidade geral, a entrada em invalidez e entrada em auxílio-doença (morbidez) foram redimensionadas, passando-se a adotar as tábuas AT-2000 como mortalidade geral, Álvaro Vindas para entrada em invalidez e Stea Suavizada em 15% para morbidez.

De acordo com os estudos realizados, a tábua que se mostrou mais aderente à mortalidade geral da massa de participantes foi a AT-2000 segregada por sexo. O efeito da alteração da tábua de mortalidade geral, passando da tábua AT-83 segregada por sexo para a tábua AT-2000 segregada por sexo, foi o aumento da provisão matemática global em R\$12.689.703,96 (0,76%).

A tábua de entrada em invalidez, que apresenta a probabilidade de um indivíduo válido tornar-se inválido, sofreu alteração, passando da Light Fraca para a Álvaro Vindas, pois os estudos realizados demonstraram a necessidade de adequação dessa premissa para uma tábua que considerasse menores taxas de entrada em invalidez. Tal alteração resultou na redução do encargo de invalidez, já que com a aplicação da nova tábua, estima-se que menos participantes entrarão em gozo de benefício por invalidez. Porém, tal impacto foi compensado pelo aumento do encargo com o benefício programado, pois a nova premissa estima que mais participantes entrarão em gozo da aposentadoria programada. Desta forma, o impacto dessa premissa, no valor das provisões, não foi significativo.

Para a premissa de entrada em auxílio-doença, os estudos realizados constataram a necessidade de adoção de uma premissa com menores taxas de entrada em auxílio-doença, para tanto aplicamos uma suavização de 15% nas taxas da tábua anteriormente adotada (STEA). Tal alteração gerou um impacto de redução na provisão matemática de benefícios a conceder, de R\$1.310.209,00, uma vez que admite que menos participantes entrarão em benefício de auxílio-doença.

O fator previdenciário tem na sua formulação, a expectativa de vida divulgada pelo IBGE (unisex), e essa é divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – FIBGE, no final de cada ano, sendo, desse modo, alterada da atual experiência 2010 para a experiência 2011 (unisex). O impacto dessa alteração no plano foi a redução da provisão matemática de benefícios a conceder em R\$ 2.105.792,00.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações e encontram-se aderentes.





Vale ressaltar que para a determinação das premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial, além de avaliar aquelas mais adequadas à realidade da Entidade, é necessário observar o disposto na legislação em vigor. Destaca-se que de acordo com a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 2006, a taxa máxima de juros admitida para a avaliação atuarial, e atualmente adotada, é de 6% a.a., condizente com o estudo de viabilidade (ALM) realizado. A alteração introduzida pela Resolução CGPC MPS/CNPC Nº 9 de 29/11/2012 aponta para uma redução dessa taxa máxima para 5,75%a.a. a partir da avaliação atuarial do exercício de 2013, com redução de 0,25 pontos percentuais ao ano até atingir o patamar de 4,5% a.a. em 2018.

#### 7. Carregamento Administrativo

Não há carregamento administrativo incidindo sobre as contribuições. Ressaltamos que procedemos à avaliação atuarial adotando a fonte e o critério de custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo, sendo a taxa de administração limitada a 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação do Fundo Administrativo indica-se a viabilidade da adoção da Fonte de Custeio aprovada, conforme parecer específico.

#### 8. Custos do Plano

A metodologia agregada adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente ao exercício anterior, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação à folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	12/2011	12/2012
	54,41%	43,93%
<b>Contribuições</b>	<b>12/2011</b>	<b>12/2012</b>
Patrocinadores	59,39%	71,40%
Normal	43,99%	52,89%
Extraordinária	15,40%	18,51%
Participantes Ativos	7,70%	7,96%
Normal	5,70%	5,90%
Extraordinária	2,00%	2,06%
Assistidos	12,50%	12,50%
Normal	9,26%	9,26%
Extraordinária	3,24%	3,24%



A variação no percentual das contribuições deve-se à movimentação ocorrida durante o ano na massa de participantes, que gerou a redução da folha salarial.

Verifica-se uma redução do custo global dos benefícios de 2011 para 2012, o que está condizente com a redução do déficit ocorrida em dezembro de 2012, decorrente principalmente da rentabilidade do ativo garantidor acima da meta atuarial, conforme mencionado anteriormente.

### 9. Alteração do Plano

Após todo o trâmite legal pelos órgãos competentes, foi aprovada em 06/12/2012 através do Ofício nº 4479/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 709 do DOU de 07/12/2012, proposta de alteração regulamentar no PSI, contemplando o saldamento do plano de benefícios, abrangendo universal e exclusivamente os participantes ativos e os assistidos em suplementação de auxílio-doença.

Importante destacar que o processo de saldamento está previsto no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela Entidade, publicado no DOU de 27/10/2011. Esse instrumento formaliza o compromisso assumido com a PREVIC pelos administradores da Entidade, representantes do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora, para equacionamento do déficit técnico do PSI através do saldamento do Plano e caso este se mostre insuficiente, a introdução de contribuições adicionais paritárias, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001.

Ressaltamos que o regulamento contemplando o saldamento foi aprovado pelos órgãos competentes dentro do prazo previsto no TAC. De acordo com o artigo 112 do regulamento do plano, o saldamento será implementado em 01/04/2013, quando será realizada uma nova avaliação atuarial para dimensionamento do custo do plano saldado.

### 10. Conclusão

Embora haja o monitoramento constante do Plano SERPRO, há de se considerar que existem riscos inerentes a este plano, posto que é de benefício definido, dependente da rentabilidade patrimonial, do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS.

Tais riscos serão minimizados quando ocorrer o saldamento do plano, conforme contemplado na alteração regulamentar, devidamente aprovada pelos órgãos competentes, e formalizada no TAC.





Na data de efetivação do saldamento, será realizada nova avaliação atuarial para dimensionamento do custo do plano saldado, objetivando seu equilíbrio. Caso o saldamento do PSI se mostre insuficiente para eliminação do déficit técnico do plano, deverá ocorrer o incremento das contribuições adicionais praticadas paritariamente, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001, conforme previsto no TAC.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2013.

  
Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
ATUÁRIA - MIBA Nº 1042



**PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II**

**1. Introdução**

O Plano de Benefícios SERPRO II – PS II é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

**2. Provisões Matemáticas**

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2012, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO II – PS II foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	dez/11*	dez/12
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 242.351.736,13	R\$ 296.167.913,28
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 242.351.736,13	R\$ 296.167.913,28
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	R\$ 198.834.100,17	R\$ 245.262.810,39
	R\$ 43.517.635,96	R\$ 50.905.102,89
<b>Benefícios a Conceder</b>		
<b>Contribuição Definida</b>	R\$ 1.280.204.967,69	R\$ 1.354.890.315,40
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$ 1.181.649.589,95	R\$ 1.283.319.857,80
Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$ 208.703.931,91	R\$ 256.352.947,38
<b>Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado</b>	R\$ 972.945.658,04	R\$ 1.026.966.910,42
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$ 35.662.709,41	R\$ 27.520.577,65
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$ 114.519.609,27	R\$ 120.816.306,93
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 39.428.449,93)	(R\$ 46.647.864,64)
<b>Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização não Programado</b>	(R\$ 39.428.449,93)	(R\$ 46.647.864,64)
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$ 62.892.668,33	R\$ 44.049.879,95
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$ 201.960.082,65	R\$ 193.380.531,31
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 69.533.707,16)	(R\$ 74.665.325,68)
	(R\$ 69.533.707,16)	(R\$ 74.665.325,68)

\*Para fins de comparação foi realizado ajuste na abertura das contas do encerramento de 2011 para adequar aos campos da Demonstração Atuarial (implementado a partir de janeiro/2012).

Os Fundos Previdenciais, constituídos para dar maior garantia ao Plano, foram reavaliados em R\$126.947.413,55 em dez/12, estando assim discriminados:



Fundos	dez/11	dez/12
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Adesão	R\$ 8.113.190,96	R\$ 9.342.358,72
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Longevidade	R\$ 86.132.384,38	R\$ 108.292.414,49
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	R\$ 6.604.525,02	R\$ 9.312.640,34

Onde:

*Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Adesão: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.*

*Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Longevidade: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do plano de benefícios.*

*Fundo de Compensação de Cotas Excedentes: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.*

De acordo com determinação da fiscalização da PREVIC, Relatório nº25/2010/ERRJ/PREVIC datado de 16/12/2010, o saldo então existente no Fundo de Oscilação de Risco foi revertido para a conta de Superávit do PSII em dezembro de 2010 e a partir dessa data, apura-se resultado para o plano.

Comparativamente aos valores apresentados em dezembro de 2011, no que concerne à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, verifica-se uma redução de 27,38% da parcela de risco no exercício, decorrente principalmente das alterações das premissas de mortalidade geral, entrada em invalidez e morbidez.

Com relação à parcela de contribuição definida, observa-se um aumento de 8,60%. Verifica-se que a variação ocorrida foi inferior à rentabilidade do plano, de 11,36%, devido principalmente à alteração da massa de participantes (entradas em benefícios, tanto programados quanto de risco, além de resgates).

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, no exercício de 2012, acréscimo de 22,21%, destacando-se como fator que contribuiu para tal acréscimo as novas concessões de benefícios (totalizando 39 benefícios, programados e de risco, a mais em relação ao ano anterior), decorrentes principalmente do Programa de Ações de Preparação para a Aposentadoria (APA) realizado pela patrocinadora SERPRO, no final de 2011, com reflexo em jan/2012.





### 3. Resultado do Exercício

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$1.961.554.084,52. É, portanto, superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.651.058.228,68, conduzindo ao superávit técnico de R\$310.495.855,84, sendo R\$91.934.592,72 alocados na Reserva de Contingência e R\$218.561.263,12 na Reserva Especial para Revisão de Plano, estando o plano sujeito, portanto, às determinações constantes na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10 de 19/12/2012.

No quadro a seguir apresentamos a evolução do superávit do plano:

Conta	dez/11	dez/12
Superávit	R\$ 248.175.477,08	R\$ 310.495.855,84
Reserva de Contingência	R\$ 85.226.778,46	R\$ 91.934.592,72
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 162.948.698,62	R\$ 218.561.263,12

O incremento de 25% observado no superávit do plano (parcela de benefício definido), que passou de R\$248.175.477,08 em dez/2011 para R\$310.495.855,84 em dez/2012, deve-se às alterações das premissas de entrada em invalidez e de morbidez, conjugadas aos impactos demográficos e econômico-financeiros observados no período de análise.

A rentabilidade no exercício de 2012, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 10,19% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 11,36% no que se refere aos saldos de conta de participantes, enquanto a meta atuarial foi de 12,31%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a.

Conforme mencionado no item 2 deste parecer, o plano possui superávit desde dezembro de 2010, quando foi feita a reversão do Fundo de Oscilação de Risco, no valor de R\$106.938.664,57. Desde então, o superávit do plano aumentou, indicando que esse resultado superavitário decorre de aspectos não só conjunturais, mas também estruturais, e que o plano de custeio praticado está superdimensionado para a atual massa de participantes. Sendo assim, existe a necessidade de revisão do plano de custeio referente à parcela delineada na modalidade de benefício definido.

De acordo com o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, que dispõe sobre a apuração, destinação e utilização de superávit, a revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios, a partir da constituição da reserva especial. Sendo assim, tal revisão deverá ocorrer até o encerramento do exercício de 2013.

### 4. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

  
3



## 5. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia de avaliação dos benefícios de risco pautou-se no método agregado, buscando a relação entre os compromissos e as obrigações desses benefícios, na data de avaliação.

O método agregado está adequado para o financiamento dos benefícios de risco do plano, pois enquadra-se na legislação vigente que preconiza que nos planos estruturados na modalidade de benefício definido pelo regime de capitalização, o método mínimo de financiamento dos encargos atuariais necessários para garantir os benefícios do plano é o crédito unitário.

Nesse método, os custos são definidos como a relação entre a parcela do valor presente dos benefícios não coberto pelo patrimônio existente, e o valor presente da folha de salários. Ressalte-se que nesse método não deve existir nem déficit e nem superávit e, conseqüentemente, o plano de custeio deve ser revisto a cada ano.

Porém, no caso do SERPROS, ajustes no plano de custeio não podem ser aplicados imediatamente, pois dependem de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador, já que é uma Entidade patrocinada por empresa da administração pública.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

## 6. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa o principal risco na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas para o exercício de 2013, comparativamente ao exercício anterior:





Premissa	2011/2012	2012/2013
Taxa de Inflação	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Juros	6%a.a.	6%a.a.
Crescimento Salarial	3%a.a.	3%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-83 segregada por sexo	<b>AT-2000 segregada por sexo</b>
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Light Fraca	<b>Álvaro Vindas</b>
Morbidez	Experiência Stea	<b>Experiência Stea Suavizada</b>
Herdeiros	Experiência SERPRO	Experiência SERPRO

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, as premissas concernentes à mortalidade geral, entrada em invalidez e entrada em auxílio-doença (morbidez) foram redimensionadas, passando-se a adotar as tábuas AT-2000 como mortalidade geral, Álvaro Vindas para entrada em invalidez e STEA Suavizada em 15% para morbidez.

De acordo com os estudos realizados, a tábua que se mostrou mais aderente à mortalidade geral da massa de participantes foi a AT-2000 segregada por sexo. O efeito da alteração da tábua de mortalidade geral, passando da tábua AT-83 segregada por sexo para a tábua AT-2000 segregada por sexo, foi a redução da Provisão Matemática global, resultando no incremento do Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos – Longevidade em R\$13.694.111,02.

A tábua de entrada em invalidez, que apresenta a probabilidade de um indivíduo válido tornar-se inválido, sofreu alteração, passando da Light Fraca para a Álvaro Vindas, pois os estudos realizados demonstraram a necessidade de adequação dessa premissa para uma tábua que considerasse menores taxas de entrada em invalidez. Tal alteração resultou na redução do encargo de invalidez, já que com a aplicação da nova tábua estima-se que menos participantes entrarão em benefício por invalidez e mais participantes entrarão em benefício programado. Como consequência, houve uma redução de R\$ 10.223.420,10 na provisão matemática de benefícios a conceder referente à parcela de risco. A alteração dessa premissa não causou impacto no encargo do benefício de aposentadoria programada já que este é em função dos saldos de contas individuais.

Para a premissa de entrada em auxílio-doença, os estudos realizados constataram a necessidade de adoção de uma premissa com menores taxas de entrada em auxílio-doença, para tanto aplicamos uma suavização de 15% nas taxas da tábua anteriormente adotada. Tal alteração gera um impacto de redução na provisão matemática de benefícios a conceder de R\$13.666.830,71, uma vez que admite que menos participantes entrarão em benefício, de auxílio-doença. A alteração desta premissa não causou impacto na parcela de contribuição definida.





As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações e encontram-se aderentes.

Vale ressaltar que para a determinação das premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial, além de avaliar aquelas mais adequadas à realidade da Entidade, é necessário observar o disposto na legislação em vigor. Destaca-se que de acordo com a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 2006, a taxa máxima de juros admitida para a avaliação atuarial, e atualmente adotada, é de 6% a.a., condizente com o estudo de viabilidade (ALM) realizado.

Conforme mencionado anteriormente, o plano está superavitário desde dez/2010, portanto sujeito à aplicação da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 10 de 19/12/12 que aponta para uma redução da atual taxa máxima de juros a ser adotada na revisão do plano de benefícios (5% a.a.), em 0,25 pontos percentuais a partir da avaliação atuarial do fechamento do exercício de 2013, com redução progressiva até 2018.

#### 7. Carregamento Administrativo

Não há carregamento administrativo incidindo sobre as contribuições. Ressaltamos que procedemos à avaliação atuarial adotando a fonte e o critério de custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo, sendo a taxa de administração limitada a 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação específica do Fundo Administrativo indica-se a viabilidade da adoção da Fonte de Custeio aprovada.

#### 8. Plano de Custeio

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente ao exercício anterior, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação à folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	12/2011	12/2012
	5,760%	5,893%



Contribuições	12/2011	12/2012
Normais Patrocinadores		
Benefícios Programados <sup>(1)</sup>	6,561%	6,778%
Benefícios de Risco <sup>(2)</sup>	2,879%	2,947%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Normais Participantes Ativos		
Benefícios Programados <sup>(1)</sup>	6,561%	6,778%
Benefícios de Risco <sup>(2)</sup>	2,879%	2,947%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Participantes Assistidos	3,00%	3,00%
Normal	3,00%	3,00%
Extraordinária	-	-

(1) Em relação à folha salarial

(2) Em relação ao valor presente da folha

O custo global dos benefícios de risco referente à parcela de Benefício Definido passou de 5,760% em 2011 para 5,893% em 2012, sendo a variação decorrente da movimentação de participantes (novas adesões e entradas em benefício).

Os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta dos participantes. As contribuições referentes a esses benefícios são calculadas com base na média das contribuições realizadas no exercício, destinadas à formação dos saldos de conta, que são as contribuições suplementares dos participantes (parcela obrigatória de 1% sobre o salário-de-participação mais um percentual facultativo, limitado a 15%, sobre o excesso do salário-de-participação em relação ao Valor de Referência Serpro).

As contribuições relativas aos benefícios de risco são determinadas a partir da aplicação do plano de custeio vigente (percentuais variáveis de acordo com a idade de adesão ao plano) sobre os salários.

As contribuições dos assistidos são fixas em 3,00% dos benefícios e não há paridade patronal.

A variação dos percentuais de contribuição verificada no quadro anterior deve-se à movimentação na massa de participantes e variação salarial.

## 9. Alteração do Plano

Após todo o trâmite legal pelos órgãos competentes, foi aprovada em 12/12/2012 proposta contemplando alterações regulamentares no PSII, através do Ofício nº 4612/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 726 do DOU de 14/12/2012.





As alterações introduzidas no regulamento indicam uma redução dos custos dos benefícios de risco, portanto, o plano de custeio será redimensionado de acordo com o nível das coberturas oferecidas.

Ressaltamos que no início de vigência das alterações regulamentares será realizada nova avaliação atuarial do plano.

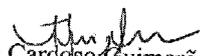
#### 10. Conclusão

Visando adequar o Plano SERPRO II às reais necessidades previdenciárias, foi aprovado em dez/2012, pelos órgãos competentes, alterações regulamentares que implicam em redução dos custos dos benefícios de risco. Portanto, o plano de custeio será redimensionado de acordo com os novos níveis de benefícios oferecidos pelo plano.

O custo do plano de benefícios no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da contribuição suplementar facultativa escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.

Ante o exposto, verifica-se que o Plano de Benefícios SERPRO II está superavitário e de acordo com a Resolução CGPC nº 26 de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 10 de 2012, deverá obrigatoriamente ser revisto após o decurso de três exercícios a partir da constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano, o que será realizado até o encerramento do exercício de 2013, após a implementação das alterações regulamentares aprovadas.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2012.

  
Tatiana Cardoso Guimarães da Silva  
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042



Rio de Janeiro  
Av. Treze de Maio, 23 s/2502 a 2505  
20031-902 Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (55-21) 2558-2200  
Fax: (55-21) 2285-0603

São Paulo  
Rua Emílio Mallet, 317 -  
cj.502/503 - Tatuapé  
03320-000 São Paulo/SP  
Tel/Fax: (55-11) 2076-0608

e-mail: [pscontax@pscontax.com.br](mailto:pscontax@pscontax.com.br)  
website: [www.pscontax.com.br](http://www.pscontax.com.br)

PSC-R-026/13-115

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Patrocinadoras e Participantes do  
SERPROS – Fundo Multipatrocinado.  
Rio de Janeiro / RJ

1. Examinamos as Demonstrações Contábeis do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, que compreendem o Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas Demonstrações Consolidadas da Mutações do Patrimônio Social e do Plano de Gestão Administrativa, e as Demonstrações Individuais por Plano de Benefício do Ativo Líquido, da Mutações do Ativo Líquido, e das Obrigações Atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

2. A Administração do SERPROS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, consideramos os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis do SERPROS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

 79 



Rio de Janeiro  
Av. Treze de Maio, 23 s/2502 a 2505  
20031-902 Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (55-21) 2558-2200  
Fax: (55-21) 2285-0603

São Paulo  
Rua Emílio Mallet, 317 –  
cj.502/503 - Tatuapé  
03320-000 São Paulo/SP  
Tel/Fax: (55-11) 2076-0608

e-mail: [pscontax@pscontax.com.br](mailto:pscontax@pscontax.com.br)  
website: [www.pscontax.com.br](http://www.pscontax.com.br)

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

4. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas e individuais por Plano de Benefício do SERPROS – Fundo Multipatrocinado em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

#### Ênfase

##### a) - Conforme descrito na nota explicativa 4.2.3.2 Fundos de Investimentos:

Gestão Terceirizada – letra C - Fundo de Investimento em Participações Patriarca Private Equity FIP - em decorrência da intervenção do Banco BVA S/A pelo Banco Central do Brasil ocorrida em 19/10/2012, o Administrador do Fundo – BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda. registrou o lançamento de PCLD – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 45 milhões equivalente a 97% do valor principal aplicado.

##### b) – Conforme descrito na nota explicativa 4.2.1.1 – Recursos a Receber:

Prestações em Atraso das Contribuições Contratadas. No exercício de 2012 a Patrocinadora quitou as prestações principais da dívida. Porém, os juros moratórios não foram pagos. A Diretoria Executiva em reunião realizada no dia 07/03/2012, Ata nº 09, decidiu iniciar as medidas e negociações administrativas com o SERPRO e autorizou a constituição de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa dos valores relativos aos juros de moratórios. Em 11/12/2012 a Assessoria Jurídica encaminhou à Diretoria Executiva posicionamento sobre o assunto, na CI ASJU 134/12, que considerando a decisão final do TCU, determinando a retomada dos pagamentos das contribuições contratuais, antes suspensas pelo SERPRO, e a reiterada negativa da Patrocinadora em pagar os juros de mora, recomenda o reencaminhamento do assunto à Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC. Em reunião realizada nos dias 12 e 13/12/2012, Ata nº 52, a Diretoria Executiva decide acatar a recomendação da Assessoria Jurídica.

c) – Na avaliação atuarial o Déficit Técnico acumulado observado no exercício de 2012 de R\$ 98.288mil, indica que o plano de custeio praticado para o benefício do SERPRO PS-I, mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do plano. Nesses termos, segundo art. 21 da Lei Complementar 109/2001, mantendo-se a mesma linha de proposta de equilíbrio aprovada em 2003, pelo Conselho Deliberativo do SERPROS e Patrocinadora SERPRO, e implementada parcialmente em 01/10/2008 com o aumento de 35%

80



Rio de Janeiro  
Av. Treze de Maio, 23 s/2502 a 2505  
20031-902 Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (55-21) 2558-2200  
Fax: (55-21) 2285-0603

São Paulo  
Rua Emílio Mallet, 317 -  
cj.502/503 - Tatuapé  
03320-000 São Paulo/SP  
Tel/Fax: (55-11) 2076-0608

e-mail: [pscontax@pscontax.com.br](mailto:pscontax@pscontax.com.br)  
website: [www.pscontax.com.br](http://www.pscontax.com.br)

do plano de custeio, sua revisão ainda indica a necessidade de ajuste das contribuições de participantes ativos assistidos e patrocinados em 19,71%. Após todo o trâmite legal pelos órgãos competentes, foi aprovada em 06/12/2012 através do Ofício nº4479/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 709 do DOU de 07/12/2012, proposta de alteração regulamentar do PS-I, contemplando o saldamento do plano de benefícios, abrangendo universal e exclusivamente os participantes ativos e os assistidos em suplementação de auxílio doença. Ressaltamos que o regulamento contemplando o saldamento foi aprovado pelos órgãos competentes dentro do prazo previsto no TAC. De acordo com o artigo 112 do regulamento do Plano, o saldamento será implementado em 01/04/2013, quando será realizada uma nova avaliação atuarial para dimensionamento do custo do plano saldado, caso o saldamento do PS-I se mostre insuficiente para eliminação do Déficit Técnico do plano, deverá ocorrer o incremento das contribuições adicionais praticadas paritariamente, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001, conforme previsto no TAC. O plano de benefícios SERPRO PS-II apresentou um superávit acumulado de R\$ 310.496 mil e um fundo previdencial constituído de R\$ 110.704 mil. Em função do aumento significativo em relação ao exercício anterior foi aprovada em 12/12/2012 proposta contemplando alterações regulamentares no PS-II, através do Ofício nº4612/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na portaria nº726 do DOU de 14/12/2012. As alterações introduzidas no regulamento indicam uma redução dos custos dos benefícios de risco, portando o plano de custeio será redimensionado de acordo com o nível das coberturas oferecidas. Verifica-se que o PS-II está superavitário e de acordo com a Resolução CGPC nº26 de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº10 de 2012, deverá obrigatoriamente ser revisto após o decurso de três exercícios a partir da constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano, o que será realizado até o encerramento do exercício de 2013, após a implementação das alterações regulamentares aprovadas. O Plano Administrativo apresenta um fundo constituído de R\$ 112.926 mil.

#### Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 06 de março de 2012, sem ressalvas, e contendo os seguintes parágrafos de ênfase:

- "Conforme descrito na nota explicativa 4.2.1.1, o Serpros e a Patrocinadora submeteram a comissão de mediação, conciliação e arbitragem da PREVIC – CMCA, em 16/06/2011, que a Patrocinadora por não ter honrado o pagamento dos juros moratórios sobre a suspensão das Contribuições contratadas com o saldo em 31/12/2011 de R\$ 5.835 mil".
- "Na avaliação atuarial o déficit técnico apresentado acumulado observado no exercício de 2011 de R\$155.562 mil, indica que o plano de custeio praticado para o plano de

81



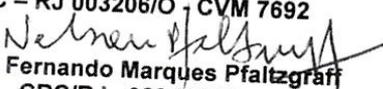
Rio de Janeiro  
Av. Treze de Maio, 23 s/2502 a 2505  
20031-902 Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (55-21) 2558-2200  
Fax: (55-21) 2285-0603

São Paulo  
Rua Emílio Mallet, 317 -  
cj.502/503 - Tatuapé  
03320-000 São Paulo/SP  
Tel/Fax: (55-11) 2076-0608

e-mail: [pscontax@pscontax.com.br](mailto:pscontax@pscontax.com.br)  
website: [www.pscontax.com.br](http://www.pscontax.com.br)

benefício do Serpro (PS-I), apresenta-se insuficiente para o estabelecimento necessário do seu equilíbrio. O plano de benefício Serpro (PS-II), apresentou um superávit técnico acumulado de R\$248.175 mil e o fundo previdencial constituído de R\$ 100.850 mil. O plano Administrativo apresenta um fundo constituído de R\$ 124.689 mil”.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2013

**PS CONTAX & ASSOCIADOS**  
**Auditores Independentes SS**  
**CRC - RJ 003206/O - CVM 7692**  
  
**Nelson Fernando Marques Pfaltzgraf**  
**CRC/RJ 028.998/O**  
**Registro CNAI 209**  
**Sócio Responsável**



c) Informações sobre ações de fiscalização

No período de 02/05/2012 a 29/06/2012, foi realizado 01 (um) trabalho de auditoria no Serpros – Fundo Multipatrocinado, por meio da designação especial GF-ES/0001/2012, a fim de verificar o cumprimento das normas, regulamentos e legislação específica, por parte de seus gestores, relacionados às Gestões Previdencial e Administrativa bem como aos Investimentos.

Diante do trabalho realizado, não foram identificadas irregularidades sendo possível concluir que a Diretoria Executiva do Fundo vem atuando em conformidade com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e adotando controles no sentido de minimizar os riscos inerentes a sua atividade, garantindo a rentabilidade e segurança para os recursos aplicados.

No entanto, registramos que permanece os estudos para destinação do superávit do PS II e que, quanto ao o processo de saldamento e equacionamento do déficit do PS I, no início de dezembro/2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), responsável por autorizar alterações regulamentares e estatutárias de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou as propostas de alterações dos regulamentos dos Planos PSI e PSII.

Registramos, ainda, que, conforme informado no relatório GF-ES/0001/2012, não é objetivo da Auditoria Interna da Patrocinadora a avaliação da performance das aplicações realizadas pela Entidade, sendo sua atuação adstrita à supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Fundo, conforme disposto no Art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

## FICHA TÉCNICA

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni  
**Diretor Presidente**

Laerte Dorneles Meliga  
**Diretor de Gestão Empresarial**

Edson Geraldo Ferreira  
**Superintendente de Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC**